



Universidade Federal
do Espírito Santo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

RICHEMOND DACILIEN

IMIGRAÇÃO HAITIANA E RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO:
OS HAITIANOS NO RIO DE JANEIRO (2010-2024)

Orientador: Rogério Naques Faleiros


Vitória/2025

RICHEMOND DACILIEN


**IMIGRAÇÃO HAITIANA E RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO: OS
HAITIANOS NO RIO DE JANEIRO (2010-2024).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Política Social da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito para obtenção do título de
Doutor em Política Social.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ROGERIO NAQUES FALEIROS**
Data: 21/02/2025 11:36:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros (Orientador)
Universidade Federal do Espírito Santo- UFES

Documento assinado digitalmente
 **JEANE ANDREIA FERRAZ SILVA**
Data: 21/02/2025 16:19:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.^a. Dr.^a Jeane Andréia Ferraz Silva
Universidade Federal do Espírito Santo -UFES

Documento assinado digitalmente
 **DANIEL PEREIRA SAMPAIO**
Data: 21/02/2025 16:58:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Daniel Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo-UFES



Prof. Dr. Franck Seguy
Université d'État d'Haiti-UEH
Documento assinado digitalmente

 **LUIS REZNIK**
Data: 21/02/2025 15:44:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luís Resnik
Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ

Documento assinado digitalmente
 **JAILSON DE SOUZA E SILVA**
Data: 21/02/2025 11:45:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jailson da Silva
Universidade Federal Fluminense-UFF

Vitória 20 de fevereiro de 2025

D118 : DACILIEN, RICHEMOND, 1984-
IMIGRAÇÃO HAITIANA E RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO:
OS HAITIANOS NO RIO DE JANEIRO (2010 2024) / RICHEMOND
DACILIEN. - 2025.
230 p.

Orientador: Faleiros Rogério Naques.
Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

Orientador: Faleiros Rogério Naques.
Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

1. Migração. 2. Racismo estrutural. 3. Política social. 4. Haiti.
5. Brasil. I. Rogério Naques, Faleiros. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.
III. Título.

CDU:32

Este trabalho é dedicado à memória de Moïse Kabagambe, jovem imigrante congolense de 24 anos, tragicamente assassinado no Rio de Janeiro em 24 de janeiro de 2022. Além disso, presta tributo às vítimas da explosão ocorrida em um silo no Paraná em 26 de julho de 2023, que resultou na morte de sete cidadãos haitianos – Michelet Louis (41 anos), Jean Michee Joseph (29 anos), Jean Ronald Calix (27 anos), Donald St. Cyr (24 anos), Wicken Celestin (55 anos), Eugênio Metelus (53 anos), Reginaldo Gegrard (30 anos) – e de um cidadão brasileiro, Saulo da Rocha Batista (53 anos). Este trabalho visa honrar as memórias dessas vidas interrompidas e expressar solidariedade às famílias congolenses, haitianas e brasileiras enlutadas.



Crédito foto: Reprodução do Globo (2023)

Ayiti se!

Lè m sonje Ayiti, zantray mwen chavire
Peyi sa a mwen pa janm ka bliye
Tout ti moun lakay yo se frè m ak sè m
Mwen p ap janm kite yo nan mitan fènwa

(Refren)

Ayiti se lanmou
Ayiti se limyè
Ayiti se solèy

**A seguir, música do cantor haitiano, Bélo, Frases
difícilmente traduzidas por autor.**

Haiti é!

Quando penso no Haiti, minhas entranhas se reviram
Esse país, eu nunca poderei esquecer
Todas as crianças de lá são meus irmãos e irmãs
Jamais as deixarei na escuridão

(Refrão)

Haiti é amor
Haiti é luz
Haiti é sol

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente à minha família ancestral, à minha mãe, Odecia Dorvelus, e ao meu pai, Arnold Dacilien, assim como aos meus irmãos Frantzo, Frandnord e Saint Gel, e às minhas irmãs Fradeline, Ylanta e Judith Dacilien, além dos meus cunhados e cunhadas Morentz Jean Baptiste, Jean Philippe, Judithe François e Jaceline Estimé. Este título de doutor é mais que uma conquista pessoal; é o reflexo dos sacrifícios, da resiliência e do apoio coletivo que sempre marcaram nossa trajetória familiar. Dedico também esta vitória ao meu filho, Ricardo Arruda Dacilien, e à sua mãe, Fernanda Arruda Oliveira, além de agradecer à sra. Misa, Janaína, Ana Clara, Fabiana e Marcelo, cuja ajuda e generosidade foram essenciais para a concretização deste sonho.

No contexto acadêmico, dirijo um tríplice e sincera gratidão ao Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros, cuja orientação foi essencial para a minha integração na realidade brasileira¹ e para o desenvolvimento deste trabalho. Ao aceitar generosamente o desafio de orientar a minha investigação sobre a migração haitiana no Brasil, o Prof. Dr. Rogério não só assumiu o papel de professor, mas também o de mentor comprometido. Sua leitura minuciosa e as suas críticas, sugestões e comentários perspicazes foram fundamentais para conferir profundidade, rigor e originalidade à pesquisa, elevando-a a um nível diferenciado. Acompanhando-me em cada etapa deste percurso, demonstrou constante disponibilidade e empenho. A sua atenção rigorosa e dedicação inestimável foram determinantes para a qualidade final deste trabalho.

Em segundo lugar, expresso minha sincera gratidão aos membros da Banca Examinadora: Prof. Dr. Franck Seguy, Prof. Dr. Jaílson da Silva, Profa. Dra. Jeane Andréia Ferraz Silva, Prof. Dr. Daniel Sampaio e Prof. Dr. Luís Resnik. Agradeço imensamente pela disponibilidade e generosidade em aceitar o convite para realizar uma leitura crítica e detalhada deste trabalho, oferecendo valiosas observações e questionamentos que enriqueceram substancialmente a profundidade e qualidade acadêmica desta pesquisa.

Também, agradeço aos professores (as) e secretaria do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, cuja dedicação e orientação foram essenciais para esta pesquisa. Em especial, destaco minha gratidão aos docentes Adriano Teixeira, Ana Colombi, Ana Ferraz, Cenira Oliveira, Daniel Sampaio, Fabiola Leal, Gustavo Mello, Jeane Silva, Livia Moraes, Maria Helena, Maria Lúcia, Mauricio Sabadini, Rafael Souza, Rafael Moraes, Rafael Teixeira, Rogério Faleiros, Salyanna Silva, Silvia Salazar, Victor Souza, Paulo Nakatani, Vinicius Vieira e Adriana Pratti, secretária (SUPG/PPGPS) por suas contribuições indispensáveis à minha formação.

Manifesto, ainda, minha profunda gratidão à Classe Trabalhadora Brasileira, representada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), pela concessão da bolsa de estudos durante 48 meses de estudo, e à Fundação de Assistência e Previdência Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (FAPES/BNDES), pelo suporte financeiro que viabilizou meu estágio doutoral sanduíche na Universidade de Ottawa/Canada durante seis (06) meses. Aproveito este espaço

¹ Com grande apreço, relembro a oportunidade de ter frequentado a disciplina “Pensamento Político e Social Brasileiro”, ministrada pelo professor Rogério, no segundo período de 2022. Através dessa experiência, adquiri uma compreensão significativa sobre os processos de formação social e política do Brasil. A disciplina tinha como objetivo geral analisar a especificidade da constituição da sociedade brasileira a partir das contribuições teóricas de importantes “intérpretes do Brasil”, como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Florestan Fernandes.

para dar um agradecimento especial ao Programa de Doutorado em Serviço Social da Universidade de Ottawa pelo acolhimento, assim como à coordenadora, Sra. Professora Stéphanie Garneau (minha supervisora do estágio), cujos apoios foram essenciais para o enriquecimento de minha trajetória acadêmica no Canadá.

Além disso, ressalto com profunda estima a seleção de um capítulo da minha tese para apresentação no evento *IMAGINAIRES NON-DOMINANTES 2024*, promovido pelo *Laboratoire des Afriques Innovantes (LAFI)* da *Université du Québec à Montréal*. Este evento constituiu uma plataforma valiosa de intercâmbio acadêmico, permitindo o aprimoramento do meu trabalho a partir de observações críticas e sugestões perspicazes oferecidas pelo Prof. Dr. Isaac Bazié, bem como dos contributos rigorosos de doutorandos provenientes de distintas universidades internacionais. Expresso, portanto, meu reconhecimento a todos os participantes do evento, cuja colaboração e análise crítica enriqueceram substancialmente esta pesquisa.

Manifesto minha profunda gratidão aos colegas da turma de 2020/2 do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UFES, especialmente às amigas Angela e Eudel, com quem tive o privilégio de compartilhar a experiência de ministrar uma disciplina no Departamento de Serviço Social durante nosso estágio docente. Sou igualmente grato a Maísa, Dérik, Álvaro e Renato, cuja generosidade em dividir conhecimentos e esclarecer dúvidas sobre a formação social do Brasil enriqueceu de forma significativa minha trajetória acadêmica.

Também dedico meu reconhecimento a pessoas queridas que marcaram profundamente minha vivência no Espírito Santo, como Maria Angela, Joselda, José, Almiton, Max, Roseane, Edineia, Yvenson, James, Donia, Wilgens, Grasielly, Renata, Alexandra, Sol, João Gualberto, Deputada Camila Valadão e tantos outros que, com seu apoio, tornaram essa marcha especial. Também, expresso a minha profunda gratidão aos meus colegas da *Faculté des Sciences Sociales da Université d'Ottawa* (FSS de uOttawa) e da *Faculté des Sciences Humaines da Université d'État d'Haiti* (FASCH-UEH): Roodabeh, Jude, Edwige, Gerdine, Moreniké, Mélissa, Jacob, Duffort, Gedney, Kensy, Almando, Jean Remy, Lounes, Samuel, Marc Donald, Dominique, Bernadette, entre outros. Durante o processo de elaboração desta tese, frequentemente marcado pelo isolamento e pelo stress, estes amigos (as) e colegas foram fundamentais, proporcionando momentos valiosos de aprendizagem e de camaradagem, tanto presencialmente como no ambiente virtual.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, campo de pesquisa desta tese, expresso minha profunda gratidão à comunidade haitiana, cuja generosidade se manifestou na partilha de histórias e experiências essenciais para a construção deste trabalho. Agradeço, em particular, aos amigos (as) Roberto, Ernest, Luckner, Raymon, Josué, Appolon, Calin, Darwenson, Marie Florence, Nikita, Ysena e tantos outros, cujas vozes e vivências enriqueceram esta investigação. Por fim, rendo uma homenagem especial à minha querida Germane, cuja presença luminosa e apoio incondicional foram bússola ao longo desta pesquisa.

Por meio dos depoimentos recolhidos, pude compreender os inúmeros desafios de viver no Rio de Janeiro, mas também a resiliência e a força que sustentam cada história. Mesmo com a distância que agora nos separa, mantenho os laços de amizade e apoio construídos, agora fortalecidos pelas redes sociais. Assim, esta tese foi dedicada a cada um (a) desses amigos (as), cuja contribuição tornou este trabalho uma realidade. Aos que não foram mencionados pelo nome, saibam que esta obra também é para vocês, pois cada gesto, conversa e partilha foi essencial para a sua realização. Muito obrigado a todos!

RESUMO

DACILIEN, Richemond. **Imigração Haitiana e Racismo Estrutural Brasileiro: Haitianos na de Rio de Janeiro (2010-2024)**. 226 p. Tese (doutorado em política social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2025.

Desde 2010, o Brasil tem registrado um aumento significativo na imigração haitiana, com o número de residentes haitianos aumentando de menos de 200 entre 1940 e 2000 para cerca de

161.000 até 2024, de acordo com dados do ACNUR. Este trabalho tem como objetivo de compreender o processo migratório de haitianos para ao Brasil, entre 2010 e 2024, visando evidenciar as múltiplas dimensões do racismo estrutural brasileiro (cultural, socioeconômica e institucional) manifestado na falta de acesso às políticas sociais voltadas às populações migrantes e pretas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os resultados revelam que o racismo estrutural no Brasil opera de forma insidiosa, invisibilizando as demandas específicas da população imigrante haitiana e tratando-a como se tivesse as mesmas condições históricas e sociais dos brasileiros. Isso se reflete em obstáculos como o treinamento inadequado dos profissionais, a rigidez institucional e a implementação de políticas universais que não levam em conta a vulnerabilidade particular dessa comunidade. O SUS e o SUAS, embora fundados nos princípios da universalidade e da equidade, reproduzem desigualdades ao não adaptarem suas práticas às condições específicas dos imigrantes. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa combinou revisão bibliográfica, levantamento documental e trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas, grupo focal e observação participante, mantendo contato direto com lideranças haitianas no Rio de Janeiro. Conduzida por um pesquisador haitiano, a tese faz uma análise crítica do papel do pesquisador como membro do grupo estudado, fornecendo uma perspectiva interna que enfatiza a realidade vivida pela comunidade. Essa abordagem lança luz sobre a dinâmica da exclusão que molda a experiência dos haitianos no Rio de Janeiro, destacando como o racismo estrutural não apenas limita o acesso aos direitos fundamentais, mas também reforça as desigualdades preexistentes, perpetuando ciclos de exclusão e vulnerabilidade.

Palavras-chave: Migração. Racismo estrutural. Políticas sociais. Haiti. Brasil.

ABSTRACT

DACILIEN, Richemond. **Haitian Immigration and Structural Racism in Brazil: Haitians in Rio de Janeiro (2010-2024)**. 226 f. Doctoral Dissertation (Ph.D. in Social Policy) – Federal University of Espírito Santo, Vitória, 2025.

Since 2010, Brazil has witnessed a significant increase in Haitian immigration, with the number of Haitian residents rising from fewer than 200 between 1940 and 2000 to approximately 161,000 by 2024, according to UNHCR data. This thesis examines, from a historicist and critical perspective, the migration process of Haitians to Brazil, particularly to Rio de Janeiro, between 2010 and 2024. Its primary objective is to analyze Haitian migration to Brazil from 2010 to 2024, aiming to highlight the multiple dimensions of Brazilian structural racism (cultural, socioeconomic, and institutional) as manifested in the lack of access to social policies directed toward migrant and Black populations in Rio de Janeiro. The findings reveal that structural racism in Brazil operates insidiously, rendering the specific needs of the Haitian immigrant population invisible and treating them as if they share the same historical and social conditions as Brazilian nationals. This dynamic manifests in barriers such as inadequate training for professionals, institutional rigidity, and the implementation of universal policies that fail to account for the particular vulnerabilities of this community. The SUS (Brazilian Unified Health System) and the SUAS (Unified Social Assistance System), though founded on the principles of universality and equity, perpetuate inequalities by not adapting their practices to the specific conditions of immigrants. Methodologically, the research combined a literature review, documentary analysis, and fieldwork, including semi-structured interviews, focus groups, and participant observation, ensuring direct contact with Haitian leaders in Rio de Janeiro. Conducted by a Haitian researcher, the thesis offers a critical analysis of the researcher's role as a member of the studied group, providing an insider perspective that focuses on the lived realities of the community. This approach sheds light on the dynamics of exclusion shaping the experiences of Haitians in Rio de Janeiro, emphasizing how structural racism not only limits access to fundamental rights but also reinforces pre-existing inequalities, perpetuating cycles of exclusion and vulnerability.

Keywords: Migration. Structural racism. Social policies. Haiti. Brazil.

RESUMEN

DACILIEN, Richemond. **Inmigración Haitiana y Racismo Estructural Brasileño: Haitianos en Río de Janeiro (2010-2024)**. 226 p. Tesis (doctorado en política social) – Universidad Federal de Espírito Santo, Vitória, 2025.

Desde 2010, Brasil ha experimentado un aumento significativo en la inmigración haitiana, con el número de residentes haitianos pasando de menos de 200 entre 1940 y 2000 a cerca de 161.000 hasta 2024, según datos del ACNUR. El objetivo principal de esta investigación es comprender el proceso migratorio de los haitianos hacia Brasil entre 2010 y 2024, destacando las múltiples dimensiones del racismo estructural brasileño (cultural, socioeconómico e institucional) que se manifiestan en la falta de acceso a políticas sociales dirigidas a poblaciones migrantes y negras en Río de Janeiro. Los resultados revelan que el racismo estructural en Brasil opera de manera insidiosa, invisibilizando las demandas específicas de la población inmigrante haitiana y tratándola como si compartiera las mismas condiciones históricas y sociales que los brasileños. Esto se refleja en obstáculos como la capacitación inadecuada de los profesionales, la rigidez institucional y la implementación de políticas universales que no toman en cuenta la vulnerabilidad particular de esta comunidad. El SUS y el SUAS, aunque se fundamentan en los principios de universalidad y equidad, reproducen desigualdades al no adaptar sus prácticas a las condiciones específicas de los inmigrantes. Desde el punto de vista metodológico, la investigación combinó revisión bibliográfica, recopilación documental y trabajo de campo mediante entrevistas semiestructuradas, grupos focales y observación participante, manteniendo contacto directo con líderes haitianos en Río de Janeiro. Conducida por un investigador haitiano, la tesis ofrece un análisis crítico del papel del investigador como miembro del grupo estudiado, proporcionando una perspectiva interna que destaca la realidad vivida por la comunidad. Este enfoque arroja luz sobre la dinámica de exclusión que caracteriza la experiencia de los haitianos en Río de Janeiro, subrayando cómo el racismo estructural no solo limita el acceso a derechos fundamentales, sino que también refuerza las desigualdades preexistentes, perpetuando ciclos de exclusión y vulnerabilidad.

Palabras clave: Migración. Racismo estructural. Políticas sociales. Haití. Brasil.

RÉSUMÉ

DACILIEEN, Richemond. **Immigration haïtienne et racisme structurel au Brésil : les Haïtiens à Rio de Janeiro (2010-2024)**. 226 p. Thèse de doctorat (Ph.D. en Politique Sociale) – Université Fédérale de l'Espírito Santo, Vitória, 2025.

Depuis 2010, le Brésil a connu une augmentation significative de l'immigration haïtienne, avec le nombre de résidents haïtiens passant de moins de 200 entre 1940 et 2000 à environ 161 000 en 2024, selon les données du HCR. Cette thèse examine, d'un point de vue critique, le processus migratoire des Haïtiens vers le Brésil, en particulier à Rio de Janeiro, entre 2010 et 2024. Son objectif principal est de comprendre le processus migratoire des Haïtiens vers le Brésil, entre 2010 et 2024, en mettant en lumière les multiples dimensions du racisme structurel brésilien (culturel, socioéconomique et institutionnel) manifesté dans le manque d'accès aux politiques sociales destinées aux populations migrantes et noires dans la ville de Rio de Janeiro. Les résultats révèlent que le racisme structurel au Brésil opère de manière insidieuse, invisibilisant les besoins spécifiques de la population immigrée haïtienne et la traitant comme si elle partageait les mêmes conditions historiques et sociales que les citoyens brésiliens. Cette dynamique se traduit par des obstacles tels qu'une formation insuffisante des professionnels, la rigidité institutionnelle et la mise en œuvre de politiques universelles qui ne prennent pas en compte la vulnérabilité particulière de cette communauté. Le SUS (Système Unique de Santé) et le SUAS (Système Unique d'Assistance Sociale), bien que fondés sur les principes d'universalité et d'équité, reproduisent des inégalités en n'adaptant pas leurs pratiques aux conditions spécifiques des immigrants. Sur le plan méthodologique, la recherche combine une revue de littérature, une analyse documentaire et un travail de terrain comprenant des entretiens semi-structurés, des groupes de discussion et une observation participante, assurant un contact direct avec les leaders haïtiens de Rio de Janeiro. Réalisée par un chercheur haïtien, la thèse propose une analyse critique du rôle du chercheur en tant que membre du groupe étudié, offrant une perspective interne centrée sur la réalité vécue par la communauté. Cette approche éclaire les dynamiques d'exclusion qui façonnent l'expérience des Haïtiens à Rio de Janeiro, en soulignant comment le racisme structurel non seulement limite l'accès aux droits fondamentaux, mais renforce également les inégalités préexistantes, perpétuant ainsi des cycles d'exclusion et de vulnérabilité.

Mots-clés : Migration. Racisme structurel. Politiques sociales. Haïti. Brésil.

REZIME

DACILIEN, Richemond. **Imigrasyon Ayisyen ak Rasis Estriktirèl nan Brezil: Ayisyen yo nan Rio de Janeiro (2010-2024).** 226 p. Tèz Doktora (Ph.D. nan Politik Sosyal) – Inivèsite Federal Espírito Santo, Vitória, 2025.

Depi lane 2010, Brezil te temwen yon ogmantasyon enpòtan nan imigrasyon ayisyen, kote kantite rezidan ayisyen yo te pase mwens pase 200 ant 1940 ak 2000 pou rive anviwon 161,000 an 2024, selon done HCR. Tèz sa a egzamine, soti nan yon pèspektiv istorik ak kritik, pwosesis migrasyon ayisyen yo nan Brezil, espesyalman nan Rio de Janeiro, ant 2010 ak 2024. Objektif prensipal li se konprann pwosesis migrasyon ayisyen yo nan Brezil ant 2010 ak 2024, ak entansyon pou mete aksan sou plizyè dimansyon rasis estriktirèl brezilyen an (kiltirèl, sosyo-ekonomik, ak enstitisyonèl), ki manifeste nan mank aksè a politik sosyal ki vize popilasyon migran ak moun nwa nan vil Rio de Janeiro. Rezilta yo montre ke rasis estriktirèl nan Brezil ap fonksyone nan yon fason kachèt, ki fè bezwen espesifik popilasyon ayisyen imigran yo envizib epi ki trete yo tankou si yo pataje menm kondisyon istorik ak sosyal ak sitwayen brezilyen yo. Dinamik sa a tradwi nan baryè tankou fòmasyon ensifizan pwofesyonèl yo, rèd enstitisyonèl la, ak aplikasyon politik inivèsèl ki pa pran an kont vilnerabilite patikilye kominote sa a. SUS (Sistèm Sante Inivèsèl) ak SUAS (Sistèm Asistans Sosyal Inivèsèl), malgre yo fonde sou prensip inivèsalite ak ekite, repwodui inegalite paske yo pa adapte pratik yo ak kondisyon espesifik imigran yo. Nan pwenn metodolojik, rechèch la konbine yon revizyon literati, analiz dokimantè, ak travay sou teren ki gen ladan entèvyou semi-striktire, gwoup diskisyon, ak obsèvasyon patisipan, pandan l ap kenbe yon kontak dirèk ak lidè ayisyen yo nan Rio de Janeiro. Rechèch sa a, ki fèt pa yon chèchè ayisyen, ofri yon analiz kritik sou wòl chèchè a kòm yon manm nan gwoup li ap etidye a, pandan l ap bay yon pèspektiv entèn ki konsantre sou reyalyte kominote a ap viv. Apwòch sa a mete limyè sou dinamik eksklizyon ki fòme eksperyans ayisyen yo nan Rio de Janeiro, pandan l ap mete aksan sou fason rasis estriktirèl la pa sèlman limite aksè a dwa fondamantal, men tou li ranfòse inegalite ki egziste deja yo, e konsa l ap pèpetye sik eksklizyon ak vilnerabilite.

Mo kle: Migrasyon. Rasis estriktirèl. Politik sosyal. Ayiti. Brezil.

Lista de Figuras

Figura 1- Localização geográfica da região caribenha, assim como a República do Haiti no mar do Caribe e no Oceano Atlântico.....	42
Figura 2- Encontro entre o haitiano e a seleção brasileira de futebol para jogar uma Partida, batizada de paz, no estádio Sylvio Cator, em Porto Príncipe, em 18 de agosto de 2004	72
Figura 3- cartel sírio-libanês, acompanhado do presidente haitiano, Jovenel Moise, e da embaixadora americana no Haiti, Michelle J. Sison, para discutir negócios	93
Figura 4- A redenção de Cam, de Modesto Brocos y Gómez, de 1898, representa a teoria do branqueamento no Brasil	97
Figura 5- Imigrantes europeus fotografados em frente à Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo	99
Figura 6- Mapa Oficial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2023.....	120
Figura 7- Lançamento do projeto "Redução da violência comunitária em Martissant e La Saline", criado em parceria com o PNUD, o UNOPS e o UNFPA.....	133
Figura 8- Apresentação geoespacial da imigração haitiana no Brasil por Estado de residência no ato de registro entre 2009 a 2020	135
Figura 9- Residências de emergência para imigrantes no CRAI-RIO.....	152
Figura 10- Intercâmbio entre o pesquisador e membros da UNIB, no escritório da MED NATURE AND SERVICE LTDA, no centro do Rio de Janeiro	166
Figura 11- A equipe do "Haiti Aqui" e os convidados da roda de conversa no 11 de novembro de 2022, na sede da Viva Rio, em Ipanema	168
Figura 12- A presença e riqueza da gastronomia haitiana no Rio de Janeiro.....	170
Figura 13- Foto da nossa visita à casa de imigrante haitiana no Rio de Janeiro, em 1º de janeiro de 2022, para celebrar os 219 anos da Independência do Haiti com a tradicional sopa Joumou.....	172
Figura 14- 1ª Mostra de Cinema Haitiano no Rio de Janeiro entre 18 a 26 de maio de 2024, no Centro Cultural Banco do Brasil	176
Figura 15- Foto entre Jan Onoszco, gerente cultural do projeto PPP, e Germane Delva, uma jovem imigrante haitiana que estuda Artes na UFF.....	178
Figura 16- Ilustração uma das apresentações desse coral no Museu do Amanhã, ocorrida no dia 28 de setembro de 2023.....	181
Figura 17- Workshop sobre as dificuldades de acesso ao programa de reunificação familiar para haitianos no Rio de Janeiro, organizado pelo grupo da UNIB na biblioteca.....	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Salário médio anual nos Estados Unidos segundo região de nascimento em 2018 (em US \$, correntes).....	27
Quadro 2- Quadro 2 - Perfis dos imigrantes entrevistados no Rio de Janeiro	36
Quadro 3- Perfil dos participantes do grupo focal	37
Quadro 4- Caribe, territórios, por status e população estimada, por classificação, 2015.....	43
Quadro 5- Diferentes fases históricas da crise haitiana desde sua independência até nos dias atuais	62
Quadro 6- Perfil e Destinos dos Principais Fluxos Migratórios Haitianos de 1915 a 2024.....	67
Quadro 7- Dados estatísticos do número haitianos no Brasil entre 1940 e 2000.....	69
Quadro 8- Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais no Brasil, no período de 2011, 2012 e 2013	78
Quadro 9- Movimentação de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal, tipo de movimentação e ano, segundo país de nacionalidade 19, Brasil, 2019-2020	79
Quadro 10- Comparativo entre homens/mulheres brancos (as) e homens/mulheres negros (as) nos setores como: comerciantes, caixeiros e guarda-livros em são Paulo de 1912-1920. ⁴⁷	101
Quadro 11- Quadro 11- comparativo entre homens/mulheres brancos (as) e homens/mulheres negros (as) na área de saúde em são Paulo de 1912-1920.....	102
Quadro 12- comparativo entre homens/mulheres brancos (as) e homens/mulheres negros (as) na área de professores e “homens de letras” em são Paulo de 1912-1920.....	102
Quadro 13- Algumas Políticas Públicas migratórias federais do Brasil de séculos XIX e XX	106
Quadro 14- Resumo sobre grandes movimentos migratório no Brasil pós-colonial	109
Quadro 15- Diferentes estatutos jurídicos do Rio de Janeiro de 1533 até 1975	121
Quadro 16- Nível de escolaridade de imigrantes haitianos (as) no Rio de Janeiro em 2022.....	141
Quadro 17- Resumo não exaustivo dos motivos pelos quais um haitiano pode decidir ficar no Rio de Janeiro, de acordo com as respostas dos entrevistados	143
Quadro 18- Quadro 18- Resumo não exaustivo sobre os perfis e atividades dos imigrantes haitianos no Rio de Janeiro, de acordo das respostas de entrevistados (a)s.....	145
Quadro 19- Síntese de uma lista de instituições públicas e organizações não governamentais que prestam assistência à população imigrante do Rio de Janeiro	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Dados estatísticos sobre a recente migração intrarregional dos latinos americanos em data de 2020.....	46
Gráfico 2- Evolução da imigração haitiana no Brasil de 2010 a 2020	70
Gráfico 3- Renda média dos migrantes com contrato de trabalho formal, por nacionalidade. Brasil... 80	
Gráfico 4- O índice de Gini no Brasil em 2022.....	123
Gráfico 5- Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, por cor ou raça, no Rio de Janeiro entre 2017 a 2021.....	125
Gráfico 6- Número de estrangeiros registrados no departamento de polícia do Rio de Janeiro. (abril 1831-maio 1842).....	130

LISTA DE SIGLAS

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

BPC: Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social

BM: Banco Mundial

BUNUH: Bureau des Avocats Internationaux pour les Droits Humains (Escritório de Advogados Internacionais para os Direitos Humanos)

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBF: Confederação Brasileira de Futebol

CRAI-RIO: Centro de Referência e Apoio ao Imigrante do Rio de Janeiro.

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social.

CPF: Cadastro de Pessoas Físicas

CRNM: Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª Região

FAPES: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEPERJ: Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

DINEPA: *Direction Nationale de l'Eau Potable et de l'Assainissement* (é uma instituição governamental do Haiti responsável pela gestão e supervisão dos serviços de abastecimento de água potável e saneamento no país)

DSN: Doutrina da Segurança Nacional

FMI: Fundo Monetário Internacional (International Monetary Fund, em inglês)

GCUB: Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

MIDEQ: Migration, Inequality and Development (Migração, Desigualdade e Desenvolvimento)

MINUJUSTE: Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti

MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para estabilização ao Haiti

MPTC: Ministério dos Transportes e Comunicações. Este é um órgão governamental responsável pela coordenação, regulamentação e supervisão das políticas de transporte e comunicação no Haiti.

NTICs: Novas Tecnologias da Informação e Comunicação

OBMigra: Observatório de Migrações

OEA: Organização dos Estados Americanos

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIM: Organização Internacional para as Migrações

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONU: Organização das Nações Unidas

OREPA: Office Régional de l'Eau Potable et de l'Assainissement (Escritório Regional de Água Potável e Saneamento), uma instituição fundamental

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PIP: Produtos Internos Brutos

PPP: People's Palace Project

PPGPS: Programa de Pós-graduação em política Social

UEH: Université d'État d'Haiti

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIB: União dos Imigrantes negros no Brasil

UNOPS: Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (United Nations Office for Project Services, em inglês)

UNFPA: Fundo de População das Nações Unidas (United Nations Population Fund, em inglês)

Uottawa: Université d'Ottawa

CONVENÇÕES ORTOGRÁFICAS E NORMATIVAS DA TESE

Esta tese foi elaborada de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme descrito no Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos da Universidade Federal do Espírito Santo, aprovado e publicado pelo Conselho Universitário. Além de seguir as diretrizes da UFES, foram adotadas algumas convenções específicas, inspiradas nas teses de Henderson Joseph (2015) e Jhon-Kelly Monacé (2021), com o objetivo de enriquecer a clareza e a acessibilidade do conteúdo, considerando que este trabalho transcende as fronteiras brasileiras. As convenções são apresentadas a seguir:

1. As entrevistas realizadas e citadas nesta tese foram conduzidas no idioma haitiano (*ayisyen*).
2. Todas as entrevistas no idioma *ayisyen* foram transcritas e traduzidas pelo autor.
3. Termos expressões em *ayisyen* ou em outros idiomas, que não tenham sido traduzidos para o português, são grafados em itálico.
4. Fotografias e outros documentos coletados no campo estão identificados como “Arquivo pessoal do autor”, seguidos da data de registro.
5. Quadros e figuras produzidas a partir dos dados coletados pelo autor são identificados como “Elaboração própria” seguindo a data.
6. Quadros e figuras provenientes de textos acadêmicos ou documentos oficiais são creditados com a autoria e o ano de publicação, podendo conter a indicação “Adaptado de [autor]”.
7. Mapas utilizados na tese foram elaborados de acordo com demandas do autor e seu orientador, sendo os cartógrafos devidamente identificados na fonte.
8. Quando um termo em *ayisyen* é citado pela primeira vez, inclui-se sua tradução literal (entre parênteses ou em nota de rodapé) e seu significado em português.
9. Citações de textos em idiomas estrangeiros (francês, inglês, espanhol, haitiano e outras) foram traduzidas pelo autor.
10. Os nomes das pessoas mencionadas ao longo da pesquisa foram alterados para preservar a privacidade, exceto nos casos de nomes em textos públicos ou na seção de agradecimentos e nome de duas sujeitos de dois especialistas que me autorizam a citar seus nomes reais. Os nomes fictícios seguem as normas ortográficas do idioma *ayisyen* e utilizam exemplos nativos, como [inserir exemplos].

Essas convenções buscam garantir consistência técnica e melhor compreensão dos dados apresentados ao longo da tese.

Sumário

1-	INTRODUÇÃO	20
1.1	Problematização teórica da pesquisa.....	24
1.2	Procedimentos Metodológicos e Diretrizes Éticas da Pesquisa	34
1.3	Estrutura e organização da Tese.....	38
2-	CAPÍTULO I: CONTEXTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL: PERSPECTIVAS E DINÂMICAS	41
2.1	Imigração no contexto regional caribenho e latino americano.....	41
2.2	Do Estado do Haiti ao Estado no Haiti: Raízes Históricas do Empobrecimento do Haiti	47
2.3	Análise dos Fatores que Motivaram a Migração Haitiana para o Brasil no Início da Década de 2010	63
3	CAPÍTULO II: POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E QUESTÕES RACIAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E HAITI NO CONTEXTO PÓS- COLONIAL.....	84
3.1	A Dimensão Racial nas Políticas Migratórias do Haiti e do Brasil nos Séculos XIX e XX ..	84
3.2	A natureza das políticas migratórias brasileiras nos séculos XIX e XX.....	94
3.3	Políticas Migratórias no Brasil: A Lei 13.445/2017 e seu Avanço Democrático.	108
3.4	Imigração e Participação Política: Atraso do Brasil na América Latina?	114
4	CAPÍTULO III: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E IMIGRANTES HAITIANOS NO RIO DE JANEIRO: UM MAPEAMENTO CRÍTICO E REFLEXÕES SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL	119
4.1	Rio de Janeiro: um Laboratório Vivo de Desigualdades Sociais no Brasil?.....	119
4.2	Imigração internacional e questão racial no Rio de Janeiro: um foco especial sobre a comunidade haitiana entre 2010-2024.....	127
4.3	Foco especial sobre a comunidade haitiana no Rio de Janeiro entre 2010-2023	131
4.5	Mapeamento das políticas de Assistência social voltadas à população migrante: Caráter racista no caso específico dos imigrantes haitianos no Rio de Janeiro?.....	150
5	CAPÍTULO IV. COMPREENSÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS SOBRE A MANIFESTAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NO RIO DE JANEIRO	160
5.1	Contribuições Socioeconômicas e Culturais dos Imigrantes Haitianos no Rio de Janeiro. 160	

5.2	Cinema, Culinária, Artesanato e Música: A Compreensão da Contribuição Sociocultural da Comunidade Haitiana no Rio de Janeiro	167
5.3	É Lindo Ser Preto, Mas Triste Viver como Preto e Imigrante no Brasil: Compreensão dos Imigrantes Haitianos sobre a manifestação do Racismo Estrutural no Rio de Janeiro	182
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	202

1- INTRODUÇÃO

"Acima de tudo, qualquer cientista social que se ajuste ao objeto de pesquisa, sem levar em conta o que a própria pesquisa representa no contexto histórico-social investigado, arrisca-se a produzir conhecimentos 'superficiais' e 'irrelevantes'."

(Florestan Fernandes, Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento).

A presença de imigrantes haitianos no Brasil tornou-se expressiva a partir dos anos 2000, especialmente após 2010. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1940 e 2000, o número de haitianos no país não ultrapassou duzentos (200). Entre 2010 e 2020, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) estimou que cerca de 143 mil haitianos chegaram ao Brasil. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) projeta que atualmente aproximadamente 161 mil haitianos vivem no país.

Inserido nesse contexto migratório, o pesquisador desta tese, também um imigrante haitiano, chegou ao Brasil em março de 2018, inicialmente na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, para cursar o mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio do Programa de Aliança para Educação e Capacitação (PAEC) e do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB). Durante sua trajetória acadêmica e social, participou de diversas atividades socioculturais promovidas pela comunidade haitiana ou voltadas para ela, como missas em igrejas, festivais da bandeira e audiências públicas sobre os desafios e oportunidades enfrentados por imigrantes no Brasil.

Essa tese é, de fato, o fruto da trajetória acadêmica e profissional do autor, que inclui sua atuação no projeto *Migration for Development and Equality* (MIDEQ)², voltado à análise das complexas relações entre migração e desigualdade no contexto do Sul Global com foco no corredor Haiti-Brasil, e do trabalho dissertativo intitulado *Condições de vida dos imigrantes haitianos em Manaus/AM* (Dacilien, 2020). Ambas as experiências evidenciaram as dificuldades enfrentadas pelos haitianos no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, onde a

² O projeto MIDEQ investigou as dinâmicas das migrações Sul-Sul em seis "corredores migratórios", conectando Burkina Faso-Costa do Marfim, Etiópia-África do Sul, China-Gana, Egito-Jordânia, Nepal-Malásia e Haiti-Brasil. Entre 2021 e 2023, atuei como pesquisador no corredor Haiti-Brasil, analisando as migrações haitianas e suas relações com desigualdades de gênero, raça e classe no Brasil, entre 2010 e 2020. Para mais informações, acesse: <https://www.mideq.org/pt-br/about-us/our-team/richemond-dacilien/>.

precariedade das condições de vida é agravada pela falta de acesso efetivo aos bens e serviços sociais básicos garantidos pela política de Assistência Social.

As dificuldades que esses imigrantes enfrentam no território brasileiro, especialmente no Rio de Janeiro, decorrem, das expressões da “Questão Social” inerente às contradições do sistema capitalista racista e da natureza restritiva, seletiva e precária da prestação de serviços das políticas públicas, típicas de países periféricos. Por óbvio, o agravamento dessa situação ocorre quando o atendimento das necessidades humanas fundamentais (alimentação, vestuário, habitação, lazer, bem estar e qualidade de vida, trabalho digno), além da exploração do trabalho (baixos salários, desrespeito aos direitos trabalhistas), desemprego ou emprego precário; desrespeito à sua identidade como haitiano (preconceito, discriminação) (Dacilien, 2020, p. 8), se afastam da forma eventual de suas manifestações e se apresentam nas suas formas mais múltiplas e rotineiras. No entanto, no Rio de Janeiro, há imigrantes de outras nacionalidades como: venezuelanos, bolivianos, peruanos, libaneses, sírios, coreanos, cubanos, etc., que, também estão em uma situação de vulnerabilidade, e até mesmo precária em suas condições de vida.

Contudo, observou-se que o grupo haitiano, do seu lado, é tratado especificamente no binômio de *raça/classe*, sendo assim, a migração haitiana é vista a partir do seu sujeito duplamente discriminado, ou seja, caracterizando um duplo preconceito³. Além do processo excludente de serem migrantes, também sofrem racismo por serem negros. Assim, o pesquisador, que é nativo do Haiti, ex-bolsista da OEA, através do PAEC e do GCUB, em nível de mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, na UFAM, pesquisador no projeto do MIDEQ e, doutorando em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, observou que, a temática da migração no mundo capitalista, por óbvio, jamais se esgota, e que muitas outras dimensões e manifestações surgiram no decorrer da pesquisa, posicionando-se para além da compreensão em um trabalho de dissertação, e que na época merecem ser elucidadas na sua tese de doutorado.

³ Os relatos de imigrantes haitianos entrevistados no Rio de Janeiro revelam preconceitos marcados por questões étnico-raciais (ser haitiano e preto) e pelo estatuto social de imigrante. Esses preconceitos refletem, por um lado, o pano de fundo global da questão racial no Brasil e, por outro, o cenário específico da migração haitiana no país. Além disso, a imagem estereotipada do haitiano como alguém sem educação, associado à extrema pobreza de sua nação, é um produto de narrativas construídas ao longo da história. Tais narrativas, frequentemente disseminadas por Organizações Internacionais e ONGs em campanhas de sensibilização, buscam justificar intervenções sociais, militares, econômicas e políticas no Haiti, perpetuando visões limitantes e desumanizadoras sobre seu povo (Dacilien, 2020; Dacilien, 2023).

Assim, conforme argumentam diversos especialistas brasileiros em ciências humanas e sociais, como Almeida (2018), Fernandes (1980), Gonzales (1980), Santos (2001) e Moura (1994), a sociedade brasileira foi construída sobre bases marcadas pelo racismo. Este, entendido como a argamassa que sustenta a organização social, política e econômica do país, manifesta-se de maneira distinta para diferentes grupos e indivíduos. Além disso, observa-se a existência de variações significativas em suas formas de expressão (Chagas, 2019, p. 4).

Neste contexto, a presente tese parte da hipótese de que o racismo estrutural brasileiro apresenta especificidades em sua manifestação quando direcionado aos imigrantes haitianos na cidade do Rio de Janeiro. Considera-se que essas expressões não se limitam a uma única perspectiva de análise, dado o caráter dinâmico e em constante transformação da realidade social. Reconhece-se ainda que os imigrantes haitianos enfrentam múltiplas formas de discriminação, o que suscita a questão central: quais são as particularidades que moldam as práticas discriminatórias contra esse grupo no contexto do racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira?

A escolha de investigar a migração haitiana e o racismo estrutural no Brasil decorre de inquietações acadêmicas, profissionais e pessoais, sendo motivada pela lacuna de estudos no campo do Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social, áreas fundamentais para análises críticas e aprofundadas do fenômeno migratório. A relevância desse tema pouco explorado é reforçada pela necessidade de fortalecer tanto as políticas públicas quanto a formação dos trabalhadores que atuam com essa população nos diversos setores públicos, frequentemente marcados pela falta de preparo, acolhimento e recursos. Além disso, busca-se contribuir para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos, promovendo condições mais equitativas para migrantes haitianos que, mesmo distantes de sua terra natal, enfrentam desafios cotidianos na construção de suas vidas no Brasil, enquanto participam ativamente da construção social e econômica do país.

Para além do limiar entre Universidade-Sociedade, esta pesquisa se mostra relevante, por ouvir as populações pauperizadas do sistema capitalista racista e, conseguir explicar, de forma fundamentada na ciência, os fenômenos cotidianos enfrentados de forma tão pesada pelos sujeitos aqui pesquisados. Já do ponto de vista profissional, o trabalho realizado como voluntário⁴ no abrigo da Pastoral dos Migrantes em Manaus de 2019 a 2020 e, no projeto de

⁴ A Pastoral dos Migrantes de Manaus acolhe e apoia imigrantes com assistência básica e orientação. Em 18 de maio de 2018, visitei o centro para haitianos, ativo desde 2010, durante a festa de bandeira do Haiti, com estudantes da UFAM e da UEA. Percebendo a dificuldade de comunicação em português, iniciamos, como voluntários, um curso básico que nos aproximou dos imigrantes e aprofundou nossa compreensão de suas vivências.

MIDEQ (2021-2023), como pesquisador sobre migração haitiana no Brasil durante a última década de 2010-2020, apontaram para a necessidade de construir respostas teóricas e metodológicas que auxiliem na compreensão da migração haitiana para o Brasil por uma perspectiva mais crítica e de defesa dos direitos humanos.

Do ponto de vista pessoal, a identificação com essa problemática emerge da necessidade moral e política de tentar descortinar a relação entre a migração haitiana e o racismo estrutural, em sua forma característica na América Latina, relação essa que é resultado do movimento intrínseco de reprodução e desenvolvimento desse modo de produção. Por fim, é válido lembrar que a pesquisa em questão se resguarda também em um aspecto singular da trajetória do pesquisador, há uma relação íntima entre o sujeito pesquisador e o objeto pesquisado. Esse movimento está ligado à forma crítica da pesquisa e as referências utilizadas, sobretudo estamos estudando a imigração haitiano e as reflexões propostas a partir das respostas dos sujeitos entrevistas em uma realidade concreta. Estamos tratando então de seres contraditórios, conflituosos, mas socialmente interligados, pois cada fenômeno até pode ser compreendido separadamente, mas só pode adquirir concreticidade quando adicionado ao todo. (Kosik, 1976).

Portanto, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), espera-se que esta pesquisa possa adensar os estudos já em andamento acerca das políticas sociais, a partir de outro eixo, qual seja, a migração internacional. Na esfera do PPGPS esta tese estará vinculada à linha 01 “Reprodução e Estrutura do Capitalismo Contemporâneo “.

Para a sociedade brasileira, esta pesquisa já se tornou um instrumento político e teórico a serviço das lutas emancipatórias da classe trabalhadora, em especial do povo haitiano, exemplo de força e resistência para toda a América Latina.

No que se refere ao critério geográfico da pesquisa, vários motivos explicam a escolha do Rio de Janeiro para realizar esse trabalho. Em primeiro lugar, o Rio de Janeiro é historicamente considerado o maior porto de entrada de escravos (ou pessoas escravizadas) no Brasil, dado que está diretamente ligado com a base racista em que o Estado Brasileiro se funda (Fragoso & Florentino, 2001). Dados do censo de 1849, citados por Leonardo Soares Quirino da Silva (2006), por exemplo, mostram que 110.600 dos 266.500 habitantes da cidade eram escravos (sic). Em termos percentuais, isso representa 41,5% da população⁵. Assim, por ter sido

⁵ Veja o artigo de Leonardo, "Rio foi a maior cidade escravista da história": <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/6/29/rio-foi-maior-cidade-escravista-da-histoacuteria#:~:text=O%20Rio%20de%20Janeiro%20tamb%C3%A9m%20foi%20o%20maior,escravos%20seriam%20no%20final%20dos%20anos%20de%201840>. Acesso em: 09/07/2024.

o lar do maior número de escravos, o Rio de Janeiro mantém características particulares em termos de desigualdades sociais e raciais do país. Com a chegada de imigrantes haitianos ao país no início da década de 2010, o Rio de Janeiro merece atenção especial.

Em segundo, o Rio de Janeiro foi escolhido como um dos primeiros portos de entrada de haitianos no Brasil desde 2010. Autores como Handerson (2015) e Montinat (2019), explicam que o Rio de Janeiro é tanto uma zona de trânsito para imigrantes haitianos, mas também uma das primeiras zonas de residência. Além disso, essa escolha também veio das minhas experiências com a comunidade haitiana nessa região como pesquisador no Rio de Janeiro no projeto do MIDEQ (*Migration for Development and Equality*) do corredor Haiti-Brasil até de dezembro de 2023.

Em suma, alcançamos, através desta pesquisa, a análise das particularidades que existem na manifestação do racismo estrutural brasileiro no cotidiano dessa categoria cidade do Rio de Janeiro.

1.1 Problematização teórica da pesquisa

a) **Migração Internacional, Lógica Capitalista e Racismo Estrutural no Brasil**

Para entender melhor as particularidades da manifestação do racismo estrutural brasileiro sobre os imigrantes haitianos no Brasil, é importante vislumbrar o fenômeno migratório no mundo. Segundo as Nações Unidas (2017), a humanidade sempre esteve em movimento. Os especialistas em ciências humanas e sociais enumeram várias causas que podem explicar a emigração de um ser humano, tais como: *crises sociopolíticas e econômicas, catástrofes naturais e outras*. Organização Internacional para as Migrações- OIM, no relatório em 2017 relatou que:

Algumas pessoas deslocam-se para encontrar novas oportunidades de trabalho, juntar-se à família ou estudar. Outras se movem para fugir de conflitos, perseguições, terrorismo ou violações de direitos humanos. Outras ainda se movem por causa dos efeitos das mudanças climáticas, desastres naturais ou outros fatores ambientais (OIM-ONU, 2017, p. 2).

Para adentrar na discussão sobre os fatores explicativos da chegada dos imigrantes haitianos no território do Brasil, será importante debater as bases teóricas do conceito de migração para entender esse fenômeno no contexto da lógica da sociedade capitalista. Isso nos leva à pergunta de partida e norteadora. Por que se migrar efetivamente? Sobre essa pergunta, Richmond (1988) sublinhou que os pesquisadores em Ciências Humanas e Sociais

empreenderam extensos esforços tentando há mais de um século para esclarecer esta questão, que diz respeito tanto à Geografia como Psicologia, Economia, Sociologia, Antropologia, Serviço Social ou Demografia.

Ao analisar os clássicos da sociologia, como Marx, Durkheim e Weber, demonstrou que a migração era analisada na virada do século XIX para XX, enquanto consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo, assim como os processos de industrialização e urbanização (Richmond, 1988, p.170). Isto envolvia, como apontou Gaudmar (1977), o declínio das comunidades rurais e a criação de culturas heterogêneas e cosmopolitas, na concorrência dos imigrantes por emprego e na luta para sobreviver numa cidade de ambiente estranho.

Para os pontos de vista dos autores positivistas, a migração é um fenômeno natural e inevitável, resultante da escolha pessoal do indivíduo migrante. Nesta linhagem, Malthus (1798) declarou que a migração é uma consequência inevitável da superpopulação. Esse pensamento decorre da visão de que a população cresce em ordem geométrica, mas a capacidade da terra de reprodução dos recursos naturais para atender as necessidades com alimentos e outros bens para população cresce em ordem aritmética. Portanto, há uma inadequação entre o crescimento populacional e o número de riqueza disponível, que é a base do fenômeno migratório acelerado no mundo (Malthus, 1798, p.109).

De acordo com Piché (2013), que emite uma das primeiras abordagens explicativas, tanto a migração interna quanto a migração internacional centram-se na tomada de decisões individuais. Antes de tomar a decisão de deixar o local de residência, o indivíduo examina os custos, bem como as oportunidades da possível migração. Lee (1996) compartilha a abordagem individualista da migração, expondo que as pessoas migram em busca de melhores oportunidades e bem-estar que elas não encontram em seus países, cuja decisão é tomada em razão das informações que possuem sobre o país de destino. Portanto, não são tanto as características objetivas, mas as percepções individuais dos locais de origem e destino que causam a migração. Entre os fatores que intervêm no processo de migração, Lee (1996) menciona contatos pessoais e fontes de informações existentes no local de destino.

Segundo Sassen (1988), a imigração é um fenômeno essencialmente urbano e diz respeito, em particular, aos centros urbanos do mundo desenvolvido, respondendo em primeiro lugar à demanda de trabalho. Nessa concepção de migração, já não se fala de ruptura permissiva, mas de manutenção de vínculos entre o ambiente de origem do indivíduo e o lugar de residência, já que a vida dos migrantes atravessa fronteiras nacionais, unindo duas sociedades em um só apenas campo social.

De fato, como relatou Garneau (2020), a abordagem clássica positivista é baseada na hipótese central de racionalidade típica do “*homoeconomicus*”, à qual a complexificação é progressivamente introduzida. A unidade de referência continua sendo o indivíduo, possivelmente a família. No entanto, não leva em conta o contexto sócio histórico e político que dá origem a este fenômeno, o que, de acordo com as abordagens marxistas, é indispensável para compreender melhor os fatores explicativos da migração tanto nacional como internacional (Piche, 2013, Garneau,2020).

Embora Marx (1985) não tenha tratado especificamente do fenômeno migratório, abordou-o indiretamente como resultado das contradições entre capital e trabalho. Ao analisar mudanças políticas, econômicas e sociais na França, Irlanda e Escócia, destacou o papel dos governos e militares no deslocamento de camponeses e pequenos produtores, implementando políticas para atrair mão de obra.

No primeiro volume d' O Capital, Marx introduziu o conceito de “exército industrial de reserva” para caracterizar as frações da classe trabalhadora excedentes às demandas imediatas do capital, mas disponíveis para exploração. Jacques Bidet, professor emérito da Universidade Paris X-Nanterre e fundador da revista “*Actuel Marx*”⁶, explica que Marx identifica uma “superpopulação flutuante”, composta por trabalhadores contratados quando necessários e dispensados em períodos de baixa demanda, sendo relegados a espaços de subsistência pré-capitalistas, como áreas rurais ou núcleos familiares (Bidet, 2018, p. 1).

Essa dinâmica, segundo Bidet (2018, p. 1), permite ao capital “absorver, no seu ritmo, a força de trabalho indispensável ao processo de acumulação”. Lênin (1977) complementa essa análise ao afirmar que a expansão do capitalismo global dependeu de migrações planejadas por grandes corporações em busca de mão de obra barata, com o objetivo de “atrair trabalhadores para exploração”.

Gaudemar (1976) reforça essa perspectiva, apontando que os fluxos migratórios internacionais frequentemente atendem às necessidades de empresas que demandam força de trabalho em condições de superexploração. Assim, as teorias marxistas da migração investigam o deslocamento humano como uma resposta às forças econômicas de contextos históricos específicos. Ferreira e Cardin (2020, p. 3) destacam que essas teorias se fundamentam no materialismo histórico, método desenvolvido por Marx para analisar dinâmicas econômicas e políticas.

⁶ “*Actuel Marx*” é uma coletânea de estudos marxistas editada por Jacques Bidet, Gérard Duménil e Emmanuel Renault. Publicada pelas *Presses Universitaires de France*, conta com o apoio da Université Paris Ouest Nanterre *La Défense* e do *Centre National de la Recherche Scientifique*.

Nesse sentido, vale mencionar o artigo de Lênin, *O Capitalismo e a Imigração dos Trabalhadores* (1913), que discute as implicações da imigração na expansão do capitalismo. Nele ele indicou que o capitalismo:

[...] Criou um tipo especial de migração de povos. Países que se desenvolvem rapidamente no aspecto industrial, instalando mais máquinas e deslocando países atrasados do mercado mundial, aumentam os salários acima da média e atraem trabalhadores assalariados de países atrasados (LENINE, 1977, p. 20).

Nessa mesma linha, um grupo de sociólogos franceses ponderaram sobre o “mito da aristocracia” que se forma no interior do proletariado para explicar bem a lógica do capital, que, para explorar os trabalhadores, desenvolvem das políticas discriminatórias, favorecendo certo privilégio para uma minoria de trabalhadores com base na origem, experiência, sexo, raça ou nível de qualificação, etc. (POST, 2008).

Sobre esse assunto, Marx (1985), sem concordar com a expressão da aristocracia proletária, mas utilizou esse conceito no livro 3 do *Capital*, em sua carta a Siegfried Mayer e August Vogt de 9 de abril de 1870, para especificar que a burguesia divide o proletariado, de acordo com as fronteiras nacionais, e favorece uma nacionalidade em detrimento de outra, a fim de impedir a união internacional dos trabalhadores e manter sua dominação de classes sobre todo o proletariado. Marx descreve essa estratégia da burguesia de excitar os proletários ingleses contra os proletários irlandeses imigrantes, oferecendo privilégios aos trabalhadores ingleses enquanto ameaça esses mesmos privilégios através da concorrência de trabalhadores de diferentes nacionalidades. Essa afirmação pode ser observada em relação à situação média salarial anual dos trabalhadores nas grandes empresas americanas, de acordo com a região de nascimento (ver Quadro 1).

Quadro 1- Salário médio anual nos Estados Unidos segundo região de nascimento em 2018 (em US \$, correntes)

NATIVOS	MEXICANOS	CENTROAMERICANOS	CARIBENHOS	SUL-AMERICANOS
39575	24270	25750	32515	34400

Fonte: *Consejo Nacional de Población* - CONAPO, 2008⁷.

O Quadro 1 demonstra a lógica do capital no planejamento das ondas migratórias no mundo. Isso é o alicerce na qual sua exploração se baseia. Por exemplo, um caribenho, um

⁷ Por mais informações, veja "Consejo Nacional de Población-CONAPO, séries sobre Migração Internacional 2008". Disponível em: www.conapo.gob.mx. Acesso em: 21 agosto de 2019.

mexicano ou um sul americano, em suma, um imigrante, que trabalha em uma empresa americana, mesmo trabalhando como nativo americano custa menos à empresa. Portanto, o sistema capitalista tem interesse em estimular projetos migratórios em países da periferia.

Sobre esse assunto, Baeninger (2013) explica que a força de trabalho latino-americana nos Estados Unidos está presente em setores essenciais da economia norte-americana: serviços que requerem pouca qualificação, indústrias tradicionais intensivas em trabalho humano (têxtil, sobretudo) e nas plantações agrícolas. Esta participação, que como vimos tem a especificidade de se inserir no mercado de trabalho sob mais largas jornadas de trabalho, com relativa inferioridade ou mesmo ausência de direitos trabalhistas e previdenciários, com uma superior contribuição de riquezas criadas pela intensidade maior de seu trabalho e uma remuneração inferior à média nacional, é especialmente importante para o capital em tempos de crise capitalista como o atual (Baeninger, 2013, p.208).

Nesse sentido, o relatório da Organização das Nações Unidas (2022) estima que o número de pessoas migradas, ou seja, pessoas que vivem fora de seu país de origem a 281 milhões, equivalente a 3,6 % da população global, expostas a atos de racismo e explorações excessivas em seu país de acolhimento. Entretanto, preocupadas pela situação difícil dessa categoria, desde 1951, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou órgãos específicos relacionados às pessoas deslocadas em todo o mundo, que Brasil é signatário, como, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados-ACNUR, Organização Internacional para Migração-OIM e outros. Sobre esse assunto, Figueiredo (2019, ps.3-4) assinalou que:

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa” e ainda “em caso de perseguição toda pessoa tem direito a buscar asilo e a desfrutar dele, em qualquer país”. Com vista em criar uma política eficaz capaz de tutelar o direito dos refugiados e os migrantes, em 1951, a ONU criou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), órgão subsidiário responsável em promover, com os Estados e as ONGs, a proteção assistencial internacional aos refugiados e os migrantes. A criação da ACNUR concorreu para, no mesmo ano, a comunidade internacional elaborar uma Convenção em Genebra determinando os direitos e obrigações dos refugiados por meio de um estatuto migratório próprio conhecido como Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados ou apenas Carta dos Direitos dos Refugiados.

Mediante o cenário predominante na contemporaneidade, o Brasil não é exceção a este fenômeno. Este gigantesco país latino-americano tornou-se um país de imigração, de emigração e até mesmo país de trânsito para chegar aos Estados Unidos da América (Montinat, 2019;

Henderson, 2014). Assim, os dados de 2020 do Itamaraty⁸ demonstram que o número de brasileiros no exterior chegou a 4,2 milhões. Entretanto, o relatório do OBMigra (2021) explicou que o país registrou, de 2010 a 2020, um total de 1,3 milhão de imigrantes e refugiados. O mesmo relatório revelou que haitianos e venezuelanos são as principais nacionalidades registradas no país durante este período. Esses países se encontram em instabilidade política e econômica, as quais forçam os habitantes que migraram. Porém o Brasil também vive situações de crises orientados pelo resquício do seu modelo de colonização, por isso os migrantes são tratados de forma não amistosa pelos que aqui residem.

De fato, o Brasil é, de acordo com autores como Almeida (2018), Fernandes (1980), Gonzales (1980), Nery (2007), Santos (2001) e Moura (1994), por sua formação social, um país racista. Esses autores, analisaram o racismo brasileiro como determinante histórico e cultural, decorrente do passado colonial, tendo em vista que o Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão⁹ e ainda, o único país que não elaborou e efetivou uma política de reparação histórica para a população escrava, agora liberta. Para Moura (1994), em virtude desse processo de exclusão sem tentativas de reparação, o racismo no Brasil é estrutural. Há cerca de 130 anos, os negros traficados eram mantidos em condições subumanas de trabalho, sem remuneração e debaixo de açoite (Araújo, 2018, p. 232). Quando, no papel, a escravidão foi abolida, em 1888, nenhum direito foi garantido aos pretos. Sem acesso à terra e a qualquer tipo de indenização ou reparo por tanto tempo de trabalho forçado, muitos permaneciam nas fazendas em que trabalhavam ou tinham como destino o trabalho pesado e informal (Almeida, 2018).

Importante salientar que, segundo Moura (1994), o Brasil foi o último país da América Latina a vencer a escravidão, porém, no contexto do “escravismo tardio”, que o autor denomina como a segunda fase do escravismo brasileiro, nota-se “o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista” (Moura, 1994, p. 53). Florestan

⁸ Por mais informações, ler o artigo do jornalista Fernando Nakagawa, intitulado “Número de brasileiros no exterior cresce e chega a 4,2 milhões”. Publicado no CNN Brasil, em data de 03/09/2021 Disponível em:” <https://www.google.com/search?q=dados+de+2020+do+Itamaraty&oq=dados+de+2020+do+Itamaraty&aqs=chrome...69i57.1189j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 04 jun de.2022.

⁹ Num artigo intitulado, por que o Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão? Duílio Battistoni Filho (2018) relatou, que todos historiadores, economistas e sociólogos brasileiros se esforçam para explicar a abolição de escravidão no Brasil, mas nunca perguntam por que ela foi tão tardia. Nos países latino-americanos quase todos decidiram suprimir o tráfico e a própria escravidão, durante as guerras de independência (1810-1825). Como exceção, tivemos a abolição nas colônias holandesas, em 1863, Estados Unidos da América, em 1865 e no Brasil, em 1888 (Battistoni, 2018, p. 2). De acordo Araújo (2018, p. 232), o Brasil foi o último país das Américas a abolir com a escravidão. No entanto, temos que sublinhar que no caso do Haiti, a escravidão foi abolida desde 1804 (Manigat, 2007).

Fernandes (2010, p.31) de seu lado, destaca que o “(..) desaparecimento tardio da escravidão acaba por convertê-la em um dos fatores da ‘acumulação originária’ na cena histórica brasileira”. Nesse contexto, ainda seguindo pistas de Fernandes, a crise e manutenção do regime escravocrata foram vitais para transferência do excedente econômico para os centros urbanos, isso modifica a estrutura da sociedade e sua geografia. Não se trata aqui de secundarizar outros fatores como a imigração, que apesar de ter um sentido “claro” de uma política de branqueamento da sociedade brasileira, oculta o plano de fundo da constituição de uma superpopulação relativa, contudo, “que não se conte a história tão depressa e tão por cima a ponto de deixar-se na penumbra a verdadeira camada primária desse “mundo moderno” de raízes tão arcaicas” (Fernandes, 2010, p. 32).

De fato, esse processo, que Fernandes (2010, p.32) irá localizar como terceira fase “socioeconômica da evolução do sistema de produção e de dominação econômica”, caracteriza-se pela imersão e ampliação do capitalismo dependente. Nesse sentido, a análise florestania sugere dois desdobramentos práticos, a continuidade de um Estado senhorial e escravista, mesmo após a sua conversão em um Estado nacional, e a expansão da ordem social competitiva, possibilitando um Estado burguês com características inerentes ao processo brasileiro, “através de um prolongado e conturbado parto histórico. A evolução ocorrida indica que foi preciso mais de meio século para que a descolonização atingisse, por fim, todas as estruturas de poder das classes dominantes e a organização do Estado nacional” (Fernandes, 2010, p. 32).

A partir desse preâmbulo inicial a sociedade brasileira pós-abolição se caracterizou pelo modelo de uma burguesia que se constituíram no país, em que o “novo” surge em total convivência com o “velho”, engendrando uma burguesia “nacional” com características escravocratas, oligárquicas e autocráticas. Florestan Fernandes atribuiu a essa burguesia que emerge como classe, a caracterização de uma *congérie social*, ou seja, um aglomerado de setores dominantes que se relacionam em torno de interesses imediatos ou comuns, que a partir do momento que intensificam suas relações com a burguesia imperialista, passam por um processo de aburguesamento para repetir Dérik Bezerra Machado (2019, p. 62). Nesse sentido, “a revolução burguesa se dá por uma aliança entre setores que assumiram o ‘espírito burguês’ e parte das velhas elites oligárquicas e o que os une é a necessidade de frear a revolução vinda de baixo” (Iasi, 2017, p. 282).

Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? É dessa perspectiva que o “burguês” e a “Revolução Burguesa” aparecem como no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte

do próprio processo de implementação do desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil (Fernandes, 2005, p. 37).

Portanto, localizar essa particularidade da formação social brasileira revela-se de suma importância para traçar tendências em relação à interpretação da Revolução Burguesa. Assim, “ao contrário da Revolução Burguesa ‘clássica’, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais” (Oliveira, 2013, p. 63).

Para Almeida (2018) o racismo se constitui de forma sintomática, o qual caracteriza a neurose cultural brasileira. De acordo com ele, o racismo brasileiro é estrutural, no sentido que ele é a formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro de uma sociedade que frequentemente coloca um grupo social ou étnico em uma posição melhor para ter sucesso e ao mesmo tempo prejudica outros grupos de modo consistente e constante, causando disparidades que se desenvolvem entre os grupos ao longo de um período de tempo (Almeida, 2018). Assim, na sociedade brasileira, Almeida (2018) demonstrou que “as expressões do racismo no cotidiano do povo brasileiro, que seja nas relações interpessoais, sejam na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade”. Uma ideia sustentada por Jurado (2019), dizendo que na construção da sociedade brasileira, o racismo é o cimento. Ele é o elemento que sustenta a estrutura social, política e econômica da sociedade brasileira.

Lima (2017), revisando um conjunto de trabalhos e projetos de organizações internacionais abordando esse tema na sociedade brasileira, afirma que os estudos que procuram identificar os efeitos da condição racial na sociedade brasileira, constituem pelo menos três linhas principais de interpretação na trajetória dos estudos sobre a situação social do preto e as relações raciais Brasil: primeiro, os pretos ocupam as piores condições sociais devido ao fato de terem emergido recentemente da escravidão, período em que não havia preconceito racial e sim de classe (Pierson, entre 1935-1937). Então, o preconceito racial é um resquício da escravidão e é incontável com o desenvolvimento de uma sociedade de classes; (PROJETO UNESCO, 1953-1956). E finalmente, a discriminação racial é um mecanismo que gera desigualdades por meio da desqualificação competitiva dos pretos, preservando assim os privilégios e ganhos materiais e simbólicos para os brancos (Lima, 2017).

Deus (2001), por seu turno, declarou que a questão racial no Brasil se impõe e é real. De acordo com ela, existe uma predominância racial de uma sobre outra desde a época da colônia portuguesa. A partir do século XIX, começa uma política migratória diferenciada em relação ao que aconteceu durante o período colonial. Deus (2001) chamou de política de miscigenação para “embranquecer”, jamais para “empretecer”. No Brasil as elites priorizaram a mão de obra europeia-branca para substituir a mão de obra escrava, porque os negros foram vistos como atrasados, e também havia a necessidade de uma mão de obra livre, barata e disponível para ser consumidora dos bens de consumo que apareciam no mercado industrial.

Segundo Cotinguiba (2014, p.56), essa política, de maneira objetiva, visou discriminar os negros, colocando-os como responsáveis da incapacidade de desenvolvimento do Brasil, esse pensamento das bases as políticas e tentativas de embranquecer a população, havendo a necessidade de injetar “sangue branco” na sociedade. Dessa forma, a população negra do Brasil, desde a formação da República, foi menosprezada com essa ideologia de branqueamento da sociedade.

Baseava-se na suposta superioridade branca, substituída pelo eufemismo de “raças mais adiantadas” em oposição às “raças menos adiantadas” e ainda pelo fato de deixar em aberto a questão de ser inferioridade inata [...] Com esses princípios, com essas crenças, convive a sociedade brasileira até hoje (Deus, 2001, p. 183).

Entretanto, a sociedade brasileira consegue camuflar o racismo estrutural e propõe uma tímida presença da população preta em espaços públicos (políticos, sociais, econômicos) dominados por elites brancas que criaram a ilusão da democracia racial. Segundo Deus (2001, p. 179), essa democracia racial é:

Criada por elites brancas e laboriosamente inscrito e arraigado no imaginário social, inclusive com a colaboração de eminentes cientistas sociais, o mito da democracia racial que se supõe existir no Brasil foi, provavelmente, um dos mais poderosos mecanismos de dominação ideológica já produzida no mundo. Por meio dele ressalta-se o caráter miscigenado da sociedade brasileira: um povo mestiço, misturado, tolerante, aberto aos contatos inter-raciais.

De acordo com Domingues (2005), democracia racial, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. No Brasil, a lei Áurea, em 1888, aboliu a escravidão, o principal dispositivo institucional de opressão dos pretos do país. Em 1889, a proclamação da República

universalizou, em tese, o direito à cidadania. Do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam a desfrutar de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos em todas as áreas da vida pública: educação, emprego, moradia, terra, saúde, lazer, etc. (Domingues, 2000). No entanto, segundo o artigo 70, título da Constituição de 1891, não tinham direitos políticos, ou seja, não podiam votar e ser votados, entre outros, os analfabetos, condição na qual se encontrava a maioria da população preta, no Brasil, no alvorecer da República. Assim, a inexistência da igualdade política anula, na prática, muito dos supostos avanços da teoria¹⁰ (Domingues, 2005, p. 2).

Nessa dinâmica, historicamente a população negra no Brasil evolui no que Santos (2001) identificou como uma forma de invisibilidade racial, na qual os negros não se parecem de maneira qualitativa na sociedade (cidadãos da margem da cidadania), fazendo referência a eles para identificar a pobreza, falta de moradia, desemprego, violência. Portanto, é sob esse cenário de invisibilidade que verificamos que o preto iniciou a constituição do seu *não-lugar*, marcada por uma subcidadania, protagonizada pelos pensamentos de uma sociedade que caminhava para se encaixar aos ditames do capitalismo internacional.

Assim, se os negros brasileiros, cidadãos¹¹ de seu país, se encontram confrontados diariamente pelo comportamento racista estrutural brasileiro, os haitianos, além de serem imigrantes e pretos, originam-se do país mais empobrecido da região, sofrendo com a falta de empregos, de infraestrutura, de autonomia e ocupa de acordo com Seguy (2014) a *epi periferia*¹²

¹⁰ Além dos analfabetos, não eram eleitos ou eleitores os mendigos, mulheres e outras minorias. O artigo completo pode ser localizado em "Constituição de 24 de fevereiro de 1891". In: AGUIAR, Floriano de (org.). Constituições do Brasil. Vol. I. Rio de Janeiro, Ed. Liber Juris, 1975, p.393.

¹¹ Na verdade, até os negros brasileiros, temos dúvidas de falar de uma cidadania plena, segundo a formação social do país. Como sugere o título do texto de José Murilo de Carvalho "Cidadania no Brasil – o longo caminho", diz respeito ao avanço da cidadania no Brasil, enquanto fenômeno histórico. O autor inicia seu trabalho desdobrando a cidadania em três dimensões: direitos civis (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei), direitos políticos (direito à participação do cidadão no governo da sociedade – voto) e direitos sociais (direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria). Murilo de Carvalho demonstra que no Brasil não houve um atrelamento dessas três dimensões políticas. O direito a esse ou àquele direito, digamos à liberdade de pensamento e ao voto, não garantiu o direito a outros direitos, por exemplo, à segurança e ao emprego. No mesmo sentido, a agravação dos problemas sociais no país nos últimos anos serve de apoio para o autor contrastar as dimensões dos direitos políticos, via o sufrágio universal, com os direitos sociais e os direitos civis. A negação desses direitos, vez ou outra no Brasil, é utilizada pelo historiador para dar sustentação à sua tese de que se tem gerado historicamente neste país uma cidadania inconclusa – como na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX (Carvalho, 2009).

¹² O sociólogo haitiano Franck Seguy utiliza o conceito de epiperiferia para descrever a condição de dependência do Haiti na economia global. Segundo Seguy (2014), o Haiti, embora posicionado na periferia dos Estados Unidos, também se encontra sob a influência de países em desenvolvimento, como o Brasil. Ele argumenta que essa posição configura o Haiti como uma espécie de colônia dos países imperialistas, mas com uma camada adicional de subordinação, que reflete uma complexa dinâmica de exploração entre nações centrais e emergentes.

do mundo, como são as condições de vida deles nesse território? Assim, a questão norteadora da pesquisa é a seguinte: Quais são as particularidades da manifestação do racismo estrutural brasileiro sobre imigrantes haitianos(as) no Estado do Rio de Janeiro entre 2010 a 2024? Permanecendo sem resposta, demonstrando que o objeto de estudo mantinha como características de novo e inédito, condições exigidas para um objeto de Doutorado. A realização da pesquisa do campo e a aplicação de questionários foram fundamentais para elucidar algumas dessas questões, que esperamos ter respondido ao longo da tese.

Portanto, este estudo tem como objetivo geral de compreender o processo migratório de haitianos para ao Brasil, entre 2010 e 2024, visando evidenciar as múltiplas dimensões do racismo estrutural brasileiro (cultural, socioeconômica e institucional) manifestado na falta de acesso às políticas sociais voltadas às populações migrantes e pretas na cidade do Rio de Janeiro. Deste objetivo geral seguem quatro objetivos específicos:

- ✓ Compreender os contextos sócio-histórico e políticos da imigração haitiana no Brasil, com vistas a elucidar as contradições existentes na América Latina contemporânea, em especial no Haiti;
- ✓ Analisar as políticas migratórias adotadas pelos Estados haitiano e brasileiro nos séculos XIX, XX e XXI, com o objetivo de compreender como esses dois países pós-coloniais latino-americanos abordaram a migração e o racismo ao longo desses períodos, considerando suas particularidades e singularidades históricas;
- ✓ Mapear as políticas sociais voltadas à população imigrante haitiana na cidade do Rio de Janeiro, empreendendo análise crítica acerca de suas insuficiências e evidenciando seu caráter racista;
- ✓ Analisar as compreensões de imigrantes haitianos (as) na cidade do Rio de Janeiro em face das particularidades da manifestação do racismo estrutural brasileiro sobre esta população.

1.2 Procedimentos Metodológicos e Diretrizes Éticas da Pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com coleta de dados realizada de forma mista, combinando informações qualitativas e quantitativas. Essa abordagem visa compreender o processo migratório de haitianos para o Brasil entre 2010 e 2024, destacando as múltiplas dimensões do racismo estrutural brasileiro (cultural, socioeconômico e institucional), refletido na dificuldade de acesso às políticas sociais destinadas às populações migrantes e

negras no Rio de Janeiro. Conforme Martinelli (1999, p. 21), esse tipo de pesquisa qualitativa tem como objetivo "trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado; não é apenas a visão do pesquisador sobre o problema, mas também o que os sujeitos têm a dizer sobre ele". Nesse sentido, os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa foram articulados em três etapas: revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo.

O primeiro momento constitui-se da revisão bibliográfica sendo orientada por categorias de análise tais como: imigração, cultura, política social, racismo estrutural, etc. Selecionou-se e consultou-se a produção acadêmica de autores haitianos, brasileiros e de outras nacionalidades que têm abordagem sobre esses temas por meio de teses, dissertações, periódicos, livros, anais de eventos científicos e outros nas plataformas como Scielo, Scribd, Google Scholar e banco das teses da Capes.

No segundo momento, foi realizado o levantamento documental dos documentos oficiais e legislativos tanto brasileiros quanto haitianos e organismos multinacionais nos quais contemplem a situação migratória, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com foco nos textos sobre a dignidade da pessoa humana; a Constituição Brasileira de 1988, em seus capítulos e incisos sobre direitos e deveres dos imigrantes, bem como uma análise da Lei de Migrações, Lei nº 13.445 de 2017, *International Organization for Migration-Haiti (OIM-HAITI)*, *Groupe d'Appui aux Rapatriés et Réfugiés (GARR-Haiti)*, Conselho Nacional de Imigração, Registros no Sistema Nacional de Empregos (SINE), Secretaria Municipal de Rio de Janeiro, Registro dos Atendimentos da Pastoral dos Migrantes, Caritas, a fim de analisar se os documentos oficiais correspondem à realidade vivenciada pelos sujeitos desta pesquisa. Também, foi consultado e utilizado alguns dados de pesquisa de *Migration for Development and Equality- MIDEQ* realizado sobre imigração haitiana no Brasil, especificamente nas cidades do Rio de Janeiro, do Porto-Velho, São Paulo e Santa-Catarina.

Ainda que simultaneamente à revisão bibliográfica e ao levantamento documental, o terceiro momento foi caracterizado pela pesquisa de campo. Esse momento foi constituído por diferentes técnicas, seja pela observação participante nos eventos realizados para e/ou por imigrantes haitianos no Rio de Janeiro, seja por entrevistas semiestruturadas, seja pelo grupo focal com membros da comunidade haitiana no Rio de Janeiro.

Como a pesquisa realizada tem como foco o ser humano, tivemos o cuidado de aplicar estritamente todos os princípios éticos previstos na Resolução Nº 510 (2016) do Conselho Nacional de Saúde. Esta resolução estabelece as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam dados obtidos diretamente

com os participantes (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, Resolução N° 510, Art. 1). Assim, a pesquisa demonstrou compromisso com o respeito à dignidade humana e com a devida proteção aos participantes. Antes de realizarmos os trabalhos de campo no Rio de Janeiro, foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Essa submissão foi aprovada, conforme demonstrado no Anexo A desta tese. Todos os participantes foram convidados a contribuir voluntariamente, sendo devidamente informados sobre a natureza, justificativa, objetivos e possíveis riscos envolvidos no estudo. Garantiu-se, também, que as informações obtidas não seriam manipuladas para fins ilícitos ou desconhecidos, prevenindo quaisquer danos materiais ou imateriais aos entrevistados. Para assegurar o sigilo e a confidencialidade dos dados, foram atribuídos nomes fictícios aos participantes, protegendo assim sua identidade durante o processo de análise.

Esta pesquisa foi realizada como já apontamos com a população haitiana residente no Rio de Janeiro, especialmente na capital do estado, localizada na região Sudeste do Brasil. Essa cidade é reconhecida como o maior destino turístico internacional do país, da América Latina e do Hemisfério Sul em 2008 (GLOBO, 2010). Ela é a cidade brasileira mais conhecida no exterior, funcionando como um "espelho" ou "retrato" nacional, tanto positiva quanto negativamente. Segundo o IBGE, sua população foi estimada em 6.775.561 habitantes em 2021. Classificada como metrópole, exerce influência cultural, econômica e política em âmbito nacional (Pacheco, 2021), sendo um dos principais centros econômicos e financeiros do país, além de internacionalmente reconhecida por seus ícones culturais e paisagísticos (PORTAL IG-BRASIL ESCOLA, 2012 e veja o capítulo três do trabalho).

De acordo com a estimativa da OBMigra de 2021, o Rio de Janeiro registra 2.410 imigrantes haitianos em 2022 (ver figura 08 da pesquisa). Nesse contexto, identificamos e entrevistamos 19 líderes da comunidade haitiana (ver quadro 2), reconhecidos como tal pela própria população. A escolha dessas lideranças se justifica pela função que desempenham como mediadoras entre os serviços públicos e os imigrantes haitianos, sendo essenciais para compreender as dinâmicas de integração dessa comunidade.

Quadro 2- Quadro 2 - Perfis dos imigrantes entrevistados no Rio de Janeiro

N°	Nome	Sexo	Religião	Profissão	Estatuto civil	Escolarização
1	WILL	Masc	Adventista	Médico	Casado	Graduação
2	Mania	Fem	Adventista	Estudante	Solteira	Graduação
3	Pierre	Masc	Sem	Estudante	Solteiro	Graduação
4	Polo	Masc	Protestante	Doutorando	Solteiro	Doutorando
5	Chegue	Masc	Sem	Guio turismo	Separado	Graduação

6	Astride	Fem	Baptista	Transista	Solteira	Seg. Ens médio
7	José	Masc	Protestante	Uber/artisan	Casado	Graduação
8	Ray	Mas c	Protestante	Pastor/uber	Casado	Graduação
9	Sonson	Masc	Advantista	Estudante	Solteiro	Ensino médio
10	Pipo-cl	Masc	Evangélico	Relacoes int.	Casado	Graduação
11	Lulu	Masc	Protestante	Programador	Casado	Graduação
12	Boby	Mas	Vodu	Prod. cultural	Casado	Graduado
13	Fanie	Fem	Teste. Geov	Vendedora	Solteira	Graduação
14	Jehova	Fem	Test. Geova	X	Solteira	Ens. Médio C.
15	Niki	Fem	Sem	Estudante	Solteira	Doutorando
16	Angela	Fem	Protestante	Estudante	Soltero	Graduação
17	Jean Baptiste	Mas	Vodou	Administ	Casado	Universitário
18	Fleure	Fem	Cricianista	Economista	Casada	Universitária
19	Mikado	Mas	Protestante	Economista	Solteiro	Universitário

Fonte: Elaboração do autor (2024).

Esses 19 líderes foram selecionados com base em critérios específicos que visam compreender as dinâmicas de integração dos haitianos no Rio de Janeiro. A escolha priorizou lideranças comunitárias, pois estas atuam como mediadoras entre os serviços públicos e a população haitiana, sendo fundamentais para identificar e analisar as manifestações do racismo estrutural brasileiro nesse contexto. Esses líderes foram identificados em parceria com instituições como o CRAS, Viva Rio, Cáritas, lideranças religiosas e, nos próprios bairros, por meio de observação participante. Além disso, foram considerados critérios como origem haitiana e tempo mínimo de residência de um ano no Brasil, assegurando que os participantes tenham vivências relevantes para a pesquisa.

Foi realizado também, um grupo focal com os membros da organização haitiana "União dos Imigrantes Negros no Brasil" (UNIB), sediada no Rio de Janeiro. Este encontro reuniu seis imigrantes, todos vinculados a essa estrutura. O conteúdo detalhado das discussões está apresentado no Apêndice B – Roteiro do Grupo Focal, oferecendo informações adicionais sobre as temáticas abordadas. Além disso, o quadro 3 descreve os perfis dos participantes, permitindo uma melhor compreensão da composição deste grupo focal.

Quadro 3- Perfil dos participantes do grupo focal

Nº	Nome	Sexo	Religião	Profissão	Est.civil	Escolarização
1	Miria	Fem	Jeová	Sem	Divorciado	Ens med compl
2	Codada	Masc	Evangélico	Sem	Casado	Ens. Med. Compl
3	Pastè	Masc	Baptista	Teologia	Casado	Universitário
4	Nana	Fem	Baptista	Sem	Divorciada	Ens. Med. Compl
5	Mama	Fem	Adventista	Artista	Solteira	Universitária

6 Prezidan Masc Batista Med Solteiro Universitária
Fonte: Elaboração do autor (2024).

Nas entrevistas individuais e no grupo focal, houve um esforço para assegurar a representatividade de gênero, envolvendo tanto homens quanto mulheres em todo o processo de coleta de dados. Das 19 pessoas entrevistadas individualmente, 7 foram mulheres (37%) e 12 homens (63%). Além disso, para ampliar a compreensão do fenômeno analisado, foram realizadas entrevistas com dois interlocutores não haitianos, que autorizaram o uso de seus nomes reais na análise dos dados. O primeiro é Felipe Moulin, arquiteto e urbanista, coordenador executivo da UNI Periferias, que atuou no projeto MIDEQ, com foco no corredor migratório Haiti-Brasil, entre março de 2021 e março de 2024. O segundo é Jan Onoszco, tradutor e jornalista britânico, residente no Rio de Janeiro há mais de 15 anos, que colabora estreitamente com a equipe do MIDEQ Brasil e desempenha o papel de principal gestor do projeto cultural do *People's Palace Projects* (PPP), uma organização cultural baseada no Reino Unido, associada à *Queen Mary University of London*, que atua em projetos artísticos e de pesquisa com foco em justiça social e impacto cultural do país desde das décadas. Para a análise e interpretação dos dados coletados no campo, foi adotada a análise de conteúdo, definida por Bardin (1977) como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas para descrever o conteúdo das mensagens, com o objetivo de identificar indicadores que permitam inferir conhecimentos sobre as condições de produção dessas mensagens.

No presente estudo, seguiram-se as estratégias metodológicas propostas por Bardin (1977), organizadas em três etapas cronológicas: Pré-análise: momento de sistematização e operacionalização das ideias, permitindo a eliminação, substituição ou inclusão de elementos que possam enriquecer a compreensão e explicação do fenômeno investigado. Exploração do material: etapa em que o material coletado passa por uma análise detalhada, sendo codificado, categorizado e quantificado para garantir uma verificação minuciosa do conteúdo. Tratamento dos resultados: fase em que os dados são trabalhados e transformados em informações qualificadas, precisas e aprofundadas, buscando responder à problemática e alcançar os objetivos estabelecidos pela pesquisa.

1.3 Estrutura e organização da Tese

Esta tese apresenta uma análise aprofundada sobre a migração haitiana para o Brasil, examinando-a à luz da lógica capitalista e do racismo estrutural no contexto brasileiro. Na

introdução, são discutidas as contribuições da literatura internacional, brasileira e haitiana, com especial atenção às análises que articulam essas dimensões estruturantes. A pesquisa foi construída a partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar, fundamentada em teorias clássicas e críticas, permitindo identificar lacunas significativas na literatura, além de propor novas questões e hipóteses de investigação ancoradas em uma perspectiva ontológica.

Organizada em quatro capítulos, a tese explora a trajetória dos imigrantes haitianos no Brasil enquanto sujeitos inseridos em dinâmicas sócio-históricas, políticas, culturais e econômicas. Cada capítulo busca compreender os desafios enfrentados, as estratégias de resistência e os processos de integração e reconfiguração identitária no contexto brasileiro.

O primeiro capítulo aborda os fatores que impulsionaram a migração haitiana para o Brasil a partir de 2010, situando-a no contexto das contradições da América Latina contemporânea e do cenário haitiano. São discutidos os fluxos migratórios na América Latina e no Caribe, o papel do Estado haitiano, caracterizado como "predador", e as condições que conectam a emigração haitiana às dinâmicas regionais e à inserção no Brasil.

No segundo capítulo, analisam-se as políticas migratórias do Haiti e do Brasil ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, com ênfase no tratamento dado à migração e no papel do racismo. Exploram-se o projeto de "branqueamento" populacional no Brasil, as restrições históricas à presença de pessoas negras, e as mudanças trazidas pela nova Lei de Migração brasileira, confrontando-as com as diretrizes do "Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular" da ONU.

O terceiro capítulo examina as políticas de assistência social voltadas para imigrantes no Rio de Janeiro, com destaque para a experiência dos haitianos e o impacto do racismo estrutural. A análise inclui um panorama histórico das políticas de assistência na cidade, suas limitações e episódios de discriminação que marcaram o atendimento à população imigrante.

Por fim, o quarto capítulo investiga as percepções dos haitianos sobre o racismo estrutural no Brasil e seus reflexos em suas vidas cotidianas. Ressaltam-se as contribuições culturais e econômicas dessa população, além de suas vivências em relação às práticas racistas nas interações sociais e institucionais.

Ao longo da tese, procura-se articular aspectos teóricos, documentais e empíricos, promovendo um diálogo constante entre as experiências vividas pelos sujeitos e as análises acadêmicas. A abordagem do pesquisador, que alia um olhar crítico e engajado à complexidade do tema, busca trazer novas perspectivas sobre a migração haitiana no Brasil, contribuindo para o debate sobre as intersecções entre migração, capitalismo e racismo estrutural.

Nas entrevistas individuais e no grupo focal, houve um esforço para assegurar a representatividade de gênero, envolvendo tanto homens quanto mulheres em todo o processo de coleta de dados. Das 19 pessoas entrevistadas individualmente, 7 foram mulheres (37%) e 12 homens (63%). Além disso, para ampliar a compreensão do fenômeno analisado, foram realizadas entrevistas com dois interlocutores não haitianos, que autorizaram o uso de seus nomes reais na análise dos dados. O primeiro é Felipe Moulin, arquiteto e urbanista, coordenador executivo da UNI Periferias, que atuou no projeto MIDEQ, com foco no corredor migratório Haiti-Brasil, entre março de 2021 e março de 2024. O segundo é Jan Onoszco, tradutor e jornalista britânico, residente no Rio de Janeiro há mais de 15 anos, que colabora estreitamente com a equipe do MIDEQ Brasil e desempenha o papel de principal gestor do projeto cultural do *People's Palace Projects* (PPP), uma organização cultural baseada no Reino Unido, associada à *Queen Mary University of London*, que atua em projetos artísticos e de pesquisa com foco em justiça social e impacto cultural do país desde das décadas.

Para a análise e interpretação dos dados coletados no campo, foi adotada a análise de conteúdo, definida por Bardin (1977) como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas para descrever o conteúdo das mensagens, com o objetivo de identificar indicadores que permitam inferir conhecimentos sobre as condições de produção dessas mensagens.

No presente estudo, seguiram-se as estratégias metodológicas propostas por Bardin (1977), organizadas em três etapas cronológicas: Pré-análise: momento de sistematização e operacionalização das ideias, permitindo a eliminação, substituição ou inclusão de elementos que possam enriquecer a compreensão e explicação do fenômeno investigado. Exploração do material: etapa em que o material coletado passa por uma análise detalhada, sendo codificado, categorizado e quantificado para garantir uma verificação minuciosa do conteúdo. Tratamento dos resultados: fase em que os dados são trabalhados e transformados em informações qualificadas, precisas e aprofundadas, buscando responder à problemática e alcançar os objetivos estabelecidos pela pesquisa.

2- CAPÍTULO I: CONTEXTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL: PERSPECTIVAS E DINÂMICAS

Este capítulo busca desvendar os fatores que impulsionam a presença de imigrantes haitianos no Brasil desde 2010, lançando luz sobre as complexas contradições que atravessam a América Latina contemporânea, com destaque para o cenário haitiano. Para isso, iniciamos com uma análise do fenômeno migratório na América Latina e no Caribe, explorando as forças e os desafios que moldam esses deslocamentos. Em seguida, examinamos o papel do Estado haitiano, visto aqui como um "Estado predador" que, em vez de proteger, age contra sua própria nação, contribuindo diretamente para a emigração em massa de haitianos. Por fim, investigamos os contextos sócio-históricos e políticos que orientam a migração haitiana para o Brasil, revelando nuances que conectam essa jornada às condições mais amplas da região.

2.1 Imigração no contexto regional caribenho e latino americano

Antes de analisar os contextos sócio-histórico e políticos da migração haitiana para o Brasil, é importante localizar o contexto regional desse país e sua relação com os países do Caribe. Assim como assinala Lasserre (1974), o Caribe é definido como uma entidade espacial, ou seja, uma região particular. No entanto, há muitas definições dessa região, na literatura há diversos conceitos e definições para a mesma, o tom, a nuance e abordagem são decisivos para a definição da região. O que está claro é que todas essas definições partem do conceito de região para definir o Caribe, essa discussão, apesar de importante não será levada a frente, neste trabalho limitamo-nos apenas à aproximação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe -CEPAL, que define a região caribenha como:

(...) o conjunto "Ilhas do Caribe" do projeto acadêmico *Atlas do Caribe*¹ e com o "Caribe Insular" considerado pelo Centro para a Observação Migratória e o Desenvolvimento Social no Caribe (OBMICA, 2016). Coincide também com a jurisdição insular da sede sub-regional da CEPAL para o Caribe, que, além disso, inclui Belize, Guiana e Suriname, enquanto a sede sub-regional da América Central define como abrangidos por ela Cuba, Haiti e República Dominicana, que, assim, fazem parte de ambas as sub-regiões². (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2018, p. 11).

A mesma fonte explica que essa região é formada por inúmeras ilhas, ilhotas e arquipélagos, cujo nome vem do mar que liga seus países e territórios: Mar do Caribe, também

conhecido como Mar das Caraíbas ou ainda Mar das Antilhas. Ela se situa entre a América do Sul e a América do Norte, e a leste da América Central, da qual é parte. Fica inteiramente no Hemisfério Norte e seu clima é tropical (CEPAL, 2018). A figura 01 do trabalho ajuda a localização geográfica dessa região, assim como a república do Haiti que compartilha a ilha de Hispaniola com a República Dominicana.

Figura 1- Localização geográfica da região caribenha, assim como a República do Haiti no mar do Caribe e no Oceano Atlântico



Fonte: CEPAL, 2018

O relatório da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2018) destaca que o Caribe tem sido palco de profundas crises históricas – sociais, políticas, económicas e ambientais – que moldaram as dinâmicas migratórias e identitárias da região. Essas instabilidades estruturais não só marcaram o cenário caribenho, como também incentivaram ondas migratórias intensas, tanto internas como externas, criando complexas teias de mobilidade e transformação social. Em 2015, estimativas das Nações Unidas apontavam para um total de 7.773.471 migrantes, entre fluxos intra e extra regionais, sobre uma população de aproximadamente 43,2 milhões de habitantes, ilustrando a relevância e a amplitude deste movimento humano (CEPAL, 2018, p. 15).

No estudo intitulado "Caribe: lógicas de diversidade ou sociedades impossíveis?", Francis Affergan (2006) aprofunda essa complexidade ao observar que, embora o Caribe possa ser percebido como uma unidade regional, é inegavelmente segmentado por uma diversidade socioeconômica, política e cultural que atravessa cada território de forma única.

Em meio a essa multiplicidade, cada país exibe uma combinação singular de influências históricas e políticas que os torna ao mesmo tempo parte de um todo e uma entidade isolada. O Quadro 4 deste trabalho, portanto, busca oferecer uma visão detalhada dessa configuração sociopolítica e cultural, apresentando as particularidades dos territórios, seus status políticos distintos e as projeções demográficas, de acordo com a classificação da CEPAL (2015). Esta análise sublinha a pluralidade caribenha e convida à reflexão sobre como tais especificidades contribuem para a complexidade e riqueza dessa região em constante transformação.

Quadro 4- Caribe, territórios, por status e população estimada, por classificação, 2015

Ranking	Países	Estatutos	Habitantes	
			Miles	Porcentagem
	Cuba	Independiente	11 389,6	26,37
Entre 10 y 12 millones	Haiti	Independiente	10 711,1	24,79
	República Dominicana	Independiente	10 528,4	24,35
Subtotal	3		32 629,1	75,51
	Puerto Rico	Estado Libre Asociado de EE. UU	3 683,2	8,53
De 1 a 4 Millones	Jamaica	Independiente	2 793,3	6,47
	Trinidad y Tabago	Independiente	1 360,1	3,15
Subtotal	3		7 836,6	18,15
	Guadalupe, San Martín y San Bartolomé	Departamento y colectividad franceses de ultramar	468,5	1,08
	Martinica	Departamento francés de ultramar	396,4	0,92
	Bahamas	Independiente	388,0	0,90
	Barbados	Independiente	284,2	0,66

Entre 100.000 y 500.000	Santa Lucía	Independiente	185,0	0,43
	Curazao	País Autónomo dele Reino de los Países Bajos	157,2	0,36
	San Vicente y las Granadinas	Independiente	109,5	0,25
	Granada	Independiente	106,8	0,25
	Islas Vírgenes de EE. UU	Território não Incorporado de EE. UU	106,3	0,25
	Aruba	País Autónomo del Reino de los Países Bajos	103,9	0,24
Subtotal	12		2 305,8	5,34
	Antigua y barbuda	Independiente	91,8	0,21
	Dominica	Independiente	72,7	0,17
	Islas Caimán	Território britânico de ultramar	60,0	0,14
	Saint Kitts y Nevis	Independiente	55,6	0,13
Menos de 100.000	San Martín (neerlandês)	País autónomo del Reino de los Países Bajos	38,7	0,09
	Islas Turcas y Caicos	Território britânico de ultramar	34,3	0,08
	Islas Vírgenes Británicas	Território britânico de ultramar	30,1	0,07
	Bonaire, San Eustaquio y Saba	Municípios especiales de los Países Bajos	24,9	0,06
	Anguila	Território britânico de ultramar	14,6	0,03
	Montserrat	Território britânico de ultramar	5,1	0,01
Subtotal	12		427,8	0,99
Total	30		43245,2	100

Fonte: CEPAL, 2018 a partir de dados UMDESA em 2015¹³.

Observa-se neste quadro que a República do Haiti, a República Dominicana e Cuba fazem parte das grandes Antilhas e representam mais de 75% da população e do território da região. O historiador haitiano, Leslie François Manigat (2007), refletindo sobre este aspecto, afirmou

¹³ Vale lembrar que procuramos os dados mais recentes sobre o censo da população caribenha. Porém, encontramos apenas o censo de 2015 como a última atualização, com a previsão de realizar o próximo, em 2025.

que Haiti, Cuba, Jamaica e Porto Rico são os quatro países do Caribe que formam as Grandes Antilhas. Nesta região, diz o autor haitiano, que a dinâmica migratória (intra e/ou extra regional) do Caribe é muito avançada. De acordo com ele, existem duas categorias de países do Caribe: de um lado, países com tradições migratórias como: Haiti, Jamaica, República Dominicana, Barbados, Suriname, Santa Lúcia, Porto Rico, Trinidad e Tobago; e, por outro lado, os países receptores de imigrantes que são as possessões francesas (Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica), Bahamas e as Ilhas Virgens Britânicas (Manigat, 2007).

Em relação a região sul-americana em geral, o último relatório da Organização Internacional para Migração- OIM (2020), destacou que, na história das nações sul-americanas, três grandes padrões migratórios definiram a migração nesta região: o primeiro corresponde à imigração *d'outre-mer*¹⁴; a segunda diz respeito à migração intrarregional e a terceira refere-se à migração extrarregional dos sul-americanos (OIM, 2020).

No entanto, nos últimos anos, o relatório da OIM em data de 2021 demonstra que milhões de sul-americanos optaram pela migração intrarregional. Vários acordos adotados como parte dos processos de integração regional contribuíram para fortalecer a migração intrarregional e permitir que os migrantes acessem os direitos sociais, revelou o relatório da OIM. Mais recentemente, a pandemia COVID-19 impactou a migração e a mobilidade humana na região, uma vez que os países restringem movimentos internacionais, transfronteiriços e internos para reduzir a propagação e o impacto da pandemia. Para prover aos não nacionais proteção adequada durante a crise, autores do relatório da OIM (2021) explicaram que alguns países da América do Sul, como Brasil, Chile, Argentina e outros, fizeram ajustes nos mecanismos administrativos para garantir a regularidade do status migratório de estrangeiros e seu acesso aos direitos sociais.

No que diz respeito aos dados migratórios, as principais fontes nacionais e regionais de dados, como o Observatório das Migrações Internacionais-OBMigra e o *International Migration in the Americas-SICREMI* e outros, coletam dados e analisam tendências. Essas fontes revelam que, a maioria dos países da região têm investido na melhoria da gestão migratória, o que estabeleceu as bases para melhores dados migratórios. Assim, esses dados mostraram que os migrantes interregionais tiveram como principal destino a região sul-

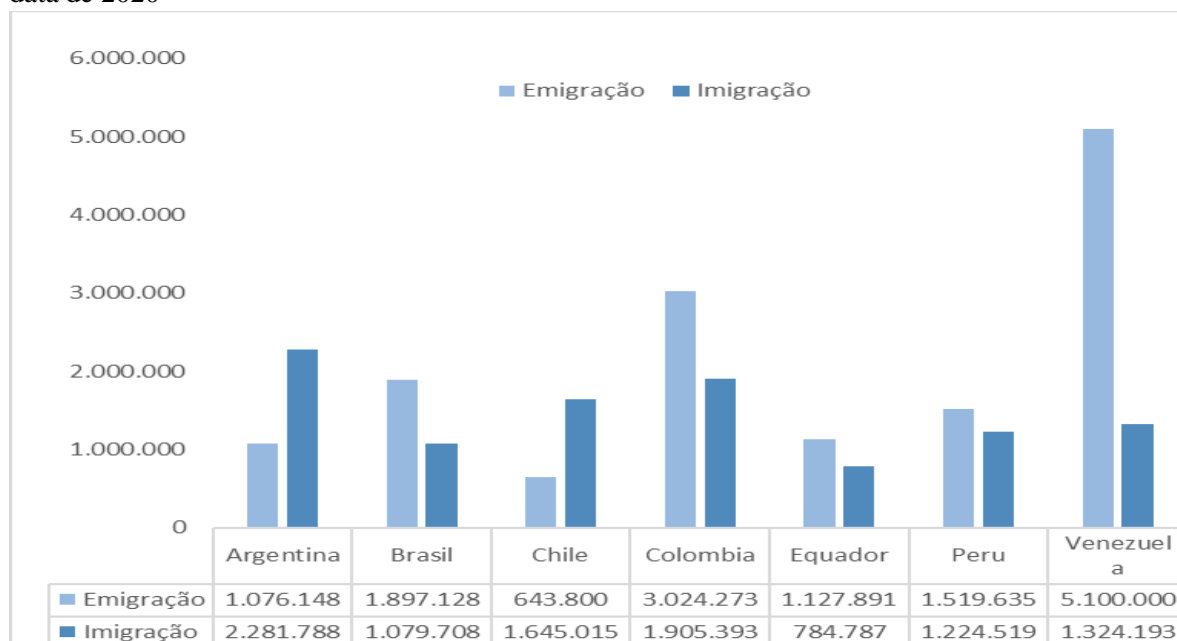
¹⁴ A expressão *d'outre-mer* pode ser traduzida como "ultramarino francês". No contexto caribenho, territórios como Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa e até mesmo a ilha da Reunião, no Oceano Índico, são considerados regiões ultramarinas da França. Esses territórios, embora estejam fisicamente distantes do território europeu, integram a República Francesa, com direitos e deveres próprios de qualquer região administrativa francesa, mas também enfrentam desafios específicos relacionados à sua localização geográfica e à preservação de suas identidades culturais dentro de uma estrutura nacional centralizada.

americana: Brasil, Chile e Argentina, países que atraem a maioria dos migrantes da região, procedendo principalmente dos países andinos¹⁵ e paraguaios.

Por outro lado, essas mesmas fontes apontaram que, desde que a Colômbia iniciou as negociações de paz em 2016 e 2017, após cinco décadas de conflito, e as situações socioeconômicas e políticas da Venezuela começaram a se deteriorar, muitos colombianos voltaram ao seu país e um número considerável de venezuelanos migraram para a Colômbia. Por exemplo, em julho de 2021, 4,1 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos foram registrados nesta região, 43% dos quais estavam na Colômbia, seguido pelo Peru, com 830 mil, e pelo Chile, com 455.500 (R4V, 2021).

Em suma, a migração internacional da região sofreu efetivamente mudanças consideráveis durante esta última década, conforme o gráfico 01 do trabalho fornecendo os dados estatísticos sobre imigração intrarregional e extrarregional dos latinos americanos durante essa última década.

Gráfico 1- Dados estatísticos sobre a recente migração intrarregional dos latinos americanos em data de 2020



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do relatório da OIM, 2021

¹⁵ Os países da América Andina são cortados pela Cordilheira dos Andes, sendo eles: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A América Andina é uma porção territorial da América do Sul. Recebe essa denominação pelo fato de ser cortada pela Cordilheira dos Andes, que se estende de norte a sul do subcontinente. Para mais informações, veja o texto FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "América Andina "; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/america-andina.htm>. Acesso em 04 de agosto de 2022.

De fato, esses dados estatísticos mostram que durante esta última década, a migração sul-americana sofreu mudanças na direção, na intensidade e na composição dos fluxos migratórios. Esses dados mostram que Venezuela, Colômbia, Brasil, Peru e Equador, ocuparam os cinco (5) primeiros lugares dos países de emigração da região, com um saldo migratório negativo. Entretanto, Argentina e Chile são dois países de imigrantes da região, com um saldo migratório positivo. Deve-se notar que, neste trabalho, analisaremos apenas os contextos sócio-histórico e políticos da presença de imigrantes haitianos no território do Brasil a partir de 2010, com vistas a elucidar as contradições existentes nesta região, em especial no Haiti. Então, na seção seguinte, abordaremos a história do Estado do/no Haiti, como principal responsável pelo deslocamento massivo do povo do país.

2.2 Do Estado do Haiti ao Estado no Haiti: Raízes Históricas do Empobrecimento do Haiti

Para entender as causas da emigração massiva da população haitiana, é fundamental examinar a natureza do Estado no Haiti, investigando sua trajetória histórica e seus processos de formação. Essa análise levanta a hipótese de que, mais do que um “Estado haitiano” propriamente dito, existe um “Estado no Haiti”, dada a relação historicamente conflituosa entre a população e as autoridades políticas desde a independência.

Essa questão nos leva a refletir sobre a própria ideia de Estado, que nas ciências humanas e sociais assume múltiplas interpretações. Georges Burdeau (1970) afirma que o Estado é uma construção sócio-histórica, algo que nem sempre existiu. As primeiras tentativas de explicar sua origem e natureza vieram dos pensadores clássicos contratualistas, como Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Teixeira (2007) observa que, para esses autores — Hobbes (1978), Locke (1978) e Rousseau (2002) —, o Estado representa a expressão da vontade geral, embora cada um deles ofereça abordagens distintas sobre o pacto social que o fundamenta. Conforme a sua seguinte colocação:

Independente de pequenas variações na concepção de soberania que os três autores aqui estudados desenvolveram, conclui-se que a necessidade da criação de um Estado soberano, ou seja, com poderes indivisíveis, ilimitados e inalienáveis, é uma constante na história do pensamento político moderno. Atribuir um caráter absoluto para o poder político que governa a sociedade parece ser a principal alternativa que os seus membros, historicamente, têm escolhido tratando aquilo – e aqueles – que não é de seu meio como estranho, ou estrangeiro (TEIXEIRA, 2007, p. 10).

Por outro lado, Maquiavel (1553) citado por Teixeira (2007) define o Estado como o nascimento de uma autoridade central e soberana que subtrai a ação política de considerações morais e religiosas. O sociólogo alemão Weber (2004) acredita que o Estado é uma entidade que exerce a autoridade legítima em um território determinado, desempenhando o poder do monopólio da violência por meio de um conjunto de instituições reagrupadas na burocracia como uma forma de organização humana formal e impessoal, baseada na racionalidade. Bourdieu (2014) de seu lado, concebeu o Estado como o resultado de um duplo processo de autonomização e formação, por meio da acumulação de um conjunto de princípios e condições históricas específicas de cada país.

No entanto, o pensamento marxista tomou outro caminho para explicar o Estado através das contradições de classe na sociedade capitalista. Este pensamento foi bem desenvolvido por Engels (1984), no livro intitulado "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado". A concepção fundamental no pensamento marxista de Estado se evidencia no seu caráter instrumental para o benefício da classe social dominante. Assim, o Estado é compreendido como um instrumento de dominação da burguesia sobre o proletariado, sendo uma forma de organização política e econômica favorável aos interesses da burguesia, a fim de continuar explorando a classe trabalhadora (Lenine, 2007, p. 37).

No Haiti, vários pesquisadores haitianos e estrangeiros têm tentado explicar a natureza do Estado que existe no país há mais de dois séculos. Quase todos se concentraram no Estado, que, para além das caracterizações geralmente aceitas, foi descrito de várias formas, dependendo do ângulo a partir do qual cada autor o vê: o Estado fraco (Corten, 1989), o Estado *duvaliérien*¹⁶ ou o Estado contra a nação (Trouillot, 1986), o Estado predador (Lundahl, 1992), o Estado contra os camponeses (Barthélemy, 1989) e, mais recentemente, o Estado neopatrimonial (Etienne, 2007). Estas são algumas das explicações que foram propostas e que nos permitem compreender a verdadeira natureza do Estado haitiano e como este participa na expulsão dos seus cidadãos das suas terras.

¹⁶ A expressão "Estado Duvaliérien" foi cunhada pelo antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot em seu texto "As raízes históricas do Estado Duvaliérien". O termo refere-se ao regime ditatorial instaurado no Haiti entre 1957 e 1986, considerado o mais sanguinário da história do país. Trouillot analisa as profundas raízes históricas que permitiram a consolidação desse Estado autoritário, caracterizado pela centralização extrema do poder, pela repressão brutal e pelo uso sistemático do medo como ferramenta de controle social. A era Duvaliérienne, marcada pelos governos de François Duvalier (Papa Doc) e Jean-Claude Duvalier (Baby Doc), deixou cicatrizes profundas na sociedade haitiana, impactando não apenas sua estrutura política e econômica, mas também a memória coletiva do povo haitiano.

Como vimos, a República do Haiti é, um país caribenho que compartilha a Ilha de Ayiti¹⁷ com a República Dominicana, localizada ao leste. De acordo com Ricardo Seitenfus (2014, p.119), abordar a história deste país, significa “experimentar, ao mesmo tempo, fortes e múltiplas sensações contraditórias”. Trata-se de um país extravagante, maximalista, irritante, excepcional, intrigante, emocionante, devastador, frágil, precioso, orgulhoso, injusto”. Para Manigat (2007), abordar a história haitiana, é abordar a história da primeira República Negra independente do mundo (Haiti), bem como a história do segundo país, que conquistou sua independência (1804), logo após os Estados Unidos da América (1776).

Este país, se encontra hoje, numa situação alarmante, segundo o último relatório do Banco Mundial, em data de 2019, é o país mais pobre (diria empobrecido) do Hemisfério Ocidental, com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de US\$ 756 e um índice de desenvolvimento humano que o classificou em 169 dos 189 países em 2019. Então, quais são os fatores que explicam a transição do Haiti em situação promissora em relação aos países da América Latina, dado o contexto da época, para o último país da região após mais de 200 (duzentos) anos de independência? É possível falar de um Estado do Haiti ou um Estado no Haiti? (Levando em conta as relações que existem entre o Estado-Cidadão no país). Como o Estado no/do Haiti, em cumplicidade com a *internacional comunitária*¹⁸ Participou na expulsão de cidadãos haitianos para os países estrangeiros? E por fim, por que o Brasil se tornou um destino para migração haitiana, durante a última década?

Então, oficialmente, o Estado do/no Haiti foi criado em 01 de janeiro de 1804 como resultado de uma longa luta de mais de três séculos (1492-1804) de escravidão pelos colonos espanhóis e franceses (Manigat, 2007). Na história do país, três marcos históricos merecem destaque: o primeiro aconteceu de 5 a 6 de dezembro de 1492, quando colonos espanhóis invadiram o território haitiano e o transformaram em colônia. Foi um momento terrível para os nativos haitianos que foram posteriormente exterminados. O sociólogo haitiano, Franck Seguy

¹⁷ Ilha do Ayiti, localizada no mar das Caraíbas a sudeste de Cuba e a oeste de Porto Rico. Ela é a segunda maior ilha do Caribe depois de Cuba, com uma superfície de cerca de 76 000 km², comprimento de 650 km e largura máxima de 241 km. Politicamente, divide-se entre dois países: a República Dominicana, a Leste, e o Haiti, que ocupa o terço ocidental da ilha. No caso deste trabalho, falamos apenas sobre o Haiti.

¹⁸ O intelectual haitiano Jean Anil Louis-Juste (2007) define a "Internacional Comunitária" como a aliança formada por países dominantes, liderada por Estados Unidos, França e Canadá, cujo objetivo central seria a exploração econômica e política de nações periféricas, incluindo o Haiti. Essa estrutura opera por meio de instituições internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que desempenham papéis estratégicos na consolidação dessa hegemonia. Segundo Louis-Juste, as ONGs atuam como um braço ideológico dessa aliança, implementando políticas educacionais e públicas que, sob o pretexto de desenvolvimento, acabam perpetuando relações de dependência e enfraquecendo a autonomia dos países explorados. Essa análise provoca uma reflexão crítica sobre o impacto dessas intervenções na soberania e no desenvolvimento sustentável das nações periféricas.

(2014), citando os dados dos historiadores como: C. L. R. James (2003) e Etienne Charlier (2009), explicou que logo após sua chegada, Cristóvão Colombo e os espanhóis anexaram a ilha do Haiti, batizada por eles de Hispaniola (Pequena Espanha). Em uma operação chamada repartição, em nome do rei (Ferdinand) e da rainha (Isabel), sem se embrulhar em protocolos embaraçosos, eles distribuíram entre si, as terras e os habitantes (os indígenas) para elas laborarem.

Pouco tempo depois, diz Seguy (2014):

[...] esses missionários já introduziram o catolicismo romano, o trabalho forçado em minas, o assassinato, o rapto, os cães policiais, as enfermidades estranhas e a fome artificial. Sobre esses benefícios da civilização moderna mais avançada na população indígena, existem vários dados. James (2003, p. 3) evoca uma redução de “1,3 milhão para 60 000 habitantes em 15 anos”. Etienne Charlier (1954, p. 30), citando as pesquisas de Charlevoix, observa que “em 1514, sobravam apenas 14.000 índios em Hispaniola”. De todo modo, todos os estudos efetuados sobre a população nativa só confirmam a generalidade da catástrofe demográfica que ali se registrou logo no início do século XVI (apud Seguy, p.132).

Poucos anos depois desse ato genocida espanhol, em 1697, foi assinado o Tratado de *Ryswick* em que a Espanha cedeu/ou negociou à França parte do território haitiano. E, para fazer funcionar sua nova colônia (Haiti), a França importou negros e negras da África através do comércio triangular ou transatlântico¹⁹. Sobre esse aspecto, Jean Fouchard (1988, p.368 apud Seguy, 2014, p.132) sublinhou o seguinte:

desde 1499, já começou a ser observada a presença dos primeiros africanos escravizados no Haiti, pois já era necessário procurar outros braços para o trabalho escravo que a modernidade ali estabeleceu. Seguy (2014) destaca que, tornados negros logo de sua captura desde o continente africano, os cativos africanos foram levados à América nos navios negreiros, no seio do comércio. Chegaram ao Haiti como braços de substituição dos indígenas, também vistos como negros vítimas do genocídio realizado pelos portadores da civilização ocidental moderna/colonial.

De 1697 data do tratado do *Ryswick* a 1803 (data da última batalha entre os tropos francês e haitianos), James (2003) explicou que a França estabeleceu no Haiti uma colônia para exploração, estabelecendo uma divisão social em três categorias distintas: os Brancos, formados pelos indivíduos oriundos da metrópole francesa e que possuíam 2/3 da riqueza colonial; os *Afranchis-Mulatos*, possuíam um terço da riqueza colonial sendo a segunda categoria mais privilegiada do Haiti durante o período colonial francês, formado pelas pessoas nascidas de um

¹⁹ Um comércio que foi feito entre os três continentes: Europa, África e América.

pai europeu e uma mãe africana; e a última categoria atribuída ao escravo é composta de negros da África ou aquela nascida de um pai negro e uma mãe negra da colônia. As duas primeiras categorias (*Branco e Afranchis*) eram privilegiadas pelo sistema colonialista, escravista e racista estabelecido pela França, possuíam terras e escravos. E, a última categoria é considerada, segundo o artigo 44 do Código Negro de 1685²⁰ como animais anexados ao serviço de seu mestre (James, 2003).

Os *Affranchis*, embora fossem privilegiados no sistema colonial francês no Haiti, não eram exceções de alguns atos racistas dos colonos brancos. De acordo com o artigo 58 do Código Negro, os *Afranchis* sendo mulatos também, eram tratados como inferiores pelos brancos. No artigo 58 do Código Negro lê-se:

Ordenamos aos *Affranchis* que prestem um respeito especial a seus antigos senhores, viúvas e filhos, para que o dano que lhes causaram seja punido com mais severidade do que se tivesse sido causado à outra pessoa. E livre deles todos os outros escritórios e serviços úteis que seus antigos senhores gostariam de reivindicar sobre suas pessoas, bem como suas propriedades e propriedades como chefes (Code Noir, art.58).

Indignados com a condição imposta, eles conspiraram com os cativos (negros escravizados) para combater o sistema imposto. Assim, a partir de 1791, esses *Affranchis* e os cativos iniciaram movimentos pacíficos e violentos na colônia, e em 18 de novembro de 1803, depois de uma esmagadora vitória contra o Exército Metropolitano Francês conquistaram a independência do Haiti (James, 2010, p.55). sobre esse aspecto, Jean Baptiste (2018) relatou:

Os mulatos *Affranchis*, também lesados pelo *Code noir*, entram em uma disputa pelo reconhecimento da igualdade com os proprietários brancos. As principais lideranças históricas, Vincent Ogé e Jean Baptiste Chavanne, foram várias vezes à França para defender esse reconhecimento, porém, os brancos da metrópole sempre recusaram as demandas por eles apresentadas. Depois de várias tentativas sem sucesso, eles se juntaram com os escravos contra os brancos para conduzir a guerra da independência. Finalmente, a independência do Haiti foi o resultado da união dos negros e dos mulatos (Jean Baptiste, 2018, p. 54 e 55).

Assim, os líderes do movimento de *escravos(sic)* e os de *Affranchis Mulatos*, Dessalines, Pétion, Christophe, Capois, e outros, reuniram-se em Gonaives no Departamento de

²⁰ O Código Negro é um conjunto de leis que regulamentava as relações de dominação entre as colônias francesas e a metrópole, estabelecendo o controle sobre as populações escravizadas e consolidando o sistema colonial. Redigido em 1685 por Jean-Baptiste Colbert, ministro de Luís XIV, esse código visava estruturar juridicamente a exploração econômica e a manutenção da ordem social nas colônias, ao mesmo tempo que reforçava os interesses mercantilistas da França. Embora apresentado como um instrumento de "humanização" do tratamento aos escravizados, o Código Negro institucionalizou a violência e a desigualdade, legitimando a subjugação e o extermínio cultural de povos africanos, cujos impactos ecoam até hoje nas antigas colônias francesas.

Artibonnites em 01 de janeiro de 1804 para celebrar a independência e dar uma nova orientação à Primeira República Negra independente do mundo após a partida forçada do exército francês no Haiti, em 18 de novembro de 1803 (Manigat, 2007).

No entanto, dois anos após a independência do país, os *Afranchis Mulatos* tramaram um golpe de Estado, seguidos pelo assassinato do primeiro chefe haitiano, considerado como o pai fundador da pátria, Jean Jacques Dessalines (descendente de *escravo*), que tinha responsabilidade de implantar um sistema de inclusão no Haiti que responderia às demandas do povo (Manigat, 2007). Bethell Barros e al (1997), no seu texto intitulado:” *História de América Latina: América Latina Colonial*” abordaram muito bem esse aspecto, especialmente no capítulo 4 deste texto, intitulado “*La independencia de Haití y Santo Domingo*” descreveram esta realidade nos seguintes temas:

[...] además, entre los mulatos, Dessalines era impopular desde el principio no sólo a causa de su color, sino a causa de su política de confiscar tierras. En octubre de 1806 fue asesinado por sus enemigos que arrojaron su cuerpo a la calle en donde fue destrozado por las turbas. Pero durante los dos años que gobernó, las confiscaciones de tierras de Dessalines fueron tan efectivas que en el momento de su muerte la mayor parte de las tierras —se calculó entonces que constituían entre los dos tercios y las nueve décimas partes del territorio haitiano, estaban en manos del Estado (Bethell & Lopes, 1997, p.133).

Segundo a interpretação do sociólogo haitiano, Seguy (2014), o projeto de; Dessalines era profundamente claro: a liberdade coletiva se consolida imperativamente na livre individualidade de cada um/a. Coloca claramente que, se a concretização da vida é a felicidade, esta passa pela liberdade coletiva que se fundamenta na livre individualidade de cada um/a. Isto é, na visão de mundo do Fundador da Pátria Haitiana, a nova sociedade que acabou de ser fundada têm de ser radicalmente diferente da antiga da qual surgiu.

No entanto, após o assassinato de Dessalines, em 17/10/1806, Casimir (2009) destacou que as elites econômicas e políticas haitianas estabeleceram no país um sistema contra a população de baixa renda. Quer dizer, ao contrário a visão contratualista, Hobbes (1978), Locke (1978) e Rousseau (2002), que discorre o Estado como a expressão da vontade geral do povo, no Haiti, depois de assassinato de pai fundador da nação em 1806, o Estado existe sem o contrato social haitiano. Desde então existe uma guerra entre o povo haitiano e as autoridades do país, é isso que Casimir (2009) chamou de um Estado contestado por seus próprios cidadãos desde o seu início. Sobre esse assunto, Ibéris (2013), procurando entender os elementos de Inteligibilidade da Relação Estado-Cidadão no Haiti, declarou:

Nenhuma franja da elite política haitiana está isenta disso. Além disso, a sociogênese do Estado haitiano, que começou em 1804 até a Ocupação Americana (1915-1934), foi marcada por práticas de regionalismo e militarismo desprovidas de legitimidade e que ignoraram o princípio da cidadania. Do fim da Ocupação Americana até o início de 1986, tivemos um Estado dominado pela autocracia e uma gendarmaria com um objetivo essencialmente repressivo. De 1986 até os dias atuais, estamos no meio de uma democracia de desvio. Ou seja, forçado e preso pelas demandas populares (modernização da economia, democratização do país...), após a saída dos Duvaliers, o Estado haitiano entrega uma cena histórica à democracia. Esta cena interpretada pelo Estado haitiano, refletindo sua incapacidade de produzir práticas sociais de acordo com os princípios reivindicados, é rigorosamente nomeada por Alain Gilles: a cultura do desvio (Ibérus, 2013, p. 9).

Quer dizer, o sentimento de unidade, o desejo de liberdade e igualdade que uniu os cativos para quebrar as cadeias da escravidão rapidamente desapareceram em favor dos interesses do clã após a Independência do Haiti. O desaparecimento dos brancos como a força social dominante na arena política no Haiti favoreceria o surgimento de duas forças antagônicas: as Mulatas e os negros comumente chamados, na historiografia haitiana, de " *anciens libres*" (antigos livres) e *nouveaux libres* (novos livres).

Assim, Seguy (2014) sublinhou que o vácuo criado pela ausência dos brancos colocou o primeiro livre em posições muito boas no tabuleiro de xadrez político graças a posições importantes mantidas na estrutura militar deixada pelo Estado colonial francês. De acordo com Étienne (2007), após a independência haitiana, as elites políticas responsáveis por garantir a direção dos assuntos do Estado eram essencialmente compostas pelos generais proprietários que tinham acabado de triunfar sobre o exército expedicionário de Napoleão Bonaparte²¹. Eles terão como modelo de Estado em mente: o Estado *Louvertureien*²² que é a caricatura do Estado colonial francês. No entanto, como os *militares* que detinham o monopólio do poder político não tinham um alto capital cultural para liderar a gestão dos assuntos públicos, eles tinham que recorrer aos atores que constituíam a inteligência da época para formar uma elite político-administrativa na gestão de seus próprios interesses. Esses atores, dotados do poder dado pelo

²¹ Napoleão Bonaparte liderou a defesa da Revolução Francesa, tomou o poder em 1799 e se coroou imperador em 1804. Foi derrotado em Waterloo. Mais detalhes em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/napoleao-bonaparte.htm#:~:text=Napole%C3%A3o%20Bonaparte%20foi%20um%20militar,1804%2C%20autocoroou-se%20imperador.> Acesso em: 26/09/2022.

²² A expressão do Estado *Louvertureien*, saiu do nome de François-Dominique *Toussaint Louverture*, nasceu em maio de 1743, e morreu a 7 de abril de 1803, Forte de Joux, em França. Ele foi o maior líder da Revolução Haitiana e, em seguida, governador de Saint Domingues, o nome do Haiti na época. *Louverture* é o maior revolucionário negro das Américas, o qual é reconhecido por pesquisadores C. L. R. James (2003) como o maior comandante, depois de Napoleão Bonaparte no período de 1793 a 1814. Ele carregava consigo conhecimentos, estratégias, honrado com uma personalidade de guerrilheiro e capaz de em palavras simples aumentar cada vez mais um exército, sendo assim, organizou na ilha de Saint Domingues com cerca de meio milhão de escravizados, a chamada Revolução do Haiti, onde mesmo depois de sua morte o seu legado continuou dando vigor para a construção de um novo território, dotado de liberdade e igualdade.

conhecimento, seu *capital cultural* tornaram-se servos do Estado, altos funcionários e quadros administrativos do Estado (Etienne, 2007). Nesse mesmo raciocínio, Leslie F. Manigat (2001) destacou em seguinte termo:

"Já em 1804, os ex-homens libertados, com a vantagem da educação, estavam determinados a ter a prerrogativa dela [...] e depois de 1806, tornou-se seu quase exclusivo monopólio: "Esta *nobreza do Estado* em conjunto com as elites militares estabeleceu uma sociedade indiferenciada *de notáveis* (consciente de seus ativos e orgulhosa de seus privilégios) que descarta a questão do interesse geral. Por isso, é importante avaliar os atos dessa ordem estabelecida (Manigat, 2001, p.).

De seu lado, Casimir (2009) explicou que as elites haitianas, cientes de seus bens e orgulhosas de seus privilégios, estabeleceram uma sociedade de desprezo e exclusão. Da mesma forma que os antigos colonos, as novas elites nunca estarão habitadas pela preocupação de construir um país onde viver juntos é possível. Em todos os lugares querem manter a relação mestre/escravo praticada na colônia francesa (Haiti). O Estado criado depois da independência haitiana, especialmente após o assassinato de Dessalines em 1806, não quis identificar e reconhecer seus cidadãos. Primeiro, as elites dominantes, que ainda são poderosas em termos de poder, mas incapazes de pensar em um país para todos, para atender às aspirações do povo haitiano, poderosamente impõem uma ordem de desprezo (Casimir, 2009).

Ibérus (2013) continuando na mesma linha de pensamento, destacando que, em vez de trabalhar pelo reconhecimento do Estado haitiano pelos nacionais, as elites dominantes estão engajadas em uma luta implacável pelo reconhecimento da Independência do Haiti aos olhos da comunidade internacional. Uma comunidade composta por Estados colonizadores que veem a independência do Haiti como uma ameaça a outras colônias e um tapa na cara. Por isso, relatou Manigat (2001), era necessário colocar o Haiti em quarentena. Como resultado da quarentena do Haiti pela então comunidade internacional, as elites haitianas reforçaram as relações de exclusão, desprezo e exploração em relação às massas. Assim, em 1825, sob o governo de Jean Pierre Boyer, as elites dominantes enviaram o capital dos nacionais²³ para a França como

²³ Em 1825, as elites haitianas assinaram um tratado com o governo francês, representado por Carlos X, sob a ameaça de um esquadrão, pelo qual a França reconheceu a independência da antiga colônia em troca de uma indenização de 150 milhões de francos de ouro para compensar os antigos plantadores coloniais. No ano seguinte, a 1 de maio de 1826, Jean-Pierre Boyer introduziu um novo Código Rural a fim de trazer de volta aos cofres do Estado os recursos necessários para o pagamento da dívida. Amarrou os camponeses negros às suas terras e impôs quotas de entrega ao Estado para pagar esta dívida à França. Então essa dívida não foi paga pelas elites haitianas, mas sim, pela massa camponesa do país. Por mais informações sobre este assunto, acesse o link seguinte: https://www.herodote.net/13_fevrier_1843-evenement-18430213.php. Acesso em: 26 set de 2022

pagamento pelo reconhecimento da independência do Haiti corajosamente adquirida ao preço do sangue da massa. Seguy (2014) chama esse pagamento, um tipo de recolonização normatizando a precariedade do Haiti. Na sua fala, o intelectual haitiano explicou:

(...) a iniciativa de pagar pelo reconhecimento da Independência, ato de desespero à primeira vista, constitui nada menos que uma arma poderosa nas mãos das classes dominantes, na sua luta contra as classes trabalhadoras, composta, na época, por 90% de camponeses. Não se pode esquecer de que, logo após a proclamação da Independência, o próprio fundador da pátria havia sido assassinado por ter se posicionado em favor do direito de todos à terra. Isto é, de 1806 até a aceitação do pagamento do “vergonhoso tributo”, em 1825, as classes dominantes se encontravam obrigadas a enfrentar ao mesmo tempo: a ameaça da restauração da escravidão, a questão dos camponeses que reclamam o seu direito à propriedade e a divisão epidérmica entre as facções das próprias classes dominantes (Seguy, 2014, p.153).

Continuando a refletir sobre esse aspecto, Seguy (2014) afirmou que ao aceitar pagar a Independência, a facção mestiça (representada pelos presidentes Pétion, depois Boyer) conseguiu impor a sua hegemonia sobre a outra facção preta. Por esse frio cálculo político, ela garantiu a apreciação das potências mundiais do momento. Segundo Péan (2000) citado por Seguy (2014, p.154):

[...] o ministro francês da Marinha e das Colônias teria recomendado a um dos seus militares de fazer entender ao presidente Boyer, caso manifestasse o desejo de haver um Cônsul Geral em Paris, a conveniência de nomear a este fim um homem cuja cor da pele se diferencia o menos possível da dos europeus; ou melhor, ainda, de conferir esse título assim como as funções decorrentes, a um francês recomendável pela sua posição social e que teria um acesso fácil junto do governo do Rei.

De fato, a história do Haiti é uma história complexa, requer tempo para entender o que aconteceu e ainda está acontecendo no país. E buscar respostas de, por que o Haiti, que era o primeiro país da região, que conquistou a sua independência, torna hoje, o país mais empobrecido, por que ele se torna um país de emigração com um saldo migratório negativo²⁴. Assim, para entender melhor essa história, devemos primeiro admitir que há dois países em uma única república no Haiti. Primeiro, há o Haiti do povo haitiano (da massa camponesa, da classe trabalhadora) que luta diariamente, com honra pela sobrevivência. De outro lado, há o Haiti dos oligarcas (elites político-econômicos e, comunidade internacional), que são apenas dos *jouisseurs*²⁵. Ou seja, há um Haiti para os dirigentes (*predadores exploram, predam e*

²⁴ A Organização Internacional para Migração, no seu relatório de 2015, ressaltou que o Haiti apresenta desde 1950, uma taxa migratória negativa, o que indica que a emigração é superior à imigração.

²⁵ Dirigentes que buscam apenas materiais prazeres. No Haiti, desde a sua independência até hoje, há um Estado predatório, contra a nação (Landau, 1979).

desorganizam) e outro para os dirigidos (principais vítimas do sistema de exclusão instaurado desde o assassinato do país fundador) (Dacilien, 2020; Dacilien & Arruda, 2023).

Nessa mesma fila de raciocínio, o famoso cantor progressista haitiano, Roosevelt Saillant, lítero vocal do grupo "BIC", observou as relações contraditórias que existem entre o povo e as elites econômicas e políticas nessa sociedade, declarou em seu merengue intitulado "*M ap tann Ayiti, pa m nan*" (Eu estou esperando o meu Haiti)²⁶

Eu vejo o Haiti dos grandes. Eu vejo o Haiti dos estrangeiros. Não é para todos que o Haiti é ruim; com fé, espero meu Haiti. Eu vejo o Haiti dos grandes casacos; eu vejo o Haiti da Minustah (comunidade internacional). Não é para todos que o Haiti é ruim; com fé, espero meu Haiti (Saillant, 2016, sp).

A declaração do cantor progressista haitiano traz uma crítica aguda e uma esperança resiliente sobre o Haiti, ao contrastar duas realidades que coexistem no país. Ao dizer "Eu vejo o Haiti dos grandes. Eu vejo o Haiti dos estrangeiros", ele aponta para um Haiti restrito a poucos, onde elites e a presença internacional — representada pela Minustah — parecem deter o acesso a oportunidades e privilégios. Para a maioria da população, no entanto, o país continua a ser um espaço de adversidades, marcado pela pobreza e pela exclusão social.

Na frase "não é para todos que o Haiti é ruim; com fé, espero meu Haiti", o cantor reconhece essas desigualdades profundas, mas não se entrega ao pessimismo. Ao contrário, ele expressa uma expectativa transformadora, de que um dia o Haiti possa pertencer igualmente ao seu povo. Essa visão de "meu Haiti" sugere um desejo de um país mais justo e autônomo, onde a população haitiana tenha um papel central em sua reconstrução, rompendo tanto com as dependências externas quanto com as divisões internas que perpetuam a desigualdade. Sobre esse aspecto, o economista haitiano, Fritz A. Jean (2019) relatou que efetivamente no Haiti, o povo é capturado pelas elites econômicas e políticas, o que faz que o Estado haitiano é prisioneiro de três grupos:

[...] o setor empresarial tradicional, os empresários políticos, e os grandes funcionários do Estado tais como ministros, diretores-gerais e outros. As instituições deste Estado cativo (alfândegas, portos, bancos estatais, etc.) são instrumentos ao serviço destes grupos. Que este *modus operandi* destrói a capacidade do Estado haitiano de governar corretamente, particularmente em termos de justiça e segurança (Jean, 2010, p. 20).

²⁶ A versão original do texto foi escrita em crioula haitiano, assim: *Ayiti ka pa bon pou youn, men, li bon pou lòt: Mwen wè Ayiti gwo chabrak yo; Mwen wè Ayiti etranje yo. Se pa pou tout moun ke Ayiti pa bom. Ak lafwa, m ap tann Ayiti pa m nan. Mwen wè Ayiti gwo palto yo; Mwen wè Ayiti Minustah yo ; Se pa pou tout moun ke Ayiti pa bon ; Ak lafwa, m ap tann Ayiti pa m nan.* Disponível em: <https://www.wikimizik.com/lyrics/1561/BIC-Map-Tann-Ayiti-Pam-Nan>. Acesso em 28 ago de 2022.

Refletindo sobre a negação total das elites haitianas do heroísmo do povo haitiano, Manigat (2001) declarou que “se dependesse apenas das disposições pessoais dos dirigentes (elites políticos e econômicos), o Haiti não teria de salvaguardar a Independência. A conservação desta se deve à opinião pública”. Nas próprias palavras do historiador: “Hoje somos autenticamente haitianos graças à sobrevivência no povo da conceição *dessalinien*²⁷ de intransigência sombria, mesmo após o massacre do fundador” (Manigat, 2001). Pois, a fim da consolidação de seu poder, a oligarquia haitiana estava prestes a submergir de novo o país ao jugo da França. Assim, destaca Péan (2000), citado por Seguy (2014), deve-se entender que “a aceitação de pagar a independência oferecia a possibilidade ao governo oligárquico dirigido pelo Boyer (1820-1843), de se concentrar nos desafios internos, entre os quais aquele dos cultivadores era o mais crucial”.

Um dos autores haitianos que explicou melhor, a cumplicidade dessas elites e alguns países imperialistas no empobrecimento do Haiti, é o economista e historiador haitiano, Benoit Joachim, na sua obra, intitulada: “As raízes do subdesenvolvimento no Haiti”, onde num capítulo inteiro, analisou o que ele mesmo chamou: “A dependência neocolonial” decorrida do pagamento da Independência. O economista haitiano demonstrou, com base nos dados, como o jogo de influência entre as potências imperialistas castrou a economia haitiana:

A necessidade de liquidar esta dívida levou os dirigentes haitianos a recolherem contribuições que agravavam a situação das massas camponesas. O imposto do quinto sobre o café contribuiu muito para o descontentamento popular contra o governo de Soulouque. Com a queda Império 104, — do será substituído subterfúgio por um direito fixo (ainda sobre o café), seguido por uma taxa adicional sobre as importações e exportações etc. (Joachim, 1979, p. 182).

Essa “indenização”, paga pelo Haiti à França, trazida à tona por um famoso jornal Norte Americano (New York Times) no dia de 22 de maio de 2022²⁸, apontando que, após vários meses de análise de arquivamento, estimou que esses pagamentos “custaram ao

²⁷ Em relação a concessão *desta linha*, chamada o ideal dessaliniano, o historiador haitiano, Pierre Buteau, explicou que é uma doutrina cujo próprio pensamento é Jean Jacques Dessalines, pai fundador da nação haitiana. Esse ideal começou, diz o historiador haitiano, a ser definido desde a elaboração do ato de independência haitiana e nos grandes discursos proferidos por Jean Jacques Dessalines. Os principais eixos desse ideal são: Soberania Nacional, Unidade Nacional, Igualdade e Justiça Social. Para obter mais informações sobre este assunto, leia o texto de Pierre Buteau intitulado: « Revisiter la mémoire de Dessalines » disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/122725/revisiter-la-memoire-de-dessalines>. Acesso em 19 set de 2022.

²⁸ Por mais informações sobre esse assunto, lê-se o texto de NEW YORK TIMES. **LA RANÇON: Les Milliards Envoyés**, escrito por Lazaro Gamio, Constant Méheut, Catherine Porter, Selam Gebrekidan, Allison McCann and Matt Apuzzo, publicado em 20 maio de 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/fr/interactive/2022/05/20/world/americas/haiti-france-dette-reparations.html>. Acesso em: 25 ago de 2022.

desenvolvimento econômico do Haiti entre US\$ 21 bilhões e US\$ 115 bilhões em perdas ao longo de dois séculos, ou de uma a oito vezes o produto interno bruto do país em 2020” (NEW YORK TIMES, 2022). No entanto, o silêncio cúmplice das elites políticas e econômicas, diante da agressividade de países imperialistas, como a França e os EUA. Bom de lembrar que a publicação é amplamente compartilhada e comentada nas redes sociais, mas um silêncio prevalece do lado das elites econômicas e políticas haitianas.

Além da indenização que empobreceu o Haiti, a primeira ocupação norte-americana, de 1915 a 1934, deixou marcas profundas na organização econômica e política do país. Na tese *Port-au-Prince (1915-1956): modernização falhada: centralização e disfunção*, o historiador haitiano Georges Eddy Lucien analisa as motivações da intervenção dos Estados Unidos no Haiti e em outros países da América Central e do Caribe. Lucien (2007) argumenta que os Estados Unidos buscavam expandir mercados para seus produtos e criar oportunidades de investimento para o capital excedente dos banqueiros americanos, então em busca de novos destinos para investimentos.

De forma semelhante, Castor (1988) observa que a Doutrina Monroe, instituída em 1823, justificou a hegemonia dos Estados Unidos no continente e o afastamento da influência europeia. No início do século XX, essa política sustentou intervenções em países independentes, com ênfase no Caribe. Castor (1988) e Lucien (2007) ressaltam que, como parte dessa estratégia geopolítica, os Estados Unidos estabeleceram uma divisão de funções na região: o Haiti como fornecedor de mão de obra e Cuba e República Dominicana como centros de produção industrial.

Lucien (2007) destaca ainda um episódio simbólico dessa dominação: em 1914, um ano antes da ocupação, fuzileiros norte-americanos retiraram 500.000 dólares do Banco Central do Haiti e transferiram a quantia para o National City Bank nos Estados Unidos. Esse ato, além de simbolizar uma expropriação econômica, ilustra as dinâmicas de controle e exploração que marcaram a ocupação e impuseram ao Haiti uma dominação econômica e política cujos efeitos persistem até hoje. Veja a sua colocação seguinte:

(...), em dezembro de 1914, as tropas americanas roubaram a reserva de ouro do Haiti, o que constitui o primeiro passo para a ocupação do país em julho de 1915. De fato, se esse ato parece tão simples na superfície, no entanto, esconde em profundidade toda uma política que visa desestabilizar economicamente o país que carrega em sua alma o orgulho de seu passado histórico. O confisco da reserva de ouro do Banco da República do Haiti-BRH, pelos fuzileiros navais dos EUA faz parte dessa dinâmica de tornar o Haiti dependente de seu capital em um primeiro momento, e depois colocá-lo em uma situação de devedor (Lucien, 2007, p. 50).

Para mostrar o desprezo total dos ocupantes americanos pelo desenvolvimento do Haiti, o historiador haitiano destacou que a população agrícola haitiana na época era considerável, com 80% da população em geral. No entanto, a indústria açucareira haitiana, não tendo sido modernizada como as de Cuba ou Santo Domingo, não tinha atraído capital americano (Lucien, 2007).

Neste contexto, Lucien (2007) explicou que a abundante força de trabalho necessária para a produção de açúcar é particularmente recrutada no Haiti. Daí a gênese da emigração haitiana: é consagrada pela nova função do Haiti na divisão caribenha do trabalho. Função de fornecedor de mão-de-obra abundante e barata, destinada a trabalhar nas plantações desenvolvidas pelo capital americano em Cuba e na República Dominicana. Em suma, essa ocupação terminou em agosto de 1934, mas a política externa dos Estados Unidos em relação ao Haiti permanece a mesma (Castor, 1988; Lucien, 2007).

Nessa mesma fila do pensamento, o economista Camille Chalmers, professor da universidade Estadual do Haiti-UEH, coordenador da *Plataforma Haitiana para o Desenvolvimento Alternativo-PAPDA*, uma organização progressista haitiana, numa declaração, intitulada “Declaração de Porto Príncipe do Haiti rejeitando a MINUSTAH²⁹” em data de 7 de outubro de 2015, na ocasião da comemoração de um século depois da ocupação física do Haiti pelos EUA, declarou que, após a saída dos fuzileiros navais em 1934, o “consultor financeiro” e o “cobrador da alfândega” (cidadãos estadunidenses) continuaram abertamente a ser figuras-chave na gestão e alocação de recursos em nosso país até 1947. Atualmente, essa tutela é exercida por representantes de instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial, BID) e por funcionários do Departamento de Estado e da Comissão Europeia (Charmers, 2015). Além disso, o economista Chalmers apontou que:

Ao longo dos últimos 100 anos, o país experimentou todo tipo de saque de seus recursos em vários níveis: financeiro, superexploração de mão de obra, exportação massiva de trabalhadores para os centros capitalistas de produção da região, o saque de bens culturais, a destruição do seu patrimônio, o leilão dos seus recursos naturais. Este processo deu origem a uma escandalosa polarização social que explica o enriquecimento da oligarquia, a externalização da acumulação e, claro, o processo de empobrecimento dramático das massas e o colapso das estruturas nacionais. O pagamento da dívida da independência, o roubo das reservas de ouro do país em 17 de dezembro de 1914, bem como os contratos do tipo McDonald, ou SHADA (Chalmers, 2015, sp).

²⁹ Por mais informações, ver toda a declaração em: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2015/10/13/haiti-declaracion-de-puerto-principe-de-rechazo-a-la-minustah/>. Acesso em 03 ago de 2022.

A declaração de Chalmers (2015) destaca como, nos últimos 100 anos, o Haiti sofreu diversos tipos de saque de seus recursos, incluindo exploração financeira, mão de obra barata, destruição cultural e leilão de recursos naturais. Esses fatores contribuíram para uma enorme desigualdade social, beneficiando a oligarquia e agravando a pobreza da população. A dívida da independência, o roubo das reservas de ouro em 1914 e contratos exploratórios como McDonald e SHADA são exemplos desse processo que levou ao colapso das estruturas nacionais e ao empobrecimento das massas.

Em suma, a ocupação americana foi, e ainda é, uma violação indiscutível da dignidade pessoal, um sacrifício à perda da soberania nacional do povo haitiano (agricultores, trabalhadores e intelectuais haitianos). O país tornou-se efetivamente um protetor dos Estados Unidos: é política e economicamente dependente dele. Essa situação apresenta um dilema para os intelectuais e agricultores haitianos progressistas.

Mediante o quadro sócio-histórico e político do Haiti, é relevante refletir se é possível afirmar que existe realmente um Estado haitiano hoje, levando em conta o modelo de relacionamento estabelecido entre o Estado haitiano e seus cidadãos. Neste debate, os intelectuais haitianos estão divididos. Para alguns, como, o cineasta haitiano, Roland Paret, baseado no espaço territorial haitiano, politicamente liderado por haitianos, a existência de uma constituição haitiana, sua bandeira, entre outras, defende que sim, há um Estado haitiano. Em seu texto intitulado: “O Estado Haitiano existe, eu até o encontrei”, relatou:

[...] se o Estado haitiano não existe, como nomear essa “coisa”, que no Haiti há mais de duzentos anos, reunia-se no mesmo território, um povo codificado por um curso idêntico, pelo que se chama “História”? Qual é o nome dessa "coisa", que no Haiti domina há mais de duzentos anos a vida e os impulsos dos haitianos, que ocupa um território definido, que bate a moeda, que tem uma política externa, que é reconhecida pelos outros Estados, que é um "membro fundador da ONU (PARET, 2014; p. 56-57).

Para outros autores, incluindo Casimir (2009), baseado nas relações sócio-históricas desse Estado com seus cidadãos, contrário a Paret (2014), afirmando que não existe um Estado do Haiti, o que existe, diz ele, é um Estado no Haiti, servindo a uma minoria da população (oligarquia) e aos organismos multinacionais, à custa do povo de baixa renda. Então, é um instrumento de dominação da oligarquia sobre o povo. A este respeito, Trouillot (1987) entende que o Estado haitiano nasceu sem um contrato entre os vários grupos sociais. A força oligárquica se recusou a construir um Estado em benefício do povo, eles preferiram construir um Estado contra a nação. Já Iberus (2013) chega a afirmar que é uma tragédia, depois de 1804, como as elites haitianas estabelecem uma sociedade de desrespeito e exclusão de seus cidadãos. De 1806 até hoje, a relação entre o Estado haitiano e seus cidadãos não é harmoniosa. Eles

(Estado e Cidadãos) se lançaram em uma guerra em que estão se matando (Dacilien, 2020). Sobre este assunto, Lundahl (1992) qualificou este Estado como predatório que se contenta em taxar seus cidadãos sem dar os serviços em troca. No entanto, o Estado no Haiti, não é um Estado que tem o monopólio da violência legítima, no sentido weberiano, nem um Estado fraco, como apontou Corten (1997), mas sim, é um Estado capitalista, que além de estar no serviço uma classe (dos oligárquicos) contra o interesse de uma outra (o povo), mas também, fica na periferia dos grandes países capitalistas como: Norte americano, a França e o Canadá.

Em suma, a história do Haiti é marcada por uma sucessão de crises, evidenciada por mais de trinta e dois golpes de Estado nos dois séculos desde sua independência. No entanto, como afirma Laferrrière (2016), esses eventos também representam trinta e duas ocasiões em que o povo haitiano se recusou a aceitar o inaceitável, demonstrando uma resiliência única. O Haiti se destaca, assim, como uma nação em constante resistência, inserida em um contexto altamente politizado, mas capaz de romper com dois séculos de escravidão e de se reerguer psicologicamente apenas um ano após um dos terremotos mais devastadores da história (LAFERRIÈRE, 2016). Nesse cenário, o diplomata brasileiro Ricardo Seitenfus, Representante Especial do Secretário-Geral da OEA no Haiti entre 2009 e 2011, oferece uma análise crítica em sua obra *Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais*, onde explora a complexidade da realidade haitiana e os impactos das intervenções internacionais no país. Na página 119 do texto o diplomata da OEA relatou a seguinte:

[...] abordar a história do Haiti significa: experimentar, ao mesmo tempo, fortes e múltiplas sensações contraditórias. Trata-se de um país extravagante, maximalista, irritante, excepcional, intrigante, emocionante, devastador, frágil, precioso, orgulhoso, injusto (Seitenfus, 2014, p. 119).

Analisar a história do Haiti implica, como bem coloca Seitenfus (2014), transitar por uma gama de sensações contraditórias: o país é descrito como “extravagante, maximalista, irritante, excepcional, intrigante, emocionante, devastador, frágil, precioso, orgulhoso, injusto.” Essa caracterização revela a complexidade histórica e sociopolítica do Haiti, marcada tanto por adversidades profundas quanto por resiliência singular (Seitenfus, 2014). Os múltiplos adjetivos sublinham as nuances de uma nação cuja trajetória exige uma compreensão que ultrapassa simplificações, reconhecendo uma identidade forjada na resistência e na riqueza cultural. Assim, o Haiti não está em crise; ele é um país de crise. A história haitiana é uma

narrativa de crise permanente, como ilustra o quadro 05, que descreve as diferentes fases históricas da crise haitiana desde sua independência até os dias atuais.

Quadro 5- Diferentes fases históricas da crise haitiana desde sua independência até nos dias atuais

DATAS	EVENTOS HISTÓRICOS
01/01/1804	1. Independência da colônia francesa de Saint-Domingues com a denominação de Haiti, sob a liderança de Dessalines
1805	2. Dessalines se auto proclama imperador
1806	3. Assassinato de Dessalines
1806-1820	4. O país é dividido entre um governo do Norte (Negro) e um do Sul (mulato)
1820-1842	5. Unificação do Haiti, sob pretexto de ajuda à independência da parte oriental, ocupada toda a ilha de Espanhola
1843-1915	6. Tirania, revoluções e desordens com o desfile de 22 ditadores ao Washington
1915-19334	7. A ocupação pelos EUA, transforma-se num protetorado de Washington
1934	8. A política dita de boa vizinhança de F.D. Roosevelt conduz a retirada EUA
1937-1941	9. Ditadura de Esténio Vincent. Derrubado por um golpe
1937	10. Operação de Perijil, massacre de mais de 20 mil haitianos por Trujillo
1941-1946	11. Ditadura de Elie Lescot. Derrubado por um golpe
1946-1950	12. Ditadura de Estimé. Derrubado por um golpe
1950-1957	13. Administração Magloire. Derrubado por um golpe
1957-1971	14. Eleição e ditadura de François Duvalier
1971-1986	15. Ditadura de Jean Claude Duvalier (hereditário)
1986- 2025	16. Transição para a democracia representativa

Fonte: Elaboracao propria, inspridado do Seitenfus (2014, p. 67)

Por isso, todas essas situações de crises dificultaram o desenvolvimento socioeconômico do país. A instabilidade política, o aumento da violência, os níveis sem precedentes de insegurança no Haiti, e sua posição eperiférica no mundo capitalista, faz que a primeira república negra do mundo, continua sendo o país mais pobre (empobrecido) da região latino-americana e caribenha e entre os países mais pobres (empobrecido) do mundo. Em 2021, por exemplo, o Haiti teve um PIB per capita de US \$1.815, o menor da América Latina e caribenha e menos de um quinto da média dos países da região, que é de US \$15.092. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, o Haiti está classificado em 170 dos 189 países em 2020 (BM, 2021). Assim, diante desta situação alarmante, onde as autoridades políticas, se recusam ou se mostram incapaz de satisfazer as necessidades mínimas do povo, o

deslocamento massivo³⁰ revelou-se como o caminho real para esse povo. No caso do Haiti, mesmo que haja várias causas de deslocamento acelerado da população, mas a natureza (contestada, fraca, predadora, contra da nação) do Estado haitiano é a causa fundamental. Então, abordaremos brevemente, o fenômeno migratório haitiano e assim os fatores explicativos da migração haitiana para o Brasil no início da década de 2010.

2.3 Análise dos Fatores que Motivaram a Migração Haitiana para o Brasil no Início da Década de 2010

Como abordado anteriormente, a presença marcante de imigrantes haitianos no Brasil teve início somente em 2010. Nesta seção, exploraremos os contextos sócio-históricos e políticos que antecederam a chegada dos haitianos ao Brasil, buscando esclarecer as contradições na América Latina contemporânea, com foco especial no Haiti. Primeiramente, oferecemos um panorama histórico do fenômeno migratório haitiano. Em seguida, examinaremos a emigração haitiana como uma expressão da questão social enfrentada pelo país. Por fim, discutiremos os motivos que levaram o Brasil a se tornar um destino preferencial para os haitianos no início da década de 2010.

2.3.1 Síntese Histórica dos Fluxos Migratórios Haitianos

Segundo o sociólogo haitiano Laënnec Hurbon (1987), a migração haitiana começou depois que o país se tornou independente em 1804. O Estado do/no Haiti estabeleceu um sistema semifeudal no país, após o assassinato de Dessalines (1806), que exigia que os camponeses haitianos recém-libertados continuassem cultivando a terra em benefício da oligarquia. Para fugir do sistema, esses agricultores praticavam o *marronagem* (migração forçada) (Hurbon, 1987). E, segundo o autor, essa primeira forma de migração atesta o forte desejo de liberdade dos haitianos, pois segundo eles (o povo) continuam trabalhando para a

³⁰ O objetivo maior dessa primeira parte do trabalho foi apresentar a relação antagônica entre o povo haitiano e o Estado haitiano. Percebemos, que existe a construção histórica para um processo de distância entre o Estado e os seus cidadãos. Essa distância tem como origem nas orientações colocadas pelo Estado depois da independência de 1804 na organização da vida pública. Assim, a população haitiana insatisfeita se rebela contra o Estado de maneira passiva e /ou ativa (Jean Baptiste, 2018). Ela não se reconhece como parte integrante no Haiti. Então, o Estado (elites políticas) é contestado no meio da população, mas de maneira passiva por meio do *Marronnage* (migração forçada). Essa passividade, para nós, permanece por causa da falta da política de inclusão do povo. Essa situação torna-se um dos motivos da saída dos haitianos para os países estrangeiros. Os haitianos vão utilizar esse êxito, que é a emigração, para escapar do sistema predador estabelecido no Haiti depois da independência até hoje. Dessa forma, os fatores explicativos da migração haitiana para o Brasil, a partir do terremoto de 2010, serão debatidos no segundo ponto da primeira parte da tese.

oligarquia na terra, ou seja, mantêm sua própria liberdade. Assim, para enfrentar as condições adversas impostas pelas forças oligárquicas, os haitianos foram desenvolvendo uma identidade política e formas de resistência contra o padrão de organização social, econômica e política estabelecida pelo Estado no/do Haiti desde a independência de 1804. Dentre as formas de enfrentamento encontradas, a migração tornou-se uma estratégia importante, o ir e vir, as mudanças de um ponto para o outro ganhou significado de resistência. E, segundo Hurbon (1987), essa mobilidade interna tornou-se uma prática sociocultural no imaginário haitiano.

No entanto, segundo Audebert (2012), Hurbon (1988) e Etienne (1997), a migração dos haitianos para contextos externos foi impulsionada por determinantes econômicos gerados pela ocupação norte-americana no início do século XX (1915-1934), sob uma dupla perspectiva, seja no cenário interno do país, no contexto da evolução política e econômica do Haiti, seja no contexto da divisão caribenha do trabalho instituído pelos norte-americanos. Este fenômeno foi marcado pela intenção dos EUA de controlar toda a América Latina e o Caribe em perfeita acomodação e aceitação sem resistência aos ditames da Doutrina Monroe (1823), que segundo Castor (1988), era expressa numa curta frase “América para os americanos”.

No referido período histórico, os Estados Unidos materializaram sua dominação por meio de uma política de expansão em todo o Caribe (Castor, 1988). E esta ocupação voltada para a expansão do sistema capitalista de produção, via política industrial, causou a expropriação de camponeses das suas terras, ampliando o empobrecimento e a degradação das condições de vida dos camponeses haitianos, que foram sendo cada vez mais despojadas de seus recursos (Castor, 1988). De fato, esse período foi marcado pelo aprofundamento da desigualdade social. E o sistema estabelecido falhou muito em não atender às necessidades urgentes do povo do país. Consequentemente, foram criadas políticas de migração oficiais (planos e programas) para trabalhadores haitianos pelo Estado haitiano, em parceria com as elites imperialistas norte-americanas e as autoridades de outros países do Caribe, particularmente Cuba e República Dominicana (Dubout, 1973).

Após a ocupação física norte-americana (1915-1934), Hurbon (1987) apontou que o país experimentou uma severa ditadura militar com a dinastia de Duvalier (pai e filho), que durou três décadas (1957 a 1986). Este regime estabeleceu no país um controle estrito sobre todas as estruturas do país. Os opositores políticos foram perseguidos, mortos, violados e exilados (Hurbon, 1987). Neste clima triste, o Haiti experimentou uma nova onda de migração, mas desta vez, esses migrantes seguiram em direção a América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e para alguns países europeus, especialmente para França. Sobre esse assunto, Handerson (2017) explicou que durante a ditadura de Duvalier pai (1957- 1971), foi reconfigurada a

emigração haitiana em termos de amplitude, composição e orientação dos fluxos das pessoas oriundas de diferentes camadas sociais, gerações e regiões, como apontou Cédric Audebert nos seus trabalhos:

[...] a autoproclamação de “Presidente vitalício” de François Duvalier em 1964 assustou os intelectuais e a classe média negra (médicos, advogados, professores) que não demoraram para ir ao exílio. Entre 1957 – o ano de ascensão de Duvalier ao poder – e 1963, 6.800 haitianos foram para os Estados Unidos com visto de imigrantes e outros 27.300 com visto temporário. Entre o ano da autoproclamação em 1964 até o ano da sua morte em 1971, os serviços de imigração estadunidense registraram 40.100 imigrantes e 100.000 não-imigrantes oriundos do Haiti (Audebert, 2012, p. 26-27).

Mais longe, Handerson (2017) assinalou que durante as décadas de 1960 e 70, a maioria dos migrantes haitianos, era formada por profissionais e intelectuais instalados em Nova York. Depois, a presença haitiana com esse perfil se estendeu para Boston, Chicago, Miami, Montreal e Quebec no Canadá³¹ e em países africanos francófonos, particularmente Senegal, Benin e República do Congo. Segundo Henderson (2017), a instalação dessa ditadura provocou um duplo efeito: 1) o surgimento da repressão política generalizada nos meios urbanos e rurais com a criação da milícia “Voluntários da Segurança Nacional”, conhecida popularmente por *Tontons Macoutes*; 2) a degradação acentuada das condições de existência do conjunto das camadas sociais da população. Como consequência, relatou Audebert (2012), 50.000 haitianos de todos os estratos sociais emigraram para os Estados Unidos da América e 3.600 para o Quebec, no Canadá.

Após a dinastia Duvalier (pai e filho), o país experimentou uma nova onda de emigração em sua história. Além de explicar as causas tradicionais do deslocamento em massa de haitianos, estas últimas também estão associadas à insegurança pública, ambiental e social (Hurbon, 1987). Politicamente, a década de 1990 marcou o início de uma era de democracia no Haiti. Com a organização das primeiras eleições democráticas, a população passou a vivenciar práticas democráticas, elegendo Jean Bertrand Aristide como presidente do país. Um ano depois de assumir o cargo, ele foi derrubado por um golpe militar. Os Estados Unidos se opõem a esse

³¹ Vale lembrar que desde a década de 1930, alguns estudantes haitianos, particularmente seminaristas e agrônomos iam para Quebec realizar os estudos. Durante a década de 1950 e início de 60, houve mudanças no perfil migratório: eram músicos que levavam os ritmos antilhanos para o local. Na segunda metade da década de 1960, houve um grande êxodo de haitianos para o Canadá, particularmente Quebec, fugindo da ditadura. Segundo Icart (2004, p. 1), “muitos foram convidados para ocupar cargos importantes pela grande expansão dos serviços sociais, de saúde e de educação. [...] Havia mais de duzentos médicos haitianos em Quebec e quase mil professores”. Na década de 1980, um programa especial do Governo de Quebec concedeu o estatuto de imigrante a 4 mil haitianos que já estavam no local. Em 2001, a população de origem haitiana era estimada em 90 mil, constituindo 90% da presença haitiana no Canadá (idem, p. 1).

estado de golpe, exigem a restauração da ordem democrática e impõem ao país um embargo econômico de três anos (Jean-Baptiste, 2018; Dacilien, 2020; Handerson, 2015; Audebert, 2011).

Assim, em 1994, com apoio dos Estados Unidos, o Presidente Aristide retornou ao país para completar seu mandato constitucional de cinco anos. Após seu retorno à chefia do país, Aristide procedeu à destruição do exército haitiano, para substituí-lo por uma força policial chamada Polícia Nacional do Haiti (PNH). No entanto, segundo Audebert (2012) o presidente Aristide instituiu grupos de bandidos armados no país, na forma de uma organização popular para defender seu poder. Isso criou um clima de terror no país durante este período, causando uma nova onda de migração de muitos milhares de cidadãos haitianos, o que Handerson chamou de terceiro fluxo de mobilidade haitiana:

Um terceiro fluxo de mobilidade haitiana iniciou-se na primeira metade da década de 1990. No contexto do golpe de Estado e da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, aproximadamente 46.000 *pessoas* foram interceptadas em alto mar e conduzidas aos campos de detenção de *Guantánamo Bay* em Cuba. Alguns ficaram presos por mais de um ano. Finalmente, “72% dos 36.596 interrogados pelos Serviços de Imigração (sigla em inglês: INS) nessa base tiveram o pedido de refúgio indeferido e, conseqüentemente, foram conduzidos ao país de origem” (Handerson, 2017, p. 10).

De acordo com Wooding e Moseley-Williams (2009), citado pelo Handerson (2017, p.10), mais de 100.000 haitianos deixaram o Haiti na época da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, no ano de 1991. Alguns se dirigiram para os países vizinhos, cruzaram a fronteira da República Dominicana de ônibus, enquanto outros navegaram para Guantánamo, Cuba e os Estados Unidos. Dos países onde os haitianos solicitaram refúgio (Estados Unidos, República Dominicana, Guadalupe, Guiana Francesa e Bahamas) na época, alguns negaram-lhes o estatuto de refúgio. Os governos consideravam tratar-se de imigrantes econômicos, à exceção daqueles que conseguiam comprovar sofrerem perseguição por razões políticas, étnicas ou religiosas conforme estabelecido pela Convenção de Genebra (Handerson, 2017, p. 10).

Durante o período pós-ditatorial, um outro fator complicador que atua na dinâmica do país são as condições ambientais que atingem a região na qual o território do Haiti está situado. Assim, ao longo de sua história, o país experimentou uma série de desastres naturais (ciclones, furacões, terremotos), isso torna a população muito mais vulnerável do que antes, e o Estado no Haiti, é incapaz (ou não quer) de responder efetivamente à sua intervenção. Os dados do Banco Mundial (2011) mostraram que o Haiti recebeu o maior número de desastres naturais em comparação com todos os outros países da região do Caribe. Assim, em 2008, as tempestades

e os furacões chegaram a destruir em torno de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, e o terremoto de 12/01/2010 causou uma perda de 120% do Produto Interno Bruto (PIB). O pior, no mesmo ano de 2010, uma pandemia de Cólera (uma doença importada pelas forças da ONU no país) atingiu o país inteiro, matando quase 10 mil pessoas, mais de 800 mil infectados. Durante esse triste período, Handerson (2017) apontou que uma nova onda migratória surgiu no país, conformemente à sua colocação:

O quarto registro de fluxo de mobilidade haitiana iniciou-se a partir de 2010. Diante dos diversos tipos de insegurança: pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico, todas elas em decorrência do quadro empobrecido e precário do Haiti, agravado pela tragédia provocada pelo terremoto de janeiro do referido ano, a mobilidade haitiana ganhou especial significância, volume e crescimento de novos sujeitos e circuitos no espaço migratório internacional (Handerson, 2017, p.11).

Em decorrência do terremoto de 2010 no Haiti, instaurou-se um movimento migratório complexo e multifacetado. Handerson (2017) aponta que, nesse cenário de crise, um número significativo de haitianos, inclusive aqueles sem qualquer vivência anterior no interior, deslocou-se para áreas rurais como estratégia de sobrevivência e busca de segurança. Paralelamente, aproximadamente 350.000 indivíduos, detentores de recursos variados, optaram por migrar para o exterior, conforme relatado por Audebert (2012). É nesse contexto de deslocamento forçado que o Brasil emerge como um novo destino para haitianos, os quais começaram a ingressar no país a partir de janeiro de 2010. Esse fluxo inicial ocorreu pelo tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, com entrada pela cidade de Tabatinga, no Amazonas, seguido, ainda em 2010, por um fluxo através da fronteira Brasil-Bolívia-Peru, na cidade de Brasileia, no Acre (Handerson, 2017, p. 11). Nesse sentido, o quadro 06 oferece uma análise da historicidade da emigração haitiana, delineando perfis migratórios e os principais destinos de cada movimento, e destaca o Brasil como um espaço de crescente relevância para a imigração haitiana na América Latina ao longo da última década.

Quadro 6- Perfil e Destinos dos Principais Fluxos Migratórios Haitianos de 1915 a 2024

Período	Perfis de imigrantes	Principais destinação
1915-1934	Camponeses expropriados de suas terras e que foram levados para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar das empresas dos EUA.	Cuba e República Dominicana

1957-1986	Grupos de profissionais qualificados em fuga da opressão política da ditadura dos Duvalier (pais e filho)	EUA, Canadá, França, Bahamas, Guiana Francesa e África-francofona
1991-1994	População de baixa renda em fuga das condições socioeconômicas e políticas no contexto do golpe e embargo econômico dos EUA contra o Haiti	EUA e a República Dominicana
2010-Até Hoje	Grupo social, na sua maioria, menos favorável no sistema social desigual estabelece no Haiti, em busca de melhores condições de vida após o terremoto de 12 de janeiro de 2010	Brasil, EUA+, Chili

Fonte: Elaboração própria (2025)

Em síntese, as evidências apontadas demonstram que, conforme afirmado por Dacilien e Jean-Baptiste (2017), a emigração haitiana não é uma fatalidade histórica inevitável, mas sim um fenômeno resultado de uma estratégia cuidadosamente arquitetada por potências imperialistas em colaboração com as autoridades políticas haitianas. Esse processo de emigração massiva deve ser compreendido como uma manifestação direta da Questão Social no Haiti, refletindo as complexas dinâmicas de exploração e subordinação que moldam a realidade do país.

A emigração haitiana não decorre apenas de fatores internos, como crises políticas e econômicas, mas também de pressões externas e interesses geopolíticos que influenciam e intensificam as condições que forçam a população a buscar alternativas fora de suas fronteiras. Essa dinâmica revela a interconexão entre política interna e externa, evidenciando a emigração como uma expressão crítica das desigualdades e desafios enfrentados pelo Haiti.

No entanto, a escolha do Brasil como um dos principais destinos para os haitianos a partir de 2010 levanta uma questão central: o que fez com que esse país, até então não tradicionalmente associado às rotas migratórias haitianas, se tornasse um novo polo de atração para essa população? Para responder a essa indagação, é necessário considerar duas hipóteses explicativas que ajudam a compreender a intensificação da migração haitiana ao Brasil no início da década de 2010.

2.3.2 Duas Hipóteses Explicativas para a Migração Haitiana ao Brasil no Início da Década de 2010

É um fato que o Haiti tem se configurado historicamente como um país de emigração. De acordo com o relatório de 2015 da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Haiti tem registrado um saldo migratório negativo desde 1950, o que indica que a emigração tem superado a imigração. Os principais fatores que impulsionam esse deslocamento massivo incluem crises sócio-políticas, desastres naturais e a natureza predatória do Estado haitiano (Hurbon, 1987; Audeber, 2012; Handerson, 2015; Dacilien, 2020). Hurbon (1987) observa que, tradicionalmente, a emigração haitiana se dirige para os Estados Unidos, Canadá, França, República Dominicana e alguns países do Caribe. No entanto, no contexto do Brasil, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) mostram que o número de haitianos no território brasileiro foi inferior a 200 entre 1940 e 2000, conforme indicado no quadro 07 do trabalho subsequente.

Quadro 7- Dados estatísticos do número haitianos no Brasil entre 1940 e 2000

ANOS DA CHEGADA	NÚMERO DOS IMIGRANTES
1940	16
1950	21
1960	150
1970	90
1980	127
1991	140
2000	15

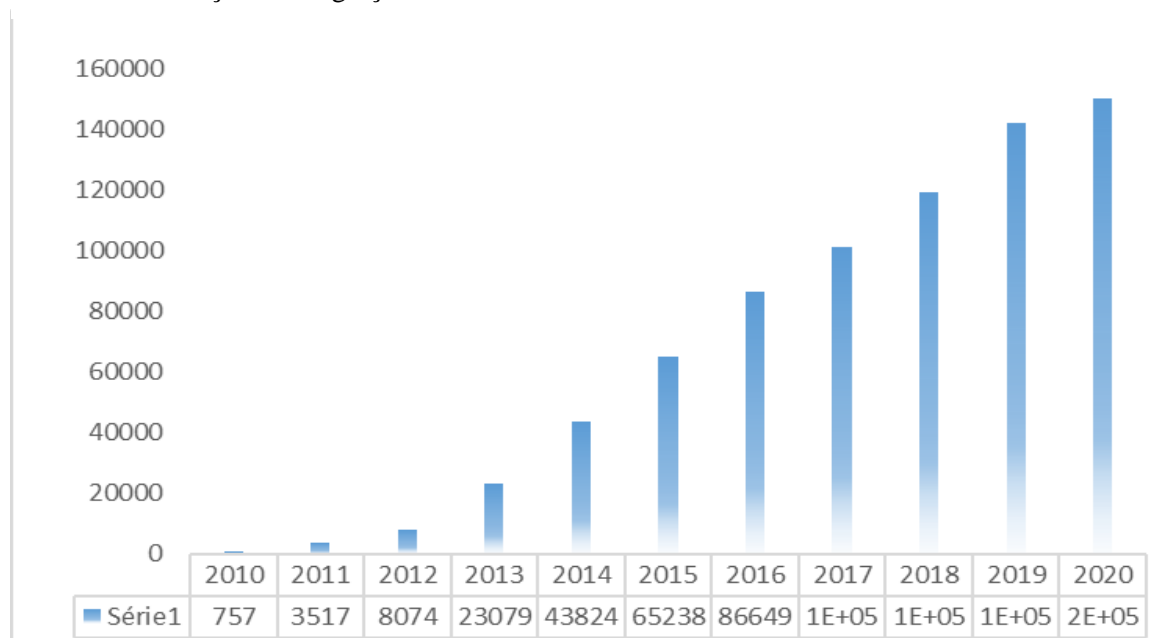
Fonte: (IBGE, 2000)

Estes dados mostram efetivamente que o Brasil não era um destino para a migração haitiana. Em 2000, por exemplo, havia apenas 15 imigrantes no Brasil. Embora o trabalho de Handerson (2015) tenha identificado a presença haitiana no Brasil desde a década de 1940, no entanto, segundo Dieme (2017), isto não atraiu a atenção da sociedade brasileira, uma vez que não foi uma chegada maciça, como veremos depois do terremoto de 2010. É de notar que o Brasil não era conhecido pelo público haitiano em geral como um país para onde migrar em busca de oportunidades, mas sim a percepção dos haitianos de que o Brasil era um país de futebol e grandes jogadores no palco do futebol mundial (Handerson, 2015; Desrosiers, 2020; Dacilien, 2020).

Desde a Copa do Mundo organizada pelo México em 1970, uma grande parte da população haitiana é torcedora da Seleção Brasileira de Futebol. Entretanto, Brasil e Haiti mantêm vínculos desde 1928, porém, os dois países têm representações diplomáticas com a embaixada brasileira em Porto Príncipe, bem como a do Haiti em Brasília a partir de 1954 (HAITI, 1954). Esses laços e relações entre os dois Estados latino-americanos se reforçaram e se consolidaram nos anos de 2000, quando o Haiti passava por uma crise política, econômica e social aguda conduzindo a queda do governo de Jean Bertrand Aristide em 29 de fevereiro de 2004, a partir de um segundo golpe de Estado apoiado pelos Estados Unidos, França e Canadá contra o presidente constitucionalmente eleito (Desrosiers, 2020; Dacilien, 2020). Assim, foi construída no cenário internacional, principalmente no Brasil, a falsa ideia de que o Haiti estava em guerra civil e precisava ser pacificado (Handerson, 2014; Silva, 2016).

Entretanto, de 2010 a 2020, há uma presença espetacular desses imigrantes no Brasil. Dados de OBMigra (2020), revelam que entre 2010 a 2020 haviam mais de 150 mil haitianos no país. Conforme a ilustração do gráfico 02, mostrando uma evolução espetacular de imigração haitiana no Brasil durante essa última década.

Gráfico 2- Evolução da imigração haitiana no Brasil de 2010 a 2020



Fonte: Elaboração própria, partir dos dados de OBMigra (2020)

Então, por que o Brasil é um novo destino para os haitianos? O assunto gerou polêmica entre pesquisadores brasileiros e haitianos. Até o momento, não há uma resposta direta e

irrefutável para essa pergunta, portanto, neste trabalho, são propostas duas hipóteses explicativas.

A primeira diz respeito à presença crescente dos imigrantes haitianos no Brasil, influenciada pela presença do contingente militar brasileiro à frente da força da Organização das Nações Unidas-ONU no Haiti desde abril de 2004. Efetivamente, após a segunda partida forçada do presidente Jean-Bertrand Aristide, em 29/02/2004, o Haiti viveu uma situação que pode ser classificada como de terror, pela oposição aos grupos de bandidos armados (Handerson, 2015; Silva, 2016; Dacilien, 2020). O presidente Boniface Alexandre (2004-2006)³², que estava na presidência do país, apelou para o Conselho de Segurança da ONU para enviar uma força de paz para o país.

Assim, em abril de 2004, a ONU criou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), através da Resolução 1542/2004, liderada pelo Brasil, que contava com o maior número de soldados nessa força (Silva, 2016; Desrosiers, 2020; Dacilien, 2020). Os contingentes militares brasileiros desenvolveram uma política de proximidade com a população haitiana. Eles tiveram presença constante em todos os bairros populares haitianos, jogando futebol com os jovens haitianos, organizando jogos de futebol entre as seleções haitiana e brasileira, em 2006, levaram ao Haiti as grandes estrelas do futebol brasileiro. A Figura 03 do trabalho dá uma ideia da atmosfera que foi criada no Haiti durante este grande evento histórico entre esses dois povos.

³² Boniface Alexandre é um jurista haitiano. Foi presidente do Haiti, de 2004 até 2006. Após a derrubada do então presidente Jean-Bertrand Aristide a 29 de fevereiro de 2004, Alexandre, como Juiz Presidente da Suprema Corte do país, era o seguinte na linha sucessória, por isso assumiu o cargo de presidente.

Figura 2- Encontro entre o haitiano e a seleção brasileira de futebol para jogar uma Partida, batizada de paz, no estádio Sylvio Cator, em Porto Príncipe, em 18 de agosto de 2004



Fonte: crédito a Nilton Santos, 2004³³

Nesse jogo, a seleção brasileira venceu os haitianos por 6 a 0, mas quem fez a festa, foi a torcida local, que por um dia esqueceu a crise sociopolítica que afligia o país, como assinalou a Confederação Brasileira de Futebol-CBF:

Era um dia de sol e muito calor no Haiti. Nas ruas - quase todas de terra -, a população tomava a cidade de Porto Príncipe. Mas não era um novo capítulo na guerra civil que tomava conta do país. 18 de agosto de 2004 representou um dia histórico para os haitianos, principalmente, mas também para a Seleção Brasileira. No Jogo da Paz, como ficou conhecido o amistoso entre Brasil e Haiti, o placar foi de 6 a 0, mas a comemoração foi de todos (CBF, 2004, sp).

Assim, para os haitianos o Brasil começou a aparecer como uma terra de oportunidades em caso de necessidade (Fernandes, 2014; Silva, 2016; Handerson, 2015; Dacilien, 2020). Entretanto, 2004 a 2010, Handerson (2015), Dacilien (2020) apontam que o Haiti experimentou

³³Por mais informações, veja o artigo da CBF, intitulado: “Em 2004, Brasil levou alegria e gols ao Haiti “. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-masculina/em-2004-brasil-levou-alegria-e-gols-ao-haiti>. Acesso em: 07.09.2022.

uma onda de desastres naturais que agravou a situação socioeconômica do país, mas até janeiro de 2010, diz Silva (2016), o Brasil ainda não estava configurado como um destino potencial para os migrantes haitianos. A esse respeito, Silva (2016) relatou:

Entre 2004 e 2010, o Haiti foi assolado por graves catástrofes naturais, principalmente devido a seu posicionamento geológico, onde sismos e furacões são cotidianos, outros países, vizinhos ao Haiti, devido à seguridade política. Econômica, e social, minimizam seus estragos ou contam com planos emergenciais. Em 2004, por exemplo, chuvas e furacões causaram quase cinco mil mortes. Ainda que sejam números elevados, ainda são "inexpressivos" para a comunidade internacional comparado com o que ocorreria em 2010. Até então, o Brasil não se configurava como potencial destino para os imigrantes haitianos (SILVA, 2016, p. 168).

Era necessário esperar por este terrível terremoto no dia 12/01/ 2010, de magnitude 7,3 na escala Richter, devastando o país, causando perdas consideráveis, na vida humana que em bens: 300 mil de mortos e 1,5 milhões de desabrigados (HAITI, 2010). Além disso, os prejuízos em decorrência a essa catástrofe de 2010, foram estimados em US \$10 bilhões, o que equivalia a pouco mais de 120% do produto interno bruto do país em 2009 (HAITI, 2010). Isso exacerbou ainda mais os problemas socioeconômicos e infraestruturas do Haiti, principalmente na cidade de Porto Príncipe, bem como na sua região metropolitana, a parte mais afetada devido à maior concentração populacional, de investimentos e das infra estruturas básicas do país (Desrosiers, 2020). É importante mencionar que uma das consequências do terremoto em termos de saúde mental é o trauma psicológico que a maioria dos haitianos sofreu nas áreas mais impactadas pelo fenômeno nas suas condições de vida. Por exemplo, aproximadamente 40% do setor habitacional foi afetado pelo terremoto, o que agrava ainda mais o déficit habitacional na cidade de Porto Príncipe, bem como em outras cidades da sua região metropolitana (MPTC, 2011).

Diante do agravamento das condições de vida na cidade, logo após o terremoto havia um fluxo migratório interno de haitianos conforme os estudos da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2012, p. 36) mostrando que entre 2010 e 2011, mais de 1.500.000 haitianos foram deslocados para outras regiões do território nacional. Paradoxalmente os estudos de Schwartz (2011), citado por Desrosiers (2020, p 28), indicam que os sobreviventes do desastre que fugiam da região metropolitana de Porto Príncipe já estavam voltando para a capital no final de março daquele mesmo ano. Além da mobilidade interna de haitianos, o terremoto de 12 de janeiro de 2010, bem como os problemas estruturais anteriores aquela catástrofe, desencadeou um movimento migratório que ultrapassou as fronteiras nacionais e, assim,

adquirir uma dimensão internacional que pode ser considerada como a quarta grande onda migratória em massa de haitianos para o exterior, como apontou Handerson (2015, p.73):

O quarto registo de fluxo de mobilidade haitiana iniciou-se a partir de 2010. Diante dos diversos tipos de insegurança: pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico, todas elas em decorrência do quadro empobrecido e precário do Haiti, agravado pela tragédia provocada pelo terremoto de janeiro do referido ano, a mobilidade haitiana ganhou especial significância, volume e crescimento de novos sujeitos e circuitos no espaço migratório internacional.

O quarto registro de fluxo migratório haitiano iniciou-se em 2010, conforme observa Handerson. Esse aumento foi impulsionado por múltiplas formas de insegurança pública, política, socioeconômica, alimentar, educacional, bem como nas áreas de saúde e saneamento. Esses problemas foram significativamente exacerbados pelo terremoto devastador de janeiro de 2010, que aprofundou a crise de um país em situação precária do país. Em consequência, a mobilidade haitiana adquiriu uma nova magnitude, abrangência e complexidade no espaço migratório internacional, refletindo a crescente diversidade dos fluxos migratórios haitianos. Embora o povo haitiano já estivesse familiarizado com movimentos migratórios, a tragédia de 2010 precipitou a quarta onda migratória do país, com o Brasil emergindo como um dos destinos principais para essa migração desde então.

A segunda hipótese explicativa da presença dos haitianos no Brasil, é que durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o Brasil firmou-se como uma superpotência da região, com abertura ao mercado internacional. De acordo com nosso entendimento, a presença de soldados brasileiros no Haiti e o terremoto de 2010 são apenas pretextos explicativos, na verdade essa presença é explicada pela abertura do Brasil ao mercado internacional com uma imagem de superpotência na região sob a presidência de Lula. O que Magalhães e Baeninger (2014) identificam como uma posição de "subimperialismo"³⁴ para dominar a zona americana do ponto de vista econômico, político e mesmo militar:

³⁴ O Subimperialismo brasileiro é uma categoria formulada pela Teoria Marxista da Dependência, notavelmente, Ruy Mauro Marini, em seus escritos acerca do golpe militar de 1964. Entretanto, na virada do atual século, sob a perspectiva de tornar-se o representante das nações emergentes na América Latina, como uma alternativa ao imperialismo estadunidense na região, o Brasil desponta, durante os governos Lula e Dilma, do PT, como o Estado capaz de crescer e ocupar os espaços fragilizados da economia dos países periféricos. Assim, de 2004, até nos dias atuais, Brasil, de acordo Franck Seguy (2014), passa a ocupar o Haiti através de sua força militar.

Nos últimos anos, a economia brasileira experimentou uma expansão e o Brasil redimensionou-se no rol dos principais países da geopolítica mundial. Como suporte da expansão econômica, necessita cada vez mais ocupar os postos da gerência capitalista internacional, como o Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. A participação nas missões militares de estabilização (MINUSTAH) promovidas pela ONU, e particularmente a participação como coordenador no caso do Haiti (Magalhães & Baeninger, 2014, p.14).

Deste modo, embora a representação do Brasil e dos brasileiros no imaginário popular do povo haitiano tenha ganhado uma forte conotação e significado, como analisamos na primeira hipótese, este fenômeno tomado de forma isolada não pode ser visto como único fator acelerador ou desencadeador da emigração haitiana. O fator preponderante nesta equação são as consequências nefastas das relações econômicas desiguais internas ao Haiti e externas na relação com outros países. O Brasil, apresentou-se como uma forma de satisfazer as necessidades de mão de obra, particularmente para atender às necessidades do subimperialismo brasileiro, no momento histórico onde o sistema econômico enfrentou um conjunto de contradições. Como explicou Marini, 2012, ps. (156-157):

[...] o subimperialismo se traduz no impulso da economia brasileira em direção ao exterior, no afã de compensar sua incapacidade de ampliar o mercado interno através da conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina. Esta forma de imperialismo conduz, no entanto, a um subimperialismo [...].

Sobre este aspecto, Léon (2013), jornalista do *New York Times*, apresentou o Haiti como a primeira vítima da tentação imperial do Brasil. O autor haitiano salientou que não foi um ato filantrópico que animou as elites econômicas e políticas brasileiras ao aceitar ser o coordenador desta força no Haiti, mas a sua ambição imperialista como o segundo mestre econômico e político do hemisfério no início das duas últimas décadas, conformemente à sua colocação:

(...) os Estados Unidos e a França não escolheram o Brasil aleatoriamente. Eles conhecem suas ambições imperiais como o segundo mestre do hemisfério do ponto de vista econômico: sua obsessão declarada em fazer parte do Conselho de Segurança da ONU, há também a experiência dos anos da ditadura militar na repressão e assassinato, elemento essencial do cartão de visitas internacional do Brasil. Sem negligenciar o interesse dos ricos deste país em expandir sua produção e cultura por toda a região. Quando esses dois conquistadores pediram seu serviço, sabiam muito bem que o então presidente Lula Da Silva não resistia a essa proposta. Para isso, era necessário sacrificar laços ideológicos e convicções para preencher seu cartão de conquista. Assim, os americanos, canadenses e franceses levaram à terra das favelas

o mal do "tutor aprendiz", eles muito ocupados para enfrentar outras convulsões criadas para medir no mundo (Léon, 2013, p.1).

A missão do Brasil era "estabilizar" o Haiti. Porém, em termos não diplomáticos, o Brasil deve desempenhar um papel de polícia /militar. Os reveses registrados pelos EUA na Somália nos anos de 1994-95 e o impasse no Iraque, Afeganistão, mais perto de casa na Líbia, Síria... são muito recentes para se aventurar em outro problema onde os negros se chocam. As elites econômicas e políticas do Brasil, segundo Léon (2013) abusaram dos estreitos laços culturais que uniram os dois povos do Haiti e do Brasil para implementar a política de conquista:

(...) antes da MINUSTAH chegar ao Haiti, assim que falamos sobre o Brasil, nos referimos ao futebol, ao Rei Pelé ou ao carnaval carioca, que é uma maravilha artística e cultural. É verdade que o governo usou a seleção brasileira de futebol, em 18 de agosto de 2004, para jogar uma partida de futebol qualificada "Pela Paz" contra a seleção haitiana, em sua cruzada para conquistar os corações e mentes dos haitianos. Aquele dia foi um tormento para nossos patriotas haitianos que viram nossos congêneres aplaudirem os jogadores brasileiros às custas de seus nacionais. E, para crucificar ainda mais o país, jogadores e dirigentes brasileiros viajaram para a república vizinha para passar a noite após o jogo, o que significa que o Haiti não era digno de honrar a hospitalidade das estrelas brasileiras. Gastar! Hoje, somando-se ao futebol e à cultura brasileiras, há também os massacres de pessoas pobres, cólera e também a arrogância natural de um ocupante em relação aos sujeitos derrotados. No entanto, do ponto de vista geopolítico e estratégico, a realidade brasileira é radicalmente diferente e é impulsionada pela mania de estender sua influência sobre outros países da região.

Como apontou Jean Baptiste (2018), o Brasil está lá no Haiti desde 2004, antes mesmo do Haiti chegar ao Brasil em 2010. Efetivamente, Segundo Magalhães (2017) a aproximação significativa entre haitianos e brasileiros se deu por meio da empresa brasileira OAS Construtora³⁵, que teve um contrato no Haiti para melhorar e ampliar a malha rodoviária n° 7 no sul do país³⁶. Magalhães & Baeninger (2017), abordaram este aspecto, no seu texto intitulado "Migração de dependência: a imigração haitiana no Brasil", relatando uma certa relação entre subimperialismo brasileiro e fluxos migratórios haitianos no país durante este tempo:

A "migração de dependência" expressa um fluxo migratório internacional formado através da presença econômica, política e militar, de um país dependente (Brasil) em

³⁵ A OAS, é uma empresa brasileira, nasceu em 1976, na Bahia, com atuação no setor de engenharia e infraestrutura. Hoje, é um conglomerado multinacional brasileiro, de capital privado, que reúne empresas presentes em território nacional e em diversos países. Com milhares de colaboradores, é referência em empreendedorismo, segurança e qualidade. Por mais informações consulte o seguinte link: <http://www.oas.com/oas-com/oas-s-a/quem-somos/>. Acesso em: 16 dez de 2019.

³⁶ Mais informações disponíveis em: <https://lenouvelliste.com/article/60052/vers-la-rehabilitation-de-la-route-cayes-jeremie>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

outro (Haiti). Aporta-se esse adjetivo ao fluxo pois são precisamente as contradições do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro que levaram o Brasil ao Haiti: a expansão econômica ao exterior; a busca por um assento no Conselho de Segurança da ONU, que confirmasse politicamente essa expansão econômica; a procura de negócios rentáveis para suas construtoras e empreiteiras, através da construção de obras de infraestrutura, como a da estrada entre Les Cayes, cidade portuária, e Jérémie, ambas no sul do Haiti; a presença nos lucrativos negócios de reconstrução do país, após-Terremoto de 2010; e a presença e coordenação da Minustah, como garantia ao mundo de que o Brasil era um ator não apenas econômico mas também político e militar relevante nas relações internacionais (Magalhães & Baeninger, 2017, p.).

Através dessa aproximação com os brasileiros no Haiti, os haitianos, de alguma forma, tomam conhecimento do Brasil, num momento em que o país sul-americano, segundo Harvey (2011), teve um crescimento socioeconômico por não ter sido afetado diretamente pela crise financeira do capitalismo global entre 2007 e 2008. Isso tudo cria de algum modo expectativas no imaginário dos haitianos ao conhecerem o Brasil pela sua imagem positiva no Haiti. Diante dessa dinâmica também, o Brasil foi escolhido para sediar três grandes eventos esportivos internacionais: a Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa América de 2019. Esta situação obrigou o país a tomar todas as medidas necessárias em termos de infraestrutura para organizar essas três grandes competições esportivas que geraram expectativas de empregos no imaginário dos haitianos, por exemplo, na construção civil (Cotinguiba, 2014; Handerson, 2015; Cavalcanti, 2015, Pachi, 2019; Desrosiers, 2020).

Assim, durante este mesmo período de tempo, foi constatada uma mudança radical nos perfis raciais dos imigrantes no Brasil. Os dados do OBMigra em data de 2021, revelaram que imigração brasileira levou a uma mudança no perfil racial dos chegados, demonstram que em 2011, imigrantes pretos representavam 13,9% do total daqueles que estavam no mercado formal de trabalho, no fim da década, eles já eram maioria (54,4%). A mesma fonte revelou que os haitianos ocuparam a primeira posição dessa categoria. No entanto, mesmo sendo minoria, os brancos receberam nesses dez anos salários muito superiores aos demais (OBMIGRA, 2021).

A presidente Dilma Rousseff numa visita no Haiti, em fevereiro de 2012, dois anos depois o terrível terremoto, afirmando no seu discurso³⁷, que o Brasil está de portas abertas para todos os haitianos que procuravam emprego. Assim, os principais motivos de imigrantes haitianos no Brasil, desde do início da década de 2010, foram buscar de trabalho, conformemente a afirmação de Cotinguiba (2014):

³⁷ O jornal “*Le Nouvelliste*” destacou a visita da presidente Dilma Rousseff ao Haiti em 2 de fevereiro de 2012, abordando temas como cooperação bilateral, atuação da MINUSTAH e questões migratórias em reunião com o presidente Michel Martelly. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/102257/le-bresil-et-haiti-filent-le-parfait-amour>. Acesso em: 28 set. 2022.

A busca por trabalho foi o principal motivo para a vinda dos haitianos ao Brasil. Nosso país se preparava para sediar a Copa do Mundo e havia muitas obras, sendo que eles são fanáticos pelo futebol brasileiro – em 2004, a seleção jogou no Haiti. A presença de tropas brasileiras naquele país, transmitindo informações sobre o Brasil, também influenciava a migração. Com o endurecimento das fronteiras nos destinos preferenciais, os haitianos passaram então a vir para cá, alguns de passagem para a Guiana Francesa (Cotinguiba, 2014, p. 35).

Para entender melhor porque o Brasil estava aberto para os haitianos, ou seja, por que Brasil se tornou durante esta última década um dos destinos pela imigração haitiana, é necessária verificar o trabalho de Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015) que foi realizado sobre a integração dos estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro. Nela, os autores demonstram que, entre 2011 a 2013, os grupos ocupacionais de trabalho pelos haitianos estão na indústria capitalista brasileira, conforme o (CF. Quadro 8).

Quadro 8- Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais no Brasil, no período de 2011, 2012 e 2013

GRUPOS OCUPACIONAIS	2011	2012	2013
TOTAL	814	4.117	14.590
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	475	2.970	10.910
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	182	643	2.534
Trabalhadores de serviços administrativos	42	234	630
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	33	55	197
Técnicos de nível médio	68	136	166
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	2	48	105
Diretores e Gerentes	4	25	29
Profissionais das Ciências e das Artes	6	6	6
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares.	2	0	1

Fonte: Cavalcanti, Oliveira, Tonhati, 2015.

Havia de facto uma necessidade de mão-de-obra haitiana no Brasil durante este espaço de tempo. Esta tabela mostra que 73,59% dos haitianos trabalhavam no sector industrial, na

base da pirâmide de produção industrial brasileira, entre 2011 e 2013. Ou seja, durante este período, houve de facto uma necessidade de mão-de-obra haitiana no mercado formal brasileiro. Nesta medida, esta mão-de-obra ocupava o primeiro lugar no movimento dos trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal do país. Esta tendência continua até hoje, como verificámos no último relatório Obmigra, em 2020, os haitianos ainda ocupam o primeiro lugar no movimento de trabalhadores imigrantes em empresas capitalistas brasileiras, como indica o seguinte (CF. Quadro 9) do trabalho.

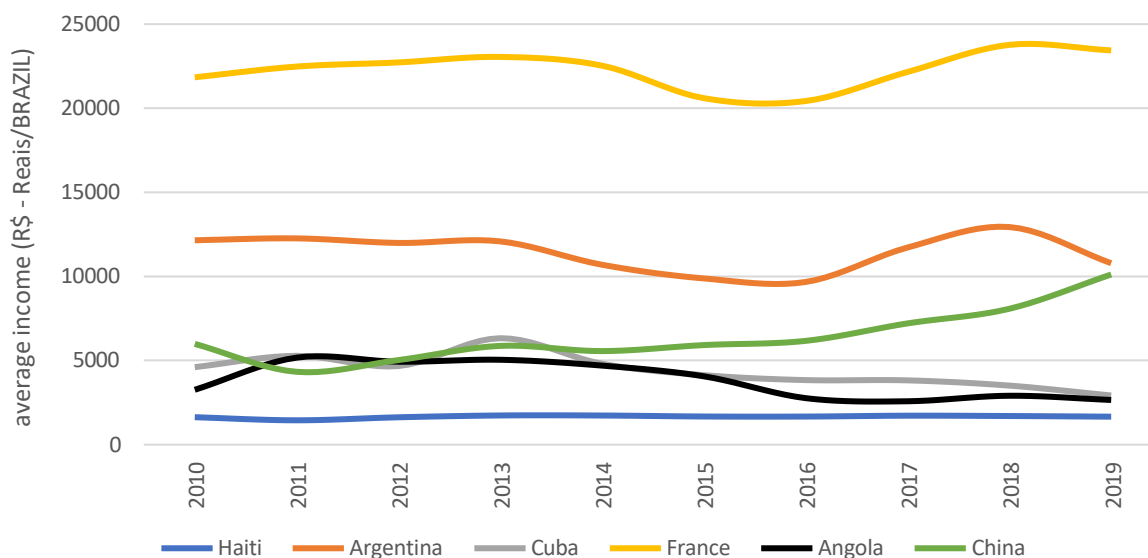
Quadro 9- Movimentação de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal, tipo de movimentação e ano, segundo país de nacionalidade 19, Brasil, 2019-2020

Nacionalidades	Contratados			Despedidos			Saldo	
	2019	2020	Var (%)	2019	2020	Var (%)	2019	2020
Haiti	15.581	15.032	-3.5	12.729	12.303	-3.3	2.852	2.729
Venezuela	8.335	11.975	43.7	7.271	7.271	107.9	4.837	4.704
Paraguay	3.207	907	-71.7	964	964	-68.1	182	-57
Argentina	2.086	914	-56.2	1.098	1.098	-46,7	27	-184
Bolívia	1.553	816	-47.5	1.014	1.014	-35	-7	-198
Others	14.456	6.822	-52.8	8.326	8.326	-44.5	-551	-1.504
TOTAL	45.218	36.466	-19.4	30.976	30.976	-18.2	7.34	5.494

Fonte: Elaborado pelo Obmigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2020.

Esses dados reforçam a segunda hipótese, destacando o interesse das empresas capitalistas brasileiras na mão de obra haitiana. Luís Felipe Aires Magalhães (2017), pesquisador brasileiro, especializado em migrações, aponta que esses trabalhadores são frequentemente explorados de forma abusiva, sofrendo violações de direitos e a desvalorização de sua força de trabalho no Brasil. Essa realidade reflete uma postura discriminatória em relação ao Haiti no cenário internacional. Um exemplo claro dessa desigualdade é a redução dos salários pagos a haitianos com empregos formais no Brasil entre 2010 e 2019, como ilustrado no gráfico 04.

Gráfico 3- Renda média dos migrantes com contrato de trabalho formal, por nacionalidade. Brasil.



Fonte: OBMigra, 2020, 108.

Observamos como os dados do relatório OBMigra 2020 revelam profundas desigualdades nos rendimentos médios dos migrantes no Brasil, evidenciando a precariedade enfrentada pelos haitianos. Com uma renda mensal média de R\$ 1.655,20, pouco acima do salário mínimo brasileiro, eles possuem os menores rendimentos entre todas as nacionalidades analisadas, enquanto os imigrantes franceses, representando a Europa, recebem valores 13,5 vezes superiores. Mesmo no contexto do Caribe, ilustrado pelos dados de Cuba, os haitianos continuam na base da escala salarial. Essas disparidades não se explicam apenas por fatores estruturais, mas também por preconceitos raciais e linguísticos. Por exemplo, os angolanos, também majoritariamente negros, têm uma renda média de R\$ 3.808,20, mais que o dobro da dos haitianos formalmente empregados, provavelmente devido à fluência no português, que facilita sua inserção no mercado. A situação é ainda mais grave para os haitianos no setor informal, onde a falta de proteção e os rendimentos baixos intensificam sua vulnerabilidade socioeconômica.

A análise desses dados e a revelação do pesquisador brasileiro corrobora a visão racista e excludente da Comunidade Internacional sobre o Haiti, uma perspectiva também debatida na tese de Franck Seguy (2015). Em janeiro de 2009, no contexto da liderança brasileira na missão da MINUSTAH, o Secretário-Geral da ONU designou um emissário para estudar as possibilidades de "lançar o desenvolvimento econômico" no Haiti após a devastação causada

por quatro furacões em 2008³⁸. O relatório desse estudo, conhecido no Haiti como “Rapport Collier”, elaborado por Paul Collier, economista da Universidade de Oxford, propunha estratégias para a “segurança econômica” do país, destacando a necessidade de reconstrução da infraestrutura e expansão das zonas francas como prioridades de desenvolvimento (Collier, 2009 apud Seguy, 2015). No entanto, essa proposta de reconstrução, segundo Collier, exigia uma “estratégia realista”, indicando que não seria economicamente viável interligar as populações espalhadas nas regiões montanhosas. O custo elevado de manutenção inviabilizaria esse esforço, o que, segundo Collier, estaria além da capacidade financeira do Haiti (Collier, 2009, p. 10).

Seguy (2015), em sua tese, critica profundamente essa visão limitada e utilitarista. Ele destaca que o emissário da ONU, ao observar as regiões montanhosas do Haiti, não reconheceu nessas populações nenhum “sujeito histórico” digno de inclusão ou investimento. Essa ausência de reconhecimento permitiu ao delegado justificar a ausência de prestação de contas ou de responsabilidade com essas comunidades. Em sua análise, o sociólogo haitiano argumenta que a estratégia de Collier prioriza a criação de “pólos de excelência” para atender à indústria e aos interesses externos, em detrimento da inclusão social e do desenvolvimento de uma infraestrutura que beneficie toda a população haitiana. Ao adotar essa postura, o relatório reafirma, como destaca Seguy, uma abordagem desumanizante que negligencia as condições de vida da maioria dos haitianos, promovendo uma visão de desenvolvimento seletivo, voltado exclusivamente para interesses econômicos e industriais sem atender às necessidades de dignidade e bem-estar da população (Collier, 2009, p. 12):

(...) do ponto de vista do acesso ao mercado – elemento importante – o Haiti é hoje o lugar de produção mais seguro do mundo no sector do vestuário (...). No setor de vestuário, o custo principal é o da mão de obra. O Haiti sendo relativamente pouco regulamentado, o custo da mão de obra aguenta perfeitamente a concorrência com a China, que constitui a referência padrão. A mão-de-obra haitiana não somente é barata, também é de qualidade. Com efeito, dado que a indústria do vestuário já foi anteriormente muito mais desenvolvida do que o é atualmente ali, o Haiti dispõe neste setor de um importante reserva de mão de obra experiente. (Collier. 2009, p. 19).

Ao ver o modo como Paul Collier se refere à mão-de-obra haitiana como barata, dá a impressão de que se trata de um fato natural. No entanto, o que ele deixa de mencionar é que

³⁸ No espaço de um mês, o Haiti foi atingido por quatro ciclones: uma tempestade tropical, Fay, e depois três furacões Gustav, Hanna e Ike. Fay, uma violenta tempestade tropical com ventos de até 75km/h, atingiu a costa sul em 16 de agosto de 2008. (Lucien, 2010).

esse barateamento resulta de um processo estruturado, no qual o racismo desempenha um papel fundamental (Seguy, 2015). Da mesma forma, ao analisarmos a tese de Luís Felipe Aires Magalhães (2017), embora o autor não adote uma postura racista, seus resultados evidenciam a mesma realidade: a mão-de-obra haitiana, considerada mais forte, e paga menos, beneficiando os empregadores brasileiros. Essa inadequação no tratamento da força de trabalho haitiana, tanto no mercado internacional quanto na sociedade brasileira, exige uma reflexão mais profunda. Autores como Lenine (1966) e Gaudemar (1977) ajudam a entender essa lógica, mostrando que o capital, nas mobilidades humanas, busca explorar a força de trabalho migrante, aproveitando-se de sua vulnerabilidade em contextos de desigualdade.

Então, por que o Brasil se torna o novo destino para migrantes haitianos? Nossas duas hipóteses são complementares: a presença de soldados brasileiros no Haiti, as políticas de proximidade desenvolvida com a população haitiana nos bairros de 2004 a 2010, poderia ajudar a criar no imaginário haitiano uma imagem idealizada do Brasil, que passou a ser visto como uma terra de oportunidades para suprir as necessidades não atendidas pela nação haitiana. Somando, ao fato de neste período o crescimento econômico vivido no Brasil que requisitava força de trabalho para executar seus grandes projetos iniciados em 2008, como, por exemplo, obras com baixos custos para realizar o prelúdio dos grandes eventos esportivos de 2014 a 2019.

Em suma, quando o governo de Dilma, formalizou a política migratória favorável aos haitianos, através da Resolução Normativa, nº 92 de 12/01/2012, que estipula no art. 1º :”ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias”, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro, isso pode ser interpretado por ideias simplistas, como apenas um gesto de amor ou /e compaixão pelo povo haitiano afetado pelo terremoto de 2010. No entanto, uma análise crítica nos obriga ir além da aparência, para entender melhor a essência, como exigido por Marx em sua dialética. Pode se pensar que o povo haitiano por sempre ter sido emigrante, estava apenas seguindo o curso natural de sua história, mas na verdade ao analisar o contexto dessa passagem é visto que, a história do povo haitiano é de luta por qualidade de vida, por conquista digna de seu território e a busca pelo restabelecimento de seu povo com um Estado que o entenda, a migração atravessa essa história.

Assim como a formação dos Estados-nação no Caribe e na América Latina, o capitalismo roubou as estradas desses países, destruindo os caminhos de uma nação e limitando sua cultura, se o gigante sul-americano, Brasil utiliza se a mão de obra barata da nação saqueada, não foi

nada, mas está atendendo às demandas do capitalismo internacional na formação de economias periféricas, seguindo os melhores interesses de dividir para conquistar. Por fim, não se pode pensar nesses eventos de forma linear, há uma necessidade histórica, política e cultural com as nações latinas e caribenhas de se olhar a sua trajetória em todas as especificidades, dando a importância de todas as ferramentas de dominação, inclusive aquelas que se demonstram inofensivas, na barbárie de uma típica sociedade capitalista não espaço para compaixão. No próximo capítulo (capítulo 2), vamos fazer um mapeamento de políticas sociais voltadas à população imigrantes no Brasil, analisar o caráter racista no caso dos imigrantes haitianos no território do país, especialmente, na cidade do Rio de Janeiro.

3 CAPÍTULO II: POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E QUESTÕES RACIAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E HAITI NO CONTEXTO PÓS-COLONIAL

Este capítulo propõe uma análise comparativa das políticas migratórias dos Estados haitiano e brasileiro nos séculos XIX, XX e XXI, com o objetivo de compreender como esses dois países latino-americanos pós-coloniais abordaram as questões de migração e racismo ao longo do tempo. Primeiramente, examinamos as políticas migratórias adotadas no Haiti e no Brasil nos séculos XIX e XX, com destaque para o papel do "branqueamento" populacional no Brasil e a percepção de que a presença de pessoas negras representava uma ameaça à "segurança nacional." Em seguida, exploramos as políticas migratórias brasileiras do século XXI, observando as mudanças trazidas pela nova lei de imigração e analisando sua divergência em relação ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular da ONU.

3.1 A Dimensão Racial nas Políticas Migratórias do Haiti e do Brasil nos Séculos XIX e XX

Nos estudos de migração, o termo de política migratória é usado para se referir ao conjunto de esforços feitos por um governo para resolver os problemas apresentados pela migração e, assim, alcançar a situação desejada por meio de medidas abrangentes e coerentes apoiadas por regulamentos, incluindo estruturas legais e programas de ação (Hogwood e Gunn, 1984, Apud Kay, 2006 e Bjerre & Al., 2015). De acordo com Bjerre, Helbling, Römer et al. (2015), essa política está enraizada nas realidades nacionais de migração, orientada por uma ampla gama de instrumentos internacionais e impulsionada por líderes políticos e pelo discurso público.

Hamidi e Fischer (2017) explicam que as políticas migratórias devem ser entendidas como "o conjunto de políticas, atores e instituições que regulam a admissão e a integração de migrantes estrangeiros no país anfitrião". No Brasil, por exemplo, Siciliano (2013) aponta que essas políticas migratórias são regularizadas pela autoridade que, por meio de leis, indica as condições gerais para o processamento dos fluxos de acordo com os tratados internacionais de direitos humanos para a proteção do indivíduo. Nesse sentido, Siciliano (2013) conceitua a política migratória brasileira da seguinte forma:

O conjunto de medidas do governo para regular a entrada, a permanência e a saída de estrangeiros do território nacional, bem como as ações destinadas a regular a manutenção dos laços entre o Estado e os seus nacionais que residam no exterior. Dessa forma, o objetivo central da Política Migratória passa a ser o cidadão estrangeiro (em território nacional) e o cidadão nacional (em território estrangeiro) (Siciliano, 2013, p. 9).

No que diz respeito às políticas migratórias entre o Haiti e o Brasil no período pós-colonial, deve-se ressaltar que esses dois países têm semelhanças e divergências em seu passado colonial, principalmente em relação aos negros africanos deslocados pelas potências coloniais europeias para alimentar o comércio de escravos. No caso do Brasil colonial, é importante destacar a resistência da população indígena que conviveu com essa nova população negra africana e com os colonizadores brancos europeus. O que ocorreu desde o período colonial até o Brasil pós-colonial e contemporâneo foi uma configuração racial entre as populações branca, negra e indígena (Florestan, 1989). Esse processo deu origem a outros processos intensos que delimitaram a forma como as classes sociais seriam delimitadas no futuro:

A herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil (Moura, 1988, p. 70).

Porém, no caso do Haiti, a população indígena e os brancos vivenciaram um outro processo histórico. A historiografia haitiana menciona nesse sentido, o desaparecimento total da população indígena pelo genocídio dos colonos espanhóis³⁹ no período colonial (Seguy, 2015; Jean Baptiste, 2018; Hurbon, 1987; Dacilien, 2020). Sobre esse aspecto, Jean Baptiste (2018) relatou que teve no Haiti pós-colonial, a expulsão de todos os colonos franceses a partir da independência em 1804, que presenciou algumas dificuldades administrativas e sociais para permanecerem na antiga colônia, como já apontamos no capítulo anterior. Por isso, no Haiti pós-colonial existe uma configuração racial, a maioria de negros e, dentro desta, tem a distinção racial entre os negros com pele mais clara, descendentes da mistura entre os brancos, negros que são identificados como mulatos, e negro com pele mais escura, descendente diretamente dos escravizados da África (Hurbon, 1987; Casimir, 2009).

³⁹ A história do Haiti é marcada por uma trajetória de violência que remonta à sua fundação, com conflitos frequentemente resolvidos de forma sangrenta, refletindo uma tradição de enfrentamento violento transmitida ao longo do tempo. Esse ciclo começou no século XV, com a chegada dos colonizadores espanhóis, cujo impacto levou ao desaparecimento completo dos povos originários da ilha.

Conforme Lélia Gonzalez (1988) destacou, “não nascemos negros; tornamo-nos negros. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve ao longo da vida.” A busca pelo pertencimento e a compreensão do que significa ser negro em uma sociedade marcada pela miscigenação é um processo complexo tanto no Haiti quanto no Brasil, envolvendo profundas questões de autoidentificação. O Haiti se define como uma república negra, apresentando uma configuração racial mais homogênea. Em contraste, o Brasil é caracterizado por um traço miscigenado, no qual diversas etnias se entrelaçam, gerando diferentes formas de representação, assimilação e reconhecimento racial. Esses processos evidenciam como as esferas íntimas da autoidentificação são moldadas por contextos históricos e sociais distintos, refletindo as complexidades das relações raciais em cada país:

[...] Essa elite de poder que se auto identifica como branca escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu - se, como já dissemos, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro. Esse gradiente étnico que caracteriza a população brasileira, não cria, portanto, um relacionamento democrático e igualitário, já que está subordinado a uma escala de valores que vê no branco o modelo superior, no negro o inferior e as demais nuances de miscigenação mais consideradas, integradas, ou socialmente condenadas, repelidas, à medida que se aproximam ou se distanciam de um desses polos considerados o positivo e o negativo, o superior e o inferior nessa escala cromática (Moura, 1988, p. 62).

Essas retratações moldadas pela forma explorada do trabalho, utilizando os de forma exaustiva, vai aos poucos se justificando na forma do pensamento e nas instituições que vão crescendo sob essa base material, ainda que recolhendo as suas singularidades, as duas nações vão de encontro ao ponto em comum: tanto a nação haitiana, como a brasileira, se espelha em um modelo superior inexistente de tipo ideal branco, superior e detentor da dominação das classes. Se no Brasil, dentre tantas manifestações do problema da falta de se enxergar como pertencente de determinada raça, se expressa na crescente autodeclaração massiva da população em parda, segundo o IBGE em 2022 a população brasileira era 46% parda, no Haiti observamos isso no cotidiano das pessoas, e no estudo da língua como expressão cultural e representação de um povo, assim temos, a existência de duas palavras no crioulo haitiano, *Nwè*, a qual pode ser traduzida como “muito preto/escuro”, e *Nwa*, “marrom/preto claro”.

A problemática que se estabelece aqui é ao verificar as configurações raciais desses países existe uma dificuldade dupla, a primeira é que há uma confrontação de se enxergar como pertencente de uma determinada raça, e isso dificulta os próprios processos de lutas sociais para

uma sociedade igualitária, e a segunda é o desafio de mensurar o tamanho e profunda fragilidade que foram as políticas de embranquecimento promovidas pelo Estado, e os próprios processos internos da escravidão que em dado momento permitiu a miscigenação desses países, inferioriza as populações pretas, indígenas e originárias a ponto de outras classificações surgirem para fugir da subordinação, quando na prática tudo aquilo que se distancia do tipo ideal branco estabelecido esta passivo de interiorização e racismo.

Ao contrário das autoridades brasileiras, que, após a independência do Brasil, pediram aos europeus que viessem se estabelecer no país para branquear sua população por meio da migração, as autoridades haitianas, por sua vez, eram muito hostis aos migrantes, especialmente aos imigrantes europeus. Tanto é assim que, na primeira Constituição de 1805, o pai fundador da Nação tomava precauções extremas para antecipar o possível retorno dos colonos escravagistas exilados do país, definindo o cidadão haitiano da seguinte forma:

Art. 7 - A cidadania haitiana é perdida pela emigração e naturalização em países estrangeiros e pela condenação a penas aflictivas ou desonrosas, a primeira das quais implica a pena de morte e o confisco de bens. Art. 8 - A cidadania haitiana é suspensa em decorrência de falência (Haiti, 1805).

Também é especialmente interessante ver como as questões de patrimônio e cor se entrelaçam na construção da cidadania, um fenômeno que emerge das lições aprendidas com a sua história tumultuada. A intersecção entre esses elementos reflete as complexas dinâmicas sociais e culturais que influenciaram as identidades coletivas do país. Dessa forma, a definição de cidadania no Haiti não se restringe apenas a aspectos jurídicos ou políticos; ela é profundamente enriquecida pelas experiências históricas que evidenciam o impacto das desigualdades raciais e das heranças culturais. Essa análise nos permite compreender como as noções de pertencimento e inclusão foram moldadas por um legado de opressão, luta e resistência, revelando as tensões que ainda permeiam a sociedade haitiana contemporânea:

Art. 12 - Nenhuma pessoa branca, de qualquer nação, poderá pisar neste território como senhor ou proprietário, e não poderá adquirir nenhuma propriedade no futuro. Art. 13 - O artigo anterior não terá efeito algum, nem sobre as mulheres brancas naturalizadas haitianas pelo governo, nem sobre os filhos nascidos ou a nascer delas. Os alemães e poloneses naturalizados pelo governo também estão incluídos nas disposições deste artigo (Haiti, 1805).

Os Artigos 12 e 13 da Constituição haitiana de 1805 refletem a tentativa do Haiti de limitar a influência e a propriedade de pessoas brancas no país, como uma forma de proteger sua soberania recém-conquistada. O Artigo 12 proíbe que pessoas brancas, independentemente de sua origem, possuam propriedades no Haiti, visando assegurar o controle nacional sobre a terra e os recursos. No entanto, o Artigo 13 estabelece exceções para mulheres brancas naturalizadas como haitianas, seus filhos, e também para alemães e poloneses naturalizados, permitindo-lhes a aquisição de propriedade. Essa diferenciação busca equilibrar a exclusão racial com a inclusão de indivíduos que se integraram oficialmente ao país (HAITI, 1805).

Embora as autoridades haitianas demonstrem uma postura hostil em relação aos imigrantes, estabelecendo restrições na primeira constituição do país, isso não deve ser interpretado como xenofobia. O processo revolucionário que levou à independência do Haiti foi complexo e envolveu uma forte luta contra a opressão colonial. De acordo com Hurbon (1987), as restrições visavam proteger a soberania nacional contra o potencial retorno dos colonizadores europeus. Um exemplo dessa abordagem pode ser encontrado na própria Constituição de 1805, que estabelecia que "qualquer escravo (sic) que pisasse em solo haitiano seria bem-vindo e automaticamente declarado livre" (Silva & Dacilien, 2023). Dacilien (2020) interpreta essa disposição como uma forma de política migratória seletiva, que não se baseava na cor da pele dos imigrantes, como ocorria no Brasil na época, mas sim na condição social e política dos que chegavam. Assim, ao longo dos séculos XIX e XX, o Estado haitiano acolheu milhares de imigrantes em dificuldades, provenientes das colônias caribenhas e até mesmo dos Estados Unidos (Hurbon, 1987).

Além disso, para justificar a ideia de que estas medidas tomadas pelo Estado haitiano nada têm a ver com xenofobia, na primeira Constituição de 1805, o pai fundador da nação concedeu a nacionalidade haitiana a um grupo de soldados polacos e alemães que lutaram ao lado dos cativos africanos que aspiravam à liberdade. A história registra que o corpo expedicionário do General Leclerc⁴⁰ contava 33.000 soldados em 1802, dos quais 4.770 eram principalmente polacos, alemães e um pequeno número de suíços. O sociólogo argentino Lautaro Rivara (sp) explicou:

⁴⁰ Charles Victoire Emmanuel Leclerc (1772 - 1802) foi um general do exército francês que serviu sob Napoleão Bonaparte durante a Revolução Francesa. Em 1801, ele foi enviado para Saint-Domingue (atual Haiti), onde uma força expedicionária sob seu comando capturou e deportou o líder haitiano Toussaint L'Ouverture, como parte de uma tentativa frustrada de reafirmar o controle imperial sobre o governo de Saint-Domingue.

[...] Nas primeiras horas da batalha de Vertières, em 18 de novembro de 1803, cerca de 120 dos 2270 soldados polacos instalados em Cap-Français tinham-se juntado às fileiras do exército indígena. Durante a guerra de independência nacional, também se registaram outras deserções entre as tropas francesas. No rescaldo da revolução, havia várias centenas de desertores.

Após a independência do país, estes europeus que desertaram do exército francês tornaram-se "genericamente negros", de acordo com o artigo 14 da Constituição de 1805. Com este ato, Dessalines reapropriou-se do termo "negro", que era uma invenção do imaginário colonial racista ocidental, para os transformar em haitianos. O homem negro, um expediente do discurso europeu, parafraseando Jean Casimir (2009), perdeu a sua essência no contexto haitiano pós-revolucionário. Já não se referia aos infelizes cativos africanos. A partir de agora, polacos e alemães tornaram-se negros por força das circunstâncias. Os "brancos negros da Europa" é como Dessalines chamava a estes ex-soldados que desertaram e se tornaram cidadãos haitianos no rescaldo da revolução (Rivara, 2019; Casimir, 2009).

No final do século XIX, o Haiti recebeu imigrantes sírios, incluindo tanto libaneses quanto sírios, que enfrentavam grandes dificuldades em seus países de origem. Essa onda migratória foi motivada por diversos fatores, como conflitos regionais, crises econômicas e a busca por melhores condições de vida, levando esses grupos a buscar refúgio e oportunidades no Haiti. A chegada desses imigrantes contribuiu para a diversidade cultural do país, ao mesmo tempo que trouxe desafios e novas dinâmicas sociais à sua sociedade (Kayal, & Al. 1980). Um editorial do jornal haitiano “*Rezo Nòdwès*”, intitulado: “*Immigration: les Syriens en Haïti*” (imigração dos sírios em Haiti), publicado em setembro de 2013, relatou, sobre esse aspecto, as seguintes:

[...] as filas intermináveis de refugiados sírios que desembarcam na Europa Ocidental, com preferência pela Alemanha da chanceler Angela Merkel, não podem deixar de nos lembrar que, há pouco mais de um século, o Haiti era um de seus destinos favoritos. Naquela época, no final do século XIX, vários milhares deles desembarcaram nas costas dos países do Caribe e da América Central, fugindo da miséria e de vários problemas em seus países de origem. Podemos ter certeza de que a Alemanha não está fazendo um coisa ruim ao abrir suas fronteiras para eles de forma mais ampla e generosa do que outros países, a julgar pelos resultados alcançados em nossos próprios países, um testemunho do trabalho árduo e das notáveis habilidades organizacionais dessa comunidade. Prontos, também, para enfrentar a adversidade (Rezo Nòdwès, 2013, sp).

Muitos documentos da história do Haiti testemunham a vida desse grupo, sendo o mais conhecido o filme “*Bord de mer*” (À beira-mar), dedicado a essa comunidade sírio-libanesa pelo diretor Mário Delatour. *Bord de mer: un siècle d'immigration en Haïti*, de Mario Delatour,

produzido pela Amistad Films, 2005. Em uma resenha desse filme, feita por Hugues Saint-Fort em agosto de 2012, relatou as seguintes:

[...] no final do século XIX, vários libaneses emigraram do porto de Beirute para Porto Príncipe, a capital do Haiti. Um país que cativou os libaneses e, apesar da discriminação (que encontraram), eles se estabeleceram no país a partir de 1880, especialmente no bairro Bord de Mer de Porto Príncipe, que por várias décadas foi um importante centro comercial para a burguesia haitiana, bem como para franceses, alemães, italianos e americanos.

Sobre esse aspecto, o pesquisador haitiano Marc-Donald Jean Baptiste (2018) relata que, a partir da última década do século XIX, o Haiti recebeu imigrantes de diversas origens, incluindo árabes do Líbano e da Síria, além de alemães e italianos. Jean Baptiste (2018) destaca que, no caso específico dos árabes, famílias em situação de pobreza chegaram ao Haiti e passaram a atuar como vendedores ambulantes a partir de 1890. Essa realidade gerou um choque social no país, especialmente pela presença de brancos pobres exercendo atividades de comércio nas ruas. Esses imigrantes, que chegavam com condições modestas, estavam disseminados por todo o território haitiano. Muitas vezes, atuavam como negociantes de produtos de segunda mão e eram pejorativamente referidos pela população local como "Arab bwèt nan do" (comerciantes com uma caixa nas costas), evidenciando o desdém com que eram vistos).

No entanto, graças ao seu talento inato para os negócios e ao apoio que receberam da embaixada da UEA no Haiti, começaram rapidamente a ganhar dinheiro, e foi nessa altura que a burguesia haitiana começou a persegui-los. Essa burguesia haitiana, que controlava o poder e as instituições no Haiti na época, não hesitou em aprovar uma lei em 1903 estipulando que "nenhum indivíduo conhecido como sírio", como eram conhecidos na linguagem popular haitiano, "será admitido no território da República", dando aos que já estavam lá seis meses para fechar seus negócios. Vários deles foram expulsos durante os governos de Nord Alexis (1902–1908) e Cincinnatus Leconte (1911–1912) (apud Étienne, 2007).

No entanto, durante a primeira invasão norte americana do Haiti (1915-1934), essa comunidade começou a se estabilizar, pois os americanos os viam não apenas como bons comerciantes, mas também como pessoas que poderiam ajudá-los a arrancar a economia haitiana da influência europeia, principalmente alemã (Seguy, 2014). Importante lembrar que a ocupação americana do Haiti ocorreu em meio às duas grandes guerras (a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais), com a Alemanha ainda como adversária. Sobre esse aspecto, o

sociólogo haitiano, Sauveur Pierre Etienne (2007) relatou que a primeira chance de consolidar a comunidade libanesa no Haiti, hoje conhecida como "sírio-libanesa", foi, portanto, a ocupação norte-americana.

Após o fim físico da ocupação/invasão norte americana do país em 1934⁴¹, esses imigrantes sírio-libaneses passaram a receber grandes privilégios da ditadura de Duvalier pai e filho (1957-1986). Segundo Etienne (2007), essa comunidade sírio-libanesa foi usada como uma arma eficaz para combater e substituir a burguesia haitiana que se opunha ao regime ditatorial. Assim, hoje se detém o monopólio da economia do país.

Difícil hoje saber o número exato desses imigrantes no Haiti. No entanto, de acordo com o Cônsul Honorário da República Árabe da Síria no Haiti, Georges Hatem Farah, em uma entrevista ao jornal "*Le Nouvelliste*"⁴² em 2 de fevereiro de 2011, afirmou que "há entre 220 e 230 sírios que vivem atualmente no país, representados por cerca de vinte famílias que trabalham quase exclusivamente no comércio". Para o chefe do consulado sírio, que está baseado no "Eagle Market", um dos supermercados na rodovia Delmas (um município do Haiti) "a hospitalidade e o senso de boas-vindas são o que o Haiti e a Síria têm em comum".

Apenas com base na declaração do cônsul, poder-se-ia pensar que esta comunidade vive em harmonia com a população haitiana e trabalha para o bem-estar do seu país de acolhimento. Porém a realidade é bem diferente: estes sírio-libaneses tornaram-se onipresentes na sociedade haitiana, envolvendo-se em todos os domínios da vida do país. Segundo alguns críticos, tomaram o país como refém. Sob esse aspecto, o intelectual haitiano, Kerlens Tilus (2017) chegou mesmo a apontá-los como os principais responsáveis pela atual crise do país, afirmando que:

[..] a luta armada a que assistimos no Haiti é uma luta amarga entre sírio-libaneses, "sírio-judeus e muitos haitianos pelo controle do sector energético. Há dois sectores que os árabes não conseguem controlar no Haiti: o sector bancário e o setor energético. Há cinco anos, começaram a interessar-se pelo sector da energia. Alguns são acionistas da E-Power. Há alguns meses, o xerife Abdallah quase destituiu Daniel Gérard Rouzier do cargo de presidente do conselho de administração da E-Power, substituindo-o por Gilbert Bigio. A luta pelo controle do sector da energia está de volta. Os sírio-libaneses querem a sua parte do bolo (250 a 300 milhões de dólares). Os sírio-libaneses conseguiram suplantar os mulatos, escravizando os políticos

⁴¹ Neste trabalho, preferimos falar do fim físico da ocupação americana do Haiti em 1934, porque a verdade é que, após a partida das tropas armadas americanas, o país continuou a ser ocupado de outras formas pelos americanos, que controlam a administração do país. Para mais informações sobre esse assunto, veja o primeiro capítulo do trabalho.

⁴² Por mais informações sobre esse aspecto, veja o artigo do jornal *Le Nouvelliste*, intitulado "A la découverte de la communauté syrienne". Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/88348/a-la-decouverte-de-la-communaute-syrienne>. Acesso em: 25 ago de 2023.

haitianos. São eles que nomeiam os deputados, os ministros e os quadros da administração pública que lhes devem uma fidelidade sem limites. É com um olhar crítico que os observadores informados devem apreender o movimento de rua lançado por certos políticos e ativistas políticos. Os árabes querem confrontar-se com os mulatos e Jovenel Moise está do lado dos árabes (Tilus, 2017, SP).

É um fato indiscutível que o Estado haitiano entrou em colapso. No entanto, os intelectuais haitianos, ao identificarem as causas desse colapso, culpam os EUA, a França, o Canadá e as empresas transnacionais, os cartéis sírio-libaneses e mulatos em cumplicidade e/ou rivalidade, os três ramos do Estado e a classe política tradicional, com total impunidade, como apontou Jean Frantz Laserre (2021, p.3):

Por outro lado, no que diz respeito ao Haiti, desde que a ocupação militar em 1915 reformou nosso país de acordo com linhas étnicas e históricas, a ruptura com o século XXI/3º milênio na era das NTICs, diante da estratégia hegemônica dos EUA implementada pelo cartel diplomático/Grupo Central, os cartéis sírio-libaneses e outros, em sinergia com a classe política tradicional, está em invocar e defender nossos direitos ancestrais soberanos sobre nossos recursos (biodiversidade, água doce, irídio etc.), os cartéis sírio-libaneses e outros, em sinergia com a classe política tradicional, estão invocando e defendendo nossos direitos ancestrais soberanos sobre nossos recursos (biodiversidade, água doce, irídio, ouro, petróleo, prata, cobre etc.). (Laserre, 2021, P.3).

A declaração de Lasserre (2021) ressalta a complexidade das dinâmicas políticas e econômicas no Haiti, revelando como fatores históricos e interesses internacionais moldaram a situação contemporânea do país. A ocupação militar de 1915 continua a exercer influência significativa, refletindo um legado de intervenções externas que impactam profundamente a soberania haitiana e suas políticas internas. A referência à era das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) indica a emergência de novas formas de poder e controle, nas quais os interesses dos Estados Unidos e de entidades internacionais, como os cartéis sírio-libaneses, desempenham papéis críticos.

Deve-se observar que os nomes desses sírio-libaneses sempre foram citados em conexão com atos repreensíveis no Haiti. Muito bem recebidos pela população haitiana no final do século XIX, parece que hoje eles estão do lado daqueles que transformaram a primeira república negra independente do mundo em um inferno para os haitianos, tanto que se estima que mais de 4.5 milhões de filhos do Haiti tenham fugido de seu país para se estabelecer no exterior. A figura a seguir nos mostra uma ideia da potência do cartel sírio-libanês no Haiti de hoje.

Figura 3- cartel sírio-libanês, acompanhado do presidente haitiano, Jovenel Moïse, e da embaixadora americana no Haiti, Michelle J. Sison, para discutir negócios



Fonte: Laserre (2021)⁴⁴

Esta foto ilustra a influência do cartel sírio-libanês no Haiti, reconhecido como a categoria mais poderosa em diversos setores da sociedade haitiana. Nesta fotografia, observamos Michele J. Sison, a embaixadora americana no Haiti em 2018, reunida com o presidente haitiano de extrema direita, Jovenel Moïse, para discutir a situação socioeconômica do país. Essa reunião destaca as relações entre elites locais e interesses internacionais, evidenciando como essas dinâmicas moldam a realidade social e política do Haiti.

⁴³ Para mais informações, veja o relatório da Organisation des États Américains, intitulado : « Projet de Politiques sensibles à la spécificité des sexes en matière de migration de main-d'œuvre ». Disponível em : https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-san_jose/documents/publication/wcms_249022.pdf. Acesso em 13 nov de 2023.

⁴⁴ Para mais informações leia o artigo do jornal Foxiznews, publicado em 07 de março de 2021, intitulado « L'État haïtien, s'est effondré au profit des USA, des cartels syro-libanais en complicité avec la classe politique traditionnelle, en toute impunité ». Disponível em : <https://lepatriote.com.ht/actualites/letat-haitien-sest-effondre-au-profit-des-usa-des-cartels-syro-libanais-en-complicite-avec-la-classe-politique-traditionnelle-en-toute-impunite/>. Acesso em: 25 agosto de 2023.

Portanto, ao contrário dos relatos que reduzem o Haiti à condição de país mais pobre da América Latina e fornecedor de mão de obra migrante, a história dessa nação, que acolheu milhares de migrantes em dificuldades nos séculos XIX e XX, é frequentemente esquecida. O Haiti, primeiro país caribenho independente e símbolo de solidariedade, possui uma trajetória inspiradora. Sua revolução no século XIX foi um marco para as lutas anticoloniais na América Latina e, com seu apoio a Simón Bolívar, contribuiu diretamente para a independência do continente. A revolução haitiana também foi uma referência para várias insurreições de escravizados, alimentando o imaginário de resistência contra a escravidão e inviabilizando sua continuidade (Dacilien & Silva, 2023).

Diante disso, é necessário que pessoas, instituições e países comprometidos com a democracia e os direitos humanos, especialmente no Sul Global, reconheçam a dívida histórica com a Revolução Haitiana e seu povo, posicionando-a como um marco essencial da Era Contemporânea. Esse reconhecimento é o primeiro passo para o resgate de sua importância, seguido do compromisso com o fortalecimento da democracia no Haiti, da colaboração para a resolução da crise econômica e política — considerando o peso do colonialismo — e do respeito ao direito à autodeterminação e independência efetiva do povo haitiano. Ao investigar essas questões e o processo de retirada de direitos e protagonismo, constatamos um Haiti enfraquecido em várias áreas. Assim, propomos analisar a relação com o Brasil, maior país da América Latina e último a abolir a escravidão, que acolheu a milhões imigrantes nos séculos XIX e XX. O país teria adotado uma política migratória seletiva durante esse período?

3.2 A natureza das políticas migratórias brasileiras nos séculos XIX e XX

De fato, a história da imigração para o Brasil começa no século XV, com a chegada dos colonizadores portugueses à costa nordeste do país. Logo após a chegada dos europeus, iniciou-se o processo de imigração forçada de africanos de várias regiões do continente. Eles foram levados de seus países de origem para trabalhar como escravos na nova colônia portuguesa (Guitarrara, s.d.; Andrews, 1998). No entanto, para os fins desta pesquisa, limitamos nosso estudo ao Brasil pós-colonial. Wermuth (2020) explica que as políticas públicas de migração no Brasil durante esse período pós-colonial, que começou no século XIX e continuou até certo ponto no século XX, estavam diretamente ligadas ao plano de ocupação das áreas fronteiriças do território brasileiro, como o Sul, e à crescente demanda por mão de obra nas plantações de café.

Wermuth (2020) analisou essas políticas migratórias brasileiras durante esse período, numa leitura “biopolítica”⁴⁵ do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. Com efeito, como apontou Silva (2007, p. 145): “o imigrante apenas interessava quando vinha compactuar com a criação de uma identidade nacional, tomando parte na construção do futuro trabalhador brasileiro, e não como elemento de desagregação e discórdia”. É por isso que o imigrante que não correspondia à esta expectativa de assimilação era logo caracterizado como “perigoso” e, conseqüentemente, “indesejável”, como fica evidente na matéria intitulada “Os indesejáveis”, publicada em setembro de 1917 no jornal “O Paiz”, no Rio de Janeiro:

Por maior que seja a hospitalidade que oferecemos a todos os estrangeiros que procuram o Brasil; por mais premente que seja a necessidade de incrementarmos o povoamento do nosso solo, não poderíamos ir ao extremo de transigir, eternamente com os imigrantes que não querem corresponder ao acolhimento amigo que lhes dispensamos e, cuja permanência, entre nós, passa assim, a ser, de fato, indesejável. (Silva, 2007, p. 142. Apud Wermuth, 2020, p. 28).

Maria Luiza Tucci Carneiro, em seu artigo "Imigrantes Indesejáveis", aborda essas dinâmicas históricas de exclusão e discriminação enfrentadas por certos grupos de imigrantes no Brasil. A autora explora como a construção da identidade nacional e as políticas de imigração foram influenciadas por preconceitos e visões estigmatizantes, sendo esses imigrantes frequentemente vistos como "indesejáveis" pela sociedade dominante. Veja a sua seguinte colocação:

[...] a ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas A construção da identidade nacional foi, muitas vezes, modelada por valores peculiares do pensamento racista moderno que não prescindiu das teorias importadas da Europa. A eugenia conquistou espaço entre as elites que debatiam e pensavam sobre a questão imigratória interpretada como “problema”, ou seja: como uma ameaça. Desde a década de 1920, o estrangeiro passou a ser classificado nas categorias “desejável” ou “indesejável”, selecionado segundo critérios políticos, étnicos, culturais e religiosos. Autoridades do alto escalão do governo argumentavam que, caso o imigrante não fosse selecionado entre os melhores exemplares, poderia “desfigurar” e “desnaturalizar” a população brasileira, principalmente se fosse judeu (Carneiro, 2014, p.2).

⁴⁵ A leitura de “Biopolítica”, no sentido foucaultiano, aborda o conjunto de estratégias utilizadas para a gestão da vida humana, integrando mecanismos biológicos às dinâmicas políticas. Trata-se de um modo de governança que engloba aspectos como higiene, alimentação, sexualidade, natalidade e longevidade, colocando o corpo e a saúde da população no centro das preocupações do poder. A biopolítica, nesse contexto, tem como objeto toda a dinâmica populacional: corpos, ideias, subjetividades e a própria vida em sua dimensão mais íntima. Essa perspectiva revela como os processos de controle e regulação não apenas disciplinam os indivíduos, mas também moldam as subjetividades, transformando a gestão da vida em uma ferramenta essencial do poder moderno.

Segundo a afirmação de Ernani Reis, secretário de Francisco Campos, ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, em seu artigo “Imigração e sentimento nacional”, publicado em 1943 no jornal carioca:

“[...] a introdução maciça de populações com o fim de encher os espaços vazios do nosso território, isto é, a introdução de uma quantidade tal de imigrantes que superasse a nossa capacidade atual de assimilação, significaria fatalmente a desfiguração e o desnaturamento, do ponto de vista nacional, de vastas extensões do solo pátrio. Da tentativa de crescer demograficamente o país resultaria, destarte, uma diminuição espiritual da pátria e essa diminuição espiritual poderia tornar-se, mais tarde, um fator da própria redução material da pátria, a saber, uma ameaça à sua unidade” (Reis, 1943, apud Carneiro, 2014, p.2).

Como se o progresso das sociedades fosse, nesta lógica, associado à ausência de miscigenação, a política de “branqueamento” da população brasileira dava aos europeus livre acesso ao território do país. Naquela época de transição, os negros brasileiros eram expulsos das fazendas e os imigrantes brancos europeus tomavam seus empregos, mas hoje eles são remunerados, como aponta Bento (2002, p.12):

Esse medo do negro que compunha o contingente populacional majoritário no país gerou uma política de imigração europeia por parte do Estado brasileiro, cuja consequência foi trazer para o Brasil 3,99 milhões de imigrantes europeus, em trinta anos, um número equivalente ao de africanos (4 milhões) que haviam sido trazidos ao longo de três séculos.

A análise da citação de Bento (2002) expõe uma dinâmica de "branqueamento" que esteve no cerne das políticas de imigração europeia adotadas pelo Brasil no período pós-abolição. Ainda, é válido destacar que todo esse processo fez parte de um longo movimento de não integração da população negra, aos setores da sociedade brasileira. Entre 1880 e 1914, o Brasil recebeu cerca de 3,99 milhões de imigrantes europeus, um número que se aproxima da quantidade de africanos trazidos ao país durante três séculos de escravidão. Esse movimento reflete uma tentativa explícita do Estado brasileiro de modificar a composição étnica da população, não só com o objetivo de "branquear" a sociedade, mas também de minimizar a influência da população negra, ligada à herança escravocrata. Tais políticas, como argumentam autores como Carneiro (2010) e Schwartz (1997), buscaram articular uma nova identidade nacional que excluía a população afro-brasileira e, ao mesmo tempo, reconfigurar as estruturas sociais e raciais do país.

Essa estratégia de "branqueamento" não foi um fenômeno isolado, mas parte de uma ideologia de superioridade racial que associava a população branca à civilização, enquanto o negro e o mestiço eram frequentemente vinculados à barbaridade e à pobreza. Essa noção de raça como indicador de civilização e progresso foi amplamente difundida nas obras de intelectuais da época e representada na arte. A pintura *A Redenção de Cam*, de Modesto Brocos, de 1895, simboliza essa ideologia ao retratar uma família de origem negra que, por meio de casamentos inter-raciais, culmina na ascensão de uma criança branca. O quadro, como apontam estudos de *historians* como Schwarcz (1993) e Lippi (2005), ilustra o ideal da "purificação" racial que permeia o discurso oficial e artístico da época, refletindo o desejo da elite de construir um Brasil mais "civilizado" à imagem das potências coloniais europeias.

Figura 4- *A redenção de Cam*, de Modesto Brocos y Gómez, de 1898, representa a teoria do branqueamento no Brasil



Fonte: Divulgação/MNBA (apud Gobbi, 2018).

A obra do pintor espanhol Modesto Brocos ilustra de forma impactante o complexo de inferioridade que permeia a percepção dos negros na sociedade brasileira, evocando sentimentos de gratidão a Deus e de alívio pelo esposo branco que se une à filha mestiça na esperança de abençoar sua descendência com um neto de pele clara. Essa representação pode ser interpretada à luz das reflexões de Frantz Fanon (1971), que discute como o legado colonial perpetua a desmoralização dos afrodescendentes latino-americanos, mantendo-os em um estado

de inferioridade através da autossugestão. Assim, os defensores do projeto de branqueamento da população brasileira, promovido pela migração europeia, eram impulsionados por essa ideologia que priorizava a branquitude como sinônimo de valor e progresso social. A intersecção entre arte e ideologia racial revela como representações visuais podem não apenas perpetuar estigmas, mas também desafiar as narrativas sociais, contribuindo para uma compreensão mais profunda das relações raciais no Brasil e seu impacto na formação da identidade nacional.

E para concretizar esse projeto racista, as autoridades brasileiras naquela época tomaram várias iniciativas que estimularam o processo de branqueamento pela imigração no país, sobretudo na província que contava com maior dinamismo econômico, como São Paulo. Sobre esse aspecto, o historiador americano George Reid Andrews, especialista sobre “Afro América-Latina” explica que “as primeiras experiências de imigração para o trabalho na lavoura de café ocorreram na década de 1840, na província de São Paulo”. O modelo de estímulo à vinda dos imigrantes foi dado pelo cafeicultor e senador Nicolau de Campos Vergueiro, que tinha propriedades na região de Limeira. Entre 1847 e 1857, Vergueiro estimulou a vinda de famílias belgas, alemãs, suíças e portuguesas para trabalhar em suas lavouras em regime de parceria (Andrews, 1998). Esse regime de parceria consistia no pagamento das despesas do deslocamento das famílias para o Brasil pelo fazendeiro, além dos custos referentes ao tempo em que tais famílias não começassem a produzir. Era uma espécie de adiantamento dado pelos fazendeiros. Em troca, o imigrante e sua família ficavam obrigados a entregar parte do que produziam na fazenda ao proprietário, geralmente a metade ou dois terços (Andrews, 1998). A figura seguinte ilustra imigrantes europeus fotografados em frente a Hospedaria de Imigrantes em São Paulo durante a metade do século XIX e XX.

Figura 5- Imigrantes europeus fotografados em frente à Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo



Fonte: Guilherme Gaensly (1843-1928, apud Pinto)⁴⁶.

Além das políticas favoráveis que incentivaram a vinda de europeus para o Brasil ao longo dos séculos passados, com o propósito de "embranquecer" a população, Andrews (1998) aponta que muitos desses imigrantes já enfrentavam condições difíceis em seus países de origem e buscavam oportunidades para emigrar. As políticas migratórias brasileiras, portanto, não apenas atendiam a um projeto nacional de reorganização demográfica, mas também correspondiam ao desejo desses europeus de deixar suas terras em busca de uma vida melhor. Conforme a seguinte citação de Andrews (1998, p. 98):

Além do incentivo financeiro, populações de várias regiões europeias vivenciavam guerras, principalmente a Itália e a Alemanha, onde havia as guerras de unificação nacional. Vieram também imigrantes espanhóis, portugueses e eslavos. O incentivo à vinda dos europeus encontrava apoio na ideia racista de que era preciso "branquear" a população brasileira, formada majoritariamente por negros.

No caso específico dos imigrantes italianos, o historiador norte americano continua relatando:

[...] a emigração italiana para as Américas teve início por conta de uma série de dificuldades financeiras causadas por problemas climáticos, que, por volta de 1850,

⁴⁶ Veja o texto de Tales Pinto intitulado "Estímulos à imigração no Império". Disponível em: <https://www.preparaenem.com/historia-do-brasil/estimulos-imigracao-no-imperio.htm#:~:texto%20modelo%20de%20est%C3%ADmulo%20C3%A0.lavouras%20em%20regime%20de%20parceria>. Acesso em: 23 jun. 2023.

prejudicaram as colheitas”. O volume desses emigrantes intensificou-se após a Unificação em 1861, em decorrência do fato de que o governo anarquista instituído fracassou na tentativa de reerguer o país. (Andrews, 1998, p.99).

Entre 1890 e 1914, mais de 1,5 milhão de europeus cruzaram o Atlântico em direção a São Paulo, com 63,6% das passagens financiadas pelo governo estadual (Andrews, 1998, p. 98). A partir do final do século XIX, especialmente na capital paulista, observou-se uma multiplicação significativa da população imigrante. Santos (2017) destaca que, entre a última década do século XIX e os primeiros anos do século XX, os imigrantes representavam mais de 50% da população total de São Paulo. Esse aumento expressivo de imigrantes europeus não se restringiu à capital, mas se espalhou por todo o país, conforme aponta Wermuth (2020, p. 2338):

Essas políticas migratórias irrestritas aos europeus foram responsáveis pela chegada ao país, entre 1877 e 1903, de cerca de 71 mil imigrantes por ano, sendo que 58,5% eram provenientes da Itália; entre os anos de 1904 e 1930, esse número alcançou o marco de 79 mil, com os portugueses alcançando 37% do total de entradas. Até meados de 1930, aproximadamente quatro milhões de pessoas originárias, em sua maioria, de Portugal, Itália, Alemanha e Japão chegaram ao Brasil (LEVY, 1974). A ideia de criação de uma “nação branca”, ao mesmo tempo em que transformava os espólios da escravidão em um “gigantesco Zumbi” – na expressão de Batista (2003) – que assombrava as elites conservadoras, impunha aos migrantes a missão de se integrarem com os nacionais, por uma mestiçagem que – agora – era considerada positiva, na medida em que cumpria com a lógica do “branqueamento”. Nesse contexto, “assimilação” é a mesma coisa que caldeamento ou fusão racial. Daí a conveniência da imigração lusitana, ou até mesmo da imigração italiana – segundo seus termos, menos perigosas por serem gentes latinas e mais assimiláveis.

Esses imigrantes europeus chegaram a um país, como relatou Santos (2017), já movido por um complexo de superioridade dos brancos contra os afrodescendentes do país (negros/as). Essa mentalidade racista da época lhes deu o direito de ocupar espaços mais dinâmicos da economia, como indústria, comércio, saúde e mesma educação, enquanto para os nacionais empobrecidos, sobretudo os negros, restavam serviços intermitentes, de menor remuneração e considerados de menor status: carroceiros, varredores de rua, limpadores de trilho, etc. Sobre esse aspecto, Ramatis Jacino na sua pesquisa intitulada: “O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição - 1912/1920”, pesquisou boletins de ocorrências lavrados entre os anos de 1912 e 1920, constatou que diversos trabalhos exercidos por escravos (sic) não se mantiveram como ocupação de ex-escravos (sic) ou seus descendentes na segunda década do século XX.

Quadro 10- Comparativo entre homens/mulheres brancos (as) e homens/mulheres negros (as) nos setores como: comerciantes, caixeiros e guarda-livros em São Paulo de 1912-1920.⁴⁷

OCUPAÇÃO	H. B	M.B	TOT. B	H. N	M.N	TOT.N	TOTAL
Empregado no comércio	2.089		2.089	150		150	2.239
Comércio	575		575				575
Negociantes	150		150				150
Agentes de negócios	55		55				55
Ajudantes guarda-livros	24		24				24
Guarda-livros	162		162				162
Caixeiros	72		72				72
Total	3.127		3.127			150	3277

Fonte: Boletins de Ocorrência. 1912 a 1920. Gabinete de Médico de Assistência Política. Secretaria da Justiça e Segurança Pública de São Paulo. AESP (apud Jacino, 2012, p.166).

O quadro 10 deste estudo evidencia a exclusão dos negros no setor econômico brasileiro, mostrando que, entre os 2.239 empresários registrados em São Paulo entre 1912 e 1919, apenas 150 se identificavam como homens negros, em contraste com 2.089 homens brancos, enquanto tanto mulheres brancas quanto negras estavam completamente ausentes desse mercado. Esses dados corroboram a tese marxista de que o capitalismo é não apenas racista, mas também machista, refletindo uma hierarquia social profundamente enraizada. No entanto, é fundamental reconhecer a resistência de alguns negros que, apesar das adversidades, lutaram para se afirmar nesse setor. Como observa Jacino (2012, p. 166), “a exclusão, todavia, não foi completa”, uma vez que havia uma obstinação de indivíduos em ocupar o espaço que lhes era negado em função da cor de sua pele. Essa resistência se manifestou por meio de iniciativas coletivas, como associações de empresários negros, desafiando as narrativas dominantes e reivindicando igualdade de oportunidades, enquanto organizações sociais e políticas mobilizavam a comunidade negra em busca de direitos e reconhecimento, evidenciando um panorama de luta por dignidade e transformação social em meio à exclusão.

No entanto, enquanto alguns negros conseguiram resistir à exclusão em atividades econômicas, como comerciantes, caixeiros e guarda-livros em São Paulo entre 1912 e 1920, o cenário foi diferente nos setores de saúde e educação, conforme demonstram os quadros 8 e 9 a seguir. Esses setores, historicamente marcados por discriminação e exclusão racial, evidenciam a persistência de barreiras que limitaram o acesso dos afrodescendentes a oportunidades de formação e emprego, reforçando as desigualdades sociais e econômicas na época.

⁴⁷ Nos quadros 10, 11 e 13, as siglas utilizadas possuem os seguintes significados: H.B. refere-se a Homem Branco, M.B. a Mulher Branca, H.N. a Homem Negro e M.N. a Mulher Negra.

Quadro 11- Quadro 11- comparativo entre homens/mulheres brancos (as) e homens/mulheres negros (as) na área de saúde em São Paulo de 1912-1920

OCUPAÇÃO	H. B	M.B	TOT. B	H. N	M.N	TOT.N	TOTAL
Barbeiros	66		66				66
Ep. Farmác	91		91				91
Enfermeiros	84		84				84
Médicos	65		65				55
Dentistas	156		156				156
Total	462		462				462

Fonte: Boletins de Ocorrência. 1912 a 1920. Gabinete de Médico de Assistência Política. Secretaria da Justiça e Segurança Pública de São Paulo. AESP (apud Jacino, 2012, p.166).

Quadro 12- comparativo entre homens/mulheres brancos (as) e homens/mulheres negros (as) na área de professores e “homens de letras” em São Paulo de 1912-1920

OCUPAÇÃO	H. B	M.B	TOT. B	H. N	M.N	TOT.N	TOTAL
Professores	97		97				97
Jornalistas	47		47				47
Advogados	61		61				61
Engenheiros	30		30				30
Escolares	432		432				432
Estudantes	366		366				366
Total	1.033		1.033				1.033

Fonte: Boletins de Ocorrência. 1912 a 1920. Gabinete de Médico de Assistência Política. Secretaria da Justiça e Segurança Pública de São Paulo. AESP (apud Jacino, 2012, p.162).

Os quadros (11 e 12) evidenciam de maneira explícita como setores da saúde e da educação exemplificam a chamada “invasão branca” em segmentos do mercado de trabalho historicamente dominados por negros. Jacino (2012) destaca que, durante o período colonial e até as últimas décadas do império, homens e mulheres negros desempenhavam funções na área da saúde, como sangradores, boticários, dentistas, parteiras e herbalistas, utilizando saberes tradicionais, incluindo preparações de bebidas, conjuras e feitiçarias. No entanto, esses profissionais foram progressivamente substituídos por indivíduos com formação acadêmica europeia.

Essa dinâmica é abordada na tese de Alexandre de Freitas Barbosa, A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento (2003), na qual o autor investiga as transformações estruturais e sociais do mercado de trabalho brasileiro, desde o período da escravidão até a consolidação do sistema de trabalho assalariado. Barbosa (2003)

analisa como o modelo econômico baseado na exploração de mão de obra escrava foi progressivamente substituído pelo trabalho assalariado, e como essa transição afetou as classes trabalhadoras e a sociedade em geral.

A obra de Barbosa dedica especial atenção ao impacto da abolição da escravidão e à adaptação das instituições e da economia brasileira às novas formas de organização do trabalho. A transição para o assalariamento não se deu de maneira abrupta, mas foi um processo gradual, no qual o Brasil enfrentava as persistentes heranças da escravidão enquanto iniciava a integração ao modelo capitalista de produção. Nesse sentido, a tese de Barbosa proporciona uma reflexão sobre as tensões sociais e as desigualdades que marcaram esse período de transição, evidenciando as dificuldades impostas aos ex-escravizados e a resistência das elites em aceitar a nova configuração do trabalho (Barbosa, 2003).

Além disso, o autor examina o papel das políticas migratórias, notadamente a vinda de trabalhadores europeus, neste processo, entendendo-as não apenas como uma resposta às necessidades da economia brasileira, mas também como parte de um projeto político de “embranquecimento” da população. Barbosa também investiga a formação de novas categorias de trabalhadores, a emergência das primeiras organizações sindicais e as condições de vida e trabalho no Brasil durante este período (Barbosa, 2003).

Entretanto, a exclusão dos negros das ocupações mais dinâmicas não se deve à falta de qualificação profissional em relação aos imigrantes. Com base nos dados do censo de 1872, citados por Jacino (2012, p. 142), é possível observar que “os negros escravizados exerciam diversas ocupações que exigiam um alto nível de responsabilidade e preparo técnico, como médicos, professores, caixeiros viajantes, lojistas, entre outras funções”. Dessa forma, a importação de profissionais europeus não se justifica pela escassez de mão de obra qualificada no Brasil, mas estava intimamente ligada à implementação de políticas racistas pelas elites econômicas do país, com vistas a marginalizar a população afrodescendente e reforçar a estrutura de poder existente.

As políticas migratórias implementadas pelo Brasil, desde o século XIX até meados do século XX, foram, portanto, favoráveis à imigração, sobretudo de europeus. Dacilien (2020) aponta que a primeira legislação migratória brasileira, a Lei nº 601 de 1850, estabeleceu direitos fundamentais para os migrantes em território nacional. Figueiredo (2019) sublinha que essas políticas foram avançadas, especialmente no que tange aos direitos humanos e à cidadania, garantindo direitos sociais aos imigrantes em todo o território brasileiro.

No entanto, com o golpe de 1964 que derrubou o presidente eleito João Goulart e resultou na instalação de um regime ditatorial no país, liderado por Marechal Castelo Branco,

Wermuth (2020), sublinhou que a política de migração do país mudou consideravelmente. Os imigrantes foram percebidos como inimigos e uma ameaça pela segurança nacional. Em 1967, uma nova constituição foi elaborada e promulgada, na qual os direitos dos imigrantes foram restringidos, como apontou Oliveira (2022. p.39):

A Constituição de 1967 tratou sobre a competência da União para legislar a matéria migração, entrada, extradição e expulsão (art. 8º), a competência do Supremo Tribunal Federal para apreciar pedido de extradição (art. 114) e a competência da Justiça Federal para processar e julgar, em primeiro grau, determinadas matérias.

Na mesma ideia da ameaça de segurança nacional, o regime militar adotou a constituição de 1969, que se trata da Emenda Constitucional nº. 1, de 17 de outubro de 1969, que para muitos estudiosos pode ser considerada outra Constituição, em virtude da matéria tratada, ampliou a competência do Conselho de Segurança Nacional para “conceder licença para funcionamento de órgãos ou representações de entidades sindicais estrangeiras, bem como autorizar a filiação das nacionais a essas entidades” (art. 89, VI). Apesar das Constituições do período não tratarem da matéria, foi promulgada a Lei nº. 6.815/1980, que trata sobre o Estatuto do Estrangeiro; no entanto, a política migratória estava voltada à DSN, conforme evidenciado por Moraes:

Durante a ditadura civil-militar, predominaram as diretrizes da doutrina de segurança nacional na política migratória, de forma que certos migrantes eram indesejados, notadamente os de esquerda provenientes de estados socialistas. Os diplomas legais e a doutrina da época, aliás, demonstram que tal política estava voltada à preservação da segurança nacional, dos interesses nacionais, políticos, socioeconômicos e culturais, e do trabalhador nacional, bem como à limitação do acesso aos imigrantes. O direito internacional costumava ser invocado para assegurar o direito de emigração e seu correspondente direito à imigração, mas também para reforçar o poder soberano para decidir sobre a admissão de estrangeiros, a possibilidade de limitá-la ou até mesmo de impedi-la (MORAES, 2015, p. 123. Apud Oliveira, 2020, p. 39).

Nesse sentido, Pacheco e Patarra (1997, p.21) analisaram os vários fluxos migratórios no Brasil, de 1964 a 1980, e indicam que para atender aos interesses econômicos e políticos do Estado autoritário, o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980) impôs uma “orientação sociopolítica restritiva” aos imigrantes. No mesmo sentido, Assis (2011), citado pelo Silva (2016, p. 213) indica que durante o regime militar (1964-1980), as políticas migratórias de Estado não mais se direcionaram a atrair ou aceitar imigrantes de outros países como estratégia de desenvolvimento, conforme havia acontecido desde o período anterior. Pedro Carlos de Araújo Oliveira, faz uma reflexão sobre a Doutrina da Segurança Nacional (DSN) e a Política Migratória (PM) durante esse período, declarou:

Após o Golpe Militar de 64, as Constituições de 1967 e 1969 não dispuseram sobre os estrangeiros de forma adequada, se limitando a restringir os direitos, mesmo na literatura não sendo encontradas tantas referências à política migratória durante o regime. A Constituição de 1967 tratou sobre a competência da União para legislar a matéria migração, entrada, extradição e expulsão (art. 8º), a competência do Supremo Tribunal Federal para apreciar pedido de extradição (art. 114) e a competência da Justiça Federal para processar e julgar, em primeiro grau, determinadas matérias (Oliveira, 2022. p.7).

Então, contrariamente às políticas de migração no Brasil da segunda metade de século XIX até o século XX que eram muito favoráveis aos imigrantes, no entanto, como vimos, durante o período ditatorial (1964-1987), os imigrantes eram considerados pela lei como inimigos em potencial e, portanto, deveriam estar sujeitos a controle e vigilância constantes, inclusive por meio do estabelecimento em uma determinada região. Essas políticas, durante esse período não se baseiam no respeito aos direitos humanos, mesmo a presença, desde 1977⁴⁸, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), através de um escritório no Brasil:

Não havia menção à política de acolhimento aos migrantes, ou mesmo a outras políticas públicas voltadas aos estrangeiros, tampouco à tutela dos direitos humanos por parte do Estado. Da mesma forma, não foi prevista a possibilidade de concessão de visto por razões humanitárias, tampouco a proteção do imigrante ilegal, e muito menos a possibilidade de transformação de vistos como de turista e de estudante em permanente, dificultando a regularização migratória (Moraes, 2015, p. 126-127, apud Oliveira, p.40).

No entanto, com a chegada da Constituição de 1988, a atual Carta Magna do Brasil que serve de parâmetro para as demais legislações vigentes no país, as políticas migratórias do país mudaram consideravelmente. Os art. 3º e 5º mostram o caráter democrático, baseado nos direitos humanos do Estado brasileiro. Por exemplo, no art. 3º constituem objetivos ‘fundamentais da República Federativa do Brasil, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Art. 5º dessa lei relata, o princípio igualdade para todos, independentemente de sua nacionalidade ou situação

⁴⁸ Apesar da presença do ACNUR no país desde 1977, foi apenas em 1982 que o Estado brasileiro reconheceu oficialmente o ACNUR como órgão de uma organização internacional. Esse reconhecimento marcou um passo significativo na política migratória e de direitos humanos do Brasil, alinhando o país aos compromissos internacionais de proteção a refugiados. A decisão reflete a adesão do Brasil aos princípios da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, consolidando o papel do ACNUR como parceiro estratégico na gestão e implementação de políticas voltadas à proteção e integração de pessoas em situação de refúgio no território brasileiro. Para mais informações, veja o Decreto nº 89.678, de 23 de maio de 1984. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sobre-o-acnur/historico>. Acesso em: 05.12.2024.

migratória, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

No entanto, embora esses avanços significativos, no respeito aos direitos humanos, devam ser reconhecidos na atual Constituição do país (1988), o Estatuto do Estrangeiro e a doutrina de segurança nacional permanecem, como apontaram (Costa; Souza & Al, 2019, p. 179):

A presença desta doutrina autoritária pode ser exemplificada também pelo art. 18 do Estatuto, não recepcionado pela Constituição Federal de 1988, quando criou a situação em que a permanência do estrangeiro poderia ser condicionada à sua fixação em determinada região do território nacional. É possível verificar sua presença ainda em dispositivos ainda vigentes como, por exemplo, o art. 7º, II, do Estatuto que permite a avaliação fundada em estigmas ou preconceitos ao fixar critérios vagos e subjetivos para negar o visto (nocividade à ordem pública ou aos interesses nacionais). Institucionaliza-se os estrangeiros como uma categoria de “inimigos em potencial”.

Diante da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e das novas dinâmicas migratórias para o país, o estatuto logo se tornou obsoleto e demandou mudanças, as quais vieram de maneira mais célere por meio de normas infralegais. O quadro seguinte dá uma ideia sobre um conjunto de políticas públicas de migração brasileiras entre o século XIX e XX.

Quadro 13- Algumas Políticas Públicas migratórias federais do Brasil de séculos XIX e XX

Nome de lei/Pol. Públicas	Descrição da lei/ Política pública	Fonte
LEI No 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.	Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA	A Constituição de 1967 privilegia temas como a segurança nacional, o aumento dos poderes da União e do Presidente da República, além de questões como a redução da autonomia individual e a suspensão dos	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm

DO BRASIL DE 1967	direitos e garantias constitucionais por parte do Estado	
DECRETO-LEI Nº 417, DE 10 DE JANEIRO DE 1969 - PUBLICAÇÃO ORIGINAL	É passível de expulsão, por decreto do Presidente da República, o estrangeiro que, por qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade e moralidade públicas e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo ou perigoso à conveniência ou aos interesses.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-417-10-janeiro-1969-378081-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=1%C2%BA%20C3%89%20pass%C3%ADvel%20de%20expuls%C3%A3o,a%20conveni%C3%Aancia%20ou%20aos%20inter%C3%AAses
LEI Nº 6.815 DE 19 DE AGOSTO DE 1980	Ementa: define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o conselho nacional de imigração, e dá outras providências.	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6815&ano=1980&ato=599g3YE9UMrRVTa38
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/fc6218b1b94b8701032568f50066f926/54a5143aa246be25032565610056c224?OpenDocument#:~:text=5%C2%BA%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20dispondo%20sobre,a%20celeridade%20de%20sua%20tramita%C3%A7%C3%A3o.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Observa-se no quadro 13 que as mudanças nas percepções sobre a imigração e a segurança nacional refletem uma crescente polarização nas atitudes em relação aos imigrantes. Este quadro ilustra como, ao longo do tempo, as políticas migratórias se ajustaram para atender a preocupações sociais e políticas, enfatizando o papel dos imigrantes tanto como agentes de desenvolvimento quanto como potenciais ameaças. Essa dualidade nas percepções evidencia a complexidade da experiência imigratória no Brasil, onde fatores econômicos, sociais e raciais interagem de maneira a moldar a narrativa sobre a presença estrangeira no país.

Então, no atual contexto mundial de recrudescimento dos conflitos armados, e criminalidade transnacional, a segurança nacional não perdeu ainda sua relevância e continua a ser tema que deve se fazer presente na política migratória brasileira, mas como seu elemento e não mais como seu núcleo, que deveria ser, a partir da Constituição de 1988, o de respeito aos direitos humanos. Assim, em 2017, as autoridades do país instituíram uma nova lei da migração de 13.445/2017, que segundo vários comentários, tem os princípios da universalidade dos direitos humanos, o repúdio e a prevenção à xenofobia, ao racismo e a qualquer tipo de discriminação, não criminalizando a migração. Além disso, garante a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante, além de inclusão social, laboral e produtiva através de políticas públicas. Porém, podemos efetivamente considerar, essa nova lei (13.445/2017), como um grande avanço democrático do Brasil ao que diz respeito ao direito dos imigrantes no país?

3.3 Políticas Migratórias no Brasil: A Lei 13.445/2017 e seu Avanço Democrático.

No início do século XXI, as migrações têm aumentado significativamente na América Latina e Caribe, como já mostramos no capítulo anterior. Parte desse crescimento, segundo Oliveira (2017), deve-se às políticas restritivas dos países europeus, do Japão e dos Estados Unidos que, até então, eram os principais receptores de boa parte dos migrantes, especialmente em busca de trabalho.

Esse contexto internacional vem contribuindo para o crescimento das migrações inter-regionais na América Latina e Caribe. Porém, muitos outros fatores contribuem para redesenhar as novas rotas das migrações nesta região. As questões políticas e econômicas, o aumento dos conflitos socioambientais e da violência agrária contra camponeses e povos indígenas, o desemprego e os desastres ambientais e climáticos têm sido preponderantes para os novos e mais recentes deslocamentos inter-regionais (Oliveira, 2017, Montinat, 2019). Neste contexto, países como o Brasil que, nas últimas décadas recebeu fluxos de migrantes europeus, passaram, como aponta o último relatório da Obmigra (2021), a receber milhares de migrantes latino americanos, especialmente, os haitianos a partir de 2010. Sobre esse aspecto, o trabalho de Flávia Mantovani, publicado em dezembro de 2021 na revista de Folha de São Paulo, explicou:

[...] dez anos depois, a Venezuela e o Haiti tornaram-se os dois primeiros países de origem no país. Assim, nos dez principais fluxos migratórios para o território brasileiro, só dois são de países do Norte global: França e EUA, conformemente, os dados seguintes, de acordo com as nacionalidades, em %: Venezuela:17,7; Haiti: 15,3; Bolívia: 5,7, Colômbia 5,5; EUA: 3,80, China: 3,6, Argentina: 2,80, Cuba: 2,6, França: 2,5, Peru 2,40 (Mantovani, 2021, sp).

Assim, observa-se um perfil diferente na imigração brasileira no início do século XXI. Por exemplo, dados da Obmigra (2021) mostram uma profunda mudança no perfil racial e sexual⁴⁹ das pessoas que chegam ao país nesse período: em 2011, por exemplo, os negros e pardos representavam 13,9% do total de pessoas presentes no mercado de trabalho formal, ao final da década já eram maioria (54,4); da mesma forma, a mesma fonte mostra que a participação feminina dobrou no mercado de trabalho brasileiro, passando de 22% para 46% entre 2013 e 2019 (OBMIGRA, 2021). Assim, do final do século XIX até a segunda metade do século XXI, a população imigrante no Brasil se diversificou, como mostra a tabela a seguir.

Quadro 14- Resumo sobre grandes movimentos migratório no Brasil pós-colonial

Causas	Categorias migrantes	Períodos
Questões econômicas, conflitos internacionais; guerras; e fuga de crises econômicas, sanitárias e humanitárias ou de perseguições (religiosas, políticas e étnicas).	Portugueses, italianos, japoneses, alemães e árabes (sírios, turcos, egípcios, palestinos)	Entre meados do século XIX e a década de 1930.
Conflitos internacionais; guerras; e fuga de crises econômicas, sanitárias e humanitárias	Imigrantes latino-americanos, africanos e asiáticos, especialmente chineses e filipinos	A partir do final do século XX
Crises humanitárias, conflitos internacionais, guerras e catástrofes naturais	Imigrantes haitianos, venezuelanos e sírios, urânios	Em um período mais recente, que teve início em 2011

Fonte: Elaboração do autor, inspirado do relatório de OBMigra (2022) e Guitarrara(sd)⁵⁰.

Observa-se, de fato, que durante a última década, os perfis dos imigrantes que chegaram ao território brasileiro mudaram significativamente. Os europeus deram lugar a latino-americanos, especialmente haitianos e venezuelanos. Diante dessa nova realidade, as autoridades brasileiras se veem obrigadas a revisar suas políticas migratórias, que frequentemente apresentam traços de xenofobia e racismo. Como apontam Costa, Souza e Al

⁴⁹ O relatório do Obmigra informa que durante esse período, o Brasil vivenciou uma "feminização" das migrações, com mais mulheres chegando, especialmente haitianas e venezuelanas. Apesar de os homens ainda serem maioria, o perfil mais familiar desses dois fluxos vem aumentando a proporção de imigrantes do sexo feminino (Obmigra 2020). No caso das refugiadas e solicitantes de refúgio, os dados da OBMigra mostram que sua participação dobrou de 2013 para 2019, de 22% para 46%. Na reflexão de Leonardo Cavalcanti e Duval Fernandes (2020), essa mudança não significa, porém, que elas estejam atingindo um maior grau de igualdade em relação aos homens. Os dados mostram que as imigrantes recebem 70% do valor do salário dos trabalhadores do sexo masculino e que sua inserção laboral acontece em empresas com alta exploração da mão de obra. Por mais informação acesse esse relatório em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/>. Acesso em 25 agosto de 2023.

⁵⁰ Por mais informação sobre esse aspecto, veja o texto de Paloma Guitarrara, intitulado "Imigração no Brasil"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm>. Acesso em 04 de janeiro de 2024.

(2019, p. 180), essa necessidade de adaptação reflete não apenas uma mudança demográfica, mas também um reconhecimento da diversidade que compõe a sociedade brasileira contemporânea:

[...] A fim de dar conta das novas demandas migratórias apresentadas ao Estado brasileiro e de afinar a política migratória ao regime democrático que impõe que o ser humano seja o fim das políticas estatais e não mais meio pelo qual o Estado desenvolve suas políticas, como a segurança nacional foram debatidas propostas de um novo marco legal que deveria substituir o Estatuto do Estrangeiro.

De tal modo, no início desse século, o Brasil, especialmente sobre a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), se projeta como ator global nas relações internacionais o que impõe efetivamente, ao país o desafio de apresentar soluções adequadas para o tema da mobilidade humana particularmente diante dos fluxos migratórios diversificados direcionados ao país nos últimos anos, com destaque aos haitianos, senegaleses e, mais recentemente, venezuelanos. Wermuth (2020) salienta, sobre esse aspecto que o Brasil deveria corrigir a grande “anacrônica legislação de 1980⁵¹, nesse sentido, até por sua absoluta incompatibilidade com os pilares do Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição Federal de 1988, figuravam como um “entulho” legislativo que merecia urgente atualização”. Nesse sentido é que surge o Projeto de Lei nº 288, de 2013, do Senado Federal (BRASIL, 2013), que deu origem à nova Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017), responsável pela revogação do Estatuto do Estrangeiro⁵².

Assim, um conjunto de eventos foram realizados entre os anos de 2013 e 2016, destacaram a importância dessa legislação sobre migrações no país, que mantivesse sintonia com o direito

⁵¹ Como vimos no quadro anterior, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, mostra claramente como a legislação considera os imigrantes como elementos potencialmente perigosos e, com isso, a gestão das questões relativas à imigração e aos estrangeiros é confiada a um órgão de segurança pública, a Polícia Federal, em vez de um órgão especializado, como seria mais adequado em um Estado democrático de direito. Essa lei permaneceu em vigor até 24 de maio de 2017, com a aprovação da Lei nº 13.445, descrita por mais de um especialista como uma “nova lei de migração”, apesar do fato de que a Constituição de 1988 já reconhecia os direitos dos imigrantes como cidadãos dentro do país.

⁵² O Estatuto do Estrangeiro ainda previa inúmeras restrições a direitos fundamentais dos imigrantes. Por exemplo, o seu art. 106, inciso VII, vedava a eles o direito de “participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada”; já o art. 107 proibia que o estrangeiro exercesse atividade política ou que se “imiscuido” – e a utilização do verbo imiscuir denota a consideração do estrangeiro enquanto um “intruso” pelo legislador – direta ou indiretamente nos negócios públicos do Brasil (Brasil, 1980).

internacional dos Direitos Humanos, em respeito ao princípio da convencionalidade, como destacou Wermuth (2020, p. 2343):

[...] é imperioso destacar que a nova legislação surge a partir de uma profícua interlocução com movimentos sociais, a exemplo da Conferência sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), do Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) e do I Diálogo de Participação Social promovido pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Todos esses eventos, realizados entre os anos de 2013 e 2016, destacaram a importância de uma legislação sobre migrações que mantivesse sintonia com o direito internacional dos Direitos Humanos, em respeito ao princípio da convencionalidade. Essa preocupação ficou consignada no texto legal, na medida em que o art. 2º da Lei de Migração preconiza que a sua aplicação “não prejudica a aplicação de normas internas e internacionais específicas sobre refugiados, asilados, agentes e pessoal diplomático ou consular, funcionários de organização internacional e seus familiares”.

Também deve ser destacado que o texto do projeto dessa lei, descrita como "progressista e inovadora em termos de direitos dos imigrantes", foi alvo de ataques racistas e xenófobos de senadores e deputados de extrema direita, apoiadores da classe dominante conservadora do país, como assinalou (Wermuth, 2020, p. 2345):

[...] o texto do projeto que culminou na edição da nova Lei de Migração foi objeto de intensos debates nos quais foi possível “identificar a constância dos temores e racismos enunciados quando da tramitação da lei anterior, nos anos 70”, agora ainda mais enrijecidos diante da presença, no Congresso Nacional, de parlamentares “referidos a posições de segmentos da elite política brasileira que se organiza em ‘frentes’, notadamente a Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida como bancada ruralista e a Frente Parlamentar da Segurança Pública, conhecida como bancada da bala”.

No que diz respeito à primeira “frente” cumpre salientar que, no Senado, foram apresentadas emendas ao projeto pelo então Senador Lasier Martins (PSD/RS) demonstrando “a resiliência da narrativa ‘defesa da segurança nacional’ e ‘estrangeiro como ameaça’”, sendo a primeira delas, rejeitada, “determinava a supressão da possibilidade de autorização de residência para estrangeiro que esteja em liberdade provisória ou em cumprimento de prisão cautelar ou de pena criminal” (apud Wermuth, 2020), sob o entendimento de que o acolhimento desses sujeitos significaria:

[...] “abrir a porta para que indivíduos de conduta duvidosa venham a residir no nosso país”; já a segunda emenda proposta pelo referido Senador “defendia a supressão do tratamento diferenciado dado aos povos indígenas”, sob a argumentação “de que se poderia conceber a possibilidade de territórios indígenas sobrepostos às fronteiras nacionais, o que poderia implicar na criação de ‘áreas em que o livre trânsito de pessoas seria feito sem a fiscalização do governo nacional’”. (Sprandel, 2018, p. 39, apud Wermuth, 2020, p. 2345).

Na Câmara dos Deputados, as posições baseadas na lógica "parasitária" e de "segurança nacional" também foram bastante marcantes. Em seu discurso sobre a aprovação do projeto de lei pelo Senado, na sessão de 19 de abril de 2017, Wermuth (2020) sublinha que o deputado federal Marcos Feliciano (PSC/SP) manifestou seu "total repúdio a essa lei" que, segundo ele, apesar de estar "envolta em um caráter humanista expõe o Brasil "de forma irresponsável em um momento em que o mundo assiste a estupros coletivos na Suécia, terroristas usando caminhões para esmagar pessoas na Alemanha, bombas explodindo na França, enfim, todo tipo de ato terrorista".

Por outro lado, Feliciano (2017) ressaltou uma postura claramente xenófoba no assunto desses parlamentares que relataram que "o Brasil pretende, de braços abertos, receber estrangeiros enquanto temos milhões de desempregados", argumentando que "não temos nem o suficiente para nós mesmos, como vamos sustentar os que chegam? A saúde já está um caos, faltam vagas nas escolas públicas e temos um déficit na Previdência Social", razão pela qual questionou: "quem vai pagar essa conta?" De fato, esse tipo de argumento não é válido. Porque é sempre o mesmo assunto utilizado pelos xenófobos em todos os países, para violar o direito à "livre circulação" da pessoa humana. Veja a posição do famoso ex-deputado Jair Bolsonaro (apud Wermuth, 2020), (PSC-RJ) em 6 de dezembro de 2016, em suas intervenções no plenário sobre o projeto de lei, demonstrando uma perspectiva abertamente xenófoba em relação aos migrantes, afirmando que "é um crime o que estão fazendo aqui com esse projeto de lei, abrindo as portas do Brasil para o mundo inteiro. O parlamentar justificou seu voto contra o projeto nos seguintes termos:

O Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos meus colegas! Tenho certeza de que V.Exas. não sabem o que estão votando. Vocês estão escancarando as portas do Brasil para todo tipo de gente! Angela Merkel, atrás do seu quarto mandato, acabou de endurecer a sua legislação sobre imigrantes, porque acabou de ser assassinada uma menina, após ter sido estuprada, caso que comoveu a Alemanha. O comportamento e a cultura deles são completamente diferentes dos nossos.

Não podemos, neste momento de crise mundial, escancarar as portas do Brasil para todo tipo de gente! Isso vai virar - desculpem-me o termo - a casa da mãe joana.

Este País é nosso! Não é de todo mundo! Não podemos fazer isso. Até mesmo o Trump ganhou as eleições na Flórida, juntamente com os cubanos, exatamente em função disso. Nós não podemos escancarar as portas do Brasil para o mundo! Nós não comportamos esse tipo de gente aqui dentro, sem controle!

É o apelo que eu faço, Sr. Presidente, para votar contra isso aí. Obrigado pela oportunidade.

Pelo Brasil, peço o voto 'não'. (Bolsonaro, 2016, apud Wermuth, 2020, p. 2347).

No entanto, apesar dos diversos ataques à Lei nº 13.445/2017, conhecida como a Nova Lei de Migração, esta foi aprovada e publicada no Brasil. Conforme relata Montinat (2019), essa legislação inaugurou um novo tratamento para a condição jurídica dos migrantes (incluindo emigrantes, imigrantes, visitantes, entre outros) no país. A norma prioriza os direitos fundamentais dos imigrantes e estabelece critérios racionais para a tramitação de pedidos, processos administrativos e a elaboração de atos normativos pelos órgãos responsáveis pela política migratória. Por exemplo, o artigo 3º da nova Lei preconiza que a política migratória brasileira deve ser fundamentada na não criminalização da migração (inciso III), na não discriminação com base nos critérios ou procedimentos que levaram à admissão da pessoa em território nacional (inciso IV) e na promoção da acolhida humanitária (inciso VI). Além disso, há uma preocupação expressa com a garantia do direito à reunião familiar (inciso VIII) e à igualdade de tratamento e oportunidades para os migrantes e seus familiares (inciso IX), bem como à inclusão social, laboral e produtiva dos migrantes por meio de políticas públicas (inciso X). Essa inclusão visa assegurar o acesso igualitário e irrestrito dos migrantes a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviços bancários e seguridade social (inciso XI), promovendo, assim, a difusão dos direitos, liberdades, garantias e obrigações dos migrantes (inciso XII) (BRASIL, 2017 apud Wermuth, 2020; Montinat, 2019).

No plano das relações internacionais, Wermuth (2020, p. 2345) sublinha que o art. 3º desta Lei preconiza:

[...] além do já referido respeito aos tratados, o fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoa (inciso XIV), a cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante (inciso XV), a integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço (inciso XVI) e, por fim, o repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas (inciso XXII) (BRASIL, 2017). Do mesmo modo, a nova legislação estabelece como regra o impedimento de ingresso por motivos relacionados à nacionalidade, raça, religião, pertencimento a grupo social ou opinião política, estabelecendo possibilidade de responsabilização dos agentes que praticarem atos arbitrários em zonas fronteiriças primárias.

Na mesma linha de raciocínio, Carolina de Abreu Batista Claro, especialista de Direito Internacional, aponta que a Lei 13.445/2017 de Migração, revogou o Estatuto do Estrangeiro, diferente dele em forma e conteúdo. Enquanto o estatuto partia do pressuposto de que o imigrante era o “outro”, o “estranho”, e recaiam sobre ele restrições de direitos baseadas em

segurança nacional e interesse público, a lei é alicerçada na garantia e promoção dos direitos humanos, e contém linguagem mais positiva do que a do Estatuto (Claro, 2020). Essa diferença crucial, entre os fundamentos do revogado estatuto e da lei em vigor é, segunda Claro (2020), refletida desde o título da nova legislação até a sua essência, representando uma mudança de paradigma entre a perspectiva do interesse e da soberania nacionais para o viés de direitos humanos da pessoa migrante.

Segundo Cavalcanti, et al, (2017), essa nova Lei de Migração vem simplificar os vistos com relação ao Estatuto do Estrangeiro e formaliza as categorias de visto temporário para tratamento de saúde e de visto temporário de acolhida humanitária, antes estabelecidos por normas infralegais diante das lacunas do estatuto. Em matéria de políticas, Cavalcanti (2017) e Claro (2020) apontaram que essa nova Lei estabelece os princípios e diretrizes da política migratória brasileira e faz alusões às políticas públicas para a população migrante, temas não contemplados no estatuto. Claro (2020, p.53) continua destacando sobre aspecto:

[...] ela também inova nos temas da apátrida, normatizada pela primeira vez na legislação brasileira, e na proteção do emigrante brasileiro por meio de competências que já vigoravam em normas infralegais. Além disso, essa Lei ainda, difere do estatuto ao estabelecer diferenças entre retirada compulsória do imigrante (repatriação, deportação e expulsão) e temas de cooperação internacional em matéria penal (extradição e transferência de pessoas condenadas) que antes, na vigência do estatuto, estavam dispostos no mesmo capítulo em dissonância com a prática internacional mais recente.

Então, apesar de que essa Lei seja bastante progressista no que diz respeito à garantia dos direitos humanos das pessoas migrantes, os vetos presidenciais à lei representaram perdas em temas importantes, como a livre circulação de indígenas em áreas fronteiriças e na anistia para imigrantes indocumentados. Além disso, por mais progressista que seja essa nova Lei, os legisladores brasileiros falham em garantir os direitos civis e políticos da população imigrante do país. Isso significa que o Brasil, apesar de seus muitos avanços no respeito aos direitos humanos fundamentais, ainda está atrás de alguns países da região latino-americana, como Chile, Colômbia e muitos outros, que já garantem aos imigrantes o direito de votar em seus países. Por fim, na junção dessa discussão, falaremos a seguir, sobre os direitos civis e políticos da população imigrante no Brasil.

3.4 Imigração e Participação Política: Atraso do Brasil na América Latina?

O termo “participação política” refere-se a procedimentos, passos ou tentativas de garantir às pessoas um papel na tomada de decisões que afetam a comunidade ou organização da qual fazem parte. Em sociologia política, “participação” é um termo geral que abrange as diferentes maneiras pelas quais os cidadãos podem contribuir para as decisões políticas, uma forma de atuação que faz parte do modelo de democracia deliberativa (Douillet, 2017). Para a legislação brasileira, uma pessoa migrante é tão sujeita a direitos como os nacionais do país. Com base no princípio de igualdade, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), é considerado um direito fundamental de todas as pessoas, incluindo as migrantes, a participação nas decisões que as afetem. Enquanto direito fundamental, diz respeito a interesses e carências que possam ser protegidas e fundamentadas pelo direito e, por consequência, a sua violação ou eventual não satisfação significa uma infração irreparável ao núcleo essencial da autonomia ou da dignidade humana, porém, de acordo com a formatação jurídico-política do Estado brasileiro, o direito de participação política, enquanto expressão da cidadania, exige o preenchimento do requisito de nacionalidade para poder exercê-lo.

O artigo 12 da Constituição Federal brasileira, ao contrário da DUDH, no entanto, dita que somente brasileiros natos e naturalizados podem gozar de direitos políticos (BRASIL, 1988). Ou seja, não há garantia ao direito à participação política de migrantes no Brasil, incluindo o direito de ir a manifestações e participar de protestos, ainda que sejam afetados pelas tomadas de decisões das quais não participam. Então, a Constituição brasileira faz da nacionalidade uma condição para o exercício do direito de participação política, mesmo sendo, o Brasil, uma sociedade plural e heterogênea. Porém, o artigo 5º da mesma Constituição, no entanto, estipula que todas as pessoas são iguais perante a lei, proibindo qualquer tipo de discriminação (BRASIL, 1988).

Na realização do trabalho do campo dessa pesquisa⁵³, na cidade do Rio de Janeiro, entrevistamos, Chegue, nome fíctico do sujeito 05 da pesquisa, imigrante haitiano vivendo no Rio, mas de uma década, quando fala sobre seus planos para o futuro, destaca o direito à participação política:

Eu preciso ter direito ao voto, eu preciso votar cara, eu preciso disso para começar a discutir a fundo a política porque eu me sinto como se eu tivesse fazendo hipocrisia. Eu tenho meus pensamentos, já tenho meus pontos de vista. Eu tenho meus olhares. Eu acompanho a política, acompanho os problemas né, as eleições, acompanham quase todos, eu os acompanho, ou discuto, leio os programas, as propostas, eu tenho minha posição. Mas sinto como se fosse uma hipocrisia porque nem posso votar, tipo, eu vou tentar convencer uma pessoa ou discutir com uma pessoa e eu nem posso, tipo,

⁵³ Por mais informações sobre esse aspecto, veja o capítulo 4 do trabalho, onde analisa-se as compreensões de imigrantes haitianos (as) no Rio de Janeiro sobre o racismo estrutural brasileiro.

nem vou sabe, nem posso. Então eu preciso da cidadania, e por motivo de sobrevivência, também. (CHEGUE, Sujeito, 05).

Observa-se na declaração de *Chegue* uma forte necessidade de pertencimento e de participação ativa na vida política, evidenciando a importância do direito ao voto como um aspecto fundamental da cidadania. *Chegue* expressa uma frustração com a impossibilidade de exercer esse direito, o que gera uma sensação de hipocrisia ao discutir política sem ter a capacidade de influenciar decisões por meio do voto. Essa situação reflete um dilema comum entre indivíduos que, apesar de se engajarem em discussões e acompanharem os eventos políticos, sentem-se limitados e desvalidos na sua capacidade de agir. Além disso, a menção à necessidade de cidadania por motivos de sobrevivência indica que, para *Chegue*, o direito de voto não é apenas uma questão de opinião, mas uma necessidade prática para garantir uma voz nas questões que afetam sua vida e a de sua comunidade. Essa declaração destaca a conexão entre direitos civis e a luta por dignidade e inclusão social, sublinhando a relevância da participação política como um meio de reivindicar e proteger direitos fundamentais.

Em uma entrevista realizada com Bobby, nome fictício do líder da organização haitiana Mawon no Rio de Janeiro, ele destacou que o conhecimento dos direitos é mediado pelas leis, especialmente para os migrantes, que dependem de legislações específicas sobre migração. Bobby relatou que, com a chegada dos imigrantes haitianos ao Brasil em 2010, não existiam leis de migração que os definissem, nem um estatuto jurídico claro para os imigrantes, o que só foi instituído em 2017. A partir desse marco legal, ele começou a reivindicar seus direitos, afirmando que se esforça para garantir que todos os seus direitos sejam respeitados; caso contrário, ele luta por eles, manifestando uma firme determinação em não renunciar a nenhum direito. No entanto, o ativista pró-imigração enfatizou que a batalha deve continuar, pois, em sua visão, os imigrantes ainda carecem do direito de votar e de serem eleitos no Brasil. “Estou frustrado, vivo em um país onde pago impostos e não posso usufruir dos meus direitos civis e políticos”, afirmou o líder do grupo Mawon, evidenciando a necessidade de um avanço nas políticas que garantam plena cidadania para os imigrantes.

Entretanto, seria absurdo que um imigrante contestasse os direitos civis e políticos no Brasil? É importante destacar que a proposta de estender esses direitos aos imigrantes não é uma novidade, nem se restringe ao contexto brasileiro. Diversos países sul-americanos já garantiram direitos civis e políticos a imigrantes em seu território, como é o caso do Chile, Uruguai, Paraguai e Colômbia. Esses exemplos refletem uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação à diversidade populacional, ressaltando a necessidade de uma reflexão

crítica sobre as políticas migratórias no Brasil e a urgência de promover a equidade de direitos para todos os que residem no país.

Por exemplo, a Constituição da Bolívia de 1994, no Art. 27, declara que “os estrangeiros e as estrangeiras residentes na Bolívia têm direito a votar nas eleições municipais, conforme a lei, aplicando princípios de reciprocidade internacional.” Da mesma forma, podemos citar o Artigo 14 da Constituição do Chile de 1980, que afirma: “os estrangeiros residentes no Chile há mais de cinco anos, e que cumpram os requisitos estabelecidos no inciso primeiro do Artigo 13, poderão exercer o direito de voto nos casos e formas determinados pela lei.” O mesmo ocorre com a Constituição Colombiana de 1991, cujo Artigo 100 estipula o seguinte:

[...] a si mesmo, os estrangeiros gozarão, no território da República, das garantias concedidas aos nacionais, salvo as limitações estabelecidas pela Constituição ou pela lei. Os direitos políticos são reservados aos nacionais, mas a lei poderá conceder aos estrangeiros residentes na Colômbia o direito de voto nas eleições e consultas populares de caráter municipal ou distrital (Colômbia, 1991, art.100)⁵⁴.

Então, podemos afirmar que o Brasil fica bem atrás de outros países da região em termos de respeito aos direitos dos migrantes, especialmente seus direitos políticos, que, como já comentamos, segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos, são direitos fundamentais. As leis brasileiras, como também já vimos, proíbem o exercício de atividades de natureza política a qualquer pessoa que não seja brasileira natural ou naturalizada: “sendo-lhe especialmente vedado: (...) organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar”. Porém, vale reconhecer alguns avanços na legislação do país, durante essas últimas décadas do século XXI.

Assim, apesar dos críticos, é importante reconhecer alguns avanços significativos que tocam os direitos sociais e políticos de migrantes, foram feitos na última década no Brasil. Como já vimos, estes avanços reforçam e garantem: a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade de pessoas migrantes. Da mesma forma, a Lei de Imigração de 2017, põe fim à proibição estabelecida pelo Estatuto dos Estrangeiros (Lei n. 13.445/2017), de participação em qualquer atividade de natureza política, garantindo o direito de que imigrantes participem de reuniões políticas e sindicatos. Infelizmente, no entanto, mesmo essa nova lei não prevê o direito de voto para os imigrantes internacionais.

⁵⁴ Veja a versão original do texto “[...] à sí mismo, los extranjeros gozarán, en el territorio de la República, de las garantías concedidas a los nacionales, salvo las limitaciones que establezcan la Constitución o la ley. Los derechos políticos se reservan a los nacionales, pero la ley podrá conceder a los extranjeros residentes en Colombia el derecho al voto en las elecciones y consultas populares de carácter municipal o distrital (Colombia, 1991, art.100)”

É necessário reconhecer também que alguns estados e municípios do país fizeram avanços significativos. Podemos citar, por exemplo, o estado de São Paulo que, em 2016, por meio da (Lei n. 01.00142/2016), instituiu a Política Municipal para a População Imigrante, que traz princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como criou o Conselho Municipal de Imigrantes. Essa lei é a primeira do país a estabelecer diretrizes para a política de imigrantes em âmbito municipal. Também, podemos citar o exemplo do município de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul que, numa sessão ordinária em data de 08/05, a Câmara Municipal aprovou projeto de lei que institui a Política Municipal para Migrantes, Refugiados, Apátridas, Asilados Políticos e Vítimas, em situação migratória interna ou externa, de redução à condição análoga à de escravo e/ou de tráfico humano. A política prevista no projeto busca garantir aos imigrantes e a sua família o acesso a direitos fundamentais e aos serviços públicos garantidos na Constituição Federal e nos tratados internacionais dos quais o Brasil seja signatário; promover o respeito à diversidade e à interculturalidade, impedir violações de direitos, e fomentar a participação política desenvolver ações coordenadas com a sociedade civil.

Assim, em vistas a concluir, podemos verificar que no âmbito histórico da política migratória brasileira, o transcurso de três fases: xenofilia europeia, xenofobia racista e de segurança nacional, percorridas pelos marcos legais que fixaram as políticas migratórias brasileiras pós-coloniais e observou-se que em nenhuma delas as migrações foram tratadas como questão orientada à luz dos direitos humanos. Apenas a partir da entrada em vigor da Lei 13.445/2017, a Nova Lei de Migração, o Brasil teve um marco legal sobre migrações.

Como vimos, mesmo essa nova lei (13.445/2017), a qual é considerada como o espelho a ser seguido nos planos da política migratória brasileira mais avançada em termos de respeito aos direitos dos imigrantes, com base nos princípios fundamentais dos direitos humanos, não leva em conta os direitos civis e políticos dos imigrantes do país, as quais além de necessários, são fundamentais para compor os processos decisórios das lutas sociais, esse traço tão presente na sociedade haitiana, de herança do processo de independência, e que demonstra o devido acesso das políticas representativas dos imigrantes em dado país. Por fim, nos debruçamos sob a hipótese de que as políticas existentes para essa população específica, acaba sendo construída sem a devida participação popular, dos maiores interessados, para isso, analisaremos no próximo capítulo um mapeamento feito das políticas públicas de assistência social voltadas para a população imigrante no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, a fim de analisar o caráter racista no caso específico dos imigrantes haitianos.

4 CAPÍTULO III: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E IMIGRANTES HAITIANOS NO RIO DE JANEIRO: UM MAPEAMENTO CRÍTICO E REFLEXÕES SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL

Neste capítulo, realizamos um mapeamento das políticas de assistência social voltadas para a população imigrante no Rio de Janeiro, com foco nas experiências dos imigrantes haitianos e no possível caráter racista dessas políticas. Para isso, começamos com um panorama histórico e geográfico do Rio de Janeiro, seguido de uma análise abrangente sobre a imigração internacional no estado, com especial atenção à imigração haitiana. Em seguida, exploramos as políticas de assistência social destinadas aos imigrantes e, finalmente, investigamos de forma crítica os episódios e contextos em que haitianos enfrentam possíveis manifestações de racismo no atendimento social.

4.1 Rio de Janeiro: um Laboratório Vivo de Desigualdades Sociais no Brasil?

O estado do Rio de Janeiro é localizado na região Sudeste do país, tendo como capital o município de mesmo nome. Sua área territorial é de 43.750 km². De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), sua população é 16.054.524 pessoas, com uma densidade demográfica de 366,96 habitantes por quilômetro quadrado. Assim, possui 92 municípios, fazendo limite com Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, além do Oceano Atlântico (IBGE, 2022).

Nesse estado distingue-se o clima Tropical, com variações significativas entre as áreas mais próximas do litoral, que registram maiores índices de umidade pela influência da maritimidade, e das regiões serranas, cujo fator climático de maior peso é a altitude. Dessa forma, no litoral fluminense, as temperaturas médias são elevadas e ficam em torno de 24 °C. Os índices pluviométricos são os mais elevados de todo o estado, variando na faixa de 1250 mm a 1500 mm (Silva, 2020). No interior, principalmente nas áreas mais elevadas, as temperaturas são relativamente mais amenas. Sobre esse aspecto, Eduardo de Freitas (2020, sp), no seu texto intitulado, "aspectos naturais do Estado do Rio de Janeiro" revelou que: "[...] por sua localização latitudinal, dentro da região intertropical, o clima fluminense é tropical, predominantemente quente e úmido".

No entanto, dentro do Estado do Rio de Janeiro, a temperatura e a distribuição das chuvas pelos meses do ano variam, principalmente, de acordo com o relevo e com a proximidade do mar. Quanto maior for a altitude, mais baixa é a temperatura. Quanto mais perto

do mar, mais amena será a temperatura. (Freitas, 2020). Desta forma, percebemos dentro do território fluminense, a predominância de três variantes climáticas: o clima Tropical Semi Úmido (no interior do estado), o clima Tropical de Altitude (na região Serrana e em outras áreas elevadas) e o clima Tropical Úmido (ao longo do litoral). Como mostra o mapa oficial mais recente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 6- Mapa Oficial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2023



Fonte: Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro -CEPERJ, 2023.

Num relatório do CEPERJ, publicado em 2018, é enfatizado: "que o Rio de Janeiro é mencionado pela primeira vez na expedição portuguesa comandada por Gaspar Lemos, que chegou ao estado em 1502". Ao chegar à baía do Rio de Janeiro, ele pensou que se tratava da foz de um rio, razão pela qual chamou a região de Rio de Janeiro. Vinte e oito anos depois, em 1530, a corte portuguesa enviou uma expedição à região a fim de colonizá-lo (CPEJR, 2018).

Ainda, o estado passou por grandes movimentos e transformações ao longo de sua história, resultando em várias mudanças em seu status jurídico. Ribeiro & Nunes (2019) analisaram a estrutura e as transformações, ressaltando que nenhuma unidade político-

federativa brasileira passou por tantos regimes jurídicos. Assim, de 1553 até os dias atuais, o Estado do Rio de Janeiro teve mais de 10 status jurídicos, que lhe permitiram desempenhar diferentes papéis na administração política do território nacional, conforme o quadro (12). Dessa forma, em linhas gerais, um estatuto jurídico é composto por um conjunto de normas jurídicas cuja característica geral é regular as relações específicas das pessoas que vivem em um território.

Quadro 15- Diferentes estatutos jurídicos do Rio de Janeiro de 1533 até 1975

Primeiro Momento	
1534	Início das capitanias hereditárias
Segundo Momento	
1565	Fundação da Cidade do Rio de Janeiro no morro Cara de Cão
1567 -	Transferência do sítio urbano para o morro do Castelo
1763 -	Transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro
1808 -	Chegada da família real
1815-22 -	Criação da província do Rio de Janeiro
1834 -	Criação do município neutro, separação da cidade do Rio de Janeiro da província fluminense
1835 -	Niterói é elevada à condição de capital da província fluminense
1889-91 -	Proclamação da República e Constituição. O município neutro transforma-se em Distrito Federal, e a província, em unidade da federação (estado)
1960 -	Perda da capitalidade da cidade, com a transferência do Distrito Federal para Brasília. Criação do Estado da Guanabara, com capital no Rio de Janeiro
1975 -	Fusão. Criação do novo estado do Rio de Janeiro, a partir dos estados da Guanabara e do antigo estado do Rio de Janeiro, cuja capital é a cidade do Rio de Janeiro. Nesse momento, Niterói perde a sua capitalidade

Fonte: Ribeiro, 2001; Marafon, et al. (2011) citado em: Ribeiro & Nunes, 2019

Observamos neste quadro que os geógrafos brasileiros sintetizam os diferentes estatutos jurídicos assumidos pelo estado ao longo da história, desde o período colonial até a fusão ocorrida na década de 1970. Essa síntese evidencia as múltiplas transformações institucionais pelas quais o estado passou, refletindo a evolução de suas funções e papéis em diferentes

momentos históricos. Desde a colonização, passando por várias configurações administrativas e jurídicas, até o momento de sua unificação, o quadro revela as complexas mudanças que marcaram o desenvolvimento do estado brasileiro.

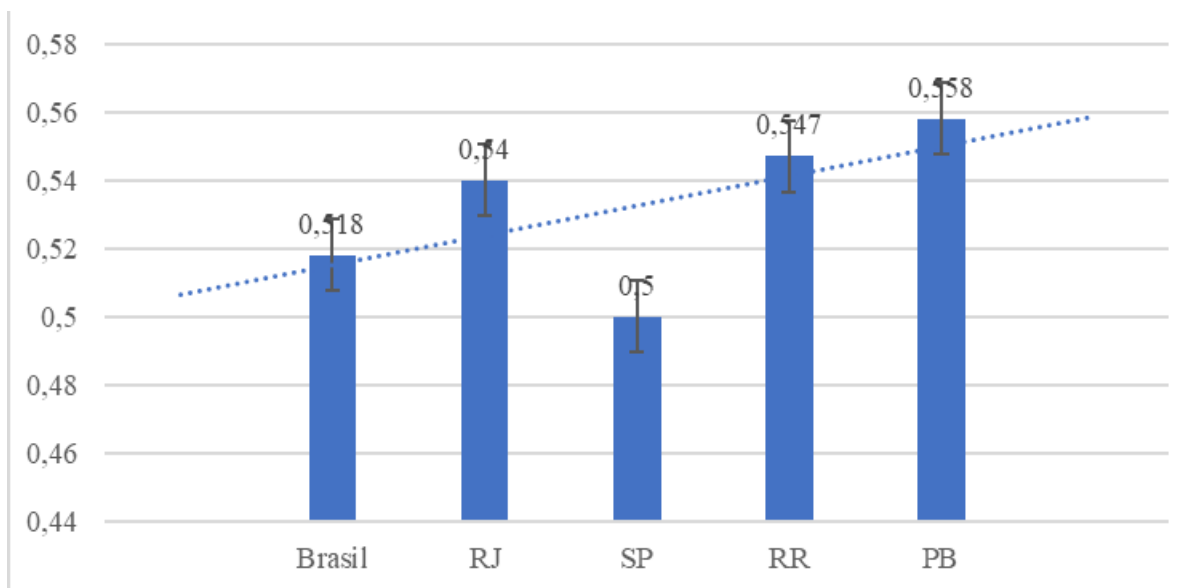
No que diz respeito à economia da região, podemos dizer que o Rio de Janeiro tem uma economia florescente, dentro desses aspectos, é considerado como o terceiro maior em geração de riquezas do país. Sua economia está alicerçada na produção de petróleo, sendo o principal produto de exportação do estado. Para exemplificar, o relatório do IBGE de 2019, demonstra que o Rio de Janeiro possui o terceiro maior PIB (produto interno bruto) entre os estados brasileiros, ficando atrás de São Paulo e Minas Gerais. Sua economia, segundo Silva (2020), tem como principal atividade o setor industrial de onde 46% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado é proveniente”. Apenas 0,7% do PIB é oriundo da agricultura. O comércio, o turismo e os demais serviços são responsáveis por 53,3% da economia do estado (Silva, 2020).

A capital é um dos principais destinos turísticos no país e muitas cidades do litoral são famosas pelas suas praias, como Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios e Saquarema. Além disso, também possui cidades de grande valor histórico-arquitetônico, como Parati e Vassouras, que preservam muitas casas das épocas dos ciclos do ouro (século XVIII) e do café (século XIX), respectivamente. As regiões de serra, também têm grande frequência turística, especialmente nos meses de inverno. No mais, a capital fluminense abriga as sedes de importantes empresas brasileiras como a Petrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Vale e a Rede Globo (Silva, 2020).

Entretanto, apesar do crescimento econômico significativo do Rio de Janeiro, deve-se observar que essa é uma das regiões com os mais altos níveis de desigualdade social do país (Silva, 2018). Os dados do “*Portal de EU, Rio*”⁵⁵ Em 2021 mostram que os 10% mais ricos do estado têm 74 vezes mais do que os 40% mais pobres no Rio de Janeiro. O levantamento do IBGE em 2022 classifica o estado como terceiro estado mais desigual do Brasil, ficando atrás apenas de Paraíba e Roraima, como mostra o gráfico seguinte.

⁵⁵ Leia mais: <https://eurio.com.br/noticia/23452/desigualdade-social-no-rio-10-mais-ricos-tem-74-vezes-mais-do-que-os-40-mais-pobres.html>. Acesso em: 18 agosto 2023.

Gráfico 4- O índice de Gini no Brasil em 2022



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, 2022.

Esse gráfico levanta a seguinte questão: o crescimento econômico sempre atende aos seres humanos e a todos os seres humanos em uma sociedade capitalista periférica? Essa questão, ligada à relação entre crescimento econômico e bem-estar global⁵⁶, é objeto de intensa controvérsia e debate. Trata-se de uma questão fundamental em um contexto em que o crescimento é, muitas vezes, um objetivo em si para os países, sejam eles economicamente ricos ou pobres. No Rio de Janeiro, os dados do gráfico mostram uma grande inadequação entre o crescimento econômico no estado e o padrão de vida de sua população. Quer dizer, embora haja uma produção considerável de riqueza nessa região, a mesma se concentra nas mãos de uma minoria, deixando a grande maioria da população em uma pobreza abjeta.

Além disso, ainda tratando do processo de distribuição da riqueza, temos um cenário interessante: O Rio de Janeiro não projeta uma distância social singular do restante do país, estamos falando de um espaço que convive com a dinâmica da totalidade capitalista e reproduz de modo particular um processo visto em todo Brasil. Nesse sentido, Martins (2018) chega a falar em segregação racial no Rio de Janeiro, onde as oportunidades são geralmente reservadas aos brancos, em detrimento dos negros. Essa realidade empurra o especialista da periferia

⁵⁶ A noção de bem-estar que nos referimos aqui reúne o bem-estar social (distribuição de renda, acesso à educação e à saúde, etc.) e o bem-estar "subjetivo" (felicidade, etc.), que é mais difícil de quantificar.

brasileiro, fundador de “Observatório da Favela”⁵⁷ no Rio de Janeiro, o geógrafo Jaílson da Silva, no estudo centrado na descrição e análise da trajetória escolar de um conjunto de jovens estudantes negros da Maré, e se pergunta: por que uns, e não outros? Para ilustrar o nível dessa desigualdade social e racial no Rio de Janeiro, o geógrafo brasileiro tomou o exemplo de uma de maiores favelas da Brasil (Maré)⁵⁸, que é geralmente habitada por afrodescendentes (negros/negras), relatando que:

[...] vizinhos da Maré, no entanto, situam-se o moderno Aeroporto Internacional do Galeão, a maior instituição de ensino superior do país, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O contraste contribuiu para percepção do complexo, assumida pelos meios de comunicação e variados segmentos sociais cariocas, como um espaço globalmente miserável, violento e destituído de condições mínimas de vida. Apesar do exagero e da forte carga de preconceito nessa representação, é inegável a identificação da Maré como um espaço proletarizado, no qual há o predomínio de populações em condições socioprofissionais subordinadas, com reduzida escolaridade média e baixa renda familiar. (Silva, 2018, p. 27).

Na análise do geógrafo brasileiro, especialista em estudos sobre a periferia, evidencia-se o contraste marcante entre a favela da Maré e as grandes infraestruturas que a cercam, como o Aeroporto Internacional do Galeão e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse contraste contribui para a construção de uma imagem disseminada pelos meios de comunicação e por setores da sociedade carioca, que associa a Maré à pobreza e à violência. Todavia, surge a indagação: quantos jovens residentes dessas comunidades têm ou tiveram acesso ao aeroporto, situado a poucos quilômetros de suas moradias? E quantos, efetivamente, ingressaram na universidade para acessar a educação superior? As respostas a essas questões são autoevidentes e não pretendemos explorá-las neste trabalho. Contudo, é inegável que, independentemente da perspectiva adotada sobre as estruturas socioeconômicas e políticas do Rio de Janeiro, a desigualdade social e racial se destaca como uma expressão significativa e persistente da “questão social” no estado.

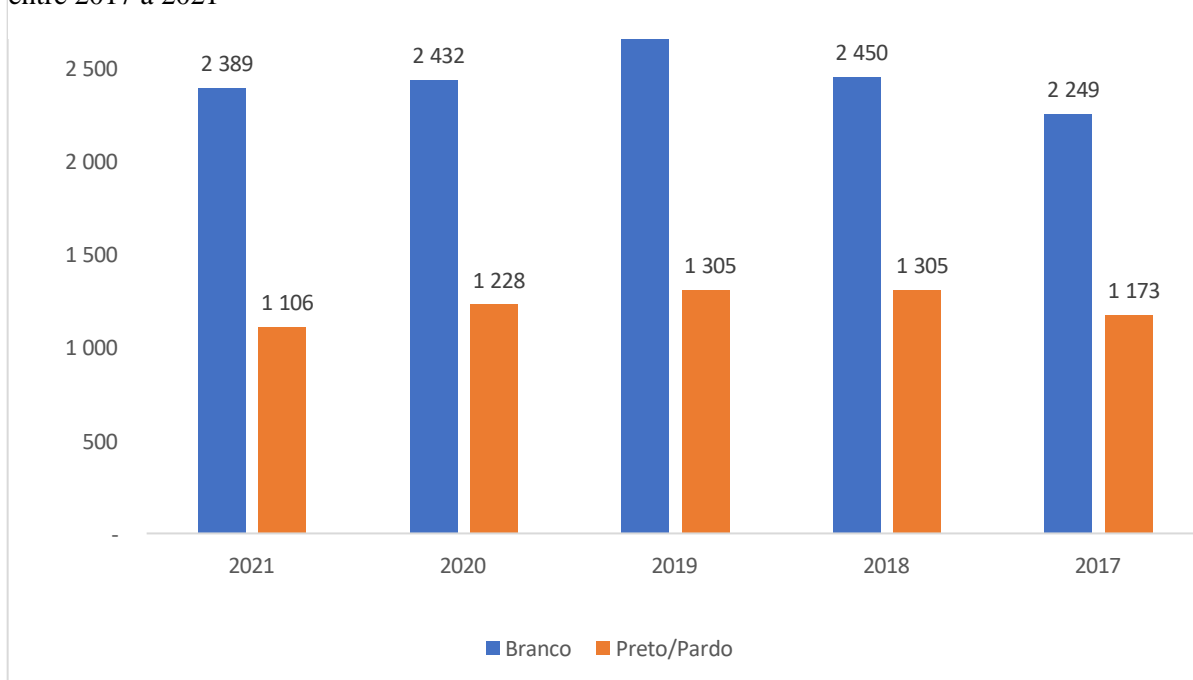
Ao analisar os dados do IBGE (2021) sobre a renda média mensal real de uma família no Rio de Janeiro, estes demonstram que 1,2 milhão de pessoas estavam desempregadas no

⁵⁷ O Observatório de Favelas, fundado em 2001 no Complexo da Maré, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) dedicada à produção de conhecimento e à implementação de ações que impactam políticas públicas. Sua atuação abrange áreas como urbanismo, educação, cultura e direitos humanos, buscando fortalecer favelas e periferias, superar desigualdades e fortalecer a democracia. Seus valores centrais incluem ética, justiça, solidariedade, diversidade e coletividade (Silva, 2018).

⁵⁸ O território chamado Maré é um bairro localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro e constituído por 16 favelas e fica às margens da Baía de Guanabara. Se localiza entre as três principais vias de circulação da cidade: Av. Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela, e está próxima à Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Silva, 2018).

primeiro trimestre de 2020. Desses, 810 mil eram negros ou pardos⁵⁹. Os dados mais recentes do estado apontam que o número de desempregados subiu para 1,5 milhão de pessoas no 2º trimestre de 2021. A oferta desigual de oportunidades afeta a população da região que, em sua maioria, é negra. Como demonstra o gráfico seguinte no rendimento médio mensal real per capita por cor ou raça no estado do Rio de Janeiro entre 2017 até 2021.

Gráfico 5- Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, por cor ou raça, no Rio de Janeiro entre 2017 a 2021



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quintas visitas).

Podemos observar uma crescente desigualdade social entre negros e brancos, evidenciando a dificuldade enfrentada por esses grupos no acesso aos direitos básicos. No que se refere ao mercado de trabalho, especialmente com o objetivo de "superar a pobreza", a disparidade entre os grupos é alarmante. No entanto, ao contrário do que se poderia esperar, o emprego por si só não garante autonomia financeira suficiente para promover a ascensão social ou melhorias significativas na qualidade de vida. A persistência da pobreza entre muitos trabalhadores lança dúvidas sobre essa afirmação. Em um contexto em que "tudo tem uma cor", fica claro que são necessárias reformas para que tal premissa se aproxime da realidade social.

⁵⁹ Na relatoria foi mencionado, os pretos ou pardos, porém nesse trabalho, nós não fazemos diferença entre os dois. Quer dizer, um pardo é considerado como um preto.

Vanderlei Martins (2018, p. 363), em sua pesquisa sobre direitos sociais e desigualdade no Rio de Janeiro, destaca que:

[...] qualquer olhar que se lance em um primeiro momento sobre o Rio de Janeiro, será sempre um olhar pessimista, haja visto que a realidade social da cidade está permeada de crises que se propagam pelas diferentes instituições sociais responsáveis pelo ordenamento e organização sociocultural da convivência urbana. Tais crises, dentro de uma perspectiva socioantropológica, são inconcebíveis, pois as instituições sociais são os grandes referenciais sociais, que têm como maior responsabilidade o estabelecimento de um *Toma et Castagnone (2015)* convívio justo e harmonioso. Mas quando ocorre a falência desses referenciais garantidores da harmonia, a anomia se instaura de forma avassaladora provocando a degradação do convívio social urbano.

O Brasil foi o último país a abolir a escravatura, entre o fim do século XIX e início do XX, e não criou nenhuma condição para a inserção digna da população negra na sociedade, ou mesmo a sua integração. Ao contrário, diversas obras, políticas e instituições disseminaram a ideia de um país mestiço, no qual o convívio é harmonioso entre as diferentes raças (Almeida, 2018; Silva, 2018). Dessa maneira, o racismo estrutural foi sendo construído como processo histórico, que, segundo Pires e Silva, hoje funciona como:

"uma espécie de sistema de convergência de interesses, fazendo com que o racismo, de um lado, implique a subalternização e destituição material e simbólica dos bens sociais que geram respeito e estima social aos negros – ciclo de desvantagens – e, de outro, coloque os brancos imersos em um sistema de privilégios assumido como natural, como norma." (Pires e Silva, p. 66)

Assim, o conjunto de preconceitos direcionados à população negra encontra-se na estrutura da sociedade brasileira, e por ser enraizado, se reproduz no inconsciente e na objetividade e subjetividade de indivíduos e instituições, se expressando em ações e atitudes discriminatórias regulares, mensuráveis e observáveis. A violência policial, por exemplo, atinge na grande maioria das vezes a população negra, maior número de vítimas de homicídios e de todos os rankings de dados sobre desigualdade no acesso à educação. Por isso também consideramos que é nessa região, considerada neste trabalho como o laboratório das desigualdades sociais e raciais do país, que vários milhares de migrantes afrodescendentes chegaram no início do século 21, e por vezes, irão experimentar um processo já secular de pauperização e racismo. Na seção seguinte, faremos uma análise minuciosa sobre a imigração internacional e a questão racial no Rio de Janeiro, com foco especial na comunidade haitiana durante esta última década.

4.2 Imigração internacional e questão racial no Rio de Janeiro: um foco especial sobre a comunidade haitiana entre 2010-2024

O estado do Rio de Janeiro, como muitos outros estados do país, recebeu muitos imigrantes no fim do século XIX, até o início do século XX. Por lá passou gente de todos os cantos do mundo, que saíram de seus países de origem e se instalaram no Brasil. No início, como foi mencionado, esses imigrantes foram essencialmente brancos de origem europeia, de nacionalidade portuguesa, espanhola, italiana, libanesa, alemã, etc. (BARBOSA, 2003; COSTA, 2018). Por uma questão de tempo, este trabalho se limitará a uma breve revisão de algumas das categorias dominantes da população imigrante no Rio de Janeiro neste período, antes de se voltar para o caso específico da comunidade haitiana, que só chegou ao Rio de Janeiro no início de 2010.

Para isso, seguiremos com algumas categorias dominantes para o desenvolver as chaves analíticas, das quais: imigração portuguesa, imigração alemã, imigração espanhola, imigração italiana e outras. No que corresponde à primeira, a imigração portuguesa, sem dúvida, dominou a população migrante no Rio de Janeiro durante todo o século XIX e até mesmo em grande parte do século XX. O censo brasileiro⁶⁰ de 1920 mostrou que, dos 433 577 portugueses residentes no Brasil pós-colonial, 172 338 residiam na capital Rio de Janeiro, ou seja 39,74% do total. Incluindo todo o estado do Rio de Janeiro, essa taxa subiu para 46,3% dos lusitanos que viviam no Brasil. A presença numérica portuguesa era altíssima, uma vez que constituíam 72% de todos os estrangeiros residentes na capital do estado (Barbosa, 2003). A política migratória está enraizada nas realidades nacionais de migração, orientada por uma ampla gama de instrumentos internacionais e ditada tanto pelos líderes políticos quanto pelo discurso público. Entretanto, a migração tornou-se um assunto controverso e, portanto, os governos reconhecem que a qualidade da gestão da migração está ligada à percepção do público sobre seus líderes. As pessoas, o poder e a política têm uma forte influência sobre a política de migração, assim como em muitas outras áreas de política pública. Isso pode ser um desafio para os tomadores de decisão políticos, especialmente quando se trata de recomendar abordagens objetivas e baseadas em evidências que tenham sido minuciosamente analisadas e examinadas. A retórica e a narrativa políticas geralmente prejudicam o processo de elaboração de políticas, principalmente se surgirem padrões que sejam percebidos como ameaças à soberania ou que sugiram uma "perda de controle"

⁶⁰ Veja o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 381, volumes 1-16. Apud. (Barbosa, 2003, p. 180).

As pesquisas censitárias mais antigas também já atestam a forte presença portuguesa na região. No ano de 1890, imigrantes portugueses compunham 20,36% da população da cidade do Rio de Janeiro (106 461 pessoas). Brasileiros filhos de pai ou mãe portugueses compunham 30,84% da população carioca (161 203 pessoas). Ou seja, portugueses natos ou seus filhos perfazem, naquele ano, 51,2% dos habitantes do Rio, um total de 267 664 pessoas (apud BARBOSA, 2003). O arquivo nacional da época citado por Barbosa (2003) explicou que muitos desses imigrantes chegaram ao Brasil sem passaporte, e, portanto, com alguns dados nunca registrados. Em 1833, por exemplo, o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho, declarou que um grande número de portugueses havia entrado no Brasil sem passaporte. Este afirmou: [...] milhares de portugueses, que atualmente nele (no império) estão residindo, é bem sabido que a maior parte deles veio sem trazer passaporte” (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, CAIXA 535. Apud: Barbosa, 2003, p. 180).

A imigração alemã também formou um grupo importante no Rio de Janeiro durante o mesmo período. Os estudos revelam que a partir da primeira década do século XIX, os primeiros alemães chegaram e atuaram no comércio de exportação e importação. Sobre esse aspecto Fernandes (2014, sp) explicou:

Os primeiros alemães vistos como imigrantes se estabeleceram no Rio de Janeiro a partir de 1808, atuando no comércio de exportação e importação. Até 1822, vinham atraídos, principalmente, pela abertura dos portos, que viabilizou suas atividades comerciais. Eram negociantes, artistas, naturalistas e cônsules, além de mercenários aliciados para as forças armadas brasileiras. Os imigrantes germânicos, ou seja, dos muitos países que existiam naquela época na atual Alemanha e Áustria, foram predominantes durante a primeira fase da colonização, que durou até 1830.

A maioria desses imigrantes alemães se destaca em vários bairros da cidade do Rio de Janeiro. Como aponta Fernandes (2014, sp):

Na Gávea está localizada a sede da Sociedade Germânia (Gesellschaft Germania) – a mais antiga associação cultural e recreativa de caráter étnico surgida no país; a Lapa abriga a Escola Superior de Desenho Industrial (hoje integrada à Uerj), primeira instituição a oferecer um curso de Design de nível superior no Brasil, inspirada e criada sob influência alemã; o bairro do Méier recebeu esse nome em referência ao dono das terras daquela região, Augusto Duque Estrada Meyer (acompanhante do imperador dom Pedro II), de ascendência e sobrenome alemães; no Rio Comprido, o Hospital do Amparo foi fundado por alemães em 1912; e também o atual Hospital Central da Aeronáutica, antes Hospital Alemão, e, na época, considerado o hospital de mais alto padrão técnico do Rio de Janeiro. Inaugurado em 1957, o Instituto Cultural Brasil Alemanha, hoje também conhecido como Goethe-Institut, fica no Passeio. E isso sem falar nos bares e restaurantes especializados na culinária típica alemã, como a Adega do Pimenta, em Santa Teresa, o Bar Brasil e o Bar Ernesto, na Lapa.

Até hoje, a comunidade alemã tem uma presença significativa em atividades sócio-político-culturais e econômicas no Rio de Janeiro. Fernandes (2014, sp) enfatizou nesse sentido:

[...] A Alemanha virou até samba, no carnaval de 2013, quando a Unidos da Tijuca homenageou o país no enredo Desceu Num Raio, É Trovoada! O Deus Thor Pedu Passagem pra Mostrar Nessa Viagem a Alemanha Encantada, que retratou a cultura e a contribuição alemã em diversos campos de conhecimento. O desfile marcou o lançamento informal do ano Alemanha + Brasil 2013-2014, que visa a promoção de negócios, apresentação de oportunidades e discussão de estratégias de cooperação entre os dois países.

Outro grupo importante de imigrantes no Rio de Janeiro durante esse período foram os franceses. Brault (2011) explicou que, além dos fatores econômicos que podem explicar a presença desses franceses no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, ele citou aspectos socioculturais e educacionais, entre outros:

[...] a missão cultural francesa de 1816 como um exemplo significativo da atração que a França exercia sobre a sociedade carioca. A rua do Ouvidor, com suas bancas de modas, livrarias e artesãos, refletia essa influência, atração que se fez sentir a partir da segunda década do século XIX e perdurou bem depois de 1870 (Brault, 2011, p.51).

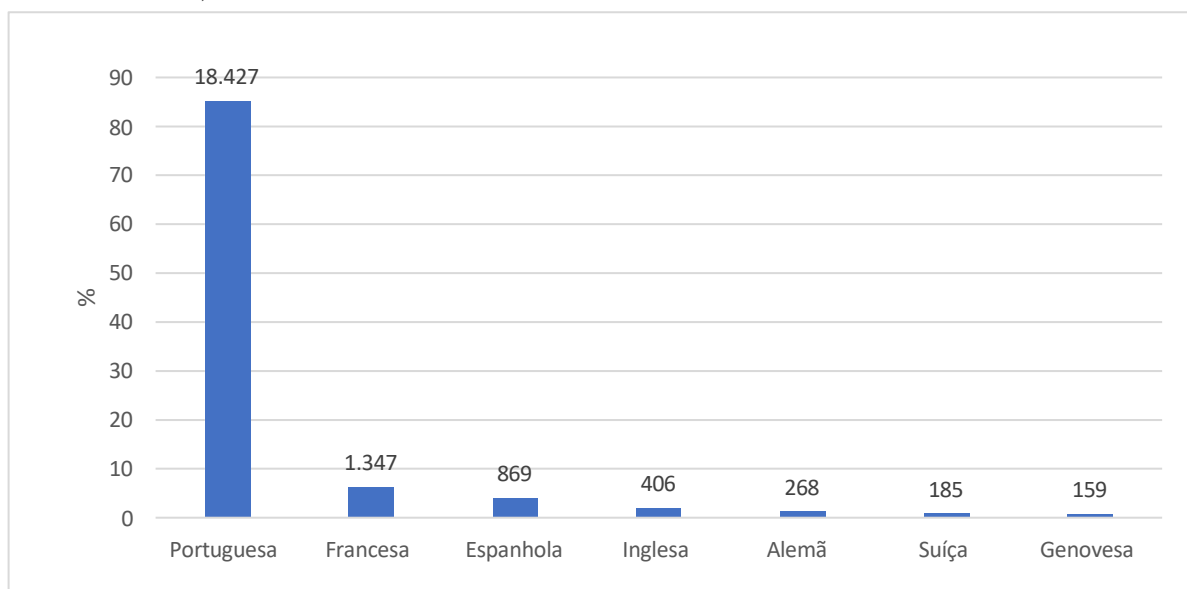
É importante ressaltar que não há muitos registros acadêmicos que tratem da vida desses imigrantes no Rio de Janeiro. No entanto, a pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro nos permitiu observar uma série de iniciativas para atrair os francófonos e francófilos para o estado, especialmente na capital. Por exemplo, podemos citar « Rio Accueil⁶¹ », uma associação sem fins lucrativos cujo principal objetivo é acolher e apoiar os francófonos e francófilos recém-chegados. Essa associação oferece uma ajuda inestimável às famílias francesas que se mudam para a cidade, graças à experiência adquirida por seus membros e a uma recepção personalizada, organizada por bairro. Por meio de suas atividades culturais e esportivas e visitas aos bairros, ela ajuda as pessoas a se adaptarem à cultura brasileira e oferece um ponto de encontro para trocas amigáveis. O Rio Accueil é membro da diretoria da Fédération Internationale des Accueils Français et Francophones d'Expatriés (FIAFE).

Além dos portugueses, alemães e franceses, já mencionados, outros grupos de imigrantes também desempenharam um papel importante no processo de povoamento do Rio de Janeiro durante esse período. Entre esses, destacam-se os espanhóis, ingleses, suíços, genebrinos e italianos, que figuram como algumas das principais comunidades de imigrantes a

⁶¹ Por mais informações sobre esse aspecto, veja o artigo intitulado “*Rio Accueil: Qui sommes-nous?*” disponível em: <https://www.rioaccueil.com.br/qui-sommes-nous/>. Acesso: 14 maio 2024

se estabelecerem na cidade. Esse fluxo migratório é claramente ilustrado no gráfico abaixo, que apresenta a composição dessas populações no contexto da imigração para o Rio de Janeiro.

Gráfico 6- Número de estrangeiros registrados no departamento de polícia do Rio de Janeiro. (abril 1831-maio 1842)



Fonte: Elaboração própria, na base dos dados do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 381, volumes 1-16. Apud. BARBOSA, 2003, p. 180.

Este gráfico mostra as 7 (sete) principais nacionalidades, como numericamente, as maiores no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX. A partir desse quadro, podemos concluir que a população imigrante do Rio de Janeiro era predominantemente europeia. Deve-se notar também que essa configuração racial da população imigrante no Rio de Janeiro durante esses períodos, foram quase a mesma no resto do país (OBMigra, 2020). Por exemplo, as estatísticas demográficas do censo, citadas por Fernandes (2014) revelam que cerca de 171.157 imigrantes alemães chegaram entre os anos 1900-1960. Cerca de 1.243.633 imigrantes italianos chegaram entre 1876-1920. O maior grupo oriundo desse país veio das áreas de Vêneto, Campânia, Calábria e Lombárdia, já o menor, da Ligúria e da Sardenha. Assim como a maior imigração japonesa ocorreu entre 1940 e 1950, com a maioria de cerca de 132 mil japoneses estabelecendo-se em São Paulo. O segundo maior grupo de japoneses estabeleceu-se no Paraná, e cerca de 1.000 japoneses estabeleceram-se no Rio de Janeiro (apud FERNANDES, 2014)⁶²

⁶² Por mais informações, veja o artigo escrito por *Intellectual Reserve*, intitulado “Emigração e Imigração do Rio de Janeiro”. Disponível em: https://www.familysearch.org/en/wiki/Rio_de_Janeiro_Emigration_and_Immigration. Acesso em: 14 maio 2024

No entanto, no início do século XXI, os perfis raciais e sociais dos imigrantes mudaram consideravelmente no país, particularmente no Rio de Janeiro. Dados do relatório do OBMigra (2020) revelaram uma presença significativa dos imigrantes sul-americanos, substituindo os europeus no país. Eles são em sua maioria peruanos, bolivianos, paraguaios, colombianos, argentinos, venezuelanos, haitianos, etc.

De modo geral, os novos grupos de imigrantes buscam melhores condições de vida e trabalho, concentrando-se em setores como comércio, construção civil e turismo, entre outros (OBMigra, 2020; OIM, 2022; Delfim, 2018). Já tendo caracterizado o Rio de Janeiro como um laboratório de desigualdade social e racial no Brasil, nesta seção seguinte analisamos o perfil dos imigrantes haitianos que, apesar das adversidades, optaram por permanecer no Rio. Mostramos quem são esses imigrantes haitianos, os setores econômicos em que atuam e os fatores que os levam a escolher o Rio de Janeiro em vez de outras regiões do país.

4.3 Foco especial sobre a comunidade haitiana no Rio de Janeiro entre 2010-2023

No início da última década (2010-2020), houve uma presença maciça de imigrantes haitianos no Rio de Janeiro. De fato, para entender melhor as causas da presença desses recém-chegados, é necessário situá-los no contexto geral do país no início do século XXI. Sobre esse assunto, Dacilien e Faleiros (2025), em seu texto intitulado “Migração Sul-Sul: uma análise contextual da migração haitiana para o Brasil”, apresentam duas hipóteses para explicar a presença dos haitianos no Brasil nesse período. Essas duas hipóteses estão resumidas abaixo:

[...] sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o Brasil se estabeleceu como uma superpotência na região ao se abrir para o mercado internacional. Em nossa opinião, a presença de soldados brasileiros no Haiti e o terremoto de 2010 são meros pretextos para justificar a presença de haitianos no Brasil, como uma visão simplista poderia dizer; na verdade, essa presença é explicada pela abertura do Brasil ao mercado internacional e sua imagem como uma superpotência na região durante a presidência de Lula. (Dacilien and Faleiros, 2025, p.01).

O ponto principal dessas duas hipóteses é que, sob a presidência de Lula, o Brasil se abriu para o mercado internacional. E é graças a essa abertura que foi escolhido para liderar uma força da ONU no Haiti em 2004 e, também foi escolhido para sediar uma série de eventos esportivos mundiais, como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). Para organizar todos esses grandes eventos, as autoridades brasileiras lançaram vastos projetos de construção de infraestrutura em todas as principais cidades do país, incluindo o Rio de Janeiro (Costa, 2015; Almeida, 2016; Dacilien e Faleiros,

2025). Esses grandes projetos de construção atraíram trabalhadores migrantes para essas grandes cidades, especialmente para o Rio de Janeiro, como aponta Costa (2018, p.43):

O planejamento das capitais engajadas nesses jogos incluiu, para a execução das obras desses espaços, a parceria com construtoras que, por sua vez, investiram na contratação de colaboradores. Como resultado, 30% dos haitianos que migraram para o Brasil foram absorvidos pela construção civil, segundo dados da Organização Internacional das Migrações. No Rio de Janeiro, a demanda da construção civil aumentou a oferta de emprego, exigindo qualificação em suas áreas, atraindo, por esse motivo, os imigrantes haitianos para os cursos de formação profissional, sobretudo construção em alvenaria, carpintaria de obras e pintura de imóveis, oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Todos os cursos voltados para a construção civil eram gratuitos, devido a uma.

Além das oportunidades de emprego que incentivaram os haitianos a migrar para o Rio de Janeiro na última década, é importante destacar o papel fundamental desempenhado por instituições como o "VIVARIO", que atua no Haiti desde 2004. Convidada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para auxiliar na implementação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), essa organização brasileira, com sede em Porto Príncipe, desenvolveu diversos projetos sociais voltados à redução da violência e à promoção de uma cultura de paz. Suas iniciativas, que incluíam ações nas áreas de educação, saúde, segurança comunitária e atividades esportivas e culturais, contribuíram significativamente para a diminuição dos conflitos locais e para o fortalecimento do tecido social. Esse trabalho criou uma conexão entre o Haiti e o Brasil, facilitando o fluxo de informações e a criação de redes de apoio entre a população haitiana e o Viva Rio.

Esses projetos incluem o "Projeto de Gerenciamento de Riscos Climáticos e Resiliência (PGRAC)", financiado pelo Banco Mundial; o "Projeto de Assistência Alimentar Emergencial", financiado pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA); "Apoio às empresas do projeto de água potável e saneamento de Porto Príncipe 3 (PAP3) e reabilitação de 59 quiosques de abastecimento de água potável", financiado pelo BID |DINEPA | OREPA; "*Kore Kilti*", financiado pela União Europeia, e "Redução da violência comunitária em Martissant e La Saline", financiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz⁶³. A figura abaixo dá uma ideia da variedade de atividades sociais e culturais realizadas no Haiti pela organização VIVARIO-HAITI e financiadas por organizações multinacionais durante o período da "missão de paz", de 2004 a 2017.

⁶³ Por mais informação sobre o conjunto dos projetos desta organização fez no Haiti durante o período da MINUSTAH, seu texto intitulado: " *nos projets en cours*", de VIVA RIO-HAITI, Disponível em: <https://www.vivariohaiti.org/>. Acesso: 18 maio 2024

Figura 7- Lançamento do projeto "Redução da violência comunitária em Martissant e La Saline", criado em parceria com o PNUD, o UNOPS e o UNFPA



Fonte: VIVA RIO-HAITI,

A partir desses trabalhos, o "VIVARIO", cujos membros são todos cariocas, montou sede em uma das regiões mais violentas do país e se tornou referência para os haitianos. Assim, depois da tragédia do terremoto de 2010, quando o Brasil convidou os haitianos que buscavam oportunidade de emprego para vir ao país, essa instituição implementou um projeto que se chama "o Haiti Aqui", que ajudou os haitianos a se adaptar no Rio de Janeiro. Sobre esse aspecto, Jean, nome fictício de sujeito 17 nesta pesquisa, um líder da comunidade haitiana no Rio, que trabalhou naquela instituição desde 2014, nos explicou a seguinte:

O "Haiti Aqui" foi criado em 2014 e seu trabalho começou após o terremoto que devastou o Haiti em 2010. Com a tragédia, há uma grande evasão de haitianos, muitos deles vindo para o Brasil e tendo necessidade de suporte. Então, o Viva Rio começa a atuar com o objetivo de fazer o haitiano se adaptar à cultura brasileira sem perder a sua identidade. (Jean, sujeito, 17 do trabalho).

Essa informação é confirmada na tese da antropóloga francesa Mélanie Montinard (2019), pesquisadora e ativista pró-imigrante no Rio de Janeiro, esposa de um líder da comunidade haitiana no Rio de Janeiro e mãe de três filhos, que vive no Rio há mais de 10 anos. Em sua tese realizada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social na UFRJ em 2019, intitulada "*Pran wout la: dinâmicas da mobilidade e das redes haitianas*", ela relata

seu envolvimento, e o de seu marido, na organização “VIVARIO” para acolher e facilitar a integração de imigrantes haitianos no Rio de Janeiro no início da última década:

Em 2014, Bob, meu marido, e eu nos lançamos na implementação de um novo projeto no Rio de Janeiro: o projeto Haiti Aqui ligado à organização social Viva Rio, cujo objetivo era promover a integração de migrantes haitianos junto à sociedade brasileira por meio de uma abordagem intercultural. Oficializamos, assim, as ações que já levávamos a cabo voluntariamente através das redes de associações e de igrejas, abrindo as portas para soluções reais graças a parcerias institucionalizadas, como, por exemplo, o fato de sermos membros do CEIPARM (Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes), entre outras. (Montinat, 2019. p.36-37).

Entrevistamos o marido de Melanie, que nesta pesquisa atende pelo nome fictício de Bobby, efetivamente, fundador da primeira organização de imigrantes haitianos no Rio de Janeiro. Quando lhe perguntei por que havia escolhido o Rio de Janeiro, ele respondeu o seguinte:

Eu já tive uma boa experiência de trabalho com brasileiros no Haiti, na VIVARIO. Após o terremoto no Haiti, tive uma fratura e precisei de assistência médica, e o Haiti não tinha na época, então um amigo brasileiro sugeriu o Brasil. No caso específico do Rio, um amigo brasileiro que trabalhava no Viva Rio, já me convidou várias vezes para vir passar o final do ano, no Rio de Janeiro, especialmente nas magníficas praias de Copacabana. Adorei o clima da cidade e pude expressar minha cultura, que, é claro, parece semelhante. Depois de tudo o que aconteceu ao meu país, decidi vir morar aqui com minha família. (Bobby, sujeito, 12).

Os depoimentos de Jean e Bobby confirmam que o Rio de Janeiro já estava no roteiro dos haitianos, mesmo antes da tragédia de 12 de janeiro de 2010. Não só esses dois líderes, mas quase todas as pessoas que entrevistamos como parte desta pesquisa revelaram que já tinham escutado algo sobre o Rio de Janeiro antes de vir para cá: as belas praias, os locais históricos, as oportunidades de trabalho e estudo, e assim por diante. Esse foi o caso do nosso primeiro entrevistado no Rio, cujo nome fictício é Will, um homem casado com uma brasileira, pai de uma filha, médico de profissão, morando no Rio de Janeiro desde 2009, que disse o seguinte quando lhe perguntei por que havia escolhido o Rio:

[...] eu já tinha uma ideia da cidade do Rio antes da minha viagem. A cidade é famosa internacionalmente. Em todos os canais de TV e sites internacionais, as praias do Rio de Janeiro e o status do Cristo Redentor são notícia todos os dias. Escolhi estudar nessa cidade porque é a mais famosa do país, mas eu poderia ter escolhido qualquer outra parte do país. (Will, sujeito 1).

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de SISMICA, 2021⁶⁵

Essa imagem revela que o Rio de Janeiro não se configura como um espaço fácil ou acolhedor para os imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil. Ela ilustra que a grande maioria desses imigrantes escolheu se estabelecer em outras regiões do país, como São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, onde as condições de trabalho e integração social são percebidas como mais favoráveis. Essas regiões se destacam pela oferta de oportunidades econômicas mais amplas e, em alguns casos, por políticas públicas mais eficazes voltadas à inserção de imigrantes no mercado de trabalho e na sociedade. A decisão de evitar o Rio de Janeiro reflete tanto os desafios estruturais da cidade – marcada por profundas desigualdades sociais, econômicas e raciais – quanto a busca dos haitianos por locais onde as chances de prosperidade e segurança pareçam maiores. Assim, embora o Rio tenha sido um ponto de entrada importante, ele não se consolidou como o principal destino dessa população, que, diante das adversidades encontradas, optou por outras partes do Brasil com melhores perspectivas de futuro.

No entanto, embora não tenhamos dados exatos sobre o número desses imigrantes no Rio de Janeiro no início de sua chegada em 2010, nossas observações em campo na cidade, e diálogos com nossos entrevistados mostram que havia um grande número desses haitianos durante a primeira metade da última década de (2010-2016). Por exemplo, nosso entrevistado 08, homem casado e pai de quatro filhos, que morou no Rio há cerca de dez anos e, pastor de uma igreja protestante na capital do estado, disse o seguinte sobre o assunto:

A vida era boa para nós, imigrantes haitianos, aqui no Rio de Janeiro. Havia uma forte comunidade haitiana aqui quando chegamos, havia trabalho. Nossa igreja estava cheia de gente. Hoje ela está vazia. Muitos desses haitianos que estavam aqui no Rio, deixaram o país depois que o PT foi retirado ao poder. Eles foram para os Estados Unidos e/ou outros para outras partes do país, como São Paulo, Santa Catarina, etc. A vida no Rio está se tornando cada vez mais difícil para nós haitianos aqui. Para viver no Rio, *fok ou gen fyèl wi*, mano (Ray, sujeito, 8).

É interessante notar na declaração do pastor que sua igreja estava cheia de fieis até 2016 e que hoje diminuiu consideravelmente. Isso pode ser interpretado como uma espécie de fuga de haitianos para o Rio de Janeiro a partir da segunda metade da última década. O mesmo se aplica a *Fleure*, o nome fictício do sujeito 18 deste

estudo, mulher de 35 anos formada em

⁶⁵ Elaboração própria a partir dos dados do Governado do Brasil, Ministério da Justiça-SISMIGRA. Disponível em: <https://portaldeimigração.mj.gov/br/pt/dados.migrodos/1733-obmigra/dados/migrodados/401205-sismigra>. Acesso em 20 de junho 2021

economia pela uma universidade pública no Rio de Janeiro, casada com um haitiano e morando no Rio desde 2010. Quando lhe perguntou por que escolheu o Rio e não outras partes do país, ela respondeu o seguinte:

Eu já tinha uma ideia do Brasil, e do Rio de Janeiro em particular, na escola, nas aulas de geografia. Naquela época, o Brasil também fazia parte da MINUSTAH e eu tinha amigos que trabalhavam para a força da ONU no Haiti. Eu também tinha amigos que trabalhavam para o Viva Rio no Haiti. Sim, posso dizer que eu já tinha uma ideia do Rio de Janeiro antes mesmo de vir. (Fleure, sujeito, 18).

Continuamos nossa conversa com *Fleure* fazendo-lhe a seguinte pergunta: como você fez parte da primeira leva de haitianos a chegar ao Rio de Janeiro, pode nos dizer se havia uma grande comunidade haitiana aqui? E, em caso afirmativo, pode nos dizer por que acha que esses haitianos deixaram o Rio de Janeiro? Ela respondeu da seguinte forma:

[...] de 2010 a 2016, o Rio foi uma das áreas metropolitanas com capacidade de atrair e absorver um grande número de imigrantes haitianos. Isso porque, durante esse período, havia grandes empresas e atividades esportivas (Copa do Mundo, Copa de Confederação e Jogos Olímpicos) que ofereciam oportunidades de emprego aos imigrantes. Infelizmente, após 2016, o Rio passou por uma crise com a questão da corrupção, Petrobras e outros, a retirada da presidente do PT do poder, a chegada de Michel Temer e Bolsonaro, o que levou ao fechamento de quase todas essas empresas. Como resultado, os imigrantes haitianos estão sendo forçados a sair para outras partes do país (porque há mais oportunidades lá). Acho que foi puramente por razões econômicas que eles saíram do Rio, não acho que tenha algo a ver com racismo estrutural (Fleure, Sujeito, 18).

Essa informação é confirmada por Montinard (2019), onde ela explicou que, de fato, um grande número de imigrantes haitianos estava vivendo no Rio de Janeiro durante a primeira metade da última década. Esses imigrantes pegaram a estrada (*yo pran rout la*) via Colômbia, passando pelo México para chegar aos Estados Unidos da América ou ao Canadá, revelou Montinard (2019). Em seguida, a autora descreveu uma série de eventos que levaram ao êxodo em massa desses haitianos no Brasil, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, para outros lugares. Ela citou a saída forçada da Presidente Dilma do poder por meio de impeachment pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em substituição a Michel Temer.

O início dessa crise resultou, segundo Vasquez (2016), em várias reformas iniciadas pelo governo Temer, o qual foi considerado um governo de retrocesso dos direitos sociais. Ao congelar os gastos públicos, a PEC 241 (EC 95/2016) desestrutura o financiamento da política social brasileira ao eliminar a vinculação de receitas destinadas à educação e ao orçamento da seguridade social, que compreende as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social, além de medidas de incentivo às reformas trabalhistas:

As perdas totais de recursos federais para as áreas sociais são bastante expressivas, com a aplicação da PEC 241. Na simulação referente ao período 2003 a 2015, as perdas de recursos para as áreas sociais com o Plano Temer/ Meirelles seriam, em valores reais de dezembro de 2015, da ordem de:

- R\$ 437,7 bilhões na Assistência Social, o que significa uma redução de 68,5% do gasto federal aplicado nesta área;
- R\$ 453,9 bilhões em Educação e Cultura, implicando em uma queda de 39% nos recursos federais;
- R\$ 253,4 bilhões na Saúde, correspondente à perda de 26,5%;
- R\$1,7 trilhão na Previdência, ou seja, uma perda de 32,6% dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários do setor privado e público federal.
- Ao todo, a PEC 241 teria retirado R\$3,2 trilhões de recursos federais aplicados na política social. Caso ela estivesse em vigor desde 2003, o GSF seria 37% menor que os recursos destinados à política social nos governos Lula e Dilma. (Vasquez, 2016, p. 1).

Esses dados mostram uma redução significativa dos gastos sociais, o que impacta diretamente em diversos aspectos da sobrevivência da população como um todo, e principalmente, na presença dos imigrantes haitianos no Brasil, especialmente, ao Rio de Janeiro, como na busca de encontrar melhores condições de vida e serviram como elementos provocativos de saída de uma região para outras, até mesmo para outros países como Chile, México e EUA. Na análise das entrevistas com líderes da comunidade haitiana no Rio de Janeiro, percebe-se que todos (a) s líderes tinham consciência sobre os impactos negativos dessa crise. Citamos apenas os relatos dos líderes 2 e 6 da pesquisa:

No início tudo foi de boa quando eu cheguei aqui no Rio, teve muitos empregos, hoje é muito difícil, parece que pouco a pouco as portas abertas para os haitianos estão fechadas com a chegada Temer e Bolsonaro no poder, porém, tenho fé que as coisas vão voltar bem com a chegada do Lula (Chey; Sujeito 6).

Hoje, o Rio está em crise de emprego geral que afeta todo mundo, brasileiro e estrangeiro. A diferença é que para nós como imigrante haitiano sofre mais porque nossa presença aqui é ligada ao trabalho. O nativo pode ter outro suporte, mas nós imigrantes não porque somos fora de nosso país. Trabalhar para nós, é uma obrigação, e às vezes a gente faz qualquer trabalho apenas para sobreviver. Porém, com a chegada do Lula, tudo vai voltar bem (Astride; Sujeito 2).

Um ponto importante a ser observado na declaração feita por Astride, a mulher trançista e cabeleireira, mãe solteira que vive no Rio há mais de 10 anos, de que “a vida dos imigrantes haitianos no Brasil está ligada ao trabalho, mas no Rio não há mais trabalho, então os imigrantes estão indo embora”. Essa declaração confirma, nessa parte do trabalho, as teorias funcionalistas, herdeiras de uma visão da migração que remonta ao século XIX. Para esses teóricos, os fluxos migratórios são determinados por fatores de atração e repulsão (PICHÉ, 2013). Ao analisar a configuração Espacial da comunidade haitiana em território brasileiro, suas mobilidades

nacionais e transnacionais⁶⁶, poder-se-ia dar razão à abordagem funcionalista da migração que considera o "ser migrante" como um ser racional (*homo economicus*) que antes de sua partida, fixou seu itinerário (Piché, 2013; Piguet, 2013).

Assim, o (a) imigrante haitiano (a), em sua racionalidade, entendeu claramente que o Rio de Janeiro, como apontamos acima, é um laboratório de produção de desigualdades sociais e raciais e, por isso, evitou construir uma grande aglomeração haitiana no Rio. Entretanto, durante nossa estadia na cidade do Rio de Janeiro, pudemos observar um grupo haitiano muito dinâmico na cidade. Eles são claramente identificáveis nos movimentos sociais pró-imigrantes. É por isso que, na seção seguinte, queremos entender as razões e os perfis desses haitianos que, apesar de tudo, optaram por viver sua vida no Rio de Janeiro.

4.4 *Malgre tou, Riyo se kè m (apesar de tudo, Rio é meu coração): quem são esses imigrantes haitianos que, apesar de tudo, são apaixonados pelo Rio de Janeiro?*

Até o momento, não há estudos acadêmicos e científicos que expliquem os motivos e os perfis dos imigrantes haitianos que, apesar de tudo, decidem ficar no Rio de Janeiro. De fato, embora as estatísticas mostram que essa região não é, ou deixou de ser, o lugar mais atraente do país para os imigrantes haitianos. No entanto, nossa presença no Rio desde março de 2021 nos permitiu observar uma comunidade haitiana muito ativa, que luta diariamente para garantir sua sobrevivência. Assim, nesta parte do trabalho, queremos mostrar quem são eles e por que escolheram, apesar de tudo, ficar no Rio de Janeiro, destacando uma série de desafios que tiveram que superar diariamente para sobreviver.

Nossa observação em várias atividades organizadas por e para esses imigrantes haitianos no Rio e a análise de conteúdo das entrevistas realizadas com 19 líderes haitianos na cidade do Rio de Janeiro, capital do estado, entre março de 2021 e setembro de 2023 e um (1) grupo focal com membros de uma organização haitiana no Rio, nos permitiram resumir os perfis desses imigrantes em três categorias.

Em primeiro lugar, temos os estudantes. Muitos deles são estudantes do PEC-G (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação) e de outros programas de estudo oferecidos pelo Estado brasileiro a países da América Latina e/ou da África, que estão no Rio de Janeiro para estudar em universidades públicas. Por exemplo, de 19 entrevistados (a) s deste estudo, 10 (53%) declaram ser estudantes ou ex-estudantes que haviam se beneficiado de programas de

⁶⁶ Os imigrantes haitianos estão sempre em movimento, seja no Brasil ou em outro lugar. Alguns deles viajaram da Amazônia para o Rio, do Rio para São Paulo, de São Paulo para Chile, de Chile para o México e do México para os Estados Unidos ou Canadá (Montinard, 2019, Handerson, 2017, Dacilien, 2020).

intercâmbio educacional do governo federal. A esse respeito, os resultados da recente pesquisa do MIDEQ (2023) sobre a imigração haitiana para o Brasil mostraram quase a mesma coisa. Dos 342 haitianos entrevistados no Rio de Janeiro, os resultados mostram um número considerável de estudantes de graduação e pós-graduação, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 16- Nível de escolaridade de imigrantes haitianos (as) no Rio de Janeiro em 2022

Escolaridade	Fem	Masc	Total
Sem educação formal	1,63%	2,34%	2,08%
Ensino fundamental incompleto	9,57%	9,28%	9,39%
Ensino fundamental completo	5,81%	7,09%	6,62%
Ensino médio completo	30,66%	33,49%	32,45%
Ensino médio incompleto	26,36%	21,90%	23,54%
Algum curso técnico incompleto	0,72%	0,75%	0,74%
Algum curso técnico completo	1,18%	0,79%	0,93%
Curso de graduação incompleto	11,30%	11,38%	11,35%
Graduação completa	10,86%	12,01%	11,59%
Pós-graduação incompleta	0,94%	0,47%	0,64%
Pós-graduação completa	0,97%	0,50%	0,67%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MIDEQ, 2023.

Os resultados desse quadro mostram efetivamente uma comunidade de estudantes ou ex-estudantes haitianos que vivem atualmente no Rio de Janeiro. Entre os que acabaram de concluir sua graduação ou estão prestes a fazê-la e os que estão cursando pós-graduação ou acabaram de concluí-la, os resultados do trabalho do MIDEQ mostram que mais de 48% dos entrevistados.

Depois da categoria de estudantes, há aqueles que já se estabeleceram no Rio, que já têm uma atividade econômica, seja formal ou informal. Por exemplo, das 19 pessoas entrevistadas como parte deste estudo, 7 (38,88%) disseram que estavam no Rio há mais de 8 anos e tinham uma atividade econômica na cidade. Deve-se observar que essas porcentagens

incluem alguns ex-estudantes, ativistas e outros que fizeram parte das primeiras levadas de haitianos que chegaram ao Rio na última década.

E finalmente, aqueles que estão acompanhando alguém, pode ser o marido, a esposa, pai, mãe, filhos, filhas, ou a família. Sobre esse aspecto, *Fleure* relatou o seguinte:

[...] acho que nesse grupo que fica no Rio, você vai encontrar estudantes, ou pessoas que já têm uma carreira profissional formal ou informal aqui, mas você não vai encontrar um haitiano que acabou de chegar ao Brasil para trabalhar e que decide ficar no Rio atualmente. Da mesma forma, você nunca vai encontrar um haitiano de outra parte do país que decide vir morar aqui no Rio. Todos os haitianos já sabem que o Rio não está mais aberto para receber imigrantes haitianos, não há mais empregos para eles. (Fleure, Sujeito 18).

A clareza dos comentários da entrevistada é notável. Essa jovem haitiana, que mora no Rio há mais de dez anos e trabalha com a comunidade haitiana em vários projetos, enfatiza sem hesitar que “todos os haitianos já sabem que o Rio de Janeiro não está mais aberto para receber imigrantes haitianos”, pois, de acordo com ela, não há mais trabalho para eles. Veja bem, a jovem economista haitiana não disse que todos os haitianos já sabem que não há empregos no Rio de Janeiro, mas sim que todos os haitianos sabem que não há empregos para eles no Rio de Janeiro. Isso dá a impressão de que, na mente dessa economista haitiana, há empregos no Rio, mas não para os haitianos. como explicou nosso entrevistado 05:

Para mim, o Rio é o melhor lugar do Brasil para trabalhar como guia turístico. É a capital cultural do país. Economicamente, vivo muito bem aqui, ganhando dinheiro para cuidar da minha família no setor de turismo. Entretanto, se eu tivesse que trabalhar para empresas públicas ou privadas aqui, ou se tivesse que levar em conta as ações brutais da polícia ou as palavras rudes das pessoas daqui eu já estaria indo embora, como muitos dos meus colegas haitianos (Chegue, sujeito 5).

O sujeito 05 (Chegue) é muito mais claro nesse ponto do que o sujeito 18 (Fleure). Segundo ele, mora no Rio há mais de uma década, simplesmente porque trabalha no setor de turismo. Ele explica que esse setor exige a habilidade de falar vários idiomas, como francês, inglês, espanhol e outros, porque geralmente trabalham com estrangeiros (turistas) que, na grande maioria dos casos, não falam português do Brasil. Por essa razão, "sejam gerentes de hotéis ou administradores de locais históricos no Rio, eles têm a obrigação de cooperar com pessoas como eu, que falam vários idiomas", diz ele. Veja o quadro (17) abaixo, que apresenta uma série de razões pelas quais os imigrantes haitianos podem decidir, apesar de tudo, ficar e viver suas vidas no Rio de Janeiro, de acordo com os depoimentos de líderes comunitários haitianos entrevistados para este trabalho.

Quadro 17- Resumo não exaustivo dos motivos pelos quais um haitiano pode decidir ficar no Rio de Janeiro, de acordo com as respostas dos entrevistados

Entrevistados	Respostas em comum de cada um dos sujeitos entrevistados
Will, sujeito 1	Universidade, carnaval, praias,
Mania, sujeito 2	Aqui tem negros, praia, cultura de receptividade parecida com o Haiti
José, sujeito 7	Atividades artesanais, praias, povo acolhedor
Ray, sujeito 8	Povo acolhedor, atividade de negócio, praia, povo negro
Jewova, Suj.14,	Praias maravilhas, cultura parecida ao meu país, gente boa
Boby, sujeito 12	Praias lindas, carnaval e tem muita gente que fala outros idiomas
Jean, sujeito 17	Diversidade cultural, natureza linda, pessoas de cor igual a mim
Pipo, sujeito 10	Facilidade de trabalhar com pessoas que falam vários idiomas
Astrid,sujeito 6	Temperatura parecida, carnaval, praias lindas e povo feliz
Lulu, sujeito 11	Parece um pouco com a minha cidade, cultura e diversidade
Niki, sujeito 15	Praia, lugares turísticos, universidades
Outros	Praias, aqui tem negros, possibilidade de emprego, carnaval etc.

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

Os dados estatísticos, seja do OBMigra (2020), da OIM (2023) ou de outros estudos produzidos sobre os motivos da migração haitiana para o Brasil na última década, mostraram quase todos desses haitianos escolheram o Brasil por motivos econômicos (em busca de trabalho). No entanto, neste estudo, realizado exclusivamente com a comunidade haitiana no Rio de Janeiro, o aspecto econômico parece ser quase insignificante como razão para esses imigrantes permanecerem no Rio de Janeiro.

Quando perguntamos a eles por que escolheram o Rio de Janeiro ao invés de outra região do país, eles responderam que foi por causa das semelhanças entre a configuração espacial e racial do Rio de Janeiro e a do Haiti, os mesmos aspectos culturais e térmicos, como o carnaval carioca, as atrações turísticas e as praias, que são muito parecidas com as do Caribe. Dessa

forma, pudemos observar a paixão de cada um dos entrevistados pelas praias e pela oportunidade de praticar os idiomas que falam, como o francês, o espanhol e o inglês, já que essa é uma região turística. Como expressou nosso entrevistado 11, que atende pelo nome fictício de "Lulu", homem casado com uma haitiana e mora aqui desde os 13 anos:

Rio se kêm baz (o rio é meu coração mano). Posso visitar todas as regiões do Brasil, passar uma semana, um mês ou mais. Mas nunca ficar e viver lá para sempre. Apesar da violência policial e dos atos racistas diários no Rio, eu nunca vou embora. Adoro o sol, as praias, o carnaval no Rio. *Se la m ap rete* (é aqui vou ficar mano) (Lulu, sujeito, 11).

De fato, as explicações fornecidas por nossos entrevistados neste estudo rejeitam parcialmente a abordagem funcionalista clássica da migração, que sugere que a economia é o principal motivo da migração (Piché, 2013). Essa abordagem não leva em conta o contexto sócio-histórico, cultural e político em que esse fenômeno ocorre, o que é essencial para entendermos melhor os fatores que explicam a migração nacional e internacional. A esse respeito, Stéphanie Garneau (2022) descreveu corretamente essa visão simplista da migração como uma armadilha, pois ela não se baseia em um pressuposto economicista da migração. Em seu artigo intitulado "*Migration et classification sociale: une enquête auprès des migrants marocains au Québec*", ela afirmou que:

Assumir desde o início que a migração é motivada pela necessidade econômica implica, em primeiro lugar, uma compreensão parcial e fixista da migração. Parcial, porque tende a ignorar os contextos em que o projeto de emigração nasceu. Apesar da influência do trabalho de Sayad a partir da década de 1970, pouco se leva em conta toda a trajetória dos migrantes, em particular os contextos e processos que os levaram até onde estão hoje, as idas e vindas e os retornos, cujas razões devem ser buscadas muito antes da fase de migração: origens sociais e geográficas, a atitude do grupo social de origem em relação à migração e os diferentes nomes dados ao seu sistema de migração, a gênese das instituições que podem ter dado origem às aspirações de migrar etc. Mesmo quando as trajetórias de migração são analisadas sociologicamente, geralmente o são do ponto de vista da sociedade anfitriã (Garneau, 2022, p. 228) (tradução do francês para o português por autor).

Pouquíssimos entrevistados citaram o fator econômico como o principal motivo de sua decisão de permanecer no Rio de Janeiro. A grande maioria deles, citaram motivos ligados à questão da educação, da cultura apreciada entre o Haiti e o Rio, tais como: "aqui tem negros, praias, uma cultura de receptividade semelhante à do Haiti, a universidade, a facilidade de trabalhar com pessoas que falam vários idiomas, etc." Assim, observamos que esses haitianos que decidem ficar no Rio, são geralmente profissionais, estudantes, artesãos, ativistas pró-imigrantes, guias turísticos, pessoas que trabalham no setor informal, etc. Eles são visíveis nas

praias e ruas da cidade do Rio de Janeiro, onde vendem seus produtos. Conforme o quadro (18) seguinte.

Quadro 18- Quadro 18- Resumo não exaustivo sobre os perfis e atividades dos imigrantes haitianos no Rio de Janeiro, de acordo das respostas de entrevistados (a)s

Perfis	Áreas de atividade no Rio	Locais de atividades
Profissional	Saúde, economia, etc.	Geralmente nas empresas privadas e ONGs,
Estudante	Quase todas as áreas	Geralmente nas universidades públicas
Artesão	Fabricar/ comprar e vender os produtos artesanais	Nas praias e ruas,
Ativista	Responsável por organizações pro-imigrantes...	Nas organizações pró- imigrantes
Guia turística	Levar as pessoas visitar os lugares	Sites turísticos, praias, etc.
Trancista	Trançar os cabelos	Nas praias, No salão de beleza, ou domicílio
Outros	Trabalhadores informais,	Vendedores na rua, praias, etc.

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

Embora sejam muito dinâmicos no Rio de Janeiro, como estudantes, profissionais, comerciantes, ativistas ou outros, esses corajosos imigrantes sempre foram subestimados na sociedade carioca. Eles são vistos como pessoas pobres e negras que vêm do país mais pobre da região da região latino-americana. De fato, a pesquisa de Flannery (2018) mostrou que desde sua chegada ao Brasil, no início da década passada, a mídia tem apresentado esses imigrantes haitianos como um grupo social homogêneo, percebido como um problema para sociedade brasileira.

Flannery (2018) abordou esse aspecto em seu texto intitulado: "Discurso discriminatório contra imigrantes haitianos no Brasil em um fórum de notícias on-line". Nesse trabalho, a autora apresenta uma análise discursiva de comentários em um fórum on-line no site de um jornal brasileiro, emitidos em reação a um artigo sobre a presença de imigrantes haitianos no Brasil. A análise enfoca a construção discursiva do preconceito e da xenofobia, com ênfase especial no uso de referências e suposições para construir identidades de imigrantes. O uso desses recursos e estratégias linguísticas, por sua vez, apoia o argumento dos autores de que a presença de imigrantes haitianos no Brasil é um fardo para o governo e

que eles devem ser deportados (Flannery, 2018).

Para entender melhor a base dessas narrativas construídas sobre os imigrantes haitianos no Rio, a leitura do trabalho do linguista holandês Teun A. Van Dijk (1984), intitulado "*Prejudice in Discourse: An Analysis of Ethnic Prejudice In Cognition And Conversation*", é essencial. Nesse texto, o autor analisa expressões discursivas de preconceito e intolerância contra imigrantes, que, segundo ele, fazem parte de um esquema sociocognitivo de interpretação das atitudes de um grupo por outro. De acordo com van Dijk, as ações de um grupo ao qual o preconceito é dirigido são avaliadas em contraste com opiniões geradas a partir de esquemas previamente estabelecidos. Isso significa que, independentemente do que um indivíduo faça, suas ações serão sempre vistas em função do que se espera que ele faça, ou seja, em relação a expectativas pré-existentes. É válido lembrar que no caso brasileiro, como já mencionamos, a estrutura da sociedade detém diversas manifestações racistas, e por isso, também, a imagem do negro seja imigrante ou não já é carregada de "expectativas" negativas, que nesse caso se intensificam com as outras determinações: ser imigrante, país oriundo e etc.

Van Dijk (1984) também observa que as expressões racistas e xenofóbicas são, por vezes, atenuadas por aqueles que as emitem. Isso se dá uma vez que as opiniões racistas e xenofóbicas têm o potencial de ferir a face positiva (Brown e Levinson 1987) daqueles que as emitem. Este pensamento aparece também no estudo de Del-Teso-Craviotto (2009, apud Flannery, 2018), ao analisar o discurso xeno-racista em um fórum online sobre imigrantes argentinos na Espanha. O estudo de DelTeso-Craviotto contempla as expressões xeno-racistas dos que são contra a presença imigrante por razões socioeconômicas e que justificam suas posições pela situação de pobreza e carência e não pela origem dos imigrantes (apud Flannery, 2018).

No caso da Europa, Flannery (2018) explicou que esse tipo de racismo é atualizado nas relações de desigualdade entre os países europeus e os latino-americanos, africanos e, mais recentemente, do Oriente Médio. A autora analisa as identificações de grupos, as descrições dos atores sociais e as instâncias com marcas discursivas do xeno-racismo. Tal como confirmado pelo estudo de van Dijk, no estudo de Del-Teso-Craviotto os autores de tais opiniões tentam também atenuar a impressão de que suas opiniões e declarações são motivadas por preconceito. Para Schiffrin (2006) citado por Flannery (2018), o ato de referenciar pessoas, lugares ou coisas, "não apenas captura o nosso sentido do que aquela coisa é", mas também permite aos interlocutores reconhecerem aquilo do que se fala, de acordo com a perspectiva imposta na locução.

Estas expressões referenciais auxiliam também a posicionar emissor e referente, ou os atores sociais, exibindo os modos como nos relacionamos com as entidades referidas. Isso corrobora a instância sócio construtiva de van Dijk (1984), de acordo com o qual, o preconceito e o racismo são expressões radicadas em visões esquemáticas de um grupo. Reisigl e Wodak (2001) elaboram uma topologia de referências discriminatórias empregadas em relação a judeus e imigrantes na Europa. Os autores revisam o modelo de Van Leuween, descrevendo categorias referenciais em termos de atividades sociais (Reisigl e Wodak 2001), o que permite a identificação de um amplo número de modos de classificar o outro genericamente. Estas estratégias e maneiras de referir auxiliam na construção do contraste “nós versus eles”, típico de construções discriminatórias que marcam um grupo como incluído e outro como excluído, e que também figuram no discurso discriminatório dirigido a imigrantes haitianos no Brasil, tal como observado na declaração de *Sonson*, nome fictício de um jovem haitiano, estudante numa universidade pública do Rio de Janeiro, sujeito 09, entrevistado nesta pesquisa:

[...] ei, mano, mesmo na universidade, percebi que quando um colega esclarece algo na aula, ele não está fazendo isso porque quer nos ajudar. Ele está fazendo isso apenas para nos rebaixar. Então, na mente de meus colegas, eles nos veem como sub-humanos, como se tivéssemos um QI mais baixo do que o normal. É triste dizer isso, mas é um fato (Sonson, sujeito, 9).

Flannery (2018), em seu trabalho sobre esse aspecto, analisou a forma como os imigrantes haitianos são mencionados em discussões geradas em fóruns, revelando as posições que os autores-comentaristas assumem em relação a esses recém-chegados ao país no início da última década. Vejamos o exemplo de uma sequência de comentários em que o autor constroi a identidade dos haitianos por meio de uma série de descrições. O autor começa com a pergunta se o Brasil "realmente quer salvar o Haiti por conta própria". De acordo com a análise de Flannery (2018), a ausência de comentários introdutórios às afirmações dá a impressão de que elas representam uma verdade inegável, um fato. Assim, a sequência de "fatos" acrescentados por esse leitor apresenta apenas características negativas, atribuídas aos haitianos como um coletivo, como um povo que só traz problemas para o país:

(5) AB 08/01/12—19:27

Em tempos de crise mundial, o Brasil quer mesmo ser o único país a salvar o Haiti?

AB 08/01/12—19:24

O desmatamento do Haiti corresponde a 98% do território.

AB 08/01/12—19:23

Cada Mulher Haitiana tem em média 5 filhos.

AB 08/01/12—19:22

Metade dos Haitianos são analfabetos.

AB 08/01/12—19:21

Haitianos têm Tuberculose 10 vezes mais que no resto da América Latina.

AB 08/01/12—19:20

50% dos Haitianos que morrem no Haiti... morrem de AIDS (apud FLANNERY, 2018, p.388).

Em resposta à sua própria pergunta, AB (nome fictício escolhido pelo Flannery, 2018) começou listando as supostas características dos haitianos que sugerem uma rejeição da iniciativa de “salvar o Haiti”. De acordo com o leitor, os haitianos são responsáveis pela dizimação de suas florestas, têm muitas crianças, são analfabetos e doentes (têm “10 vezes mais” tuberculose do que outros países latino-americanos), “50% da população está morrendo de AIDS” e, como resultado, representam apenas uma influência negativa e um problema para o Brasil. Essa construção das características do grupo imigrante por meio de seus traços negativos ou estereotipados, veiculada por meio da problematização social e da patologização, por exemplo, marca a posição xenófoba, em que a oposição ao grupo imigrante é construída com base no medo de sua presença. Como podemos ver na declaração feita por Pierre, o nome fictício do sujeito 03 da pesquisa, um homem de 30 anos, estudante de arquitetura em uma universidade pública no Rio de Janeiro:

[...] na universidade, quando digo que sou haitiano, as pessoas se afastam de mim e não querem fazer trabalhos em grupo comigo. É por isso que muitos haitianos escondem sua nacionalidade algumas vezes. Alguns de meus colegas chegam ao ponto de dizer que viemos para cá para tomar as vagas deles na universidade e no mercado de trabalho. Meu irmão, isso nos afeta muito. (Pierre, sujeito,03).

O depoimento do jovem estudante haitiano, que vive no Rio de Janeiro há quase de uma década, confirmou mais uma vez que no Rio de Janeiro, assim como em muitas outras partes do país, grande parte do debate sobre a imigração haitiana reflete a suposição equivocada de que aceitar esses migrantes é um ato de generosidade por parte das autoridades brasileiras e só traz problemas para o país.

Para entender melhor essa percepção sobre a imigração haitiana, especificamente no Rio de Janeiro, entrevistamos Felipe Moulin, arquiteto e urbanista de profissão e coordenador executivo da UNI periferias, que trabalhou no projeto MIDEQ, especialmente no corredor migratório Haiti-Brasil, entre março de 2021 até março de 2024. Ele explicou que, em setembro de 2023, a equipe da UNI periferias, juntamente com o “*People's Palace Project (PPP)*”⁶⁷,

⁶⁷ *People's Palace Project (PPP)*, é um centro de pesquisa artística baseado no Departamento de Drama da Queen Mary University of London. Reunimos uma gama diversificada de artistas, ativistas, acadêmicos e públicos para se envolverem com questões de justiça social através do poder das artes no Reino Unido, no Brasil e em outros lugares. Por mais informações, acesse o link: <https://peoplespalaceprojects.org.uk/en/projects/>. Acesso 15 abril 2024.

organizou um grande seminário no Rio de Janeiro, onde todos (a)s (a)s pesquisadores do projeto do MIDEQ se reuniram para discutir os resultados da pesquisa iniciada em 2019. “Levamos os estrangeiros para conhecer a 'Pequena África', local que abrigou o maior número de pessoas escravizadas no mundo”, explica Felipe. “Para facilitar a comunicação”, continua nosso entrevistado, “dividimos os participantes em dois grupos, um formado por falantes de francês e outro por falantes de inglês”. O coordenador da UNI periferias relatou um fato que chama atenção, nas seguintes frases:

[...] embora o Rio de Janeiro seja uma cidade onde a população negra é numerosa, nosso grupo de língua francesa, formado por pesquisadores africanos e haitianos, chamou a atenção de alguns brasileiros, que perguntaram quem eram essas pessoas e de onde vinham, em tom amigável, dizendo: "Isso é bom? (Havia apenas Daniel e eu, que éramos brancos, em um grupo de 16 pessoas. Então, uma mulher que vendia bombas, parecendo uma pessoa de rua porque estava usando roupas velhas e sujas, veio até mim e disse: 'Olá, senhor, pode me comprar um doce para me ajudar?' Eu não tinha dinheiro, então lhe agradei e lhe desejei sorte. Ela se virou para o grupo, que consistia apenas de pesquisadores africanos e haitianos, e ficou surpresa. Eu lhe disse em tom de dúvida: "Senhora, essas pessoas nem sequer falam nosso idioma e não têm nossa moeda. Então, infelizmente, eles não poderão comprar". Ela me perguntou: "Eles são haitianos? Fiquei muito surpreso, então lhe disse que havia apenas três haitianos e os mostrei a ela (Richemond, Charlot e Desrosiers, três pesquisadores haitianos do projeto mideq). Ela me disse: "Pobres pessoas, não são? Um povo que precisa de nossa ajuda, então, por favor, ajude-os, senhor! (Felipe Moulin, responsável da UNIperiferias no Rio de Janeiro).

Olhemos mais de perto a declaração dessa senhora. Ela não fez exceções ao falar da comunidade haitiana no Rio de Janeiro, o que significa que, na sua imaginação, esses imigrantes haitianos formam um grupo social homogêneo. Porque, segundo ela, todos esses imigrantes estão em uma situação social vulnerável, portanto, precisam de ajuda aqui para sobreviver. Sejam eles estudantes, profissionais, ativistas ou outros, "são pobres, negros e, portanto, precisam da ajuda de todos aqui no Brasil", sugere. O arquiteto Felipe Moulin comentou sobre essa percepção:

Meu comentário: aqui no Rio, não há referência comum, nenhuma referência, para o Haiti, além do terremoto e da miséria. Além da recessão e da revolução haitiana, que é um assunto pouco conhecido. Para completar meu pensamento, é difícil para um brasileiro saber sobre certos filmes, certos escritores, certas músicas escritas por um haitiano ou por autores haitianos... O que me surpreendeu foi que a imagem construída do Haiti aqui no Brasil é difícil de ser desconstruída. (Felipe Moulin, responsável da UNI periferias).

O comentário do arquiteto brasileiro sobre esse aspecto coincide com a revelação de Pierre, nosso entrevistado 05, de que, em sua opinião, os cariocas não sabem ou não querem saber nada de positivo sobre o Haiti. O que ele considera absurdo, em sua declaração seguinte:

Meu irmão, as pessoas daqui não sabem nada de positivo sobre o Haiti, nem mesmo na universidade, onde você acha que há pessoas informadas e educadas. Elas nos fazem perguntas estúpidas: onde fica o Haiti na África? Há alguma praia no Haiti? Existe televisão ou rádio? Existem telefones celulares no Haiti? Uma série de perguntas que considero absurdas... Meu irmão, estamos no século XXI, como você pode perguntar a um cidadão se o país dele tem um telefone celular? Eles sabem que existe, fazem essas perguntas só para nos rebaixar" (Pierre, sujeito 05).

Desde que chegaram ao Rio de Janeiro, no início de 2010, os imigrantes haitianos tiveram que conviver com uma imagem miserabilista construída por uma série de instituições ideológicas no país, como as igrejas e a mídia, e até mesmo em algumas instituições públicas, como a Câmara dos Deputados e o Senado. Será possível que esses preconceitos também permeiam os serviços socioassistenciais voltados especificamente para os imigrantes haitianos no Rio? Na seção a seguir, mapeamos as ações sociais destinadas aos imigrantes no Rio de Janeiro, revelando, quando identificado, suas características racistas no caso específico dos imigrantes haitianos.

4.5 Mapeamento das políticas de Assistência social voltadas à população migrante: Caráter racista no caso específico dos imigrantes haitianos no Rio de Janeiro?

No que diz respeito à política de assistência social, deve-se observar que, de acordo com Iamamoto (2016), Boschetti (2016) e Paiva (2006), é o modo de produção capitalista que define a forma específica e particular de relação social entre as pessoas, em razão da propriedade privada dos meios de produção e da concentração da riqueza nas mãos de uma pequena minoria da sociedade, bem como da exploração e alienação daqueles que não detêm os meios de produção, o que gera uma nova estrutura social. Esses autores destacam que “a prática da assistência social inicialmente desenvolvida pela Igreja Católica e a intervenção da burguesia por razões de caridade eram, na verdade, uma forma de administrar o capitalismo e o poder, empobrecido com base em favores, clientelismo, com ações pontuais e pouco efetiva”. (Iamamoto, 2016; Boschetti, 2016; Paiva, 2006).

No entanto, com a promulgação da Constituição da República Federal de 1988, a assistência social brasileira passou a ser inscrita como política pública, na qualidade de um direito fundamental e social (Boschetti, 2016; BRASIL, 1988). Além de ser uma obrigação constitucional para as autoridades, há também um documento interessante na região da América Latina que estabelece uma série de obrigações para os Estados Membros respeitarem os direitos dos imigrantes e refugiados. Esse documento é conhecido no Brasil como: Plano de Ação Brasil

(2014) - “Um Roteiro Comum para Fortalecer a Proteção e Promover Soluções Duradouras para as Pessoas Refugiadas, Deslocadas e Apátridas na América Latina e no Caribe em um Marco de Cooperação e Solidariedade”.

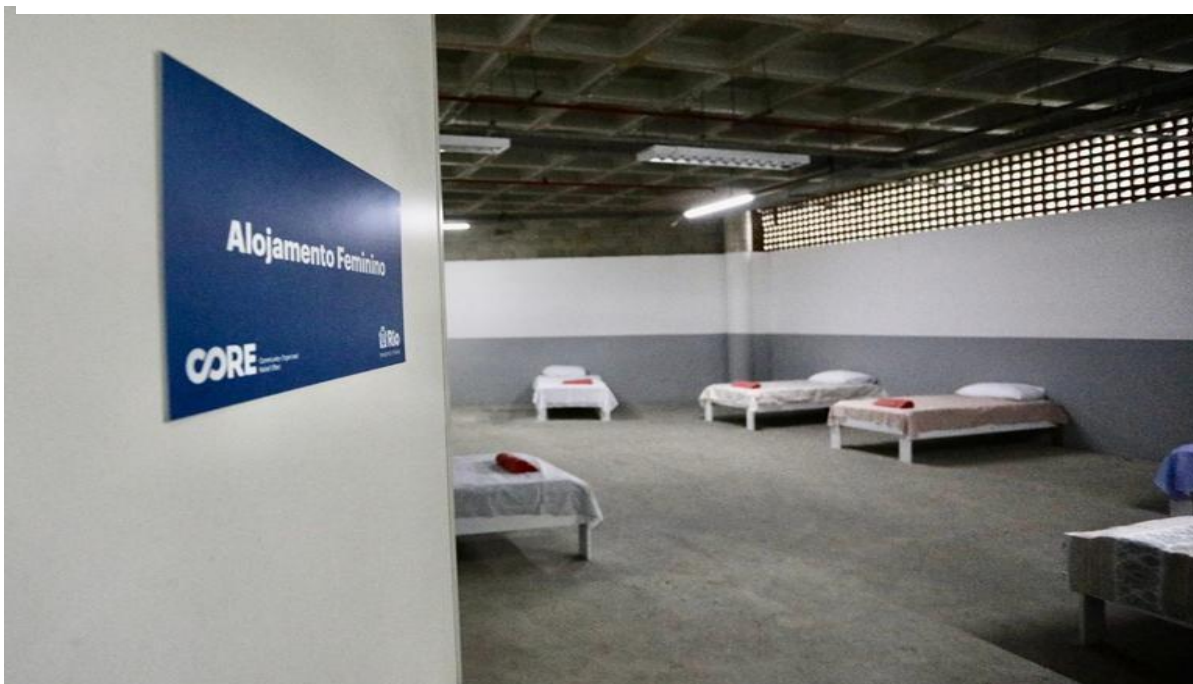
Este documento que o Brasil aderiu desde 2014, trata de vários programas como: Programa “Fronteiras Solidárias e Seguras”; Programa “Integração Local”; Programa “Reassentamento Solidário”; Programa “Mobilidade Laboral”, dentre outros (BRASIL, 2014). Desse modo, pretendemos mapear, agora, as instituições mais influentes que oferecem assistência social aos imigrantes no Rio de Janeiro, enquanto analisamos o caráter racista, se houver, no caso específico dos imigrantes haitianos, tendo em vista, principalmente, o elemento estruturante do racismo na sociedade brasileira que permeia as mais diversas políticas e programas que crescem a partir dessa ótica estatal.

É válido ressaltar, primeiramente, que no Rio de Janeiro é difícil encontrar uma instituição pública que ofereça assistência social exclusivamente à população imigrante. Isso parece compreensível, uma vez que a política pública de assistência social brasileira é universal em seu escopo e está, em princípio, disponível a qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade social (Boschetti, 2016; BRASIL, 1988). Mesmo que as necessidades dos imigrantes sejam, às vezes, diferentes das nacionais (Handerson, 2015; Jean Baptiste, 2018; Dacilien, 2020; Silva, 2016).

Entretanto, durante nossas várias visitas à cidade do Rio de Janeiro, observamos que como uma tendência à terceirização e financeirização das políticas, algumas instituições públicas, organizações religiosas e da sociedade civil e até mesmo agências das Nações Unidas oferecem serviços socioassistenciais aos imigrantes.

Em primeiro lugar, podemos citar o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante do Rio de Janeiro, mais conhecido como CRAI-RIO, que é uma instituição pública criada pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2023. O centro está localizado no edifício do Mercado Popular Leonel de Moura Brizola, a uma curta caminhada da estação Central do Brasil, no centro da cidade. Oferece serviços jurídicos e sociais, cursos de português e serviços de inclusão digital exclusivamente para imigrantes. O CRAAI-RIO também oferece acomodação emergencial para imigrantes, homens, mulheres e crianças acompanhadas, por até 30 dias (PREFEITURA, 2023). A figura seguinte dá uma ideia do espaço de serviços sociais emergências oferecidas à população imigrante no Rio de Janeiro pelo Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante do Rio, inaugurado em 2023 pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Figura 9- Residências de emergência para imigrantes no CRAI-RIO



Fonte: Beth Santos/Prefeitura do Rio, 2023

O espaço foi inaugurado em 7 de janeiro de 2023 pela prefeitura do Rio de Janeiro e, desde então, recebe imigrantes de diversas nacionalidades que chegam ao Rio de Janeiro em situação de vulnerabilidade social. Vale ressaltar que o CRAI-RIO é uma parceria entre a Secretaria Especial de Cidadania e a CORE Response, e conta com o apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Nesse sentido, a ACNUR (2023) elogiou os serviços oferecidos por esse centro aos imigrantes e refugiados no Rio de Janeiro, afirmando que:

Pessoas refugiadas, migrantes e apátridas recém-chegadas ao Rio de Janeiro já podem contar com os serviços de atendimento do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes do Rio de Janeiro (CRAI-Rio). Inaugurado em 7 de janeiro pela Prefeitura do Rio, em uma parceria da Secretaria Especial de Cidadania e com o Instituto Core Brasil (Community Organized Relief Effort), o CRAI-Rio conta com o apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e da Agência da ONU para Migrações (OIM). (ACNUR, 2023, sp).

Como já mencionamos, a criação de políticas de assistência social apenas para migrantes é rara no Rio de Janeiro. No entanto, essas necessidades ainda são sentidas na região. De fato, esse novo centro, criado em 2023 especificamente para imigrantes, é o resultado de uma série de protestos de líderes de organizações de imigrantes, em colaboração

com membros da sociedade civil do Rio. Mas o evento que finalmente levou as autoridades a tomar essa decisão, de acordo com a ACNUR (2023), foi infelizmente o hediondo assassinato do jovem imigrante congolês Moïse Kabagambe em janeiro de 2022.

Depois do CRAI-RIO, também mapeamos o Centro de Referência de Assistência Social, conhecido como CRAS. Ele é uma unidade pública estadual que oferece atendimento à população brasileira, incluindo os imigrantes. O CRAS tem como objetivo prevenir situações de vulnerabilidade, como aquelas causadas pela pobreza e a falta de acesso adequado a serviços públicos, e riscos sociais, como violações, violências e discriminações (etária, étnica, de gênero, por deficiência, etc.). Ela possibilita: Inscrição no Cadastro Único para o acesso a programas sociais que concedem renda (ex.: Bolsa Família), descontos nas contas de luz e água, meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos, desconto ou gratuidade em passagens interestaduais e intermunicipais, isenção na taxa de concursos, entre outros. Acesso a cestas básicas. Orientação para obtenção de documentos (CPF, CRNM e Carteira de Trabalho). Também, o CRAS facilitou o acesso aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que desenvolvem atividades socioeducativas (oficinas pedagógicas, rodas de conversa etc.)⁶⁸. Orientação e encaminhamento a serviços públicos da educação, saúde, cultura, trabalho, habitação etc. Orientação para a solicitação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), que oferece renda a idosos e pessoas com deficiência (BRASIL, 2023).

De fato, com base nas declarações feitas por alguns líderes da comunidade haitiana no Rio de Janeiro durante a realização deste trabalho, podemos afirmar que os serviços socioassistenciais do CRAS-RIO são de fato universais. O que nos leva a compreender que os imigrantes têm uma significativa presença como utilizadores dos serviços da Assistência Social de baixa complexidade, ainda na atenção primária. Esses líderes afirmam ter tido pelo menos um contato com o serviço do CRAS no Rio, conforme relatado pelo Sujeito 05:

[...] quando eu cheguei aqui no Rio, eu não recebi ajuda pessoalmente, mas a mãe da minha filha recebeu o Bolsa Família do CRAS, como ajuda para as pessoas mais vulneráveis... na época, era 70 reais por mês, agora eu não sei quanto. O procedimento é simples: basta ir a um CRAS, fazer o cadastro e, se for aprovado, receberá o dinheiro. A assistência social é universal aqui (Chegue, Sujeito 05).

⁶⁸ Para ter mais informação sobre o funcionamento do CRAS, veja esse artigo intitulado: Participar de Serviços da Proteção Social Básica - programas e benefícios assistenciais (Cad-Único): Proteção Social Básica e Serviços do CRAS. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/participar-de-servicos-da-protecao-social-basica-programas-e-beneficios-assistenciais>. Acesso em: 24 jun. 2024

O mesmo se aplica à nossa entrevistada 02, de nome fictício “Mania”, neste trabalho. Quando lhe perguntamos se ela já havia recebido algumas assistências sociais no Rio, ela respondeu da seguinte forma:

Sinceramente, não recebi nenhuma assistência social aqui no início. Mas durante a pandemia da COVID-19, a situação ficou mais complicada para mim. Um amigo me aconselhou a me registrar no CRAS para receber assistência social. Desde abril de 2020, estou recebendo 600 reais por mês. Fui ao CRAS do Rio, apresentei meus documentos e recebi o dinheiro. Isso me ajudou muito, porque a vida aqui é cara, meu irmão (Mania, sujeito, 02).

Fleure, nosso sujeito 05, explica a mesma coisa, admitindo que já utilizou os serviços de assistência social oferecidos pelo CRAS e por outras instituições públicas, como o auxílio estudantil oferecido pela universidade e outros, conforme seu depoimento abaixo:

Eu já recebi auxílio federal e estadual aqui. Lembro que, quando estava na universidade, recebia muito auxílio estudantil, o serviço do CRAS-RIO, quando estava doente, usava o SUS, mas agora não recebo mais auxílio e também não uso o SUS, porque agora estou trabalhando, tenho plano de saúde.

Além de instituições públicas como o CRAI-RIO e o CRAS, que oferecem serviços de assistência social aos imigrantes no Rio de Janeiro. Durante nossa estada no Rio, como já mencionamos, também observamos organizações internacionais, religiosas e da sociedade civil, como a Cáritas, o VIVA-RIO, a OIM, o ACNUR, entre outras. O quadro abaixo dá uma ideia do mapeamento de determinadas instituições e/ou organizações, incluindo os serviços que oferecem.

Quadro 19- Síntese de uma lista de instituições públicas e organizações não governamentais que prestam assistência à população imigrante do Rio de Janeiro

Instituições	Serviços oferecidos para os imigrantes	Natura
ACNUR	Apoiar pessoas deslocadas por conflitos, violência e desastres climático no RJ	Agência da ONU para Imigrantes e Refugiados
OIM	Apoiar a Prefeitura do Rio na identificação de aspectos da governança migratória que constituem boas práticas e outros com potencial de desenvolvimento, assim como no fortalecimento de capacidades de atores locais.	Agência da ONU para Imigrantes e Refugiados
CRAS	Os serviços da proteção social básica são estes: Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiência.	Instituição pública criada pelo estado federal
CRAI-Rio	Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes, ofereceu abrigo, atendimento social e jurídico e oportunidades de autonomia econômica das pessoas refugiadas, migrantes e apátridas.	Instituição pública criada pela prefeitura do Rio de Janeiro.
CARITAS	Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio no Rio de Janeiro	Organo social da igreja católico no Rio de Janeiro
VIVA-RIO	É uma empresa social que faz paz, inclusão e justiça com projetos inovadores em áreas marcadas pela pobreza e pela violência	ONG fundada em 1993

Fonte: Elaboração própria, com base em informações coletadas nos sites dessas instituições e/ou em visitas in loco.

Nesse quadro, observamos organizações/instituições de diferentes tipos, tanto públicas, como o CRAI-RIO, cujos serviços são voltados exclusivamente para imigrantes no Rio, quanto o CRAS, cujos serviços são universais, abertos a qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade social no país, incluindo aos imigrantes. Observamos também instituições e / ou organizações religiosas, da sociedade civil e agências das Nações Unidas, como o VIVARIO, a Cáritas, a OIM e o ACNUR, que oferecem seus serviços sociojurídica e assistenciais à população de imigrantes, refugiados e apátridas em dificuldade no Rio de Janeiro.

De todas essas organizações/instituições, o VIVA RIO merece uma atenção especial neste trabalho, pois tem desenvolvido projetos, especialmente para imigrantes haitianos no Rio de Janeiro, chamado "Haiti-Aqui". Nesse projeto, a organização ofereceu serviços socioassistenciais e jurídicos aos imigrantes haitianos no Rio de Janeiro. Jean Baptiste, um líder da comunidade haitiana que está trabalhando nesse projeto desde 2014, nos contou o seguinte:

O Haiti é um projeto da organização não governamental Viva Rio criado em 2014, que tem o objetivo de facilitar a integração do migrante haitiano. Para isso, realizam eventos de integração e articulação que auxiliam o migrante e refugiados em temas de saúde, trabalho, lazer, educação e família. A partir de 2017 o projeto começou a trabalhar com atendimento de migrantes e refugiados de qualquer país no mesmo objetivo de facilitar a integração e informar sobre documentação e processos administrativos no Brasil. (Jan, Sujeito 18).

Além disso, o líder da comunidade haitiana resumiu o trabalho do VIVA RIO em prol dos imigrantes no Rio de Janeiro, especialmente dos imigrantes haitianos em quatro áreas específicas: justiça, trabalho, saúde e assistência social. veja a sua declaração:

VIVA RIO trabalha em quatro áreas principais os imigrantes a Rio de Janeiro: em primeiro lugar, a legalidade, na qual fornece aconselhamento e orientação sobre os procedimentos legais de imigração para o Brasil, a fim de regularizar os documentos; em segundo lugar, o trabalho, no qual a VIVARIO ajuda os migrantes a encontrar um emprego, obter uma carteira de trabalho, participar de cursos, etc.; em terceiro lugar, a saúde, na qual a organização fornece aconselhamento sobre cuidados médicos, reforçando a aplicação de vacinas, etc.; e, finalmente, a conscientização, na qual a organização fornece assistência itinerante a outros migrantes. E, por fim, a conscientização, em que a organização presta assistência itinerante a outras cidades do estado do Rio de Janeiro). (Jan, Sujeito 18).

A organização social VIVA RIO, como muitas outras organizações da sociedade civil na região, faz o que pode para apoiar imigrantes socialmente vulneráveis no Rio de Janeiro. Durante nosso trabalho de campo para este estudo, observamos o impressionante trabalho realizado pelo VIVA RIO. Os bons depoimentos de nossos entrevistados sobre o trabalho do VIVA RIO, nos permitem afirmar que essa estrutura é um verdadeiro ponto de referência para os imigrantes haitianos na capital. De fato, seria muito difícil encontrar um imigrante haitiano no Rio que não conhecesse o nome dessa organização e/ou o serviço que ela oferece aos imigrantes no Rio de Janeiro.

No entanto, depois de identificar os serviços socioassistenciais mais significativos oferecidos para a população imigrante no Rio de Janeiro, percebemos que era extremamente difícil identificar o caráter racista do caso específico voltado para a população haitiana no Rio, por vários motivos. Em primeiro lugar, ao contrário de outras regiões do Brasil, como Roraima,

Amazonas e São Paulo, onde há centros de acomodação exclusivos para imigrantes haitianos e/ou venezuelanos, o Rio tem apenas um centro de acomodação coletiva para todos os imigrantes. Portanto, não é possível analisar o racismo no caso específico de uma única comunidade. Outra razão, em nossa opinião, que parece complementar à primeira, é que no Rio, assim como no restante do país, existe o princípio do universalismo na distribuição da assistência social. Por exemplo, os escritórios do CRAS - a unidade pública de referência do Estado para a prestação de serviços de proteção social básica, programas e benefícios oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município do Rio de Janeiro - estão abertos a todos os cidadãos, independentemente de sua nacionalidade ou da cor de sua pele.

Entretanto, embora seja difícil falar ou/ e identificar a natureza racista da política de assistência social para um grupo específico da população imigrante do Rio, a acessibilidade a esses serviços deixa muito a desejar. Observamos uma grande inadequação entre a existência de programas sociais para imigrantes e o acesso real a esses programas. A esse respeito, Travassos e Castro (2018) apontaram corretamente em sua pesquisa que, embora as políticas de assistência social sejam de natureza universal, nem sempre são acessíveis a todos os imigrantes. Desse modo, Travassos e Castro (2008) apresentam as seguintes barreiras que podem inviabilizar o acesso:

(i) geográficas (relacionadas à disposição espacial dos serviços, sendo levado em consideração o quão próximo ou distante estão dos usuários, assim como o trajeto a ser percorrido); (ii) financeiras (disponibilidade ou indisponibilidade de recursos financeiros necessários para acessar os serviços); (iii) organizacionais (relativas à forma de oferta dos serviços e suas provisões, aos recursos humanos disponíveis para o atendimento, aos horários e estrutura física de atendimento); (iv) informacionais (posse de informações acerca de direitos, existência de ofertas, formas de acesso); e (v) culturais (vinculadas à trajetória histórica dos usuários, às suas concepções, valores, experiências, subsidiadas pela construção social da qual fazem/fizeram parte). (Travassos, Castro, 2008, apud Evlyn, Líria, 2018, p.137).

Na sociedade brasileira, a pesquisa de Evlyn e Líria (2018) apresenta a burocracia institucional do país e o idioma português como duas barreiras importantes que impedem os imigrantes de acessar plenamente os programas de assistência social do país. No caso específico dos imigrantes haitianos no Brasil, as pesquisas de Dacilien (2020), Handerson (2015), Jean Baptiste (2018) e Silva (2016) mostraram o mesmo. Esses autores explicam que, na última década, os maiores problemas de acesso à assistência social brasileira estiveram relacionados ao idioma, que é desconhecido no mundo haitiano. A esse respeito, Dacilien (2020, p.84) afirmou que:

As reflexões em torno do acesso dos imigrantes haitianos aos serviços públicos no âmbito da Assistência Social na realidade estudada demonstram, por mais distante que a letra da lei prega, que a comunicação, dificuldades relacionadas ao domínio do idioma português e ausência de intérpretes nos locais de atendimento constituem as maiores queixas em termos de dificuldades enfrentadas tanto pelos imigrantes haitianos, quanto pelos profissionais que trabalham nessa área.

Na realidade, no contexto deste trabalho, vimos que a grande maioria desses imigrantes haitianos, entrevistados, são estudantes e/ou ex-alunos. Isso significaria que a questão do idioma não deveria ser analisada como uma restrição ao acesso dessa população aos serviços de assistência social no Rio de Janeiro. Entretanto, nossa observação participante das atividades organizadas por e para esses imigrantes no Rio de Janeiro revelou o contrário. Se para nossos entrevistados, que são todos ativistas e líderes da comunidade haitiana do Rio, não há barreiras linguísticas para o acesso aos serviços socioassistenciais, no entanto, observamos que para os participantes de nosso grupo de focal, composto por perfis diferentes, os resultados foram diferentes. Descobrimos que eles tinham dificuldade de acessar os serviços públicos de assistência social por causa da burocracia existente na administração pública do estado e porque eles não dominam bem a língua brasileira. Por exemplo, citamos a declaração de Murielle e Jakson, dois nomes fictícios de participantes de nosso grupo focal:

Não recebi nenhum auxílio social aqui no Rio. Eu pago tudo o que tenho aqui, irmão. A única coisa que não pago aqui é talvez os documentos de CPF ou RNM da Polícia Federal. E, novamente, o acesso a esses documentos foi muito difícil, porque eu não falo português muito bem, e as pessoas que me atendem também não falam meus idiomas, que são o francês e o crioulo haitiano (Jakson, participante do grupo focal).

Embora eu esteja aqui há três anos, não falo português muito bem. Não é fácil ter acesso a benefícios sociais aqui, porque você precisa de muitos documentos para obtê-los, como o CPF, o RNM e outros. No momento, não tenho esses documentos. Então, como posso me beneficiar desses serviços? Sim, alguns compatriotas me falaram sobre os serviços do CRAS aqui, e uma vez até fui a um escritório para me registrar. Mas quando cheguei lá, ninguém me entendeu, e eu também não os entendi. Isso é um problema (Murielle, Grupo focal).

Ao considerar o acesso dos imigrantes às políticas de assistência social baseadas na intervenção profissional, é necessário situar essas práticas como expressões do trabalho realizado por esses indivíduos. As referências críticas a essa categoria, tanto em seu conteúdo emancipatório quanto em sua ressignificação no capitalismo, reconhecem e afirmam a centralidade do trabalho no processo social e a importância do trabalho para o capital.

O que se mostra nessas análises é que a estrutura não é capaz de responder às demandas dos imigrantes, e a hipótese levantada é que nem a formação dos profissionais de atendimento é suficiente e/ou a instituição não permite a autonomia adequada do profissional para isso, é

perceptível então que os fluxos de trabalho são implementados sob o viés da generalidade, o que de longe não é algo negativo, mas agregamos a essa análise o fato da equidade/universalidade (princípios do SUS e princípio organizacional do SUAS) nessa atuação, onde os imigrantes são tratados da mesma forma que os outros brasileiros, como se essa população detém o mesmo acesso aos serviços, o que de longe não é verdade. Portanto, esse direcionamento, mais do que a expansão, dificulta a entrada, pois essa população, que por sua própria condição de imigrante não tem a mesma trajetória de atendimento da população brasileira, enfrenta barreiras de origem.

Dito isso, além das questões de linguagem levantadas pelos profissionais que dificultam a comunicação, há também a falta de entendimento sobre o funcionamento do sistema previdenciário brasileiro, formalização de documentação e dificuldades com diferentes culturas. Para essa população, é preciso oferecer um atendimento que vá além da universalidade: a equidade.

Enfim, no Rio de Janeiro, assim como no resto do país, o racismo não é apenas estrutural, mas também institucional. Como resultado, os problemas enfrentados pelos imigrantes afrodescendentes, especialmente os haitianos, no Brasil são globais. Os imigrantes de origem africana, e até mesmo os negros brasileiros, também tiveram que lidar com eles. No caso dos haitianos, particularmente no Rio de Janeiro, descobrimos, por meio da observação participante, de entrevistas com líderes comunidade haitiana e do grupo focal, que há, no caso dos imigrantes haitianos, uma certa particularidade nas manifestações do racismo brasileiro, ligada não apenas à cor da pele, mas também à nacionalidade. Até certo ponto, essas particularidades agudizam a situação de vida dessa categoria no Rio de Janeiro. Por exemplo, descobrimos que no Rio, todos os haitianos, sejam acadêmicos, profissionais ou outros são iguais aos olhos dos cariocas. A imagem construída sobre essa categoria aqui é de que são pessoas com problemas que precisam ser ajudados. Por outro lado, mapeamos um conjunto serviços socioassistenciais oferecidos por instituições e/ou organizações religiosas, a sociedade civil e as agências da ONU aos imigrantes no Rio de Janeiro, mas constatamos um tipo de inadequação entre a existência desses serviços e o seu efetivo acesso pelos imigrantes. No caso específico dos imigrantes haitianos, fala-se de um caráter racista. No capítulo seguinte, nós analisamos o entendimento que esses haitianos têm de todas as particularidades existentes na manifestação do racismo estrutural brasileiro, particularmente na região do Rio de Janeiro.

5 CAPÍTULO IV. COMPREENSÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS SOBRE A MANIFESTAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NO RIO DE JANEIRO

Não me enquadro em nenhuma dessas categorias, como imigrante, refugiado, negro, branco ou amarelo. Sou simplesmente José, um cidadão do mundo. Minha identidade não se limita a rótulos sociais; sou uma pessoa educada, inteligente e, por que não, bonita. Se seu objetivo é mudar o mundo, o primeiro passo é parar de rotular e dividir as pessoas em categorias predefinidas". (JOSÉ, Sujeito, 07)

Neste capítulo, explorou-se a compreensão dos imigrantes haitianos no Rio de Janeiro acerca das particularidades do racismo estrutural brasileiro e de sua manifestação em suas vidas. Iniciou-se com uma análise da trajetória desses imigrantes na cidade, destacando suas contribuições socioeconômicas e culturais, bem como os benefícios que proporcionaram à população local. Em seguida, apresentou-se uma análise aprofundada sobre como esses imigrantes interpretam as especificidades do racismo estrutural no Brasil e as implicações desse fenômeno para suas experiências e para a sua integração na sociedade carioca.

5.1 Contribuições Socioeconômicas e Culturais dos Imigrantes Haitianos no Rio de Janeiro.

A imigração pode, de fato, ser benéfica para os países anfitriões, embora essa afirmativa seja frequentemente criticada, sobretudo por setores conservadores em diversas sociedades. Nesta seção, propomos um afastamento da visão simplista que, por vezes, retrata os imigrantes como sujeitos passivos ou problemáticos para os países que os acolhem, associando-os a questões como a disseminação de doenças ou o aumento da criminalidade. Convidamos os leitores neste capítulo a explorar uma perspectiva alternativa, que se debruce sobre os benefícios que a imigração pode trazer aos países receptores.

Um dos principais estudiosos envolvidos nesse debate é o economista cubano-americano George Jesus Borjas, professor da Universidade de Harvard. Seu trabalho é amplamente reconhecido por abordar o impacto econômico da imigração nos países anfitriões, com ênfase no mercado de trabalho e nas finanças públicas. Em sua obra "*The Economic Benefits of Immigration*" (1999), Borjas descreve uma série de vantagens decorrentes da presença de imigrantes nos países receptores. Entre essas vantagens, ele destaca o "dinamismo econômico". Borjas (1999) argumenta que os imigrantes contribuem significativamente para a economia ao criarem empresas, investirem em startups e preencherem lacunas no mercado de trabalho. Em

muitos casos, trazem consigo habilidades especializadas que correspondem às demandas do mercado.

Outro ponto salientado por Borjas diz respeito à "inovação e às habilidades" trazidas pelos imigrantes. O economista defende que a diversidade de talentos que os imigrantes introduzem enriquece o ambiente econômico, favorecendo a inovação por meio de novas perspectivas e abordagens. Ademais, Borjas discute o "fortalecimento dos sistemas de seguridade social" como mais um benefício proporcionado pelos imigrantes aos países que os acolhem. Na página 29 de sua obra, o economista esclarece que, ao pagarem impostos e contribuírem para os sistemas de seguridade social, os imigrantes desempenham um papel crucial no financiamento de serviços públicos e pensões, mitigando, assim, os efeitos negativos do envelhecimento populacional.

Adicionalmente, Borjas menciona o impacto da "demanda do consumidor" como outra vantagem trazida pelos imigrantes. Segundo o autor, ao aumentar a demanda por bens e serviços, os imigrantes promovem o crescimento econômico, impulsionando o consumo e estimulando a economia. Por fim, Borjas aborda o tema do "rejuvenescimento populacional", argumentando que, em países onde o envelhecimento da população é um desafio crescente, a presença de imigrantes pode ajudar a revitalizar a força de trabalho ativa, equilibrando as pirâmides etárias e promovendo o crescimento demográfico (Borjas, 1999).

Então, podemos dizer que é um fato que os imigrantes são geralmente sujeitos ativos que trazem benefícios consideráveis para a economia do país anfitrião. A pesquisa mais recente da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2019) demonstrou que, em geral, os imigrantes contribuem mais para o Estado anfitrião do que o custo dos benefícios que recebem. Ao calcular a proporção entre as contribuições e a ajuda que recebem, os especialistas da OCDE (2019) revelaram que esse custo é equilibrado, ou até mesmo positivo. Nesse relatório, que abrange seus 25 países membros, incluindo o Brasil, entre 2006 e 2018, a OCDE afirma que “em todos esses países, a contribuição feita pelos imigrantes na forma de impostos e contribuições excede os gastos que os países dedicam à sua proteção social, saúde e educação”.

No caso específico dos imigrantes haitianos no Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro, tem sido desafiador demonstrar de maneira concreta os benefícios que essa população traz para o setor econômico do país. Diversas razões explicam essa dificuldade, sendo uma delas a ausência de pesquisas que abordem, de forma específica, o impacto econômico da presença dos imigrantes haitianos no Brasil ao longo da última década. E isso também revela a

importância da nossa discussão mais uma vez, no entanto, é indiscutível que esses imigrantes, movidos por grande entusiasmo contribuem significativamente para a economia nacional.

Estudos indicam que os imigrantes haitianos são mais demandados (reconhecidos) pelas empresas brasileiras durante esta última década, que aproveitam sua força de trabalho para atender às demandas de produção e serviços. Esse cenário é destacado por Cavalcanti, Oliveira e al (2019, p. 3), no relatório do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), publicado em 2019:

De acordo com os dados analisados no presente relatório, durante o período 2010-2018, foi significativa a chegada de imigrantes no país, especialmente composta por novos fluxos migratórios, caracterizados por pessoas originárias do hemisfério sul. Diferentemente das migrações do final do século XIX e princípios do XX, em que os fluxos migratórios para o Brasil eram protagonizados por pessoas do norte global, basicamente por europeus, na atualidade são imigrantes do sul global que ocupam o ranking das primeiras nacionalidades no país. Destacam-se os haitianos, principal nacionalidade no mercado de trabalho, os venezuelanos, fluxo migratório que cresceu de forma significativa a partir de 2016, além de outras nacionalidades tais como os senegaleses, bolivianos, colombianos e bengalis.

Portanto, o relatório OBMigra 2019 mostra que a presença desses imigrantes haitianos ocupou o mercado de trabalho brasileiro na última década. A revelação justifica a tese que os migrantes haitianos não apenas chegam em grandes números, mas também desempenham um papel crucial no mercado de trabalho do país.

De fato, durante nosso trabalho de campo no Rio de Janeiro, observamos uma comunidade haitiana muito dinâmica que participa ativamente da vida da cidade. Os líderes dessa comunidade entrevistados, enfatizaram compreensão sobre a sua contribuição na economia nacional. Por exemplo, o líder do “Mawon”, uma das primeiras organizações haitianas no Rio de Janeiro, de nome fictício Bobby para preservar seu anonimato, explicou o seguinte:

Estou aqui com minha família, minha esposa e meus filhos. Estou trabalhando aqui desde 2010 e pago meus impostos. Minha esposa também. Minha organização tem um CNPJ ativo, que paga a prefeitura todo mês. Minha família, como todos os outros imigrantes haitianos aqui no Rio, participa da vida econômica do país. Meu irmão, esse sistema têm pedido tudo de nós, mas nos dá muito pouco em troca. (Bobby, sujeito, 12).

A declaração do Bobby, nosso sujeito 12, expressa a frustração de um imigrante que, apesar de contribuir de forma ativa para a economia brasileira, tanto por meio do pagamento de

impostos quanto pela manutenção de um CNPJ regular, sente que o sistema no qual está inserido impõe inúmeras exigências à sua família, oferecendo, em contrapartida, pouco retorno. Ele enfatiza a significativa participação econômica de sua família e de outros imigrantes haitianos, ressaltando a percepção de um desequilíbrio entre o que é investido e o que se recebe em troca. Esse sentimento é corroborado pelos trabalhos de Borjas (1999) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2019), que demonstram que a contribuição dos imigrantes para o Estado (país anfitrião) supera, em muitos casos, o custo que eles representam.

É a mesma posição para Chegue, nome fictício de nosso sujeito 05 neste trabalho, proprietário de uma agência de viagens chamada ‘Ernesto Turismo Rio’, que atua no ramo de turismo desde 2015, realizando e organizando passeios na cidade do Rio de Janeiro e em outras cidades próximas, nos contou o seguinte:

Sou um imigrante ativo aqui, mano, pago meus impostos: energia, água, internet e outros. Trabalho aqui no Rio de Janeiro há mais de 10 anos no setor de turismo, tenho um CNPJ ativo para o meu negócio, pelo qual pago à prefeitura local todos os meses. Meu problema é que, apesar de todos esses esforços, não me sinto suficientemente valorizado no país. Somos vistos como meros consumidores. (Chegue, Sujeito).

O mesmo se aplica aos participantes de nosso grupo focal, realizado unicamente aos membros da UNIB (União dos negros imigrantes no Brasil). Todos eles disseram que, de uma forma ou de outra, estão contribuindo na vida econômica do país. Cabe salientar que nosso grupo focal foi realizado no local do negócio do presidente da UNIB, que na sua palavra, o imigrante haitiano, homem de 39 anos, biomédico de profissão, e proprietária de “MED NATURE AND MULTI-SERVICE LTDA”, aproveitou a oportunidade para falar sobre sua contribuição econômica para a cidade:

Em 2021, abri meu negócio “MED NATURE AND MULTI-SERVICE LTDA” no centro da cidade. Oferecemos serviços não apenas para imigrantes haitianos, mas também para imigrantes de outras nacionalidades. Até brasileiros vêm nos visitar. Eu me tornei útil para a sociedade. Pago meus impostos aqui todos os meses. Tenho dois CNPJs, um para meus assuntos pessoais e outro para minha organização. Se quiser, posso listar todos os serviços que prestamos aqui, que se dividem da seguinte forma: Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos- Serviços combinados de escritório e apoio administrativo- Atividade médica ambulatorial restrita a consultas - Laboratórios clínicos - Atividades de profissionais da nutrição - Atividades de fisioterapia- Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana- Atividades de acupuntura (Guerrier, Presidente da UNIB).

Uma observação na declaração do presidente da UNIB, Sr. Luckner Guerrier, destaca a importância da contribuição dos imigrantes haitianos para a sociedade brasileira. Assim como

relatado por muitos outros imigrantes haitianos, o imigrante haitiano menciona que, desde 2021, com a criação de seu negócio "MED NATURE AND MULTI-SERVICE LTDA", ele tem prestado uma diversidade de serviços para imigrantes de diferentes nacionalidades e brasileiros. Essa atuação exemplifica como os imigrantes podem se tornar parte integrante da economia local, contribuindo com o pagamento de impostos e com a oferta de serviços essenciais, como consultas médicas, nutrição e práticas integrativas de saúde, como apontaram os trabalhos de Borjas (1999) e da OCDE (2019).

Como dissemos anteriormente, todos os participantes desse grupo focal revelaram ter feito contribuições significativas, de uma forma ou de outra, para o crescimento do setor econômico da cidade. Esse é o caso, por exemplo, de Mania, nome fictício de uma mulher haitiana de 28 anos que mora no Rio há mais de cinco anos, contando a seguinte:

[...] Eu tenho uma loja aqui onde eu vendo cabelo, eu pago taxas de tudo que eu consumo aqui. Sou eu que ajudo o Estado, então ele não me ajuda. Eu nunca vou aceitar ser humilhada por ninguém aqui. Porque eu sei dos meus direitos e dos meus deveres. Se um haitiano vem aqui e é humilhado, o problema é dele, mas eu defendo meus direitos...] (Mania, Grupo focal).

A declaração de Mania demonstra um alto nível de compreensão sobre seu papel na economia local. Como jovem imigrante haitiana, ela reconhece sua importância como empresária que contribui diretamente para o Estado por meio do pagamento de impostos, uma perspectiva que dialoga com a posição do economista cubano-americano George Jesus Borjas (1999), que enfatiza a relevância dos imigrantes no fortalecimento da economia. Mania enxerga claramente a dinâmica de contribuição e retorno, percebendo que, enquanto cumpre com seus deveres fiscais, não recebe o devido apoio em contrapartida. Sua postura firme em defender seus direitos revela uma consciência madura de sua posição na sociedade, como um sujeito ativo. Ela destaca na sua declaração o papel fundamental que os imigrantes desempenham na economia local, conforme defendido por Borjas (1999), que argumenta que os imigrantes são essenciais para o crescimento econômico.

Essa posição não é diferente de Pierre, o nome fictício do haitiano de 30 anos que vive no Rio desde 2018 como estudante de arquitetura em uma das universidades públicas da cidade e que gentilmente concordou em participar de nosso grupo focal e das entrevistas semiestruturadas realizadas como parte deste trabalho:

[...] é verdade que não tenho um negócio aqui no Rio, mas acho que também contribui de alguma forma para o crescimento da economia da cidade. Por exemplo, quando meus parentes me enviam transferências de dinheiro, eu os utilizo aqui na cidade e

eles cobram pela transferência. Portanto, posso dizer que, sim, estou contribuindo para a economia do país, seja ela qual for, não é mesmo, irmão? (Pierre, Grupo Focal).

Observa-se na declaração de Pierre que, embora ele não tenha um negócio no Rio de Janeiro, como apontaram outros imigrantes entrevistados, ele reconhece sua contribuição para a economia local. Pierre explica que recebe remessas financeiras de parentes⁶⁹ e utiliza esses recursos na cidade, impulsionando a economia tanto por meio de seus gastos quanto pelas taxas cobradas nas transferências. Com consciência, ele se vê como sujeito ativo na economia local, participando indiretamente no crescimento econômico da cidade.

Então, nós podemos observar, entre os imigrantes haitianos residentes no Rio de Janeiro, uma clara compreensão do impacto significativo que têm na economia local. Suas falas e atitudes durante as entrevistas e grupo focal expressam não só orgulho em relação ao seu trabalho, mas também um profundo entendimento sobre a qualidade dos serviços que oferecem no país. A figura a seguir captura a atmosfera do grupo focal que realizamos com membros da UNIB, nas dependências do negócio "MED NATURE AND SERVICE LTDA", localizado no centro do Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, nº 194, sala 202.

⁶⁹ Essa declaração destaca um aspecto essencial da imigração haitiana no Brasil, especialmente entre os estudantes. Ao contrário da percepção comum de que os imigrantes haitianos só enviam dinheiro para suas famílias no Haiti, a realidade é mais complexa. Muitos estudantes, como Pierre e outros, também recebem remessas de membros da família no Haiti ou da diáspora em países como os EUA e o Canadá. Isso mostra que os fluxos financeiros entre os imigrantes e seus países de origem são bidirecionais. Para os estudantes, esse apoio é crucial, não para seus estudos, pois eles frequentam universidades públicas, mas para cobrir o aluguel e outras necessidades. Essas informações ajudam a desconstruir discursos negativos sobre a comunidade haitiana no Brasil, destacando a solidariedade transnacional dessa diáspora, especialmente no Rio de Janeiro.

Figura 10- Intercâmbio entre o pesquisador e membros da UNIB, no escritório da MED NATURE AND SERVICE LTDA, no centro do Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo do trabalho (2022)

Nesta foto, pode-se ver o grupo de haitianos, vestindo camisetas com o logótipo da organização (UNIB), alguns sentados, outros em pé, participando do nosso grupo de discussão. Eles aproveitaram a ocasião para expressar suas frustrações em relação à burocracia que existe nos serviços públicos da cidade. Ao mesmo tempo, mostraram que estão conscientes de sua contribuição impecável para o progresso na economia da cidade. De seu lado, Luckner Guerrier, presidente da UNIB, foi um dos participantes do grupo focal, que filmou o evento com sua célula. Então, no discurso dos participantes, observou-se, como já apontamos, uma clara consciência de sua capacidade e do seu envolvimento na vida econômica da cidade. Eles explicaram, citando relatórios de diversas organizações multinacionais e nacionais, que, desde sua chegada ao país, têm ocupado uma posição de destaque entre os grupos de imigrantes, atuando em setores como a construção civil, a agricultura e os serviços.

Nessas áreas, os imigrantes haitianos demonstram plena consciência de sua contribuição para suprir as lacunas do mercado de trabalho e para garantir a sustentabilidade de setores econômicos essenciais no Rio de Janeiro. Além disso, constatamos que a presença desses imigrantes vai além da sua contribuição econômica no Rio de Janeiro, estendendo-se de maneira significativa para o campo cultural. Na seção seguinte, destacamos as contribuições vibrantes e diversificadas dessa comunidade em áreas como o cinema, a culinária, o artesanato e a música, que enriquecem o panorama cultural da cidade.

5.2 Cinema, Culinária, Artesanato e Música: A Compreensão da Contribuição Sociocultural da Comunidade Haitiana no Rio de Janeiro

O setor cultural é um dos mais impactados pela presença dos imigrantes haitianos no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, na última década. Fernandes e Gomes (2016), em sua pesquisa intitulada “A inserção dos imigrantes haitianos no Brasil: Desafios e contribuições culturais”, destacam as diversas influências trazidas por essa comunidade. Os autores afirmam que os haitianos enriquecem a diversidade do país com novas tradições, costumes e valores. Esse intercâmbio amplia o mosaico multicultural brasileiro e promove maior compreensão e tolerância entre diferentes grupos étnicos (Fernandes & Gomes, 2016).

Durante nossa presença no Rio de Janeiro, pudemos observar a vibrante participação da comunidade haitiana em diversos eventos socioculturais. Citamos, por exemplo, o evento sociocultural promovido pelo projeto "Haiti Aqui", da instituição Viva Rio, realizado em 11 de novembro de 2022 na sede da organização, em Ipanema, Zona Sul do Rio de Janeiro. O encontro teve como objetivo celebrar a diversidade cultural haitiana por meio de várias expressões artísticas e atividades. A programação inclui música tradicional, como o Compas, recitais de poesia e oficinas de dança. Também ocorreram rodas de conversa sobre a diáspora, conectando Brasil, Haiti e África, além de uma feira de gastronomia e moda haitiana, que permitiu ao público vivenciar aspectos autênticos da cultura.

Com o tema "Onde a diáspora se encontra: Brasil, Haiti, África", o evento destacou o intercâmbio cultural e a participação ativa da comunidade haitiana no cenário sociocultural local, reafirmando seus laços com outras culturas e sua identidade única (Viva Rio, 2022). Durante o evento, a bandeira do Haiti foi destacada, e uma mesa-redonda sobre o glorioso passado haitiano foi realizada, contando com a participação de intelectuais brasileiros e ativistas haitianos. Conforme relatado no artigo da Viva Rio sobre o evento (2022, s.p.):

Luckner Guerrier, presidente da União dos Negros Imigrantes no Brasil (UNIB), Vania Morales, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rosiane Rodrigues, antropóloga e pesquisadora do INEAC, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o coronel Ubiratan Ângelo foram os participantes da roda de conversa. Luckner Guerrier, presidente da União dos Negros Imigrantes no Brasil e biomédico, está no Brasil há oito anos. Ele abriu a roda de conversa contando um pouco da história do Haiti, passando pela colonização, exploração das riquezas e revoluções. O haitiano reforça que a história do país não pode ser resumida à miséria e que a cultura local precisa ser valorizada.

Na declaração do presidente da UNIB, Sr. Luckner Guerrier, citada pelo Viva Rio (2022), ele enfatizou de forma expressiva a importância de não limitar a história do Haiti a uma

narrativa de pobreza, como é frequentemente o caso entre grande parte da população brasileira, especialmente no Rio de Janeiro (veja o capítulo 3). Guerrier destacou a riqueza cultural do Haiti, que vai muito além de suas dificuldades econômicas, enfatizando a necessidade de reconhecer e valorizar a história e as tradições vivas do país. A mesa redonda reuniu vozes influentes que traçaram profundos paralelos entre as trajetórias históricas do Haiti e do Brasil. Questões como imigração, diáspora e identidade foram discutidas em detalhes, reforçando os laços culturais e históricos entre os dois países. O evento foi notável, com uma plateia engajada e bem informada que refletiu sobre a construção da unidade na diversidade. A presença haitiana no Rio de Janeiro foi simbolizada por sua bandeira, uma imagem que reflete a resiliência, a força e a cultura de um povo que continua a deixar sua marca no cenário internacional, contribuindo para o mosaico cultural do Brasil. Veja a foto abaixo dos convidados da mesa redonda, que se reuniu em 11 de novembro de 2022 na sede do Viva Rio.

Figura 11- A equipe do “Haiti Aqui” e os convidados da roda de conversa no 11 de novembro de 2022, na sede da Viva Rio, em Ipanema



Fonte: Arquivo de VIVARIO (2022)

Nesta imagem, a união entre haitianos e brasileiros é expressa de forma marcante. Os sorrisos iluminam os rostos de todos, enquanto a bandeira haitiana é erguida com orgulho, simbolizando a presença vibrante do Haiti no Rio de Janeiro. Os participantes haitianos na mesa, compartilham com os cariocas o legado da primeira república negra independente do

mundo, trazendo à tona a história gloriosa do Haiti. Esse diálogo é fundamental para transformar a narrativa negativa que muitas vezes acompanha a imigração haitiana na cidade do Rio de Janeiro. Como destacam Silva e Dacilien (2023), reconhecer o impacto histórico da Revolução Haitiana para o Sul Global é essencial para resgatar sua grandeza e importância no cenário mundial.

De fato, o encontro entre imigrantes e nacionais efetivamente gerou uma diversidade cultural. O caso dos imigrantes haitianos no Rio de Janeiro justifica essa posição do sociólogo americano A.J. Hartmann, que em seu texto intitulado "Immigration and Diversity in the 21st Century: The Impact of Immigrants on the Host Country", examina a complexa interação entre imigração, diversidade e estabilidade nas sociedades modernas, sugerindo abordagens para maximizar os benefícios enquanto minimiza os inconvenientes. Para ele, a diversidade cultural enriquece a sociedade ao introduzir novas tradições, culinárias, línguas e modos de vida. Isso promove a tolerância, a abertura mental e a compreensão intercultural (Hartmann, 2020)⁷⁰.

No contexto do Rio de Janeiro, os imigrantes haitianos deram uma contribuição significativa para a cultura local, especialmente em termos da culinária vibrante e diversificada. Como destaca o Viva Rio (2020, n.p.), "a gastronomia haitiana tornou-se parte integrante da culinária brasileira, introduzindo uma variedade de novos sabores e pratos típicos que se tornaram amplamente aceitos e apreciados". Entre os pratos mais emblemáticos estão o griot, que consiste em carne de porco frita temperada de forma única, o arroz de jasmim, caracterizado por sua leveza e aroma delicado, e o *pikliz*, uma geleia de vegetais picante e ácida que dá um toque marcante às refeições (VIVA RIO, 2020). Esses pratos tradicionais não apenas conquistaram o gosto da comunidade haitiana residente, mas também foram bem recebidos pela população brasileira, estabelecendo uma ponte cultural que ilustra o papel da gastronomia como um meio eficaz de integração social e cultural (IDEM). A imagem a seguir ilustra a presença e riqueza da culinária haitiana no cenário gastronômico do Rio de Janeiro.

⁷⁰ O texto *Immigration and Diversity in the 21st Century: The Impact of Immigrants on the Host Country*, de J. Hartmann, examina os efeitos da imigração nos países de acolhimento. Hartmann explora como a diversidade cultural introduzida pelos imigrantes impacta a economia, a sociedade e a cultura das nações receptoras, destacando tanto os desafios quanto às contribuições positivas que os imigrantes trazem para esses contextos.

Figura 12- A presença e riqueza da gastronomia haitiana no Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo de Viva Rio (2022)

Esses pratos são preparados seguindo as tradições culinárias do Haiti, com temperos marcantes como o *epis* (uma mistura de especiarias usada como base) e ingredientes frescos. Existem pequenos estabelecimentos e vendedores ambulantes em áreas com alta concentração de imigrantes haitianos, como nos bairros da Zona Norte, onde esses pratos são servidos, não apenas para a comunidade haitiana, mas também para brasileiros e outras pessoas interessadas em experimentar essa culinária única⁷¹.

Outro exemplo da presença de pratos típicos haitianos no Rio de Janeiro é a famosa sopa “journou” (sopa abóbora), comumente conhecida como “sopa da Independência”, em diversas atividades organizadas pela e para a comunidade haitiana da cidade. Por exemplo, no dia 20 de setembro de 2020, na sede do Instituto Maria João e Aleixo (IMJA), localizado na Maré, durante uma importante reunião com todos os líderes da comunidade haitiana no Rio de Janeiro, da qual participamos como observadores e pesquisadores no projeto MIDEQ em parceria com o IMJA, notamos que essa sopa teve lugar de destaque na mesa do cardápio.

Uma observação semelhante foi feita em um evento organizado pelo grupo Mawon na biblioteca do Consulado da França, no centro da cidade, no final de agosto de 2023. A sopa Journou teve destaque, apresentada como um símbolo da resistência e da liberdade haitianas.

⁷¹ Para mais informações, visite o Instagram de um restaurante típico haitiano no Rio de Janeiro através do seguinte link: https://www.instagram.com/p/Cg_4YdAOe86/?igsh=ZDI3eDZtb21ycmE4&img_index=1. Acesso em 22 de agosto de 2024.

Foi nesse cenário que entrevistamos nosso sujeito 08, de nome fictício Pastor Ray, imigrante haitiano e pastor da Igreja Evangélica Fluminense, acompanhado de sua esposa. Ele explicou o significado simbólico da sopa, destacando sua importância histórica e cultural para o povo haitiano:

Meu amigo Richemond, essa atividade é da maior importância. Ela nos lembra de nossa história como os primeiros negros independentes da região. Veja a presença de nossa sopa de joumou aqui. Veja como os estrangeiros a adoram. Eles a estão tomando em grandes quantidades, e isso me enche de orgulho. Trouxemos nossa sopa para cá. Eles comem muito, mas não sei se realmente entendem o significado mais profundo dessa sopa e sua importância histórica para nós, haitianos (´pastor Ray, Sujeito 08).

Na declaração do Pastor da comunidade cristã haitiana no Rio de Janeiro, ele expressa seu orgulho ao ver a sopa de "joumou", símbolo da independência do Haiti, sendo apreciada por estrangeiros. Embora celebre o fato de essa tradição ter sido levada para outro lugar, ele questiona se aqueles que a consomem realmente entendem seu significado histórico. Ao perguntarmos Bobby, nome fictício em nossa pesquisa, ao líder do grupo Mawon, sobre o simbolismo dessa sopa para os haitianos, ele explicou que, durante o período colonial, a sopa era proibida para os escravizados. Após 1804, ano da independência, ela passou a representar a liberdade e a resistência do povo haitiano”.

Também, nós tivemos a honra de sermos convidados, em 1º de janeiro de 2022, para a residência particular de uma jovem haitiana, de nome fictício Mania, no bairro de Vicente de Carvalho, perto do estacionamento do metrô de Vicente, na cidade do Rio de Janeiro. O convite teve um duplo significado, para nós como pesquisadores haitianos: além de marcar o início do Ano Novo, coincidiu também com um dia de grande importância histórica para a comunidade haitiana: o Dia da Independência do Haiti. Essa comemoração, profundamente enraizada na cultura haitiana, é tradicionalmente acompanhada de um prato emblemático: a sopa ‘joumou”. Ficamos particularmente tocados pela atenção dada a essa tradição, refletida na preparação meticulosa da sopa, que Mania havia colocado sobre a mesa. A fotografia abaixo dá uma olhada na mesa cuidadosamente posta, demonstrando não apenas o respeito aos costumes, mas também o orgulho cultural desse jovem imigrante haitiana.

Figura 13- Foto da nossa visita à casa de imigrante haitiana no Rio de Janeiro, em 1º de janeiro de 2022, para celebrar os 219 anos da Independência do Haiti com a tradicional sopa Joumou



Fonte: Arquivo próprio (2022)

Essa sopa haitiana, trazida ao Rio de Janeiro por imigrantes haitianos, é uma verdadeira contribuição à cultura carioca, é preparada com abóbora (geralmente a variedade conhecida como abóbora cabotiá ou abóbora de pescoço), carne bovina (como costela ou músculo), legumes (cenoura, repolho, batata, inhame), macarrão, temperos como alho, cebola, pimentão, e ervas como tomilho. O sabor é complexo e reconfortante, combinando a doçura da abóbora com a profundidade dos temperos. Essa famosa sopa, reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pelas Nações Unidas em 2021⁷², é um símbolo profundo. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em seu relatório intitulado “*Soupe Giraumon* (soup Joumou em Criolo haitiano) Haiti: Inscrita em 2021 (16.COM) na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade”, explica o significado simbólico e cultural dessa sopa nas frases a seguir:

⁷² Para obter mais informações sobre esse assunto, leia um artigo do *Centre de Recherche Intégrée et Scientifique d'Haïti (CRISH)*, publicado em 2021 com o título “*La soupe au giraumon d'Haïti classé patrimoine mondial*”. Disponível em <https://lescientifique.org/la-soupe-au-giraumon-dhaiti-classe-patrimoine-mondial>. Acesso em: 07 out 2024

A sopa Joumou, ou sopa *giraumon*, é uma sopa tradicional haitiana feita com abóbora, legumes, banana-da-terra, carne, macarrão e especiarias. É um prato festivo, profundamente enraizado na identidade haitiana, e sua preparação promove a coesão social e o senso de comunidade. Originalmente uma iguaria dos proprietários de escravos, os haitianos adotaram a sopa como sua quando conquistaram a independência da França, tornando-a um símbolo de sua recém-descoberta liberdade e uma expressão de sua dignidade e resiliência. A sopa é feita principalmente de giraumon, uma variedade de abóbora que era cultivada pelos povos indígenas do Caribe. Ela é preparada e consumida especificamente em 1º de janeiro, dia em que o Haiti proclamou a independência, e é a primeira refeição do ano. Também serve como um café da manhã tradicional de domingo. O preparo da sopa giraumon é uma atividade familiar e comunitária: as mulheres administram os preparativos como um todo, as crianças ajudam a preparar os ingredientes, os artesãos fazem as panelas de alumínio e outros utensílios usados no preparo da sopa, e os agricultores trabalham na terra para colher os vegetais. Atualmente, existem diversas variações dessa sopa nas cozinhas do Caribe e da América Latina (Unesco, 2021, s.p) (traduzida de francês para ao português pelo autor)

Observamos na citação da UNESCO como ela justifica que a sopa Joumou tem um grande valor simbólico para o Haiti e para os haitianos. Originalmente destinada aos proprietários de escravos, como já revelou Bobby, o líder do grupo Mawon, após a independência ela se tornou um símbolo de liberdade e dignidade. Então, a partir da reflexão da UNESCO (2021), a presença da sopa de Joumou no Brasil e no Rio de Janeiro em particular, essa sopa, é uma expressão culinária do orgulho e da resistência haitiana, cheia de significados históricos e culturais do povo haitiano.

Outro aspecto importante que destaca a presença da cultura haitiana no Rio de Janeiro é a exibição do cinema haitiano. A comunidade tem incentivado a exibição de filmes que tratam de questões sociais e culturais haitianas, permitindo que a população local conheça um cinema que não é muito divulgado. Como afirma U. Laura Marks em seu livro *"The Skin of the Film: Intercultural Cinema, Embodiment, and the Senses"* (2000), o cinema intercultural ligado à imigração não apenas documenta experiências, mas também molda percepções e promove o debate social. Ao dar visibilidade a histórias marginalizadas, esses filmes promovem empatia e compreensão, ampliando o diálogo entre culturas (Marks, 2000).

Ciente desse potencial, a comunidade haitiana, em colaboração com a *People's Palace Projects (PPP)*, uma organização da sociedade civil, organizou exposições no Rio de Janeiro, permitindo que o público brasileiro apreciasse a riqueza do cinema haitiano. Em seu artigo intitulado "Banco do Brasil e *People's Palace Projects* apresentam o 1º Festival de Cinema Haitiano no Brasil", o jornalista Cláudio Lacerda Oliva (2023) relatou o evento, que ocorreu de 18 a 26 de maio de 2024 no Centro Cultural Banco do Brasil. Ele ressaltou a importância do festival como uma oportunidade única de promover a diversidade cultural e ampliar o conhecimento sobre o Haiti:

Quando Caetano Veloso e Gilberto Gil compuseram a canção “Haiti”, nos fizeram refletir, por meio da arte, a respeito de questões sociais, através de uma analogia com o país caribenho, que sofre há anos com conflitos. E, ao final da letra, dizem: “o Haiti não é aqui”. Ao ouvir a frase, outras questões vigentes aparecem, principalmente relacionadas às situações vividas por imigrantes haitianos que sofrem ao chegar a um novo país. Por esta ótica, o CCBB Rio de Janeiro recebe a 1ª Mostra de Cinema Haitiano no Brasil e apresenta uma oportunidade única de assistir a seis produções de cineastas do Haiti e do Brasil, entre longas, curtas, documentários e animação que tratam de exibir os conflitos sociais que acontecem no Haiti (Oliva, 2023.s.p).

Essa primeira iniciativa é promovida, como já apontamos, pelo *People's Palace Projects Art and Research Centre (PPP)*, com sede em Londres, que oferece um espaço para o diálogo e a troca de experiências entre países por meio da identidade cinematográfica. Os filmes selecionados para a programação são: “*Freda (2021)*, *Barikad(2001)*; *A Batida Não Para(2022)*; *Terremoto (2010)*; *Cousine (2003)*; e *Chache Lavi (2023)*”. Esta seleção foi detalhada na programação do evento, disponível pela internet⁷³.

Esses filmes selecionados foram traduzidos do crioulo haitiano para o português brasileiro, permitindo que o público do Rio de Janeiro os apreciasse plenamente. Eles permitiram também que a população carioca descobrisse o passado, o presente e até mesmo o futuro da primeira república negra independente do mundo. Luiz Antônio Ribeiro, doutor em Memória Social, com foco em poesia e literatura brasileira, e graduado em Teoria do Teatro pela UNIRIO, resumiu o conteúdo dos filmes selecionados. A seguir, um de seus comentários sobre o filme *Freda*⁷⁴, de Gessica Génés:

“Freda” é um olhar profundo sobre o futuro do Haiti. Nesse longa-metragem, a jovem cineasta haitiana apresenta imagens de Porto Príncipe que diferem dos desastres naturais retratados pela mídia internacional. Génés celebra a juventude haitiana com um retrato feminino complexo. Ele conta a história de uma jovem, *Freda*, que vive com a mãe e a irmã em um bairro da classe trabalhadora de Porto Príncipe (Lalue). Diante dos desafios da vida cotidiana no Haiti, cada uma delas se pergunta se deve fugir ou ficar. Freda, o nome de uma divindade nascida da opulência e da sexualidade e a personagem principal do filme, quer mais do que tudo acreditar no futuro de seu país (Ribeiro, 2024, sp).

⁷³ Consulte a programação completa do evento em: <https://peoplespalaceprojects.org.uk/pt/projects/1a-mostra-de-cinema-haitiano-no-brasil/>. Acesso em 17 de setembro de 2024.

⁷⁴ *Freda*, dirigido por Gessica Génés, retrata a vida de uma jovem haitiana que vive em um bairro da classe trabalhadora de Porto Príncipe com sua mãe e irmã. O filme aborda questões como as dificuldades diárias enfrentadas pelas mulheres haitianas, a violência política e a instabilidade social no Haiti. Freda, a protagonista, representa a luta entre o desejo de escapar de uma realidade precária e o forte vínculo com suas raízes culturais e familiares. O filme explora questões de identidade, resistência e sobrevivência em um contexto de profunda desigualdade e conflito social. Por mais informações sobre esse filme veja o texto de “Génés, G. (2021). *Freda* [Filme], da edição “Ayizan Productions”. Disponível em: <https://www.festival-cannes.com/f/freda/>. Acessa em 21 out 2024.

Após o evento, entrevistamos Jan Onoszco, tradutor e jornalista britânico que vive no Rio de Janeiro há mais de 15 anos. Onoszco trabalhou em estreita colaboração com a equipe do MIDEQ Brasil e é o principal gestor do projeto cultural PPP no Brasil. Durante a entrevista, ele compartilhou suas impressões sobre o evento e destacou as contribuições culturais da comunidade haitiana no Rio de Janeiro, ressaltando o enriquecimento cultural e a promoção da diversidade artística que ela proporciona à cidade:

Muitas pessoas que eu conheço, brasileiros, que foram assistir aos filmes, ficaram impressionadas e realmente gostaram do cinema haitiano. Acho que isso foi muito benéfico nesse sentido, porque os brasileiros puderam conhecer um pouco da cultura haitiana e perceber o quanto ela é semelhante, e como a situação, incluindo a situação política, tem muito a ver com o Brasil. Eu queria dizer outra coisa, mas acabei esquecendo. Esqueci de mencionar, então acredito que queria falar sobre os benefícios. Penso que o benefício foi justamente despertar o interesse pela cultura haitiana. O que eu queria dizer é que fiquei impressionado com o interesse da mídia brasileira. Quero dizer, houve uma reportagem na Globo TV, no RJ2, que é o programa de notícias regional, na principal emissora do Brasil, e também na TV Brasil. Houve reportagens em diversos lugares, temos uma lista, e houve muito interesse. (Jan Onoszco, Gerente do PPP).

Na declaração de Onoszco, ele expressa que muitos brasileiros ficaram impressionados e gostaram do cinema haitiano, destacando que isso permitiu aos brasileiros conhecerem melhor a cultura haitiana, percebendo semelhanças com a realidade do Brasil, inclusive na esfera política. Ele destaca que um dos principais benefícios foi despertar o interesse pela cultura haitiana. Além disso, o jornalista britânico se surpreendeu com o interesse da mídia brasileira, mencionando reportagens em grandes veículos como a Globo e a TV Brasil, o que ampliou ainda mais a visibilidade do cinema e da cultura haitiana. Efetivamente, o evento atraiu atenção de todos na cidade do Rio de Janeiro e de Niterói. Sejam brasileiros, haitianos ou outros grupos de imigrantes. As grandes mídias do país realizaram reportagens e escrevem artigos⁷⁵. A imagem seguinte deu uma ideia sobre o gigante evento sociocultural.

⁷⁵ Veja alguns links onde é possível acessar reportagens da mídia sobre esse grande evento sociocultural, no qual a comunidade haitiana foi homenageada durante esse período.: <https://jornalnota.com.br/2024/05/15/6-filmes-para-assistir-na-1a-mostra-de-cinema-haitiano-no-brasil/>; <https://www.diariocarioca.com/cultura/filmes-e-series/1a-mostra-de-cinema-haitiano-no-brasil-estreia-no-ccbb-do-rio-de-janeiro/>; <https://ingressos.ccbb.com.br/cinema-1a-mostra-de-cinema-haitiano-no-brasil-1709/>; Acesso em: 20 novembro de 2024

Figura 14- 1ª Mostra de Cinema Haitiano no Rio de Janeiro entre 18 a 26 de maio de 2024, no Centro Cultural Banco do Brasil



Fonte: Arquivo do trabalho (2023)

Esta foto ilustra claramente que a presença de imigrantes no Rio de Janeiro traz algo positivo à população local. Eles compareceram em grande número para apreciar os filmes haitianos. Além de contribuir com seu patrimônio cultural vibrante e diversificado, os haitianos trazem uma perspectiva única que desafia as noções tradicionais de identidade e pertencimento.

Prosseguimos nosso diálogo com Jan Onoszco, que destacou outro aspecto positivo trazido pelos imigrantes haitianos no Rio de Janeiro: a presença do artesanato haitiano. Ele comentou com entusiasmo:

Richemond, meu amigo, eu adoro os produtos artesanais haitianos. Eles são perfeitos. Já comprei esses produtos na praia de Copacabana, bem perto da minha casa. Também já recebi várias pinturas artesanais e outros itens confeccionados pelos artesãos haitianos aqui no Rio. É extraordinário! Esses produtos são autênticos, originários da essência africana. Não tenho mais palavras para descrever a sua beleza" (Jan Onoszco, Gerente do PPP).

A declaração de Onoszco pode ser interpretada como uma manifestação de valorização e reconhecimento da cultura haitiana, especialmente por meio do artesanato. Alguns pontos-chave merecem destaque: primeiramente, a "valorização da autenticidade". Onoszco expressa um grande apreço pelos produtos artesanais haitianos, referindo-se a eles como "perfeitos" e "autênticos". Isso indica que ele não os vê apenas como itens de consumo, mas como expressões

culturais legítimas e significativas, vinculadas à identidade e à herança haitiana. Em seguida, há a "integração cultural". Ao mencionar que adquiriu esses produtos "bem perto de sua casa", Onoszco sugere que o artesanato haitiano já faz parte do cotidiano no Rio de Janeiro, refletindo uma integração bem-sucedida dos imigrantes haitianos e de sua cultura ao tecido social da cidade.

Observa-se, na declaração do jornalista britânico, uma harmonia com as conclusões do estudo "The Art of Haitian Vodou", publicado pela "University Press of Mississippi" em 2001. Nesta obra, Timothy T. Schwartz conduz uma análise detalhada do artesanato haitiano, com foco nos artefatos e objetos produzidos no âmbito da tradição vodu. O estudo examina a relação entre a espiritualidade vodu e a produção artística, revelando como esses objetos ultrapassam seu valor estético para adquirir significados rituais e simbólicos profundos no contexto da cultura haitiana. Schwartz destaca como essas expressões refletem a confluência de influências africanas, europeias e indígenas, resultando em criações que simultaneamente preservam tradições e incorporam inovações.

A pesquisa de Timothy (2001) enfatiza a importância do artesanato haitiano não apenas como fonte de subsistência, mas também como meio vital de preservar e aprimorar a identidade cultural do Haiti. A partir dessa reflexão, pode-se argumentar que a declaração de Onoszco exemplifica como a migração e o intercâmbio cultural contribuem para o enriquecimento das sociedades, permitindo que novas influências sejam reconhecidas, apreciadas e incorporadas ao contexto social. Hartmann (2020) argumenta que esse processo é essencial para promover um entendimento e uma apreciação mais profundos da diversidade cultural. Nesse sentido, a convergência das ideias de Onoszco com as reflexões de Hartmann destaca a importância da dinâmica intercultural na construção de sociedades mais inclusivas e pluralistas. A fotografia abaixo representa o encontro entre Jan Onoszco, um jornalista internacional, e Germane Delva, um jovem haitiano estudante de artes da Universidade Federal Fluminense, simbolizando o diálogo e o intercâmbio cultural que emergem dessas interações

Figura 15- Foto entre Jan Onoszco, gerente cultural do projeto PPP, e Germane Delva, uma jovem imigrante haitiana que estuda Artes na UFF



Fonte: Arquivo o trabalho (2023)

Na foto, os rostos de Jan Onoszco e Germane Delva refletem alegria ao exibirem camisetas com o logotipo do Haiti. A jornalista segura com apreço o valioso presente criado pela jovem artista haitiana: um mapa do Haiti. De acordo com Roland Barthes⁷⁶, no texto "O Sistema da Moda" (1972), a análise semiológica dos presentes revela que estes carregam significados variados, dependendo do contexto e das intenções do doador. Assim, oferecer um mapa de um país a um estrangeiro pode ser interpretado de várias maneiras, como o compartilhamento cultural, a expressão de identidade e orgulho, a criação de uma conexão e acolhimento, além da promoção de uma troca de conhecimentos (BARTHES, 1972). No caso da jovem artista haitiana⁷⁷, esse gesto representa um ato de compartilhamento cultural, conforme evidenciado em sua declaração:

⁷⁶ Roland Barthes (1915–1980) foi um semiólogo, crítico literário e teórico francês, amplamente reconhecido por sua influência nos campos da literatura, filosofia, ciências humanas e semiótica. Nascido em Cherbourg, passou sua infância em Bayonne antes de se estabelecer em Paris. Ele estudou letras clássicas na Sorbonne. Seu trabalho influenciou profundamente a teoria literária, a semiótica e a crítica cultural, e continua sendo amplamente estudado e debatido nos meios acadêmicos.

⁷⁷ Bom de sublinhar que a Germane Delva, participou na entrevista e no grupo focal. Muitas vezes, citamos suas declarações, com um nome fictício nos capítulos anteriores, conforme o nosso TCLE. No entanto, nesta entrevista depois do evento, ela me autorizou a citar o nome dela.

[...] Oferecer um mapa do meu país ao Jan representa, para mim, uma forma de compartilhar e apresentar a cultura haitiana ao resto do mundo. É um meio de revelar as particularidades geográficas e culturais do Haiti. Além disso, essa ação também expressa a identidade e o orgulho que sinto por meu país. Além disso, consigo expor meu talento como jovem estudante haitiana aqui no Brasil. Não é comum encontrar jovens haitianas como estudantes de Arte, e aproveito este presente para mostrar a Jan o espaço geográfico do meu país, bem como para demonstrar às pessoas daqui que também há talento entre nós [...] (Germane Delva, Estudante em Arte).

Podemos dizer que o gesto da jovem artista haitiana de compartilhar o mapa de seu país de origem vai além da simples representação geográfica; ele traz consigo o desejo de apresentar e celebrar a cultura haitiana no cenário mundial, destacando as particularidades que muitas vezes permanecem desconhecidas fora do Haiti. Como já mencionamos, esse ato também simboliza uma afirmação de identidade e orgulho, tanto pessoal quanto familiar, como revela o trabalho de Barthes (1972). Ao evocar seu país, Germane liga o presente à sua herança e às raízes culturais que deseja preservar e promover. Esse orgulho está intimamente ligado ao ato de resistência cultural, em que o presente não apenas comunica a importância de suas origens, mas também enfatiza o valor de sua história em um contexto estrangeiro (Barthes, 1972). Além disso, a estudante de arte da UFF está usando esse gesto para se afirmar como uma jovem artista haitiana no Brasil, um papel que ela reconhece ser raro, principalmente entre as mulheres.

Além de suas contribuições no cinema, na culinária e no artesanato, os imigrantes haitianos trouxeram também para a cidade do Rio de Janeiro suas crenças religiosas e sua rica produção musical, enriquecendo significativamente o panorama cultural carioca. Estilos musicais como o Compas, o Zouk e o Rara não apenas fortaleceram a cena musical local, mas também a influenciam, demonstrando a vitalidade dos intercâmbios culturais. Tivemos ainda a oportunidade de entrevistar Bobby (nome fictício), líder do grupo Mawon, que em suas declarações destacou o papel crucial da música e da cultura haitiana na criação de laços entre a comunidade haitiana e a população local:

[...] em colaboração com a RioAliançafrancesa, celebramos a “*Fèt Gede*”, uma festividade cultural e espiritual histórica do Haiti, nos dias 1º e 2 de novembro. A celebração contou com a presença do grupo “*Rara W*”, composto por migrantes haitianos, que trouxeram ao Rio de Janeiro a cultura *vodou* por meio de música, dança e narrativas da história haitiana. Também tivemos o privilégio de assistir ao show da artista franco-canadense de ascendência haitiana Melissa Laveaux, acompanhada pelo baixista Sebastien Richelieu. Além disso, contamos com apresentações de dança haitiana realizadas por Erickoficial. Nossa organização, que atua desde 2010, tem trazido para o público carioca a riqueza das músicas haitianas, seja no vodu, rara ou compas... (Bobby, Sujeito 12).

Na declaração de Bobby, o “Fèt Gede⁷⁸” se destaca como um festival histórico é profundamente simbólico no contexto haitiano, oferecendo uma rica combinação de elementos espirituais e culturais. Como Karen McCarthy Brown explica em seu livro “Mama Lola: A Vodou Priestess” (University of California Press, 2001), essa celebração reflete a profunda conexão da comunidade haitiana com suas raízes espirituais, manifestada por meio de música, dança e narrativas que evocam a história e a identidade do país. Bobby também destacou o papel fundamental do grupo “*Rara*” é formado por migrantes haitianos no Rio de Janeiro, na preservação e promoção da cultura vodou⁷⁹. Esse exemplo demonstra a importância da integração cultural, na qual os migrantes não apenas enriquecem a vida cultural da cidade, mas também mantêm e divulgam seu patrimônio ancestral.

Durante nossa presença no Rio de Janeiro, descobrimos também um coral haitiano chamado Groupe Culturel Haïtien (GCH), uma iniciativa sociocultural composta por haitianos, alguns brasileiros e alguns imigrantes africanos, principalmente do Benin. Como parte do projeto MIDEQ, coordenado pela *People 's Palace Projects (PPP)*, o GCH se estabeleceu como uma verdadeira expressão da riqueza da cultura haitiana e da diáspora. Ao longo de várias apresentações, o grupo nos surpreendeu com suas interpretações tocantes de canções clássicas haitianas, que capturam a alegria, a tristeza e a resiliência do povo haitiano. Com sua capacidade de cativar um público diversificado, o GCH demonstrou não apenas seu talento artístico, mas também o poder de sua cultura para criar conexões profundas com o público.

⁷⁸ *Fèt Gede*, conhecido como o "Dia dos Mortos haitiano", é uma tradição anual em que os praticantes do vodou desfilam pelas ruas, incorporando os espíritos dos mortos, chamados gede. Celebrado nos dias 1 e 2 de novembro, o Haiti se transforma no cenário de uma festividade única: o Festival dos Mortos. Similar ao Dia dos Mortos do México e das comunidades latinas nos EUA, o *Fèt Gede* presta homenagem aos entes queridos falecidos. No Haiti, diferentes religiões marcam a data de maneiras distintas: os católicos realizam missas em memória dos falecidos, enquanto os protestantes também se reúnem em orações. Já os seguidores do vodou, uma das religiões oficiais do país, celebram os mortos de forma mais festiva e animada. Embora coincida com o Dia de Finados cristão, *Fèt Gede* tem raízes nas tradições africanas ancestrais, preservadas ao longo dos séculos e atravessando oceanos até se consolidarem no Haiti. Por mais informação consulte o texto de Brown, Karen McCarthy. *Mama Lola: A Vodou Priestess in Brooklyn*. Berkeley: *University of California Press*, 2001”.

⁷⁹ A preservação e divulgação da cultura vodou são fundamentais para manter vivas as tradições religiosas e culturais da comunidade haitiana, tanto no Haiti quanto na diáspora. No contexto dos imigrantes haitianos no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, essas práticas desempenham um papel essencial na manutenção da identidade cultural e na resistência à assimilação forçada. Através de rituais, música, dança e celebrações públicas, como a *Fèt Gede*, o vodou é não apenas uma prática espiritual, mas também um meio de fortalecimento comunitário e de reafirmação das raízes culturais. A divulgação dessa cultura é realizada por meio de eventos, apresentações e colaborações com instituições locais, o que contribui para uma maior visibilidade e aceitação da diversidade religiosa no Brasil. Além disso, a preservação do vodou envolve a transmissão de conhecimentos ancestrais entre gerações, garantindo que essas tradições continuem a prosperar e a se adaptar em novos contextos.

Um momento decisivo nessa descoberta foi a apresentação no Museu do Amanhã em 28 de setembro de 2023, quando o grupo demonstrou com sensibilidade e vigor a beleza e a força de sua música e de suas raízes. Essa experiência revelou o impacto cultural significativo do GCH e seu papel essencial em destacar as contribuições da comunidade haitiana para o cenário artístico do Rio de Janeiro. Veja a ilustração desta prestação com a imagem (17) seguinte:

Figura 16- Ilustração uma das apresentações desse coral no Museu do Amanhã, ocorrida no dia 28 de setembro de 2023



Fonte: Arquivo do MIDEQ (2023)

Observemos nesta foto: uma alegria palpável inunda não apenas os cantores, mas também o público que desfruta intensamente do momento. As bandeiras de diversos países africanos, juntamente com a haitiana, estavam em destaque durante o evento. É possível ver claramente Jan Onoszco, jornalista britânico atuante no Rio há mais de uma década, à frente deste coral como maestro. Após o evento, fizemos a seguinte pergunta a ele: "Jan, como você se sente ao cantar ao lado de imigrantes haitianos, as canções clássicas do Haiti?" Com um sorriso no rosto, ele nos respondeu, as seguintes:

Para mim, cantar músicas haitianas, assistir a filmes haitianos, comer comida haitiana, participar do Dia da Bandeira Haitiana, é uma viagem, uma conexão, uma proximidade, porque nos aproximamos, pelo menos para mim, sinto que me aproximo de outra pessoa quando conheço um pouco mais sobre a cultura que faz parte dessa pessoa. Pessoalmente, adoro aprender outras línguas, então poder cantar em outro idioma é algo muito especial para mim, e isso significa conhecer melhor as pessoas, é

uma conexão e, eu não sei... é estranho, mas tenho muito orgulho de cantar em crioulo haitiano. (Jan Onoszco, Gerente do PPP).

Na declaração de Jan Onoszco, ele demonstra que participar da cultura haitiana, seja cantando, assistindo a filmes ou celebrando o Dia da Bandeira, é uma forma de criar uma conexão profunda com as pessoas dessa comunidade. Esse tipo de envolvimento, como indica Laura Marks (2000), vai além de uma simples apreciação, representando uma maneira autêntica de compreender o outro ao conhecer o que é significativo para ele. Jan também ressalta sua paixão por aprender novos idiomas, e cantar em crioulo haitiano torna-se uma experiência especial que reflete essa proximidade. Orgulhoso de cantar nessa língua, ele valoriza a construção de laços através da diversidade cultural, em sintonia com a perspectiva de Marks (2000) sobre a importância das trocas culturais.

Por fim, vimos que a migração, embora seja uma escolha difícil, pode oferecer condições de vida favoráveis e novas oportunidades. Estudos também mostram que, quando bem administrada, a migração traz benefícios significativos para os países anfitriões, aumentando os ganhos econômicos, sociais e culturais e, ao mesmo tempo, mitigando desafios como a pressão sobre os serviços públicos e as tensões sociais (Garneau, 2020). O exemplo da comunidade haitiana do Rio de Janeiro ilustra essa dinâmica, destacando as significativas contribuições socioeconômicas e culturais dessa comunidade para a cidade. Entretanto, apesar dessas contribuições significativas, observamos que essa população continua a enfrentar atos de preconceito, conforme mencionado no capítulo anterior (ver capítulo 03). Esse contexto levou um dos imigrantes a dizer em uma entrevista: “É lindo ser preto, mas é triste viver como preto e imigrante aqui no Rio de Janeiro”. Na seção seguinte, analisamos como essa comunidade haitiana compreende e interpreta as manifestações de racismo que enfrenta.

5.3 É Lindo Ser Preto, Mas Triste Viver como Preto e Imigrante no Brasil: Compreensão dos Imigrantes Haitianos sobre a manifestação do Racismo Estrutural no Rio de Janeiro

Ao final de uma entrevista com Fanie, nome fictício atribuído ao sujeito 13 da nossa pesquisa, uma jovem haitiana de 35 anos que vive no Rio de Janeiro há mais de sete anos, perguntamos se ela gostaria de acrescentar algo. Sua resposta foi: "[...] obrigada Richemond... eu queria só terminar minha palavra, dizendo que aqui no Rio, é lindo ser preto..., mas é triste viver a vida como preto e imigrante." Essa declaração nos surpreendeu, especialmente como pesquisadores negros e imigrantes haitianos no Brasil. Ela nos conduz a buscar uma compreensão mais profunda de como esses imigrantes haitianos percebem as manifestações do

racismo estrutural brasileiro que impactam suas vidas no Rio de Janeiro ao longo da última década.

Na declaração dessa jovem imigrante haitiana, surgem dois aspectos contrastantes. De um lado, a valorização da identidade negra, celebrada mundialmente por meio da cultura, arte, culinária e música afrodescendentes, inclusive no Brasil. Aqui, em particular, o cabelo negro tornou-se um símbolo de orgulho. Vitor Tavares, em um artigo publicado na BBC News Brasil em 2021, intitulado "Por que o cabelo é tão importante no movimento negro?", explicou que, ao longo da história das Américas, o movimento negro buscou romper com um sistema que, por séculos, estigmatizou as características físicas dos negros, especialmente o cabelo, uma das mais representativas. Hoje, tanto no Brasil quanto no restante do mundo, o discurso sobre a beleza negra tem ganhado força. Nos Estados Unidos, por exemplo, o abolicionista John Swett Rock, em Boston, foi um dos primeiros a exaltar as características físicas dos negros, popularizando a expressão "*Black is beautiful*" no ano de 1858. Citado por Tavares (2021), Rock destacou a importância de reconhecer essas características como parte da afirmação e valorização da identidade negra:

"Quando eu comparo o sistema muscular mais forte, a bela, rica cor, os traços largos e o cabelo graciosamente frisado do negro com a frágil organização física, a cor pálida, as feições finas e os cabelos lisos do branco, estou inclinado acreditar que, quando o homem branco foi criado, a natureza estava exausta" (Tavares, 2021, s.p).

A citação de John Swett Rock inverte a lógica racista da época ao valorizar as características físicas dos negros, como força, cor e beleza, desafiando os padrões estéticos que favoreciam os brancos. A ironia final sugere que a criação do homem branco é o resultado de um esforço menor da natureza, desafiando as noções de superioridade racial e incentivando o orgulho pela estética negra. Esse discurso é considerado uma das bases para o que viria a ser amplamente utilizada expressão "black is beautiful" (preto é bonito). Como diz Fanie, é lindo ser preto.

Por outro lado, na declaração da jovem imigrante haitiana há a dura realidade da discriminação racial cotidiana enfrentada pela população negra do país. Abdias Nascimento, em seu livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (1978), já abordou essa contradição. Ele questionou a ideia amplamente difundida de que os afrodescendentes no Brasil viviam em melhores condições do que os negros nos Estados Unidos ou na África do Sul durante o apartheid. Nascimento (1978) denunciou esse erro ao apresentar

os resultados de sua pesquisa no Segundo Festival de Artes e Culturas Negras em Lagos, Nigéria. Nesse texto combativo, ele argumentou que a situação dos negros no Brasil, marcada pelo racismo oculto, mas presente na vida cotidiana, era ainda mais grave e poderia ser descrita como genocida. Ele conclui que, embora a cultura afro-brasileira seja amplamente exaltada, a população negra continua sofrendo com profundas desigualdades raciais e sociais (Nascimento, 1978).

No contexto dos imigrantes haitianos no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, a declaração da jovem imigrante haitiana assume uma ressonância particular. Além de enfrentar desafios relacionados à sua identidade étnica racial, os haitianos lidam com o peso de sua condição de imigrante, associada à nacionalidade de um país considerado o mais pobre (empobrecido) da América Latina, o que os coloca em uma situação de tripla discriminação. Eles enfrentam preconceito e discriminação por causa de sua etnia, ao mesmo tempo em que são vistos como imigrantes do país mais empobrecido da região, e muitas vezes são relegados a empregos precários e condições de vida difíceis (Dacilien, 2020; Jean Baptiste, 2018; Dacilien & Arruda, 2023; Handerson, 2014). Esse aspecto foi relatado na declaração do Polo, o nome fictício de nosso entrevistado 04, um jovem haitiano e doutorando em Educação em uma universidade pública do Rio de Janeiro, expressou essa realidade nas seguintes palavras:

[...] olha mano, se você perguntar a qualquer brasileiro aqui no Rio, especialmente ao chefe da empresa, o que eles pensam sobre nossa presença, geralmente dirão que somos um povo admirável, muito corajoso e bons trabalhadores. No entanto, se você lhes pedir para nos contratar para cargos de prestígio em suas empresas, eles começam a hesitar, citando desculpas como a falta de diplomas ou uma má fluência no português. Mesmo aqueles que falam a nosso favor podem, às vezes, deixar transparecer preconceitos radicalizados em seu discurso. Aqui, sofremos não só pela cor da nossa pele, mas também pela nossa nacionalidade. (Polo, Sujeito 04).

A declaração de Polo, nosso entrevistado, justifica como a grande maioria dos brasileiros, especialmente os empresários, reconhecem as qualidades dos haitianos, como coragem e dedicação ao trabalho. No entanto, quando se trata de contratá-los para cargos importantes, eles hesitam e citam razões como a falta de diplomas ou a dificuldade com o português. Isso revela que, apesar de falarem bem dos haitianos, muitos ainda têm preconceitos que dificultam a inclusão deles no mercado de trabalho (veja o gráfico 3 no capítulo 1).

Isso também reflete a compreensão do nosso sujeito 09, identificado pelo nome Sonson em nossa pesquisa, que ilustra, no caso específico dos imigrantes haitianos, o racismo brasileiro

manifesta de forma sutil e discreta, dificultando a identificação das experiências vividas por essa população no Rio de Janeiro. Conformemente a sua declaração seguinte:

[...] como te falei, mano, os brasileiros negros também são vítimas diárias de atos racistas aqui no Rio. Porém, para nós, imigrantes haitianos, a situação é ainda mais difícil. Às vezes, o racismo se manifesta de forma sutil, disfarçado em sorrisos e palavras bonitas. É complicado de explicar, mas é uma realidade que vivemos (Sonson, Sujeito, 09).

Então, os relatos de Fanie, Sonson e Polo revelam uma clara compreensão, por parte dos imigrantes haitianos no Rio de Janeiro, das características específicas do racismo estrutural brasileiro, principalmente na forma como ele os afeta. Eles expressam tristeza ao descrever a difícil realidade vivida pela população negra no país. No entanto, como imigrantes haitianos e negros, eles enfrentam uma situação ainda mais difícil, o que agrava suas dificuldades cotidianas no Rio de Janeiro.

Por outro lado, durante nossa presença na cidade, observamos que alguns desses imigrantes desenvolveram uma estratégia que pode ser descrita como “negacionista⁸⁰”, de acordo com o conceito de Barkun (2003), para lidar com atos racistas. Embora sofram profundamente com o racismo (consulte o Capítulo 3), esses haitianos tendem a minimizar a gravidade do problema em suas declarações. O líder do grupo Mawon, identificado como sujeito 12 em nossa pesquisa, é um exemplo disso: ele afirma que qualquer pessoa pode agir de forma racista. Embora o problema seja real, o líder do grupo Mawon acredita que é possível enfrentá-lo, como ilustra a declaração seguinte:

O preconceito ou o racismo está dentro de cada um, se você é racista comigo, vou ser com você. Essa é a cultura geral no Haiti, não é todo mundo. As pessoas falam que o racismo no Brasil é estrutural, então é algo planejado, organizado. E depois é crime. Como um crime é organizado e estruturado? Na verdade, esse é um debate de brasileiros, é estrutural para vocês. Nosso projeto vai além do que o brasileiro acha que o negro teria que ser, porteiro etc., nós queremos ser diretores e temos projetos de vida, que há brasileiros que não pensam nessas coisas. São dois povos diferentes, sendo difícil de comparar (Boby, Sujeito 12).

⁸⁰ Em seu livro “A Culture of Conspiracy”, Barkun (2003) define a “estratégia negacionista” como a tentativa de minimizar um fato, mesmo que haja evidências que o sustentem. Em entrevistas com líderes haitianos no Rio de Janeiro, observamos essa atitude: eles reconhecem que sofrem racismo, mas também dizem que não têm medo de enfrentá-lo, afirmando que o racismo existe em toda parte, inclusive no Haiti. Isso mostra como é difícil lidar com a discriminação no Brasil, ao contrário do Haiti, onde a maioria é negra.

Observamos como Bobby, ativista pró imigrante na cidade do Rio de Janeiro, na sua declaração, explica que, no Haiti, o racismo é uma questão que pode ser enfrentada diretamente entre as pessoas, enquanto no Brasil ele é percebido como um problema mais amplo, planejado e sistemático, conhecido como "racismo estrutural". O ativista haitiano questiona essa concepção, considerando-a uma perspectiva predominantemente brasileira⁸¹. Essa posição não difere da Rose (nome fictício), uma mulher haitiana de 36 anos, que vive há mais de uma década no Rio de Janeiro, conforme evidenciado na pesquisa do MIDEQ:

[...] coisas negativas, racismo, preconceito, não estão no meu dicionário, porque se eu acredito no que me dizem eu não vou me dar bem. Se tem capacidade e direito, se consegue o que quer, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, a primeira coisa quando você chega num lugar é ver seus documentos e aprender o idioma. Se você aprende o idioma, não tem muro, não tem nada...não pode desistir. Já vendi água no sinal e hoje tenho o próprio salão para trançar cabelos. (Rose, apud: MIDEQ, 2022).

Na declaração de Rose, podemos identificar também a estratégia negacionista. Ela diz que o foco no racismo e no preconceito limita as oportunidades. Para Rose, o mais importante é acreditar em si mesma, regularizar sua documentação e aprender o idioma local, pois isso facilita a integração e ajuda a superar barreiras. Em sua opinião, aqueles que sofrerem atos racistas diariamente são, de certa forma, culpados por não conseguirem superá-los, como se fosse uma incapacidade pessoal. Ao contar sua trajetória - que começou vendendo água no sinal e hoje é proprietária de um salão de beleza - Rose reforça a ideia de que o esforço e a perseverança são os caminhos para o sucesso, independentemente das dificuldades encontradas. Por sua vez, José, o nome fictício do sujeito 07 em nosso estudo, para enfrentar o racismo no Rio de Janeiro, recusa-se a ser categorizado. Em sua opinião, ele não é um imigrante nem um refugiado, nem branco nem preto no Brasil. Acima de tudo, ele se define como um cidadão do mundo, como conta na declaração seguinte:

⁸¹ Observamos que muitos haitianos acham difícil identificar atos racistas, pois essa noção não está enraizada em sua cultura. No Haiti, onde mais de 90% da população é negra, pouco se discute sobre as desigualdades raciais e a constituição haitiana considera todos os cidadãos como negros, independentemente da cor da pele, o que limita a conscientização sobre o racismo estrutural. Quando chegam ao Brasil, muitos haitianos, inclusive de seus líderes, demonstram certa ignorância sobre como esse fenômeno se manifesta, não reconhecendo que o racismo vai além das ações individuais e se reflete em práticas institucionais que perpetuam a exclusão e a desigualdade. Em algumas ocasiões, na nossa entrevista os negros imigrantes haitianos culpando os brasileiros negros, acusando-os de serem passivos na luta contra o racismo no país. Essa falta de compreensão, aliada à atribuição de responsabilidade, pode levar a uma subestimação dos desafios enfrentados pela comunidade, como a discriminação no mercado de trabalho, o acesso limitado aos serviços de saúde e educação e a marginalização social, dificultando a mobilização contra essas desigualdades e perpetuando um ciclo de invisibilidade e vulnerabilidade.

Não me enquadro em nenhuma dessas categorias, como imigrante, refugiado, negro, branco ou amarelo. Sou simplesmente José, um cidadão do mundo. Minha identidade não se limita a rótulos sociais; sou uma pessoa educada, inteligente e, por que não, bonita. Se seu objetivo é mudar o mundo, o primeiro passo é parar de rotular e dividir as pessoas em categorias predefinidas". (José, sujeito, 07).

Examinamos como o imigrante haitiano expressa sua opinião de que as categorias sociais, como raça ou status migratório, não devem definir as pessoas. Ele se vê como um cidadão do mundo e dá mais importância às qualidades pessoais, como educação, inteligência e aparência, do que aos rótulos socialmente impostos. Para ele, superar essas divisões é essencial para promover uma mudança real no mundo.

A partir das declarações de Bobby, Rose e José, fica claro que, para comunidade haitianas, enfrentar o racismo no Rio de Janeiro é relativamente fácil. Todos acreditam que essa questão está diretamente ligada à autoestima. Eles ressaltam que os haitianos possuem uma força maior diante do racismo, pois conhecem sua história e sabem como combatê-lo. O líder do grupo Mawon expressa essa posição de forma ainda mais enfática em sua declaração seguinte:

“Quando esquecemos nossa história o racismo afeta, mas quando lembramos que somos haitianos não afeta de jeito nenhum. Pois, quando é migrante é outro pensamento, quando é haitiano é outro pensamento para quem sabe a história dos haitianos (Bobby, Sujeito 12).

Bobby apresentou um argumento que quase culpa os negros brasileiros por sua passividade dentro do sistema. Ele afirma que os negros brasileiros são menos capazes de resistir aos frequentes ataques racistas na cidade do Rio de Janeiro do que os negros haitianos. De acordo com o líder da comunidade haitiana no Rio de Janeiro, os haitianos são capazes de superar as barreiras sociais impostas aos negros pela sociedade brasileira. Ele ressalta que “os haitianos têm grandes ambições e planos para suas vidas, como assumir cargos de chefia, enquanto muitos brasileiros parecem acreditar que os negros devem ser relegados a papéis subalternos”. O líder do grupo Mawon atribui essa atitude dos imigrantes haitianos ao glorioso passado histórico de seu país:

Como não somos brasileiros, não aceitamos o racismo de cabeça baixa. Lembramos que o Haiti foi a primeira república negra, onde os negros venceram e os brancos foram derrotados – já vencemos Napoleão. Nossa história nos dá força para resistir,

porque o preconceito e o racismo só acontecem se você permitir. Se você buscar um advogado e a justiça, a pessoa recua (Boby, APUD MIDEQ, 2022).

De fato, nas palavras de nossos entrevistados, podemos ver uma forma de resiliência e coragem que reflete a essência mesmo do povo haitiano. Para ilustrar isso, podemos citar um dos textos mais conhecidos de Jean Price-Mars, o primeiro etnólogo haitiano, intitulado “Ainsi parla l’Oncle” no qual ele resume o que significa ser haitiano com a frase: “*L’Haïtien est un peuple qui souffre, qui danse et qui rit*” (“O haitiano é um povo que sofre, que dança e que ri”). Price-Mars (1943) capta de forma poderosa a resiliência e a complexidade da identidade haitiana, revelando um povo que, apesar da adversidade e do sofrimento histórico, continua a celebrar a vida por meio da dança e do riso, reafirmando sua força cultural e sua capacidade de resistência. Durante nossa presença na cidade do Rio de Janeiro, nós observamos uma comunidade haitiana forte, que, apesar de suas dificuldades, tenta manter o sorriso. Eles vivem na esperança de um futuro melhor, especialmente com o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder. Na seção seguinte, exploramos as coragens, as esperanças e os sonhos dessa comunidade no Rio de Janeiro.

5.4 *Nou gen kouraj, nou gen pasyans ak lafwa* (Coragem, Paciência e Fé): as Esperanças Corajosas (audaciosas) dos Imigrantes Haitianos no Rio de Janeiro

Um aspecto marcante da presença da comunidade haitiana no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, é sua extraordinária resiliência. Apesar dos significativos desafios que enfrentam, como a discriminação, o trabalho precário e a luta constante por reconhecimento social, as interações com esses imigrantes revelam, sobretudo, expressões de coragem, alegria e perseverança na busca por melhores condições de vida no país (Dacilien & Arruda, 2023; Dacilien & Feleiros, 2025; Flannery, 2018; Costa, 2018; Handerson, 2015). Essa busca pelo bem-estar está refletida nas declarações dos entrevistados, como a seguinte declaração do sujeito 08 durante nossa entrevista:

Richemond, você sabe muito bem que nós, haitianos, somos um povo cheio de coragem para enfrentar as dificuldades da vida. Se conseguirmos sobreviver às adversidades no Haiti, não desistiremos aqui no Rio de Janeiro. Temos não só a força para enfrentar os desafios do cotidiano, mas também a paciência e a fé para seguir em frente. Acreditamos que Deus sempre cuidou de nós e continuará a nos proteger, agora e no futuro” (Pastor Ray, Sujeito, 08).

Observa-se na fala de Pastor Ray a coragem e a fé dos haitianos diante das adversidades, tanto no Haiti quanto no Rio de Janeiro. Segundo ele, a paciência e a fé são essenciais para seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores. Essa posição reflete a essência do povo haitiano, como destaca o trabalho de Etienne (2021, s.p), ao afirmar que "ser haitiano é ter a coragem de continuar a viver, contra todas as adversidades. É também ter a coragem de continuar a amar o Haiti, apesar dos abismos. É a coragem de arregaçar as mangas para ajudar o próximo".

Durante nossa permanência no Rio de Janeiro, ficou evidente o notável entusiasmo da comunidade haitiana ao enfrentar os desafios da vida cotidiana. Entre as questões mais urgentes vividas por esses imigrantes, destaca-se a reunificação familiar, que representa um problema central. Esse processo permite que imigrantes, independentemente de sua nacionalidade, tragam seus parentes mais próximos, como cônjuges e filhos, para viverem juntos no país de destino, favorecendo tanto sua estabilidade emocional quanto social (Wermuth, 2020). O princípio da unidade familiar, previsto na Constituição Federal e reforçado pela Convenção Americana de Direitos Humanos, garante aos refugiados reconhecidos o direito à reunião familiar, assegurando a extensão dos direitos a seus familiares (Cavalcanti & Al., 2017; Wermuth, 2020; Claro, 2020).

Entretanto, no caso específico dos imigrantes haitianos, as pesquisas demonstram que haitianos no Brasil enfrentam consideráveis dificuldades para acessar esse direito, principalmente devido à burocracia institucional e aos altos custos envolvidos (Desrosiers & Melino, 2023; Crawley, 2023). Os relatos coletados durante nossa pesquisa de campo no Rio de Janeiro evidenciam o impacto devastador da separação familiar prolongada, que causa profundo sofrimento psicológico e emocional. Jewova, nosso sujeito 14, que reside na cidade do Rio de Janeiro há mais de seis anos, expressa essa realidade ao mencionar que deixou seu filho no Haiti sob os cuidados de sua mãe:

A vida no Rio de Janeiro é difícil, mas no Haiti é ainda pior, e é por isso que quero ficar aqui. Como você sabe, Richemond, estamos aprendendo a lidar com as adversidades. Mas o meu maior desafio aqui no Brasil é a ausência do meu filho, que está no Haiti há mais de seis anos. Apesar de todos os meus esforços, ainda não consegui convencê-lo a vir. Sem ele, me sinto dividida entre o aqui e o lá. Cada notícia preocupante que recebo me faz lembrar que ele deveria estar comigo. Oro constantemente e acredito que, pela graça de Deus, o impossível se tornará possível (Jewova, Sujeito, 14).

A declaração de Jewova, sujeito 14, mostra a compreensão dos imigrantes haitianos sobre os desafios enfrentados no Brasil, especialmente com relação ao programa de

reunificação familiar. Observa-se na sua fala da mulher haitiana que embora a vida no Rio de Janeiro seja difícil, ele acredita que é melhor do que no Haiti, seu país de origem. Sublinhando a ausência de seu filho, que está no Haiti há mais de seis anos, causa um sentimento de divisão entre os dois países. Porém expressou a sua fé na possibilidade de reunir sua família um dia.

Sobre o mesmo assunto, em 2022 participamos de um workshop organizado pela UNIB na Biblioteca Parque Estadual, localizada na Avenida Presidente Vargas, 1261, no centro do Rio de Janeiro. O encontro reuniu um grupo de imigrantes haitianos para discutir os desafios enfrentados no programa de reunião familiar. Os depoimentos emocionantes compartilhados durante o evento não só descreveram a dor da separação dos membros da família deixados para trás no Haiti, mas também destacaram a importância da família como um pilar fundamental de sua identidade e resiliência. Veja a foto abaixo para ter uma ideia do evento.

Figura 17- Workshop sobre as dificuldades de acesso ao programa de reunificação familiar para haitianos no Rio de Janeiro, organizado pelo grupo da UNIB na biblioteca



Fonte: Arquivo do autor (2022)

Observa-se nesta foto um grupo de haitianos reunidos em torno de uma mesa, acompanhados por um advogado brasileiro contratado pela organização UNIB, que oferece orientação e apoio no programa de reagrupamento familiar, essencial para facilitar a reunificação de famílias separadas. A presença desse profissional é vital, já que muitos imigrantes enfrentam desafios legais e burocráticos complexos. Na mesa, também, é possível de destaca o autor da pesquisa, vestido com uma blusa branca e anotando os principais pontos discutidos durante a reunião em um caderno, evidenciando seu compromisso em documentar

as experiências e necessidades da comunidade e contribuindo para uma compreensão mais ampla dos desafios que os haitianos enfrentam em sua busca por estabilidade no Brasil.

De fato, trazer um familiar para o Brasil representa um desafio significativo para os imigrantes haitianos, que enfrentam inúmeros entraves legais e burocráticos. Nesse contexto, Ismane Desrosiers e Heloisa Melino, em seu artigo intitulado "Acesso à Justiça: Reafirmando Direitos para as Populações Haitianas no Brasil", publicado na revista *Periferia* em 2023, argumentam que essas dificuldades evidenciam não apenas as limitações do sistema jurídico brasileiro, mas também a ausência de políticas públicas eficazes que assegurem o acesso pleno aos direitos fundamentais dessas populações:

A reunificação familiar é difícil no país, mesmo para aquelas e aqueles com status de refugiada/o, e os vistos humanitários não vêm com amplas proteções e recursos governamentais. Dessa maneira, apesar de essa ser uma garantia na nova lei da migração (Lei 13.445 de 2017), muitas/os haitianas/os têm dificuldade em obter os documentos necessários para se reunirem com seus familiares que estão no Haiti ou em diáspora. (Desrosiers & Melino, 2023, p. 72)

Por sua vez, Heaven Crawley, a diretora do projeto de “Migração para o Desenvolvimento e a Igualdade” (MIDEQ), abordou no mesmo sentido esse aspecto em seu texto intitulado “Do Desespero à Esperança? A Garantia de Direitos para os Migrantes Haitianos nesse Novo Brasil”, publicado em 2023 pelo Centro para Pesquisa Política da Universidade das Nações Unidas (UNU-CPR), declarando que:

[...] nosso trabalho com o MIDEQ Hub e seu parceiro local, Instituto Maria e João Aleixo (IMJA) tem chamado a atenção para três principais pontos. Primeiro, apesar do direito à vida familiar estar consagrado pela Declaração Universal de Direitos Humanos, muitos haitianos não estão aptos a fazer os arranjos necessários para reunir suas famílias no Brasil. A reunião familiar é difícil no Brasil, mesmo para quem tenha status de refugiado, e vistos humanitários não trazem as mesmas proteções e recursos governamentais. Muitos haitianos têm dificuldade de garantir a documentação necessária para a reunião familiar (Crawley, 2023, p. 3).

Aponta-se na declaração da diretora do projeto do MIDEQ as dificuldades que os haitianos enfrentam para reunir suas famílias no Brasil, apesar do direito à vida familiar garantido pela Declaração Universal de Direitos Humanos. Crawley (2023) aponta que embora esse direito exista, muitos imigrantes haitianos não conseguem concretizá-lo. Mesmo aqueles

com status de refugiado enfrentam barreiras, e os vistos humanitários⁸² não oferecem as proteções necessárias. Além disso, a especialista em imigração do Sul Global destacou a ausência de voos do Haiti para o Brasil desde o período da pandemia da Covid-19, como um desafio que complica o programa de reunificação familiar da comunidade haitiana no país. Conforme a sua declaração seguinte:

Ainda, lidam com desafios associados à viagem para e desde o Haiti, principalmente em decorrência da falta de voos diretos desde a pandemia da Covid-19 e da exigência de vistos para trânsito. Esse problema se agravou pela rápida deterioração da segurança no Haiti que se seguiu após o assassinato do presidente Moïse em julho de 2021. Sem ter como proteger suas famílias no Haiti, ou mesmo contribuir com as necessidades mais imediatas, os haitianos no Brasil se sentem desamparados e desesperançosos. Também compartilham da frustração com a falta de mecanismos que os apoie, incluindo mesmo a provisão de documentação (Crawley, 2023, p.4).

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas no Rio de Janeiro, a comunidade haitiana demonstra forte determinação. Através da nossa observação participante nas atividades organizadas por e para essa comunidade, foi possível constatar sua resiliência diante dos desafios do cotidiano. Apesar dos ataques racistas, esses imigrantes haitianos mostram uma constante coragem e uma vontade inabalável de continuar avançando. Eles também mantêm uma profunda esperança em um futuro melhor. Essa esperança foi reforçada com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil. As palavras de Will, nosso primeiro sujeito, ilustram bem esse otimismo coletivo:

Meu mano, nossa situação aqui no Rio é bastante difícil, mas acreditamos que as coisas vão melhorar, especialmente com o retorno do Lula ao poder. Não quero dizer que todos os nossos problemas serão resolvidos, mas estou convencido de que Lula é um homem esclarecido. Ele certamente tomará medidas em favor dos imigrantes no país, especialmente para nós, haitianos (Will, sujeito 1).

De fato, com a chegada do presidente Lula ao poder, o discurso oficial racista e xenofóbico diminuiu consideravelmente, permitindo que os imigrantes, especialmente os haitianos, renovassem a coragem e a confiança em um futuro mais promissor. Nesse sentido, Heaven Crawley (2023) também adota uma perspectiva otimista sobre os desafios enfrentados

⁸² Desde 2018, meus contatos com imigrantes haitianos no Brasil, juntamente com minha própria experiência como imigrante haitiano também, revelaram uma categorização dos haitianos como beneficiários de vistos humanitários no país. Essa situação pode criar uma distinção entre eles e outros grupos de imigrantes, reforçando a percepção de que os haitianos são menos capazes de se integrar ou prosperar em comparação a outros. Tal categorização tem o potencial de conduzir à marginalização e exclusão social, perpetuando uma narrativa de inferioridade que compromete o reconhecimento da capacidade e das contribuições dos haitianos na sociedade brasileira.

pelos haitianos no Brasil nesse novo contexto, questionando: "O que o futuro reserva para a comunidade haitiana com a chegada de Lula?". Em seguida, ela desenvolve sua análise a partir dessa reflexão, explorando as possíveis mudanças:

Lula herdou um país profundamente desigual, assolado pela pandemia da Covid-19 e politicamente polarizado: ele venceu a eleição por menos de 2% dos votos e, como demonstram os ataques a Brasília, os opositores continuam a questionar a vitória de Lula.

Apesar de ter tirado milhões de pessoas da pobreza nas últimas décadas, o Brasil ainda lida com uma enorme desigualdade entre os mais ricos e o restante da população do país, incluindo migrantes e brasileiros negros. Mas é enorme o potencial do Brasil e o retorno de Lula marca uma guinada potencialmente importante. O país já começou a reverter seu isolamento no cenário internacional, anunciando seu retorno ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, um sinal de Lula sobre suas intenções em relação às questões pertinentes aos migrantes no Brasil (Crawley, 2023, p.6).

Enquanto Crawley (2023) se mostra otimista com o retorno de Lula, dizendo que, em geral, isso fará avançar a luta contra a pobreza no país, especialmente para migrantes e negros, para Chegue, nosso entrevistado 05 e um dos principais ativistas da comunidade haitiana do Rio, o retorno de Lula não mudará a realidade dos imigrantes haitianos no Brasil. Talvez, em sua opinião, possa ser uma oportunidade para o Brasil se envolver mais no cenário internacional, como demonstrado por sua adesão ao Pacto Global para Migração Segura, como ele explica abaixo:

Não acredito que o retorno de Lula vá mudar a vida dos imigrantes haitianos no Brasil. O racismo no Brasil é estrutural, o que significa que vai além de um presidente. No entanto, acho que com Lula no poder, os discursos oficiais racistas e xenofóbicos vão diminuir. A presença dele nos dá esperança de que poderemos continuar a viver aqui (Chegue, Sujeito 05).

Assim, como Crawley (2023) e vários de nossos entrevistados já apontaram, acreditamos que o retorno do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia transformar as narrativas sobre migração. Isso tornaria possível reverter a retórica anti-imigração que prevaleceu durante a presidência de Bolsonaro e enfraqueceu os direitos dos migrantes haitianos, ao mesmo tempo em que destacaria o potencial da migração como um motor para o desenvolvimento.

Nosso contato com a comunidade haitiana no Rio de Janeiro permitiu revelar aspectos cruciais sobre a compreensão que esses imigrantes têm do racismo estrutural no Brasil. Por meio de uma abordagem de observação participante, realizada em diversas atividades organizadas por e para imigrantes haitianos no Rio de Janeiro, além de entrevistas semiestruturadas com líderes dessa comunidade e grupos focais, constatou-se que esses

imigrantes contribuem de maneira significativa nos âmbitos socioeconômico e cultural para a sociedade brasileira. Essas contribuições, por sua vez, também trazem benefícios à população local.

No entanto, uma análise aprofundada sobre como esses imigrantes interpretam as especificidades do racismo estrutural no Brasil revela uma fragilidade notável no reconhecimento desse fenômeno. Observa-se uma divergência acentuada entre a percepção dos haitianos e a dos brasileiros quanto à interpretação dos atos racistas. Para muitos haitianos, a luta contra o racismo parece ser percebida de maneira relativamente simples. Essa incompreensão em relação ao debate mais amplo sobre o racismo, tanto em um contexto nacional quanto global, pode ser atribuída a diversos fatores históricos, culturais e sociopolíticos entre os dois países.

Em primeiro lugar, é importante destacar que o Haiti, como a primeira república negra independente, possui uma relação singular com a questão do racismo. A Revolução Haitiana (1791-1804), que resultou na abolição da escravidão e na derrota das potências coloniais europeias, fomentou um orgulho nacional centrado na resistência à opressão racial (Silva & Dacilien, 2023; Germain, 2021). Essa vitória histórica, por vezes, leva os haitianos a subestimar ou minimizar as formas contemporâneas de racismo, especialmente fora de seu país de origem. Muitos dos nossos entrevistados expressaram a convicção de que, uma vez que o Haiti se libertou do jugo colonial, o racismo não deveria mais ser uma questão central em suas vidas.

Além disso, essa atitude pode ser explicada pela prioridade dada às desigualdades econômicas e sociais. No Haiti, onde a maioria da população é negra, as divisões raciais internas são menos evidentes do que em outros contextos nacionais. São, antes, as desigualdades de classe, as disparidades no acesso aos recursos ou as diferenças entre as zonas rurais e urbanas que predominam no debate público (Barthélemy, 1989). Assim, o racismo tal como vivenciado no Brasil, onde a segregação racial é mais pronunciada, parece menos relevante aos olhos dos imigrantes haitianos que vivem no Rio de Janeiro. Eles tendem a relativizar a questão racial, concentrando-se mais nas lutas econômicas, o que leva a uma certa incompreensão do debate sobre o racismo estrutural no contexto brasileiro.

Nesse ponto do debate pode ser difícil compreendermos as categorias que são utilizadas em países com percepções e orações raciais tão diferenciadas, que são demonstradas e observadas na fala da maioria dos entrevistados. A realidade é que nem no Brasil, e tampouco no Haiti, existe uma forma singular e concreta de consciência racial, é claro que a trajetória nada sutil da escravidão para uma sociedade moderna colaborou para esse aspecto.

Mais uma vez, por estarmos falando de países de capitalismo dependente as representações e os estigmas ligados a população haitiana e negra estão diretamente íntimas com a integração dessas populações ao mercado de trabalho, e, portanto, inteiramente ligadas a questão de exploração, dominação e a própria dinâmica das classes, do capital e trabalho. Por isso, também, que mais profundo que uma mudança de governo para a esperança de melhoria de vida, estamos falando de uma profunda marca na estrutura de uma sociedade, ou seja, no crescimento de uma nação baseada no trabalho escravo, e que manifesta de forma dura aquilo que parece ser cotidiano em suas instituições e ideologias.

Ao tratarmos disso, lembramos dos estudos de Florestan Fernandes (2008), o autor nos diz que a posição ocupada e designada pela comunidade negra em paralelo ao racismo presente no mercado de trabalho era de um cenário de “isolamento velado”, e na “margem da proletarização”, e sempre na base do que seria a classe operária urbana. Em uma sociedade maximizada de um capitalismo destrutivo o que importa é acumulação de capital e a maximização da exploração desse proletariado.

No contexto do Rio de Janeiro, uma parcela significativa de imigrantes haitianos recorre ao empreendedorismo, mas essa prática, sob uma perspectiva crítica marxista, parece reforçar dinâmicas de exploração e precarização, mais do que promover a emancipação. Inspirando-se em Antunes e Alves (2004) e Oliveira (2016), é possível entender que o racismo estrutural e a ausência de políticas de inclusão efetiva excluem esses trabalhadores do mercado formal, direcionando-os ao setor informal, onde ficam desprovidos de segurança social e direitos trabalhistas. Nesse sentido, o empreendedorismo individual tende a fragmentar a organização coletiva, uma vez que, segundo Antunes e Alves (2004), a lógica neoliberal promove a valorização do sucesso pessoal, alienando o trabalhador das lutas coletivas e substituindo a solidariedade por uma busca de interesses individuais.

Além disso, como argumenta Oliveira (2016), o mercado capitalista acaba beneficiando-se da informalidade ao estabelecer relações indiretas com pequenos negócios. Dessa forma, grandes empresas acessam produtos a baixo custo sem se comprometerem com encargos sociais ou tributários, enquanto esses empreendedores informais sustentam um sistema que os mantém em condições de vulnerabilidade. A ilusão de que qualquer indivíduo pode prosperar no empreendedorismo mascara as dificuldades concretas que esses trabalhadores enfrentam, ocultando tanto a carência de apoio institucional quanto às limitações do mercado informal. Esse cenário contribui para a perpetuação da desigualdade, afastando a possibilidade de transformações estruturais que poderiam romper com essa dinâmica de exploração e precariedade.

Essas análises nos levam a pensar em dois aspectos presentes nas falas dos entrevistados, primeiro a realização dos imigrantes ao se integrarem no mercado de trabalho e assim se sentirem “parte da sociedade” e “valorizados”, e segundo a vivência de um processo que, apesar de particular, se assemelha a reorganização do processo da comunidade pós escravidão ao se integrar na sociedade brasileira. Em suma, essa diferença e similaridades de percepção pode ser compreendida à luz das trajetórias históricas e das experiências culturais distintas que moldam a maneira como os imigrantes haitianos percebem e vivenciam as questões de raça e racismo fora de seu país de origem.

O que por fim, podemos destacar que todos esses processos e manifestações nos levam, não a uma análise final, mas um caminho interpretativo instigante, ao contrário dos anseios de uma população negra imigrante pronta para se sentir pertencente ao lugar que foi escolhido como casa, aliado as percepções e processos históricos que foi trazido na bagagem, a realidade da imigração haitiana no Brasil se mostra um lugar de extrema resiliência e resistência, em um espaço duplo de luta contra a espoliação extrema do trabalho, embebida pelo racismo estrutural, que se traduz “nem na profissionalização”, “nem na proletarização”, “nem na acumulação capitalista” (Fernandes, 2008, p. 150).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, realizada em meio à pandemia da Covid-19, buscou analisar as especificidades do racismo estrutural brasileiro no contexto da imigração haitiana ao Brasil na última década. Com base em Abdelmalek Sayad (2010), que enfatizam os fenômenos migratórios como processos que interligam emigração e imigração, esta tese se organiza em quatro capítulos que discutem a trajetória dos imigrantes haitianos, abordando suas interações com o Estado, as políticas sociais, as dinâmicas sociais e o racismo estrutural. Cada capítulo investiga um aspecto essencial para compreender as múltiplas dimensões desse processo, com foco especial na resistência, resiliência e reconfiguração identitária da comunidade haitiana no Brasil em geral e em particular no Rio de Janeiro.

No primeiro capítulo, traça-se um panorama das dinâmicas históricas e sociais que impulsionaram a migração haitiana para o Brasil a partir de 2010. O Haiti, marcado por desastres naturais e intervenções internacionais, é também um país onde a elite política tem se alinhado historicamente às potências globais, configurando um "Estado predador" que força grande parte de sua população a buscar alternativas no exterior. Essa condição, somada à devastação causada pelo terremoto de 2010, empurrou milhares de haitianos a buscar refúgio em países como o Brasil, que, na época, vivia um boom econômico e consolidava sua imagem como líder regional na América Latina.

Nesse mesmo aspecto sublinhamos a importância de analisar esses eventos em uma perspectiva crítica e, por vezes, alinhada à realidade material, onde a vida social está fundada, tendo em vista que apesar da herança histórica revolucionária que carrega o povo haitiano, esse não se excluiu dos ditames da sociedade capitalista e sofreu os duros golpes predadores. retornamos, então, aquilo que nos diz Marx “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2006, p. 6).

Adicionalmente a esta análise, destacamos a presença brasileira no Haiti durante a MINUSTAH (2004-2017), que criou um imaginário positivo em relação ao Brasil, que parecia oferecer oportunidades econômicas e sociais. No entanto, a pesquisa revelou que a escolha do Brasil não se deu apenas por razões econômicas. Muitos haitianos foram atraídos pelo discurso de solidariedade do governo brasileiro, aliado à necessidade do país de mão de obra para grandes projetos de infraestrutura, especialmente nas vésperas da Copa do Mundo de 2014 e

das Olimpíadas de 2016. Essa relação entre necessidade econômica e idealização do Brasil como um país acolhedor aponta contradições que são aprofundadas nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, analisam-se as políticas migratórias do Haiti e do Brasil nos séculos XIX, XX e XXI, com especial atenção ao papel do racismo na formulação dessas políticas. No caso haitiano, observa-se uma relativa universalidade nas políticas migratórias. Durante esses períodos, o Haiti recebeu refugiados afrodescendentes do Caribe, soldados poloneses desertores, e imigrantes sírio-libaneses. Essa abertura contrastava com as políticas migratórias brasileiras, historicamente marcadas pela seletividade. O Brasil, em suas três fases migratórias principais, xenofilia europeia, xenofobia racial e segurança nacional, priorizou grupos considerados úteis para os interesses da elite governante, muitas vezes relegando imigrantes negros e asiáticos a uma condição de marginalidade.

O trabalho destacou avanços importantes na política migratória brasileira, especialmente na última década, com a aprovação da Nova Lei de Migração de 2017, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, alinhando a legislação brasileira aos princípios internacionais de direitos humanos. No entanto, apesar desse progresso, a implementação das políticas migratórias continua marcada por barreiras institucionais e culturais. No caso dos haitianos, percebe-se que medidas como o visto humanitário, adotado em resposta à crise provocada pelo terremoto de 2010, foram implementadas sob pressão internacional, mas sem um compromisso pleno com a integração social e política desses imigrantes. Essa abordagem seletiva reflete uma lógica pragmática que valoriza a força de trabalho haitiana para atender às necessidades do mercado, mas limita o acesso a direitos políticos e civis, perpetuando uma exclusão estrutural. Dessa forma, apesar do avanço representado pela Nova Lei de Migração, o contexto revela a necessidade de políticas que ultrapassem a resposta emergencial e priorizem a inclusão social e cultural, abordando as desigualdades estruturais que afetam os imigrantes haitianos no Brasil.

O terceiro capítulo em sua vez, analisa as políticas de assistência social no Rio de Janeiro em relação aos imigrantes haitianos, destacando os desafios enfrentados por essa população no acesso aos serviços socioassistenciais. Embora o acesso formal a esses serviços seja garantido universalmente, observa-se que, na prática, fatores como preconceito, desinformação e a ausência de tradutores comprometem a efetiva inclusão dos haitianos. Relatos apontam dificuldades frequentes para acessar benefícios sociais ou até mesmo para obter informações claras sobre seus direitos. Além disso, há uma lacuna evidente na formação dos profissionais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), particularmente no que diz respeito às especificidades culturais e linguísticas dessa população.

Para enfrentar esses desafios, aconselhar a inclusão de profissionais imigrantes nas equipes de atendimento, como forma de promover uma abordagem mais inclusiva e culturalmente sensível. Apesar das dificuldades institucionais, muitos haitianos recorrem às redes de solidariedade dentro da própria comunidade para superar barreiras, o que tem sido fundamental para garantir o acesso a informações e serviços. Dado esse que reproduz um cenário semelhante de outros setores da população brasileira, que recorrem às redes de atendimento ligadas à caridade. No entanto, a falta de reconhecimento institucional dessas iniciativas comunitárias reflete uma limitação nas políticas públicas, evidenciando que a questão migratória ainda não é plenamente incorporada como parte integrante da política social do Estado.

A tese finaliza com o capítulo quarto, focado na experiência vivida pelos haitianos no Rio de Janeiro, particularmente em sua interação com o racismo estrutural brasileiro. Para muitos haitianos, o racismo no Brasil é experienciado de forma distinta do vivido no Haiti, mas igualmente opressor. A cor da pele, que no Brasil é um marcador central de exclusão, coloca os haitianos em uma posição de vulnerabilidade semelhante à das populações negras brasileiras. Isso se reflete não apenas no mercado de trabalho, onde os haitianos ocupam majoritariamente posições subalternas e mal remuneradas, mas também na discriminação cotidiana, que inclui dificuldades para acessar habitação, saúde e educação de qualidade.

Ao mesmo tempo, a experiência haitiana no Brasil também é marcada por estratégias de resistência e resiliência. A cultura haitiana – expressa por meio da música, dança, religião e empreendedorismo – emerge como uma força transformadora que desafia as narrativas de exclusão e reafirma a dignidade dessa população. O empreendedorismo, embora muitas vezes limitado pela precarização do trabalho, também é uma ferramenta que permite aos haitianos reconfigurar seu papel na sociedade brasileira. No entanto, sob uma perspectiva crítica marxista, é importante questionar se essa estratégia individual não reforça, ao invés de superar, as desigualdades estruturais do sistema capitalista.

Todos os capítulos, interligados, apontam diferentes perspectivas de uma mesma temática que nos levam a algumas conclusões. Não seria usado dizer que talvez o denominador comum das discussões que foram propostas seja então como o Estado no Capitalismo Dependente se instaura em sociedades periféricas e usa suas classes, frações, setores e eventos como a imigração para continuar um processo de acumulação de capital. Ao longo dos capítulos observamos diversas fissuras próprias do Estado capitalista, mas o que estamos chamando atenção é a formação social da qual está se constitui, e como a imigração haitiana se localiza

nesse processo particular de exploração, e é onde chegamos às conclusões das quais faremos referência daqui pra frente.

Guardada as devidas proporções tanto o Brasil, como Haiti, advém de um processo similar de exploração, estão assentados em um emaranhado de disputa das relações de poder e dominação que fazem correspondência ao sistema mundial capitalista. Assim, os dois países estão implicados em uma subordinação de suas elites dominantes locais às classes dominantes de países de capitalismo desenvolvido, e o fazem desde que o mundo foi explorado pelo viés imperialista. Ao retornamos à história do Haiti em sua constituição como nação e os variados marcos migratórios (por diversos fatores), observamos que havia um processo de enfraquecimento ou até mesmo uma ausência total de classes dominantes locais, e os projetos de desenvolvimentos nacionais estavam ligados a associação do país ao cenário mundial, destacamos por exemplo em uma escala mais ampla as interações de países europeus e a MINUSTAH, da qual tratamos anteriormente.

Ainda, a resposta do Estado haitiano (sic) a esses processos, ainda que sob feições democráticas, foi a compensação de sua fraqueza estrutural através de internalizações autoritárias, em um ponto de exploração e escassez tão forte que levou aos possíveis eventos de imigração forçada, atravessados por altos níveis de conflitos sociais, o que concluímos aqui é o papel do Estado Haitiano foi fundamental para potencializar as fraturas da luta de classe haitiana, e ao mesmo tempo minava os resquícios de uma veia revolucionária de seu povo, ao torna-lo inoperante frente a máquina do capital. Aqui destacamos um sentimento presente na fala dos entrevistados, que é uma característica desse processo:

- a) a descrença nos setores políticos
- b) a crença em caminhos alternativos pela ausência de políticas sociais, ex: empreendedorismo.
- c) A ideia advinda de que as grandes instituições e as políticas de assistência são doações, benefícios ou auxílios, e não direitos dos cidadãos.

Esses aspectos nos levam ao outro ponto chave das nossas análises. Podemos dizer que a imigração haitiana responde a um grau mais complexo dos que os conflitos e as formações sociais tanto brasileira como haitiana se formam. Isso significa que as respostas imperialistas das nações garantiram em determinado grau os interesses internos de cada país. O Brasil precisava de mão de obra barata, o Haiti necessitava completar mais uma onda migratória já que o país se encontrava devastado ambientalmente e politicamente.

A problemática desses processos é que, diferente de nações de capitalismo centrais, onde as populações em vulnerabilidade eram a minoria, os países do capitalismo dependente por

consequência de como foi sua ocupação no processo de acumulação e expansão capitalista detinha uma longa camada de população super-relativa, fragilidades sociais em sua estrutura, e um Estado baseado no racismo oriundo de um largo processo da escravidão. Isso significou que essas fragilidades atuaram de forma mais intensa na maioria da população, ou seja, pretos, indígenas e migrantes. “[...] E o fato de serem maioria, em conjunto com uma formação social estruturalmente racista e patriarcal, faz com que o grau de coerção vivenciado por essas populações tenha uma maior amplitude” (Rodrigues, 2022, p.79).

Todos os cenários nos revelam então uma interessante análise, é claro que a dominação externa só se realiza por meio da dominação interna. E, compreender esse fenômeno nos exige a olhar essas formações econômicas sociais específicas de um tipo de Estado, de sociedade, que apesar de subordinada, ainda é capitalista. Assim, não estamos falando de um sistema distinto, mas, sim de países que adaptaram as suas condições de desenvolvimento de forma dependente.

Por fim, a imigração haitiana no Brasil evidencia essas contradições, os eventos que são vivenciados por essas pessoas não estão soltos ao acaso, fazem parte de uma estrutura concebida para ser explorada. Observamos, ainda, que apesar dos avanços nas políticas migratórias ainda enxergamos uma sociedade profundamente desigual marcada pelo racismo estrutural. Por outro

lado, o povo haitiano não deixa apagar sua história, *Louverture* ainda ecoa na visão de capacidade de construção de pontes para diálogos onde teses como essa feita por um pesquisador que, ao mesmo tempo analisa e ouve, vive as mesmas angústias de ser um imigrante negro em um país distante. Ainda a resistência e resiliência da comunidade haitiana no Brasil nos oferece uma oportunidade única de repensar as relações de raça, nacionalidade, imigração e cidadania e, assim, podermos ocupar um novo patamar de diálogo, onde as classes vulneráveis possam acreditar em futuro para além da esperança, com condições materiais suficientes de sua resistência. O Haiti estará onde seu povo está.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, B.O.L. & SOARES, A.J.G. **A imprensa negra e o futebol em São Paulo no início do século XX.** Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.1, p.63-76, jan./mar. 2012.

ALMEIDA, Bárbara Schausteck. **Megaeventos esportivos, política e legado:** o Brasil como sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Espaço Abierto, vol. 25, núm. 2, pp. 67-81, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12246766004/html/>. Acesso em: 14 mar 2024.

ALMEIDA, Silvio. **O que é o Racismo Estrutural?** Belo Horizonte. Editora Letramento.2018.

ANTUNES, Ricardo., & ALVES, Giovanni. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação & Sociedade. 2004

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. **Fim do tráfico.** In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 232.

AUDEBERT, Cédric. **La diaspora haïtienne** : vers l'émergence d'un territoire de la dispersion ? In : CÉLIUS, Carlo A. (Dir.). **Le défi haïtien** : économie, dynamique sociopolitique et migration, Paris : L'Harmattan, 2011, p. 193-212. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/817514/filename/dispersion.pdf>>. Acesso em: 30 jul 2020.

AUDEBERT, Cédric. **La diaspora haïtienne:** Territoires migratoires et réseaux transnationaux. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.

BAENINGER, Rosana (org). **Migrações internacionais.** Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013.

BAENINGER, Rosana. **Migrações transnacionais de refúgio no Brasil.** In: LUSI, C. (Org.). **Migrações internacionais:** abordagens de direitos humanos. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017, p. 13-29.

BANQUE MONDIALE. **Recueil de statistiques 2011 sur les migrations et les envois de fonds.** 2011. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/Factbook2011French.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

BANQUE MONDIALE-BM. **Haïti est un pays extrêmement vulnérable aux catastrophes naturelles, auxquelles sont exposés plus de 90 % de sa population.** 2021. Disponível em: banquemondiale.org/fr/country/haiti/overview#:~:text=Les%20dernières%20estimations%20évaluent%20le,plus%20inégalitaires%20de%20la%20région. Acesso em: 20 jul de 2022.

BAPTISTA, R. & VILAR, I. **Projeto da nova Lei de Migração segue para sanção presidencial,** 18 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/18/projeto-da-nova-lei-de-migracao-segue-para-sancao-presidencial>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

» <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/18/projeto-da-nova-lei-de-migracao-segue-para-sancao-presidencial>

BARBOSA, Rosana. **Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil.** ARQUIPÉLAGO-HISTÓRIA, 2ª série, VII (2003). St. Mary 's University (Canadá).

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições, 1977.

BARKUN, M. **A Culture of Conspiracy: Apocalyptic Visions in Contemporary America.** University of California Press. 2003.

BARTHELEMY, Gérard. **Le Pays en dehors: Essai sur l'univers rural haïtien.** Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps, 1989.

BARTHES, Roland. **O Sistema das Modas.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

BEHRING, Elaine R. BOSCHETTI, Ivanete. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez Editora, 2006

BJERRE, L., M. HELBLING, F. Römer and M. Zobel. **Conceptualizing and measuring immigration policies: A comparative perspective.** International Migration Review, 2015. 49(3): 555-600. Acesso em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1111/imre.12100>.

BORJAS, G. J. **The Economic Benefits of Immigration.** NBER Working Paper Series. National Bureau of Economic Research, 1999.

BOUFFARTIGUE, Sylvie. **D'un citoyen à l'autre : les premières constitutions d' Haïti et de Cuba.** État et Nation. 2008. <https://doi.org/10.4000/alhim.2883>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

» http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao67.htm

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

» <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. **Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.** Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9199-20-novembro-2017-785772-publicacaooriginal-154263-pe.html>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

» <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9199-20-novembro-2017-785772-publicacaooriginal-154263-pe.html>

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.175, de 7 de abril de 1941.** Restringe a imigração e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

» <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938.** Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-norma-pe.html>>. Acesso em: 12jan. 2019.
» <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-norma-pe.html>

BRASIL. **Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 16 jan. 2019.
» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm

BRASIL. **Lei nº 6.185, de 19 de agosto de 1980.** Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.
» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm

BRASIL. **Plano de Ação Brasil:** “Um Roteiro Comum para Fortalecer a Proteção e Promover Soluções Duradouras para as Pessoas Refugiadas, Deslocadas e Apátridas na América Latina e no Caribe em um Marco de Cooperação e Solidariedade”. Brasília, 3 de dezembro de 2014.

BRASIL. **Presidência da República.** Casa Civil. Mensagem nº 163, de 24 de maio de 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/_Ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm>. Acesso em: 04 abr. 2019.
» http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/_Ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm

BRASIL. **Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113700>>. Acesso em: 05 abr. 2019.
» <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113700>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2018.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados [...] que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//resolucao-cns-510-16.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
1980-1993. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 25-52

BRAULT, Maria. **L’immigration à Rio de Janeiro entre 1820 et 1870.** Typologie du voyageur au départ du Havre. In: Routes maritimes. Actes du 130^e Congrès national des sociétés historiques et scientifiques, « Voyages et voyageurs », La Rochelle, 2005. Paris : Editions du CTHS, 2011. pp. 41-52. (Actes des congrès nationaux des sociétés historiques et scientifiques, 130-12). Disponível em: https://www.persee.fr/doc/acths_1764-7355_2011_act_130_12_1913. Acesso em 13 maio de 2024.

BROWN, Karen McCarthy. **Mama Lola: A Vodou Priestess in Brooklyn**. Berkeley: University of California Press, 2001

CALDWELL, Kia Lilly. **Negras in Brazil: Re-envisioning Black Women, Citizenship, and the Politics of Identity**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2007

CAMILLE, Charmers. **Declaração de Porto Príncipe do Haiti rejeitando a MINUSTAH**. 13 de outubro de 2015. Plateforme Haïtienne de Plaidoyer pour un Developpement Alternatif-PAPDA. Disponível em: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2015/10/13/haiti-declaracion-de-puerto-principe-de-rechazo-a-la-minustah/>. Acesso em: 03 set de 2022.

CARLET, F.; MILESI, Rosita. **Refugiados e políticas públicas**. In: RODRIGUES, Viviane (Org.). **Direitos humanos e refugiados**. Vila Velha: Nuare; ACNUR; IMDH, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp 219-229

CASIMIR, Jean. **Haïti et ses élites. L'interminable dialogue de sourds**, Port- au- Prince, Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2009

CASIMIR, Jean. **La culture opprimée**, Port- au- Prince. Fondation Connaissance et Liberté, 2001.

CASTOR, Suzy. **L'occupation américaine d'Haïti**. Imprimerie Henri Deschamps, Port-au-Prince, 1988.

CAVALCANTI, L. *et al.* **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2017.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T. e Al. **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2019. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; TONHATI, Tânia (Org.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Cadernos Obmigra**, Brasília, v. 1, n. 2, ed. esp., 2015. Disponível em: <<https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2014/11/relatorio-parcial-a-insercao-dos-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CELIUS, Carlo Avierl. « Le contrat social haïtien », in Revue C.R.P.L.C, N° 10, 1998.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. [Tradução de Noêmia de Sousa]. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

CHAGAS Inara. **Racismo: como essa prática é estruturada no Brasil**. Direitos Humanos. 2019. Em: <https://www.politize.com.br/racismo-como-e-estruturado/>. Acesso em: 20 fev de 2021.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Políticas Públicas e Organização Social em Comunidade na Amazônia: acesso aos bens sociais e organização sociocultural em comunidades ribeirinhas no Amazonas**. Novas Edições Acadêmicas. 2016.

CHERY, Frederic-gerald. **L'absorption de la force de travail dans l'économie haïtienne**. Cahiers du CEPODE, Port-au-Prince, n. 2, p. 137-156, 2011.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: avanços e expectativas**. Boletim de Economia e Política Internacional, v. 26, p. 41-53, 2020.

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN-CONAPO. **Séries sobre Migração Internacional 2008**. Disponível em: www.conapo.gob.mx. Acesso em: 21 agosto de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res_0466_12_12_2012.html. Acesso em: 22 fev. 2021.

_____. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2018**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados [...] que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//resolucao-cns-510-16.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

COSTA, Débora Amaral. **Negociação de identidades e formação de novas representações sociais em narrativas de migração: uma proposta metodológica**. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Niteroi, 2018.

COSTA, L. R; SOUZA, J. E. M & Al. Um histórico da política migratória brasileira a partir de seus marcos legais (1808-2019). **Revista GeoPantanal • UFMS/AGB • Corumbá/MS • N. 27 • 167-184 • jul./dez. 2019**.

COSTA, Pe. Gelmino, cs. **Cadernos de migração: memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010-2014: Presença da Pastoral do Migrante**. Centro de Estudo de Migrações. São Paulo, 2016.

CRAWLEY, Heaven. **Do desespero à esperança? A garantia de direitos para os migrantes haitianos nesse novo Brasil**. Centro para Pesquisa Política da Universidade das Nações Unidas (UNU-CPR). 2023. Traduzido de inglês para a portuguesa, por Daniel Martins.

CUI, B. et al. **Modal equity of accessibility to healthcare in Recife, Brazil**. Journal of Transport and Land Use, v. 15, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3V26v5y>. Acesso em: 21 ago de 2023.

DACILIEN, R. **Condições de vida dos imigrantes haitianos no Centro da Pastoral dos Migrantes em Manaus/Am**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Amazonas. 2020.

DACILIEN, R.; FALEIROS, R. N. **South-South migration: a contextual analysis of Haitian migration to Brazil**. In: BAIKADY, R. (Ed.). The Palgrave handbook of global social change. Latest edition. London: Palgrave Macmillan, 2025.

DACILIEN, R. & JEAN-BAPTISTE, M. D. Entender a migração haitiana como uma expressão da questão social no Haiti. Sociedade em Debate, v. 29, n. 1, 30 abr. 2023. DOI: 10.47208/sd.v29i1.3350.

DACILIEN, R. & SILVA, Jailson de Souza. **O legado da Revolução Haitiana**: reconhecer o marco histórico da revolução para o Sul Global é um primeiro passo para o resgate de sua grandeza e importância. *Periferias*, v. 9, set. 2023. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/a-revolucao-haitiana/>. Acesso em: 10 novembro de 2024.

DACILIEN, & OLIVEIRA, F. A. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**: haitianos no Brasil entre 2010-2020. In: ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 1., 2023. Anais... Vitória: UFES, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41192>

DELFIM, R. B. **Uma reflexão sobre “A presença do migrante no Rio de Janeiro”**. *Migra Mundo*, 2018. Disponível em: <https://migramundo.com/uma-reflexao-sobre-a-presenca-do-migrante-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 14 maio de 2024.

DELFIM, Rodrigo, Borges. **Dados mostram os benefícios da imigração no país, aponta pesquisador**. *Migra Mundo*, 26 de agosto de 2019. Disponível em: <https://migramundo.com/dados-mostram-os-beneficios-da-imigracao-no-pais-aponta-pesquisador/>. Acesso em 20 ago de 2024.

DEL-TESO-Craviotto, Marisol. **“Racism and Xenofobia in Immigrant’s Discourse: The Case of Argentines in Spain”**. *Discourse and Society*, 2009. vol. 20, no. 5, pp. 571–92.

DESROSIER, Isemame & MELINO, Heloisa. **Reunificação familiar**. In DEROSIES Isemame & MELINO Heloisa (Org). **Acesso à justiça**: Reafirmando direitos para as populações haitiana no Brasil. Editor Periferia. 2023.

DEUS, Zélia Amador de. **A questão racial no Brasil**. In: SABOIA, Gilberto Vergne;

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). SEMINÁRIOS REGIONAIS PREPARATÓRIOS PARA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, Brasília. Anais... Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria do Estado dos Direitos Humanos, 2001. p. 179-190.

DIEME, K. **Haiti e suas migrações**. *Temáticas*, Campinas, 25, (49/50): 17-48, fev./dez. 2017.

DUMONT, Gérard-François. **Immigration** : la question de l’intégration dans un contexte fondamentalement nouveau. *Association Population & Avenir*. 2020/3 (No 21).

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ETIENNE, Anne-Lovely. **Les Haïtiens ne sont pas résilients, ils sont courageux**. *Société*. disponible em : <https://www.24heures.ca/2021/08/19/les-haitiens-ne-sont-pas-resilients-ils-sont-courageux> . Acesso em : 10 out de 2024.

ETIENNE, P. Sauveur. **L’énigme haïtienne**. Échec de l’État moderne, Montréal, les Presses de l’Université de Montréal, 2007.

EXIME, E., GONZALEZ, A. C. **Haitianos no Brasil**: a imigração como sentimento de uma dívida eterna dos brasileiros. *Humanidade & Inovação*. 2020.

- FERNANDES, Fernanda. **Presença alemã nas esquinas e nos sabores do Rio**. SÉRIE MULTICULTURAL. Reportagens.2014. Disponível em:
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Jéssica S. **Operação Haiti**: ação humanitária ou interesse político para o Brasil? **Revista Conjuntura internacional**, p. 1-4, 22 mar. 2010 (publicado online 22 março 2010). Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura>. Acesso em: 19 de outubro. 2018.
- FERNANDES, Fernando; SILVA, Jailson de Souza, Al. O Paradigma da Potência e a Pedagogia da Convivência. Ed. Revista Periferias. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia/>. Acesso em 27 maio de 2024.
- FERREIRA Max André de Araújo, CARDIN Eric Gustavo: **Perspectivas teóricas para o estudo das migrações**. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales. 2020.
- FIGUEIREDO Mayara Colman. **Políticas Migratórias**: posicionamento do Brasil em relação aos refugiados. Âmbito Jurídico. RJ. 2019.
- FLANNERY, Mércia Regina Santana. Discurso discriminatório contra imigrantes haitianos no Brasil em um fórum de notícias online. **American Association of Teachers of Spanish and Portuguese**. Hispania, Vol. 101, No. 3 (September 2018), pp. 381-393: Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/26782398>. Acesso: 27 maio de 2024.
- FLORESTAN, Fernandes. **A integração do Negro na Sociedade de Classe**: o ligado da Raça Branca.3ªed. São Paulo: Ática, 1980.
- FLORESTAN, Fernandes. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 33)
- FONER, N. **From Ellis Island to JFK**: New York's Two Great Waves of Immigration. Yale University Press, 2002.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREITAS, Eduardo de. "**Aspectos naturais do Estado do Rio de Janeiro** "; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-naturais-estado-rio-janeiro.htm>. Acesso em 24 de fevereiro de 2020
- GAFFURI, Evandro Luiz. **Os imigrantes haitianos, seu cotidiano e os processos de territorialização em Cascavel** – Paraná. 2016. Dissertação Programa de pós-graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá. 2016.
- GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Estampa 1977.

GERMAIN, Felix. **Decolonizing the Republic: African and Caribbean Migrants in Postwar Paris (1946-1974)**. Michigan State University Press, 2021.

GOBBI, Nelson. **Conheça a tela “A redenção de Cam”, de 1895, destaque em mostra no MNBA**: Obra de Modesto Brocos reflete teses de embranquecimento da população. Jornal GFlobo. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/conheca-tela-redencao-de-cam-de-1895-destaque-em-mostra-no-mnba-22740416>. Acesso em: 30 de jun. 2023.

GOBINEAU, Joseph-Arthur. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. FB Editions, 2015.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na sociedade brasileira**. IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980.

GUITARRARA, Paloma. **"Imigração no Brasil"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm>. Acesso em 04 de janeiro de 2024

HAITI. **Constitution du 20 mai 1805**. Digithèque MJP. Disponível em: <https://mjp.univ-perp.fr/constit/ht1805.htm>. Acesso 24.10.2023.

HAMIDI, C. & FISCHER, N. Les politiques migratoires en Europe : Perspective historique et modèles d'analyse. **Idées économiques et sociales**, 2017/3 (N° 189), pages 28 à 37.

HANDERSON, Joseph. **A historicidade da (e)migração internacional haitiana**. O Brasil como novo espaço migratório, 2017. Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações, 1(1), 7–26. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5866. Acesso em 19 set de 2022.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora**: as dinâmicas de mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e Guiana Francesa. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ, 2015.

HARTMANN, A. J. **Immigration and Diversity in the 21st Century: The Impact of Immigrants on the Host Country**. Routledge, 2020.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro:Graal,1979.

HOFLING, Eloisa de Matos, **Estado e Políticas Públicas). Sociais**. Caderno Cedes, ano <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/reportagens/765-menos-e-mais-a-presenca-alema-no-rio-de-janeiro>. Acesso em :13 maio de 2024.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. In: ABEPSS. Temporalis. Brasília: Abepss/Grafile, ano II, n. 03, janeiro-junho 2001, p. 9-21.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. / Mauro Luís Iasi. – 2.ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2011

IBERUS Petit Frant. **Éléments d'intelligibilité de la relation État-citoyen en Haïti**. In : Archéologie du tragique haïtien, la reconnaissance sur la pierre tumulaire du bonapartisme, Revue de Continuum, No 1, Port-au-Prince, Imprimerie Media-Texte, juil 2014.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Extra Regional Migration in the Americas: Profiles, Experiences and Needs**. Regional Office for Central America, North America and the Caribbean San José, Costa Rica, 2020. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/extraregional-migration-americas-profiles-experiences-and-needs>. Acesso em: 12 ago de 2022.

JACINO, Ramatis. **O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-Abolição – 1912/1920**. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP. São Paulo, 2012.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Les jacobins noirs**. Toussaint Louverture et la révolution de Saint-Domingue [1938]. Port-au-Prince: Editions Fardin, 2003.

JEAN BAPTISTE Mac Donald. **O Haiti está aqui: Uma análise da compreensão dos Imigrantes Haitianos sobre a Política Social no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual de Londrina. 2018.

JEAN, Fritz Alphonse. **Haïti, une économie de violence**. Édition Pédagogie, 2019.

JOHN W. Creswell. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos**. 2da Ed. Porto Alegre: Arned, 2007.

KAY, A. **The Dynamics of Public Policy: Theory and Evidence**. Edward Elgar Publishing, Cheltenham and Northampton. 2006. Available from www.untagsmd.ac.id/files/Perpustakaan_Digital_2/PUBLIC%20POLICY%20The%20dynamics%20of%20public%20policy%20%20theory%20and%20evidence.pdf.

KAYAL, Philip M. e KAYAL, Joseph M. **The Syrian-Lebanese in America**. New York: American University of Beirut, 1980.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LAGES, E. R., & MAGALHÃES, C. M. (2020). **Imigração haitiana no Brasil: Impactos sociais e econômicos**. Revista Brasileira de Estudos de População, 2020.

LEE T.Luke. **Internally Displaced Persons and Refugees: Toward a Legal Synthesis?** Journal of Refugee Studies, Volume 9, Issue 1, March 1996.

LENINE, Vladimir Ilitch. El capitalismo y la inmigración de los obreros. In: **Obras completas**, t. XX. Madrid: Akal, 1977.

LÉNINE, Vladimir Ilitch. **L'impérialisme, stade suprême du capitalisme**. Édition en Langue Étrangère, Pékin, 1966.

LENINE, Vladimir Ilitch. **O estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÉON, Joel. **Haïti : première victime de la tentation impériale du Brésil**. 2013. Disponível em : <<https://www.mondialisation.ca/haiti-premiere-victime-de-la-tentation-imperiale-du-bresil/5337637>>. Acesso em: 03 ago de 2022.

LEROY, Handy. **Genèse et reproduction du travail social en Haïti**. 2015. Mémoire (Maîtrise en Sciences en Service social) - Université de Montréal, Montréal, Canada.

LIMA Márcia. “**Raça**” e **pobreza em contextos metropolitanos**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 24, n. 2. novembro 2012.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **Internacional comunitária: ONGs chamadas alternativas e projeto de livre individualidade crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no desenvolvimento de comunidades no Haiti**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. 2007.

LOUIS-JUSTE, Jn Anil. **Crise sociale et Internationale Communautaire en Haïti**. 2003. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article643#.WLb-koH DIV>>. Acesso em: 28 ago de 2022.

LUCIEN, Georges Eddy. **Port-au-Prince (1915-1956) : modernisation manquée : centralisation et dysfonctionnements**. Thèse de doctorat en Histoire, Toulouse 2, 2007.

LUNDAHL, Mats. **Politics or Markets ? Essays on Haitian Underdevelopment**, London and New York, Routledge.1992.

LUZ, Natalia. **As políticas de branqueamento (1888-1920): uma reflexão sobre o racismo estrutural brasileiro**. Por Dentro da África, 4 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.pordentrodafrica.com/educacao/as-politicas-de-branqueamento-1888-1920-uma-reflexao-sobre-o-racismo-estrutural-brasileiro>

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires & BAENINGER, Rosana. **Migração de dependência: a imigração haitiana no Brasil**. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF). Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-1531-2.pdf>. Acesso em: 26 set de 2022.

MAIO, M. C. 1999. **O projeto da Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 14:141-158.

MALTHUS R. Thomas. **An Essay on the Principle of Population: An Essay on the Principle of Population, as it Affects the Future Improvement of Society with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers**. Editor London Printed for J. Johnson, in St. Paul’s Church-Yard, 1798.

MANIGAT, L. Francois. **La société des notables aux débuts de l’opposition parlementaire sous Boyer et le pouls politique de l’opinion éclairée, ou deux ans critiques de la vie d’un régime (1823-1833)** » in Eventail d’histoire vivante d’Haïti, Port-au-Prince, Collection du MUDAC, 2001.

- MANIGAT L. François. **Eventail d'Histoire Vivante d'Haiti**: Des Preludes a la Revolution de Saint Domingue Jusqu'á nos Jours (1789-2007), tome 4. Media-Texte. 2007.
- MARKS, Laura U. **The Skin of the Film**: Intercultural Cinema, Embodiment, and the Senses. Duke University Press, 2000.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social**. In: **Pesquisa qualitativa**: um desafio instigante. São Paulo: Veras. 1999.
- MARTINS, Vanderlei. Direitos sociais e desigualdades no Rio de Janeiro contemporâneo. **Revista Interdisciplinar de Direito**. v. 16, n. 1, pp.363-372, jan./jun. 2018.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro III. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ªed.Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MICHAHELLES, Marina. **A Colônia Alemã do Rio de Janeiro pelas lentes do clube Germânia**. TRAVESSIA-revista do migrante. 2002.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Sistematização do debate sobre o papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Brasília, maio de 2016.
- MONTAVANI, Flávia. **Número de imigrantes no Brasil dobra em uma década**, com menos brancos e mais mulheres. **Folha de São Paulo**. Dezembro de 2021. Disponível em> <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/numero-de-imigrantes-dobra-em-1-decada-com-menos-brancos-e-mais-mulheres.shtml>. Acesso em: 29 de jun.2023.
- MONTINARD-LEGER, Mélanie, Véronique. **Pran wout la** : dynamiques de la mobilité et des réseaux haïtiens. Thèse (doctorat) – UFRJ/Museu Nacional/ Programme d'Études Supérieures en Anthropologie Sociale, 2019.
- MOREIRA, Carolina. **Dinâmicas da Integração Imigrante**: Haitianos e cariocas.
- MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. Editora Ática S.A. São Paulo. 1992
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, no. 2003.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- NASCIMENTO, Janilse Trindade. **Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica numa escola ribeirinha do Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Amazonas. 2017.

NASCIMENTO, Washington Santos. “**São Domingos, o grande São Domingos**”: repercussões e representações da revolução de Haitiana no Brasil escravista (1971-1804). Espírito Santo, Dimensões, n.21,2008.

NERY, Jônatas Corrêa. **A integração do Negro no Brasil: Raça ou Classe?** Uma busca teórica e histórica a partir de Florestan Fernandes. Dissertação de mestrado do PPGPS da UFES. 2019.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Temporalis, Brasília, ano II, n. 3, p 41-49, jan./jun. 2004.

NEW YORK TIMES. **LA RANÇON** : Les Milliards Envolés. Texto escrito por Lázaro Gamio, Constant Méheut, Catherine Porter, Selam Gebrekidan, Allison McCann e Matt Apuzzo, 20 maio de 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/fr/interactive/2022/05/20/world/americas/haiti-france-dette-reparations.html>. Acesso em: 25 ago 2022.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1. Campinas, 2007.

OECD. **International Migration Outlook 2013**. OECD Publishing, 2013

OIM-ONU. **État de la Migration dans le Monde en 2018**. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_fr.pdf. Acesso em 07 de março de 2019.

OLIVEIRA, Eveline N.P & AL. **O Empreendedor na Era do Trabalho Precário**: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. Rev. psicol. polít. vol.16 no.36 São Paulo maio/ago. 2016.

OLIVEIRA, Pedro Carlos de Araújo. Política migratória durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985): reflexos da doutrina da segurança nacional. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v. 11, n. 22, p. 33-49, 2022.

OLIVEIRA, L. Claudio. **Banco do Brasil e People’s Palace Projects do Brasil apresentam a 1ª Mostra de Cinema Haitiano no país**. Revista Cidade e Cultura, 2023. Disponível em: <https://www.cidadeecultura.com/banco-do-brasil-e-peoples-palace-projects-do-brasil-apresentam-a-1a-mostra-de-cinema-haitiano-no-brasil/>. Acesso em 22 de ago 2024.

ONU News. **Saiba tudo sobre o Pacto Global para Migração**. 08 dez. 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>>. Acesso em: 18 mar. 2019b. » <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O mundo registrou cerca de 281 milhões de migrantes internacionais no ano passado**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772272#:~:text=Em%202019%2C%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Internacional,%2C5%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20global>. Acesso em 3 maio de 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÃO-OIM. **Rio de Janeiro inaugura seu primeiro centro especializado de atendimento a migrantes com apoio da OIM**. 09

janeiro 2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/rio-de-janeiro-inaugura-seu-primeiro-centro-especializado-de-atendimento-migrantes-com-apoio-da-oim>. Acesso 11 de marc de 2024.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões. In: PARET, Roland. **L'État haïtien existe, je l'ai même rencontré...**. Montréal: Editions du CIDIHCA, 2011. pp. 120. Disponível em: https://www.academia.edu/37486433/Paret_Roland_2011_Z_L_%C3%89tat_ha%C3%AFtien_existe_je_l'ai_m%C3%A9me_rencontr%C3%A9_Montr%C3%A9al_%C3%89ditions_du_CIDIHCA_pp_120. Acesso em. 20 jul 2022.

PATARRA, N. L. e al (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo Paul-André. **Une histoire longue des migrations**. Cairn. Info. 2010

PEREIRA, R. H. M. et al. **Tendências e desigualdades da mobilidade urbana no Brasil I**: o uso do transporte coletivo e individual. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2021c. (Texto para Discussão, n. 2673). Disponível em: <<http://bit.ly/3gcC2mw>>.

PICHÉ Victor. **Les théories migratoires contemporaines au prisme des textes fondateurs**. Paris, Ined, Les Manuels/Textes fondamentaux, 536 p. 2013.

PIGUET, Étienne. Les théories des migrations. Synthèse de la prise de décision individuelle. **Revue Européenne des Migrations Internationales (REMI)**. VOL. 29 - N°3 | 2013.
 PNUD-BRASIL. **Ranking IDHM Unidades da Federação 2010**: In Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.). Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>. Consultado 15 jul de 2022.

PRICE-MARS, Jean. **Ainsi parla l'Oncle**. Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps, 1943
 QUVY, R. & CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1988.

REISGL, Martin, e WODAK, Ruth. **Discourse and Discrimination**: Rethorics of Racism and Antisemitism. Routledge. 2001.

RIBEIRO. M. Â. & NUNES. N. S. **Geografia do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2019. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/022020/6a6bfdba31d1653c8e1cb37b757a531a.pdf>. Acessa em: 17 ago de 2023.

RICHMOND Anthony H. **Sociological Theories of International Migration**: The Case of Refugees. First Published June 1, 1988.

RIO DE JANEIRO. **Fundação CEPERJ**. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_politico_administrativo.html>. Acesso em: ago. 2023.

RIO DE JANEIRO. **Instituto Estadual Do Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/Historico_Estado.pdf>. Acesso em: ago. 202023.

RIVARA, Lautaro. E se o Haiti se levantar de novo? **Geopolítica & Guerra**. Publicado 18/02/2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/e-se-o-haiti-se-levantar-de-novo/>. Acesso em: 24 out 2023.

SANTOS, Hélio. **A discriminação racial no Brasil**. In: SABOIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). SEMINÁRIOS REGIONAIS PREPARATÓRIOS PARA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria do Estado dos Direitos Humanos, 2001.

SANTOS, José Luís Guedes dos; et al. **Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos**. *Texto Contexto Enferm*, 2017; 26(3):e1590016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v26n3/0104-0707-tce-26-03-e1590016.pdf>. Acesso em 20 mai 2020.

SASSEN, Saskia – **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**, New York, Cambridge University Press, 1988.

SAYAD, A. **La doble ausência: De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado**. 1. ed. Barcelona: Anthropos, 2010.

SCHWARTZ, Timothy T. **The Art of Haitian Vodou**. University Press of Mississippi, 2001.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010: a Internacional Comunitária e a recolonização do Haiti**. Tese (Doutorado em Sociologia) -Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. *Revista USP*, n. 52, 2002.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO Mary G. (Org). **Migrações Internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.

SEYFERTH, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político**. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2012/giralda%20seyferth.pdf>. Acesso em: 24 agosto. 2023.

SILVA, Jaílson de Souza. **Por que uns e não outros?": caminhada de jovens pobres para a universidade**. 3. ed. revista-Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

SILVA, Marcelo & SOUZA, Flávia. **Imigração haitiana e a questão racial no Brasil: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro**. *Cadernos de Pesquisa em Direitos Humanos*. 2015.

SILVA, Renato Cândido da. **Vegetação do estado do Rio de Janeiro**: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/vegetacao-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 24 ago de 2022.

SILVA Sidney A. Haitianos em Manaus, Mercado de trabalho e exercício da cidadania, 2014. In: SILVA Sidney Antônio, ASSIS O Glaucia. **Em busca do Eldorado:** o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais. Editorial da Universidade Federal do Amazonas. 2016.

SILVA Sidney A. **Imigração e redes de acolhimento:** o caso dos haitianos no Brasil. Rev. bras. estud. popul. vol.34 no. 01 São Paulo Jan./Apr. 2017.

SOUZA José. **A Elite do Atraso:** do Escravidão a Bolsonaro. Editora Leya.2019

SOUZA José. **A modernização seletiva:** uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília, Editora UnB.2000.

TAVARES Vitor. **Por que o cabelo é tão importante no movimento negro.** BBC News Brasil em São Paulo, 2021.

TERESA, M., Ferreira. **Enfrentamento ao racismo.** Brasil dos Direitos, 2019. Disponível em: https://www.brasildedireitos.org.br/noticias/488-o-queracismoestrutural?utm_source=google&utm_medium=ads&utm_campaign=search&gclid=CjwKCAiArIH_BRB2EiwALfbH1OKss3NhLn35BWe3HL5ZxrHQmYcq9xMUZjYE7VBHAAe0UkVPIvLx6RoCQi0QAvD_BwE. Acesso em: 21 dez 2020.

TILUS, Kerlens. **La lutte qu'on est en train d'observer en haïti est une lutte corsée entre les syro-libanais, syro-juifs et les mulâtres pour le contrôle du secteur énergétique.** Jeudi, 5 Octobre, 2017. Disponível em <https://www.montraykreyol.org/article/la-lutte-quon-est-en-train-dobserver-en-haiti-est-une-lutte-corsee-entre-les-syro-libanais>. Acesso em 17 out 2023.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Les racines historiques de l'État valérien.** Port-au-Prince: Deschamps, 1987.

UNESCO. **Sopa Giraumon Haiti:** Inscrita em 2021 (16.COM) na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade”. Disponível em 07 out 2020.

UNITED Nations. **Intergovernmental Conference to Adopt the Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration.** Marrakech: Morocco. 11 dec. 2018. Disponível em: <<http://undocs.org/en/A/CONF.231/3>>. Acesso em: 18 mar. 2019a. » <http://undocs.org/en/A/CONF.231/3>.

VALENTIM, L., Marcos. **Negro ou Preto?** Eis a questão. Editora MINJ. 2 de abril de 2020.

VAN DIJK, Teun A. **Prejudice in Discourse:** An Analysis of Ethnic Prejudice In Cognition And Conversation. John Benjamins, 1984.

VAZQUEZ, Daniel Arias. **O Plano Temer/ Meireles contra o povo:** o desmonte social proposto pela PEC 241. 2016. Disponível em: http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/07/Desmonte_SocialPlanoTemer.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e políticas sociais.** São Paulo: Cortez, 1992.

VIVÁRIO. Estudantes haitianos atendidos pelo projeto. 24/06/2022. <https://vivario.org.br/projeto-haiti-aqui-atende-imigrantes-e-refugiados-e-apoia-sua-integracao-no-brasil/>. Acesso. 07 mar 2024.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI**: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, V. 11, N. 4, 2020, p. 2330-2358. XXI, n°. 55, novembro 2001.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA ENDIVIDUAL

Título: Imigração Haitiana e Racismo Estrutural no Brasil: Os Haitianos no Rio de Janeiro (2010-2022)

Local da Pesquisa: Rio de Janeiro

Pesquisador Responsável: Richemond Dacilien

Formulário da Pesquisa N.º (____)

Data: ____/____/____

Nome do Entrevistador: _____

Identificação do Participante

Nome Completo: _____

Apelido: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Cidade de Origem no Haiti: _____

Religião: _____

Escolaridade: _____

Ocupação: _____

Estado Civil: _____

Sexo: _____

Número de Filhos: _____

Filho(s) Nascido(s) no Brasil/Rio de Janeiro? _____

Tempo no Brasil/Rio de Janeiro: _____

❖ Perguntas

A - Sobre a Vivência no Haiti Antes da Migração para o Brasil

1. Quanto tempo você morou em sua cidade natal no Haiti?
2. Quais eram suas ocupações ou atividades de trabalho no Haiti?
3. Como você descreve o Estado haitiano?
4. Como era a realidade dos serviços públicos em sua comunidade?
5. Você considera o Haiti um país racista? Por favor, explique.
6. Já vivenciou algum ato de racismo no Haiti? Em caso positivo, como foi?

B- Sobre o Processo de Deslocamento para o Brasil

7. Quais foram os motivos para migrar para o Brasil?
8. Como foi a experiência da viagem até o Brasil?
9. O que sabia sobre o Brasil antes de migrar?
10. Por que escolheu especificamente o Rio de Janeiro?

C- Questões Raciais e a Vida no Brasil

11. Conte um pouco sobre suas atividades econômicas no Rio de Janeiro para sobreviver.
12. Recebeu algum tipo de assistência aqui? Em caso positivo, como foi essa experiência?
13. Você tem amigos(as) brasileiros(as)? Se sim, qual a cor da pele deles(as)? Essa característica faz diferença para você?
14. Acha que sua condição de homem/mulher negro(a) impacta sua trajetória de vida no Brasil?

15. Já vivenciou ou conheceu outros haitianos que sofreram discriminação no Rio de Janeiro ou em outras partes do Brasil? Em caso positivo, como e por que acredita que esses atos ocorreram?
16. Considera o Brasil uma sociedade racista? Por quê?
17. Percebe diferenças na forma como o racismo se manifesta entre você, como imigrante negro(a), e brasileiros(as) negros(as)? Explique.
18. Acha que há diferenças no acesso aos serviços públicos para você em comparação com outros(as) imigrantes no país? Explique.
19. O que considera mais desafiador e mais fortalecedor em sua condição de imigrante negro(a) no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro?
20. Acredita que o Estado brasileiro tem iniciativas para enfrentar o racismo no Brasil?
21. Caso considere que o racismo seja um problema no Brasil, o que acha que deveria ser feito para combater esse tipo de discriminação?
22. Conhece iniciativas de organizações brasileiras para combater a discriminação racial? Se sim, quais?
23. Gostaria de acrescentar algo sobre o racismo no Brasil?

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA DO GRUPO FOCAL

Tema: Imigração Haitiana e Racismo Estrutural no Brasil: Experiências dos Haitianos no Rio de Janeiro (2010-2024)

Objetivo: Explorar vivências, contribuições e desafios da comunidade haitiana no Rio de Janeiro, com foco em racismo estrutural e integração.

Procedimentos Iniciais

1. **Introdução:** Apresentação e objetivo do grupo.
2. **Confidencialidade:** Garantia de anonimato e consentimento.
3. **Regras Básicas:** Respeito e oportunidade igual de fala.

Perguntas

A. Experiências no Brasil

1. Como descreveriam a vida no Rio de Janeiro?
2. Quais desafios enfrentam ao se estabelecer?

B. Trabalho e Contribuição Econômica

3. Quais dificuldades tiveram para encontrar trabalho?
4. Em que áreas trabalham hoje?
5. Acham que a comunidade haitiana contribui economicamente para o Rio? Como?

C. Relações e Contribuições Culturais

6. Como são as relações com os brasileiros?
7. Vocês mantêm tradições haitianas? Como são recebidas?
8. Que contribuição cultural vocês veem da comunidade haitiana no Rio?

D. Racismo e Desigualdade

9. Sentem que há racismo no Brasil? Como afeta vocês?
10. Há diferença no racismo sofrido por haitianos e brasileiros negros?

E. Acesso a Serviços e Apoio

11. Como avaliam o acesso aos serviços públicos no Rio?
12. Receberam apoio de organizações? Como foi?

F. Estratégias e Sugestões

13. Que estratégias usam para enfrentar os desafios no Brasil?
14. O que poderia ser feito para melhorar a inclusão e combater o racismo?

Encerramento. Resumo e Agradecimento:

Recapitulação e agradecimento pela participação.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

O (a) Sr. (a). foi convidado (a) a participar como voluntário da pesquisa “IMIGRAÇÃO HAITIANA E RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO: OS HAITIANOS NO RIO DE JANEIRO (2010-2022)” sob a responsabilidade Richemond Dacilien, sob orientação do professor Dr. Rogério Naques Faleiros. Essa pesquisa se justifica pela importância de compreender o processo migratório de haitianos para ao Brasil, visando evidenciar as múltiplas dimensões do racismo estrutural brasileiro (cultural, socioeconômica e institucional) manifestado na falta de acesso às políticas sociais voltadas às populações migrantes e pretas nas cidades de Rio de Janeiro. Neste estudo pretendemos demonstrar as múltiplas faces da manifestação do racismo estrutural brasileiro, especialmente no caso dos imigrantes haitianos no país.

Caso concorde em participar desta pesquisa, o(a) Sr. (a) participará de uma entrevista semiestruturada individual onde serão debatidas questões acerca de imigração haitiana e racismo estrutural brasileiro. Visando minimizar os impactos da pesquisa para os(as) entrevistados(as), a entrevista foi marcada com antecedência e realizada em um ambiente de escolha dos(as) participantes. A duração será de até 1h30min, de forma que não se torne cansativa. Durante a realização da entrevista utilizaremos a gravação de som e de imagem para a coleta dos dados que serão transcritos e usados posteriormente com a autorização do(a) entrevistado(a). A voz e a imagem obtidas através da entrevista só serão divulgadas com autorização prévia do(a) entrevistado(a).

Considerando que a realização de entrevista individual poderá trazer cansaço e estresse pelo tempo da dinâmica e constrangimento e aborrecimento ao tratar do tema e por ser gravada, a pesquisadora se compromete a tomar algumas medidas visando evitar ou amenizar esses riscos, tais como: o local da realização do grupo será de escolha das participantes, a entrevista terá duração máxima de 1h30min, podendo ser reduzida caso necessidade, sendo os (as) participantes desobrigados (as) a continuarem caso sinta algum desconforto. Observando as questões éticas e de saúde, e visando minimizar os riscos, a realização das entrevistas individuais respeitará os protocolos de saúde em razão da pandemia de Covid-19. Serão realizadas em locais abertos e ventilados, com o uso de máscaras e álcool em gel, mantendo o distanciamento social. Os benefícios desta pesquisa para os/as participantes e para as comunidades onde estão inseridas estão relacionados à possibilidade de que esta sirva para uma maior reflexão sobre os temas que serão debatidos, sobre suas atividades produtivas e articulação das experiências, para a troca de saberes, para um maior avanço no respeito dos direitos de imigrantes no Brasil, Conformemente a constituição de 1988 do país. Além disso, após a conclusão da pesquisa, será feita a devolução dos resultados para as participantes e para a sociedade, através de apresentações orais e publicação dos resultados obtidos após análise dos dados.

Asseguramos que para participar deste estudo a Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Em caso de algum gasto com a participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) tem a garantia de que o valor será ressarcido.

O Sr. (a) será esclarecido sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não levará a qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendida pela pesquisadora. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados serão devolvidos para as envolvidas de forma oral/e ou documental/ e/ou áudio e vídeo após a finalização da pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. O Sr. (a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Caso o Sr. (a) venha a sofrer qualquer tipo de dano decorrente da sua participação na pesquisa, estará resguardado o direito de buscar indenização.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas pela pesquisadora e pelo(a) participante, sendo que uma via será arquivada pela pesquisadora responsável, no Programa de Pós-Graduação em Política Social e a outra será fornecida a você.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa o(a) Sr.(a) poderá contatar o pesquisador Richemond Dacilien através do e-mail:dacilienr@gmail.com. Em caso de problema com a pesquisa ou denúncia poderá contatar Sr.(a) também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCHN/UFES) através pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.O CEP/CCHN/UFES tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Declaro que fui verbalmente informado(a) e esclarecido(a) sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Declaro ter ciência de que os dados obtidos por meio da gravação de som e de imagem durante a realização de entrevista individual semiestruturada serão utilizados nesta pesquisa, podendo vir a serem divulgados. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada por mim ou por meu responsável legal e pela pesquisadora principal, rubricada em todas as páginas.

_____,//.....

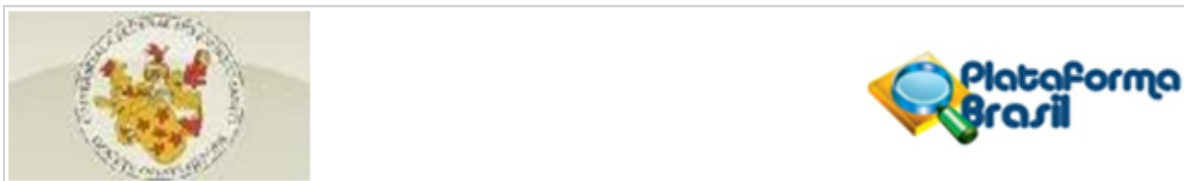
Participante da pesquisa

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa “IMIGRAÇÃO HAITIANA E RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO: OS HAITIANOS NA CIDADE DE RIO DE JANEIRO (2010-2022)” eu, Richemond Dacilien, declaro ter cumprido as exigências do Art. 17 da Resolução CNS 510/16, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

RICHEMOND DACILIEN

Pesquisador

ANEXO A – PB PARECER CONSUBSTANCIADO CEP 3786574



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMIGRAÇÃO HAITIANA E RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO: OS HAITIANOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2010-2022)

Pesquisador: RICHEMOND DACILIEN

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68031623.9.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.039.219

Apresentação do Projeto:

Com o crescente aumento da chegada de imigrantes haitianos no Brasil, a pesquisa visa a considerar esse aumento e analisar como tem se dado essa chegada, tomando como recorte temporal os anos 2010-2022, marcado pelo número expressivo de 143.000 novos imigrantes (em contraponto ao período de 1940-2000, em que se registraram no máximo 200 pessoas nesta situação). Além desse dado representativo, a pesquisa pretende cruzar essas informações com outros aspectos importantes para compreender melhor esse processo migratório, a partir das múltiplas dimensões do racismo estrutural brasileiro. O recorte espacial da pesquisa será a cidade do Rio de Janeiro.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo o pesquisador, os objetivos da pesquisa são: “Compreender o processo migratório de haitianos para o Brasil, entre 2010 e 2023, visando evidenciar as múltiplas dimensões do racismo estrutural brasileiro (cultural, socioeconômica e institucional) manifestado na falta de acesso às políticas sociais voltadas às populações migrantes e pretas na cidade do Rio de Janeiro.” (objetivo primário) e “Compreender os contextos sócio-histórico e políticos da imigração haitiana no Brasil, com vistas a elucidar as contradições existentes na América Latina contemporânea, em especial no Haiti; Mapear as políticas sociais voltadas à população imigrante haitiana na cidade do Rio de Janeiro, empreendendo análise crítica acerca de suas insuficiências e evidenciando seu caráter racista; Analisar as compreensões de imigrantes haitianos (as) na cidade do Rio de Janeiro em face das particularidades da manifestação do racismo estrutural brasileiro sobre esta população.” (objetivos secundários)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Entre os benefícios, o pesquisador destaca que, uma vez sendo suscitados/as por esta pesquisa a refletir sobre suas condições de imigrantes, os/as participantes seriam beneficiados/as: (1) por uma

“Contribuição para a visibilização de imigrantes haitianos na cidade do Rio de Janeiro”; (2) por um “debate sobre o racismo estrutural brasileiro e imigrantes pretos no país” e (3) por um “material para subsidiar o resgate sócio- histórico sobre o fenômeno migratório no Brasil durante a última década”.

Entre os riscos, o pesquisador menciona a resolução CONEP 466/2012, de que toda pesquisa envolve riscos, ainda que mínimos, que podem envolver a dimensão física, psíquica, moral e cultural do indivíduo. Nas palavras do próprio pesquisador, “para amenizar esses riscos, antes da realização da entrevista, os/as participantes serão informados sobre conteúdo da pesquisa e de acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016, o participante pode desistir da pesquisa em qualquer

etapa do estudo. CEP/466/2012 no § 2º orienta que nos casos de riscos atingidos, o participante tem direito a assistência ou buscar a indenização”

Todas as etapas da pesquisa estão previstas para ocorrer presencialmente Continuação do Parecer: 6.039.219

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	15/03/2023		Aceito
	ROJETO_1371427.pdf	13:25:18		
Parecer Anterior	projeto.pdf	15/03/2023 13:24:59	RICHEMOND DACILIEN	Aceito
Folha de Rosto	folhanova.pdf	15/03/2023 13:23:41	RICHEMOND DACILIEN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclenovo.pdf	14/03/2023 16:19:47	RICHEMOND DACILIEN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	pprojeto00.pdf	14/03/2023 16:19:39	RICHEMOND DACILIEN	Aceito
Cronograma	cronogramaa.pdf	14/03/2023 15:56:55	RICHEMOND DACILIEN	Aceito
Outros	anuenciadispensa.pdf	14/02/2023 21:12:13	RICHEMOND DACILIEN	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	14/02/2023 21:07:02	RICHEMOND DACILIEN	Aceito

Situação do Parecer:**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa bem desenhada e aparentemente bem orientada, uma vez que detalha de forma bastante nítida como se darão os passos da pesquisa e da análise dos dados. Os critérios de inclusão e exclusão dos participantes estão bem delimitados, e a contribuição, para o campo de estudos e para o campo da prática de recepção de imigrantes está apresentada de maneira a não deixar dúvidas acerca dos procedimentos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

folha de rosto: é apresentada, assinada pelo próprio pesquisador e pelo diretor do CCJE, Hélio Zanquetto Filho.

Carta de anuência: não se aplica (justificativa devidamente apresentada no rol de documentação – o pesquisador afirma que não se trata sequer de mencionar instituições, pois a abordagem será individual, e a entrevista tratará de aspectos relativos ao próprio imigrante e sua relação com esse processo migratório).

o TCLE está paginado conforme o modelo “Página X de X”, e está em linguagem acessível e de acordo com as orientações, dado que será aplicado apenas a maiores de 18 anos. Todas as demais informações importantes e relevantes estão presentes ([não] custo; riscos; benefícios; garantias de ressarcimento, se for o caso; garantias de buscar indenização em caso de dano, se for o caso; garantias de desistir em qualquer tempo da pesquisa; tempo de duração [uma hora e meia]; contatos do pesquisador e do CEP).

TALE: não se aplica (participantes maiores de 18 anos).

Os cronogramas estão idênticos e manifestam o compromisso de que a pesquisa vai se realizar apenas após aprovação deste CEP.

Continuação do Parecer: 6.039.219

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 04 de maio de 2023

Assinado por: KALLINE PEREIRA AROEIRA
Coordenador (a)